



**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**“CASAL DA MIRA, UM BAIRRO DE DINÂMICAS  
PROTAGONIZADAS PELAS MULHERES”  
Modelos e Estratégias de Intervenção do Serviço Social**

Inácia Maria Cabrita Navalhas Moisés

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Marina Antunes, Professora Associada do  
Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusíada

Março, 2012

*Às mulheres residentes no bairro Casal da Mira que partilharam comigo momentos das suas vidas, exemplos de força e capacidade para enfrentar dificuldades e adversidades, que se podem traduzir na frase:*

*“ Ser mulher é carregar o mundo à cabeça”.*

*(Joaquina, 36 anos)*

*“Ainda a lua brilha, já ela enceta a jorna. Faz parte do exército de mulheres trabalhadoras de limpezas, que todas as madrugadas deixam o bairro, em direcção à capital. Regressa, no final do dia, as linhas da mão engolidas pela Lixívia”*

*(Fonseca, Ana Sofia, Revista Expresso nº 1867 de 9 de Agosto/ 2008)*

*“O fortalecimento do poder das mulheres faz parte da mudança das relações sociais, pois as relações de opressão de género são estruturadas e estruturantes da sociedade”*

*(Faleiros, 2005)*

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de elaboração de uma tese é, sem dúvida, um trabalho moroso e complexo, implicando o apoio e colaboração de muitas pessoas à nossa volta. É para todos os que me ajudaram nesta longa e difícil caminhada que pretendo dirigir os meus agradecimentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Marina Antunes quero agradecer todo o seu apoio, disponibilidade, paciência e valiosos contributos, pessoais e académicos, sem os quais não teria sido possível chegar ao fim da caminhada.

Ao Professor Doutor Jorge Ferreira, que leu e comentou o meu trabalho, manifesto, também a minha gratidão pela sua qualificada contribuição.

À Câmara Municipal da Amadora (CMA) agradeço a possibilidade de o meu estudo incidir sobre os moradores, em especial as mulheres com quem trabalhava e também pela facilitação de dados sobre o bairro e o município, agradecendo aos (às) colegas que facilitaram esse acesso.

Às colegas assistentes sociais que se disponibilizaram para as entrevistas e outros apoios o meu agradecimento pela sua disponibilidade e solidariedade demonstradas, partilhando comigo as suas reflexões e preocupações sobre o Serviço Social e o desempenho da profissão. Também o meu agradecimento a outros (as) colegas, que não assistentes sociais, cuja ajuda foi determinante.

Às mulheres residentes no bairro Casal da Mira que se disponibilizaram para as entrevistas, partilhando comigo aspectos das suas vidas, cujos testemunhos constituem verdadeiras lições de vida. Para elas o meu agradecimento e admiração pela sua capacidade e força para enfrentar as dificuldades e adversidades com que se confrontam no seu quotidiano.

Muitas foram as amigas e amigos que me ajudaram a percorrer o longo caminho, agradecendo a todas (os) a ajuda que passou pela transcrição de entrevistas, revisão e tradução de texto, entre outros apoios. Cometendo a injustiça de omitir nomes, não quero deixar de mencionar alguns: Luisa Brito, Luisa Barbosa, Isabel Barros, M<sup>a</sup> Natal, M<sup>a</sup> Antónia, Margarida, Manuela Esteves, Helena Belchior, Mónica, António Calçada. António e Ana E. Santo, Anabela Sousa, Anabela Farropas e Isabel Coelho.

Agradeço a toda a família, em especial ao meu filho e aos amigos (as) que me foram sempre transmitindo a força para continuar e que souberam esperar. O meu agradecimento especial vai para o meu marido, a quem estou grata pelo constante incentivo e apoio, sem o qual não teria conseguido terminar a tese, sobretudo nos momentos difíceis, nunca reclamando a minha indisponibilidade, assumindo, muitas vezes, na íntegra tarefas que seriam partilhadas.

## RESUMO

O presente estudo tem por objecto conhecer os impactos resultantes do processo de realojamento do bairro de habitação social – Casal da Mira, localizado no Município da Amadora, através da forma como este foi vivido pelas mulheres e a consequente apropriação e adaptação ao novo contexto. Estes processos podem levar à transformação do modo de vida das famílias numa lógica de promoção e mobilidade social ou, pelo contrário, podem desencadear problemas que dificultam a inserção social da população realojada.

A prática dos assistentes sociais, em contexto de bairro de habitação social, integra também o objecto de estudo da presente pesquisa, no sentido de identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social nestes contextos.

A amostra do estudo foi constituída por vinte e três mulheres residentes no bairro Casal da Mira e onze assistentes sociais com intervenção em bairros de habitação social. Privilegiou-se o contacto directo com as mulheres, no seu contexto residencial e social, facilitando uma aproximação e conhecimento da realidade do bairro.

Através da pesquisa, constatou-se que a localização, configuração e dimensão do bairro Casal da Mira, associadas à deficiente rede de transportes, falta de equipamentos sociais, espaços de convívio e lazer, bem como a ausência de comércio local de proximidade constituíram constrangimentos ao desenvolvimento de redes de convívio e sociabilidades locais, dificultando a adaptação e apropriação do novo espaço e a própria integração social da população no tecido urbano, evidenciando que o urbanismo e as políticas urbanas, aliados a processos não participados, podem dar lugar a uma segregação socio-espacial e a contextos de desigualdade.

De acordo com os resultados do estudo, baseado nos testemunhos das mulheres e das assistentes sociais, com o correspondente enquadramento teórico, conclui-se que a intervenção do Serviço Social deve assentar numa abordagem holística, integrada, multidimensional e territorializada, com o envolvimento e participação dos actores locais, devendo privilegiar um enfoque nas mulheres, pelo papel que desenvolvem na família e na comunidade, promovendo o aumento das suas capacidades e competências, na perspectiva da sua capacitação e *empowerment*.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Bairro, Participação, Género e *Empowerment*

## **ABSTRACT**

This thesis intends to know the impact resulting from the process of resettling people from the social neighbourhood - Casal da Mira, located in the municipality of Amadora, through the way it was experienced by women and their appropriation and adaptation to the new context. These processes may change the way of life of these families, under a perspective of social promotion and mobility or, on the contrary, they may trigger new problems making the insertion of the resettled population more difficult.

The social workers' practice in social-housing context is part of the study object of this research, to identify models and intervention strategies of Social Work in these contexts.

The study sample was composed by twenty-three women, living in Casal da Mira neighbourhood and eleven social workers with intervention in neighbourhoods of social-housing. We focused on direct contact with women in their social and residential context, which facilitated a close approach and knowledge of the reality in the neighbourhood.

Through this research we became aware that the location, configuration, dimension of Casal da Mira neighbourhood, associated to a poor transports network, lack of social facilities and leisure spaces, beyond the non-existing local trade were severe constraints to the development of networks of local socializing; it also made it difficult for people the adaptation and appropriation of the new space and even the social integration in the urban space.

According to the results of this study, based upon the witness of women and social workers, with the corresponding theoretical framework, we come to the conclusion that Social Work must be based upon an holistic, integrated, multidimensional approach, with the participation and involvement of local actors, privileging the focus on women due to the role they perform in family and community, promoting the increase of their abilities and skills in the perspective of their qualification and empowerment.

### **Keywords:**

Social Work; Neighbourhood; Participation; Gender; Empowerment.

## ÍNDICE

Introdução

### **Cap.1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO**

1 - Breve caracterização do Município da Amadora .....	23
2 - Caracterização da Freguesia da Brandoa .....	32
3 - Bairro Casal da Mira .....	36
4 - Caracterização sócio-demográfica da população .....	37
5 - Amostra do estudo: apresentação e caracterização .....	45
6 - Intervenção social desenvolvida no bairro Casal da Mira .....	59

### **Cap.2 – POLÍTICAS E RESPOSTAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO .... 64**

1 - Programas e respostas habitacionais na Amadora .....	66
2 - Outras medidas de política social de habitação .....	71
3 - Execução dos programas de habitação na Amadora .....	76

### **Cap.3 – BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL, ESPAÇOS DE IDENTIDADE E INTERACÇÃO SOCIAL E CULTURAL ... 80**

1 - Impactos da mudança/relojamento na vida das mulheres e das famílias	82
2 - Mapear a estruturação das relações sociais, através do alojamento	92
3 - Modos de vida e estratégias de sobrevivência das mulheres .....	105
4 - O urbanismo e as questões de género/ o bairro visto e sentido pelas mulheres .....	118
5 - O Bairro, como espaço de encontro e interacção entre culturas .....	131
6 - Pobreza e exclusão social e contextos desfavorecidos.....	136

<b>Cap. 4 – GÉNERO, FAMÍLIA, CIDADANIA E MULTICULTURALISMO .....</b>	<b>148</b>
1 – Género e cidadania .....	149
2 - Interdisciplinaridade do saber na compreensão social das questões de género .....	154
3 - Papéis e transformações recentes das famílias .....	165
4 - O multiculturalismo e as questões de género .....	169
5 - A imigração feminina e a sua tradução no contexto do estudo .....	171
6 - O género na definição das políticas .....	176
<b>Cap.5 – DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL – TEORIAS, MODELOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>184</b>
1 - Teorias e Modelos de Intervenção do Serviço Social e a sua Relação com o Contexto do Estudo.....	185
2 - Teoria Geral de Sistemas e Teoria Ecológica .....	190
3 - Modelo Humanista e Existencial .....	193
4 - Modelo Crítico/Radical .....	195
5 - Intervenção Comunitária e Desenvolvimento .....	196
6 - Teoria Anti-Discriminatória e Anti-Opressiva .....	203
7 - Teorias Feministas do Serviço Social.....	209
8 - Trabalho em Rede e Sistemas de Apoio Social .....	215
9 - A Prática Profissional com Famílias .....	220
10 - A Mediação no Serviço Social .....	222
11 - Participação e Empowerment na Construção de uma Cidadania Activa	225
<b>Cap. 6 – A PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CONTEXTO DE BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>230</b>
1 - Princípios orientadores da intervenção do Serviço Social .....	231

2 - Confronto de interesses e dilemas no exercício da profissão .....	234
3 - Constrangimentos na prática profissional .....	235
4 - As questões de género, uma prioridade na intervenção do Serviço Social .....	239
<b>CONCLUSÕES</b>	
Modelos e estratégias de intervenção para o Serviço Social em contexto de bairro de habitação Social .....	<b>247</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>267</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Esperança de vida à nascença no concelho da Amadora.....	26
QUADRO 2 – Naturalidade e nacionalidade da população residente no C. Mira.....	40
QUADRO 3 – Tipos de Famílias residentes no bairro Casal da Mira .....	41
QUADRO 4 – Escolaridade das mulheres que compõem a amostra.....	48
QUADRO 5 – Profissões das mulheres que compõem a amostra.....	49
QUADRO 6 – Origem dos rendimentos das mulheres que compõem a amostra.....	50
QUADRO 7 – Percursos de origem das mulheres que compõem a amostra.....	54
QUADRO 8 - O bairro visto pelas mulheres (análise SWOT).....	248

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – População residente no concelho da Amadora por grupos etários (2001).....	25
GRÁFICO 2 - População residente no concelho da Amadora com 65 e mais anos....	27
GRÁFICO 3 – Pirâmide etária da população residente no Casal da Mira .....	38
GRÁFICO 4 – Bairros de origem da população residente no Casal da Mira.....	39
GRÁFICO 5 – Naturalidade das mulheres que compõem a amostra.....	47
GRÁFICO 6 – Faixas etárias das mulheres que compõem a amostra.....	47
GRÁFICO 7 - Bairros de origem das mulheres que compõem a amostra.....	48
GRÁFICO 8 - Tipo de família das mulheres que compõem a amostra.....	50
GRÁFICO 9 - Razão da vinda para Portugal das mulheres que compõem a amostra...52	

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Campos paradigmáticos das teorias do Serviço Social.....	188
FIGURA 2 – Dimensões interactivas da opressão/Teorias anti-opressivas.....	205
FIGURA 3 – Articulações das mediações em jogo nas intervenções sociais.....	224

## **SIGLAS**

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção social

CMA – Câmara Municipal da Amadora

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

DGPH – Divisão de Gestão do Parque Habitacional

DH/CMA – Departamento da Habitação da Câmara Municipal da Amadora

EB1 – Escola Básica 1º Ciclo do Ensino Básico

FIAS - Federação Internacional de Assistentes Sociais - IFSW

GERBRA - Gabinete Especial de Recuperação da Brandoa

GTL – Gabinete Técnico Local

INH<sup>1</sup> – Instituto Nacional da Habitação

INE – Instituto Nacional de Estatística

IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

JAE – Junta Autónoma das Estradas

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PAAR – Programa de Apoio ao Auto-Realojamento

PAO – Prática Anti-Opressiva

PAP – Plataforma de Acção de Pequim

PER – Programa Especial de Realojamento

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

PNI – Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género

PNCVD – Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

---

<sup>1</sup> Actualmente IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

REFER – Rede Ferroviária Nacional

REPAN – Rede Europeia Anti-Pobreza

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAAI – Sistema de Atendimento e Acolhimento Integrado de Acção Social

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho

SWOT – Strength – Weakness – Opportunities - Threats

## INTRODUÇÃO

A presente investigação, intitulada “CASAL DA MIRA, UM BAIRRO DE DINÂMICAS PROTAGONIZADAS PELAS MULHERES – MODELOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL”, enquadra-se no âmbito do programa de doutoramento em Serviço Social, promovido pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL.

O estudo consiste no conhecimento das dinâmicas locais resultantes do processo de realojamento<sup>1</sup> no bairro de habitação social – Casal da Mira e procura identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de habitação social, a partir das dinâmicas internas do bairro, protagonizadas pelas mulheres, nas vivências do seu quotidiano, tendo como referência as suas trajectórias e modos de vida.

O bairro Casal da Mira é um bairro com origem no realojamento, no âmbito do PER<sup>2</sup>, da população residente em bairros de habitação degradada e está localizado na Freguesia da Brandoa - Município da Amadora.

A escolha do bairro Casal da Mira não é alheia ao facto de a investigadora ter exercido funções de assistente social, durante cinco anos, no Gabinete Técnico Local, integrado na Divisão de Gestão do Parque Habitacional<sup>3</sup> do Departamento de Habitação da Câmara Municipal da Amadora. Nesta qualidade existia um interesse especial no aprofundamento do conhecimento sobre a realidade em que estava a intervir. Esta situação é muito frequente no Serviço Social, o que coloca algumas questões, pelo duplo papel de assistente social e de investigadora na mesma realidade. Uma das questões consiste na necessidade de distanciamento como investigadora, uma vez que se está a investigar a prática em que, simultaneamente, se é protagonista. Neste sentido há que ter presente que

---

<sup>1</sup> O realojamento consiste na mudança das famílias do bairro de habitação degradada para o bairro de habitação social.

<sup>2</sup> PER – Programa Especial de Realojamento, criado em 1993, através do Decreto Lei nº 163/93 de 7 de Maio, constituindo um Programa para a erradicação de barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

<sup>3</sup> A DGPH – Divisão de Gestão do Parque Habitacional do Departamento de Habitação tem a responsabilidade da gestão sócio-urbanística do parque habitacional da Câmara Municipal da Amadora. Actualmente, com a publicação (Diário da República, 2ª série-nº 142 de 23 de Julho de 2010) de uma nova macro-estrutura a designação passou para DHRU/DGSPHM – Departamento de Habitação e Requalificação Urbana/ Divisão de Gestão Social do Parque Habitacional Municipal.

estamos a analisar factos, representações e comportamento que os nossos interlocutores, neste caso as mulheres afirmam e não aquilo que sentimos.

Durante alguns anos, a actividade profissional desenvolvida proporcionou-me um contacto estreito com os problemas de populações residentes em meios socialmente desfavorecidos, nomeadamente em bairros de habitação degradada, abrangidos pelo PER, na maior parte dos casos em condições habitacionais precárias, nos quais a população alimentava uma grande expectativa relativamente à nova casa, o que despertou, também, o interesse em conhecer o modo como, efectivamente, a mudança resultante dos processos de realojamento é vivida, bem como as estratégias de adaptação da população ao novo contexto.

As características do bairro Casal da Mira constituíram, também, um certo desafio. Sendo um bairro de habitação social<sup>4</sup> recente, com características próprias<sup>5</sup>, parece ser de todo o interesse conhecer como se estabelecem, não só a organização social, como as dinâmicas locais, a construção das novas sociabilidades, através das vivências das mulheres. A intervenção do Serviço Social, que se desenvolve nestes contextos e o que pensam os (as) assistentes sociais sobre essa intervenção, constitui o ponto de partida para identificar novos modelos, que contribuam para o bem-estar da população.

A presente investigação pretende dar realce ao papel desempenhado pelas mulheres nos processos de realojamento, pela sua importância na família e na comunidade em que estão inseridas e perceber como se manifesta e quais as dimensões do seu protagonismo, no contexto do estudo.

A mudança resultante do processo de realojamento tem como consequência alterações na vida das pessoas. Efectivamente verificam-se alterações a diversos níveis, nomeadamente na reconfiguração da mobilidade geográfica, traduzida nas alterações das redes familiares e de vizinhança, na vivência em prédios, nas despesas familiares, relacionadas com a habitação. A própria localização do bairro implica, também outro tipo

---

<sup>4</sup> Entende-se por bairro de habitação social, uma modalidade de apoio habitacional, integrada na promoção habitacional pública, que permite o acesso a uma habitação condigna a pessoas que evidenciam incapacidade de corresponder às condições necessárias para integrarem outra modalidade. A renda é compatível com a situação económica do agregado (calculada em função dos rendimentos e com base no D.L. nº 166/93. A gestão desse património tem vindo a ser assumida pelos municípios face à proximidade e à relação com as populações locais.

<sup>5</sup> As características do bairro são apresentadas no capítulo 1

de adaptações, designadamente, a nível de transporte, nas deslocações para o trabalho, os equipamentos onde deixar as crianças, enquanto estão a trabalhar ou até os estabelecimentos comerciais, onde se fazem as compras.

Os bairros, cuja origem está no realojamento de populações, outrora residentes em bairros de habitação degradada, cresceram consideravelmente e constituem hoje uma paisagem social e urbanística nas cidades das regiões metropolitanas. Este fenómeno teve grande desenvolvimento, a partir de 1993, com a implementação do PER.

Partindo da ideia de que a habitação é, por um lado, um abrigo e por outro um sinal exterior da condição económica e da pertença a um determinado grupo e lugar a um estilo de vida próprio, pode funcionar como instrumento de segregação socio-espacial ou exclusão social ou, pelo contrário, potenciar a integração social dos indivíduos. Podemos, também constatar que nos bairros de habitação social é dada pouca margem de escolha aos habitantes, por parte das entidades responsáveis pelos realojamentos – o local do realojamento é imposto e os vizinhos também. As expectativas das pessoas não são trabalhadas e raramente se criam condições para evidenciar algum carácter distintivo e identitário do seu grupo ou estilo de vida, o que se manifesta, muitas vezes, em indiferença ou insatisfação da população realojada (Farina, 2001).

À partida o realojamento num bairro de habitação social parece ter um impacto positivo na vida das pessoas, na medida em que se traduz na mudança de uma habitação precária/degradada para uma casa melhor. No entanto, a questão é bem mais complexa e justifica um aprofundamento pois, apesar de os processos de realojamento representarem, na maior parte dos casos, uma melhoria significativa nas condições de habitabilidade, podem ser sentidos como perdas significativas por se traduzirem, muitas vezes, num corte com um estado de equilíbrio ao nível das redes sociais, entendidas como conjunto organizado de relações (Pinto, 1994).

Esta mudança, se por um lado pode ser vista como uma oportunidade de valorização social abrindo novas perspectivas de vida, por outro lado, não tem sido muito eficaz na quebra dos ciclos de pobreza e exclusão social, uma vez que o acesso a uma habitação, por si só, não rompe com as esferas da pobreza e exclusão social por se tratar de um fenómeno multidimensional.

O confronto com os novos cenários habitacionais implica, assim, a reestruturação dos modos de vida das famílias. Essa reestruturação pode assumir dois sentidos distintos e contraditórios. Por um lado, podem constituir processos de transformação dos seus modos

de vida numa lógica de promoção e mobilidade social ou, por outro, podem desencadear outros problemas sociais, que dificultam a inserção social da população realojada (Freitas, 1994).

Nestes processos, terá interesse indagar a importância das questões de género, na medida em que as mulheres desempenham, na maior parte dos casos, um papel de relevo, no seio da família e na comunidade, nomeadamente na educação dos filhos, recaindo sobre elas responsabilidades logísticas de toda a família, incluindo a própria gestão dos recursos domésticos. As mulheres assumem também um grande protagonismo na construção das redes de parentesco, vizinhança e de sociabilidade, na organização social da própria comunidade, ao nível da casa, do prédio e do bairro. Nesta perspectiva, há que dar visibilidade e relevância às experiências, percursos e subjectividades das vidas femininas.

É também de referir que, tal como afirma Grassi (2003), não pode existir desenvolvimento sem se ter em consideração a eliminação das desigualdades relacionadas com a problemática do género. Assim, “a pesquisa na área do género assume grande importância para a luta contra a pobreza e as discriminações, na medida em que o género constitui uma dimensão muito importante na formação da identidade colectiva de um grupo social, o das mulheres<sup>6</sup>” (Grassi, 2003:287).

O multiculturalismo que caracteriza o bairro é também um aspecto a considerar no estudo, na medida em que coexistem populações de diferentes origens culturais, desenhando uma heterogeneidade cultural o que parece não se verificar relativamente aos rendimentos, em geral reduzidos, e às baixas qualificações escolares e profissionais, o que torna as populações residentes nestes bairros vulneráveis a várias formas de pobreza e exclusão social.

A pertinência do tema refere-se, também, ao facto de os bairros de habitação social constituírem, em boa parte, um problema social, sendo tema de grande mediatização. Efectivamente, “o problema surge com o início dos realojamentos massificados em grandes empreendimentos de habitação colectiva, localizados muitas vezes nas periferias das cidades e constituem muitas vezes “guetos” sociais, que apresentam rapidamente

---

<sup>6</sup> Segundo dados do PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1995, p. 4, as mulheres detêm menos de 1% da riqueza mundial e ganham menos de 10% do rendimento global, apesar de executarem dois terços do trabalho mundial.

degradação física e vivencial, transformando-se em “bairros degradados social e urbanisticamente desintegrados da malha urbana”(Guerra, 1994: 11).

Outro aspecto a considerar é a dimensão dos bairros “a exagerada dimensão dos empreendimentos e a “transplantação” de populações com hábitos e necessidades que não se coadunam com o anonimato dos andares, aliado a carências económicas e a problemas sociais das famílias, foram as principais explicações dos múltiplos estudos e debates feitos sobre esta questão” (Ferreira, 1994:8).

Por outro lado, na maior parte das operações de realojamento, as populações não têm qualquer participação, sendo estas iniciativas discutidas e planeadas a nível técnico e político, pelo que o alojamento não corresponde, muitas vezes, às expectativas ou aspirações daqueles que as vão habitar.

O isolamento socio-espacial pode ter como consequência o desenvolvimento de sentimentos de insegurança, por parte dos habitantes dos novos bairros, que passam a atribuir maior importância aos problemas de criminalidade, delinquência ou tráfico e consumo de drogas, que já existiam no bairro de habitat degradado onde residiam.

Verifica-se, também, uma visão estigmatizada e estereotipada destes contextos por parte da população em geral, pois estes bairros são vistos apenas como um problema, ignorando todo um capital humano e diversidade de pessoas que migraram do interior do país, ou de outros países à procura de melhor qualidade de vida, traduzindo esforço de mobilidade social. Esta situação agrava-se, em muitos casos, com a ausência de equipamentos locais, sobretudo sociais, de lazer, cultura, recreio e de comércio, pois compromete a possibilidade de colmatar o papel, antes desempenhado pela sedimentada rede de relações de vizinhança, favorecendo o isolamento e insegurança.

As características morfológicas e urbanísticas dos bairros sociais são indicadores que caracterizam a sua maior ou menor integração no espaço urbano da cidade e com influência na maior ou menor integração social por parte dos seus residentes. Em regra, este tipo de alojamento não satisfaz a desejada integração social e a ligação urbana, pois a sua construção é normalmente realizada em zonas periféricas da cidade e afastada dos centros de vida social e económica (Pinto, 1994: 41).

As questões de habitação interligam-se com o conceito de cidade<sup>7</sup> e o crescimento urbano, em consequência de chegarem à cidade grandes fluxos de populações, motivado pelo incremento da industrialização, a partir dos anos 50, o que veio provocar um desfasamento entre o número de habitações necessárias e o crescimento da população.

Grande parte desta população, com escassos meios, recorre a soluções informais e precárias de habitação, pois dentro da oferta do mercado não é possível facultar a todos os que chegam à cidade uma habitação acessível. Surge, assim, a necessidade da intervenção do Estado com vista a uma distribuição mais justa de um bem tornado direito, assumindo o Estado o que se designa por “habitação social”.

Os bairros de habitação social resultantes do PER, sobretudo os de grande densidade e grande concentração populacional representam uma concentração de pessoas que partilhavam uma situação comum, isto é, residiam em barracas. Quando o processo foi implementado em Portugal, outros países da Europa já tinham concluído que este sistema não resultava e que era desaconselhável do ponto de vista social e ecológico.

Apesar disso, em muitos processos de realojamento, os decisores políticos, condicionados por questões como a falta de terrenos, têm dado preferência à vertente quantitativa e aos resultados numéricos para justificar o sucesso das medidas implementadas para a resolução do problema habitacional das famílias de baixos rendimentos. Estas medidas assentam fundamentalmente na construção massiva de habitação social para o realojamento de populações que vivem em bairros de habitação degradada.

Com a implementação do PER e o aumento da população a residir em bairros de habitação social, os municípios têm vindo a assumir cada vez maiores responsabilidades no que se refere à gestão do seu parque habitacional, aumentando o número de assistentes sociais nos seus quadros de pessoal a trabalhar nesta área. A intervenção dos profissionais de Serviço Social vê-se confrontada com múltiplas exigências. Estes profissionais têm de lidar com diferentes problemas sociais e actuar em várias dimensões, política, social,

---

<sup>7</sup> Segundo a lógica do modelo ecológico, ligado à Escola de Chicago, a cidade desenvolve-se por sectores, que são caracterizados pelos diversos usos do solo e pelos níveis desiguais do rendimento urbano. Esses sectores desenham-se através de círculos concêntricos, desde o mais central às periferias pendulares que são ocupadas, de acordo com as diferenciações socio-económicas.

económica e cultural com a população residente nos bairros de habitação social. Torna-se, pois, pertinente reflectir sobre a intervenção do Serviço Social neste campo de actuação.

Decorrente da escolha do tema e da problemática, o objecto de estudo da presente pesquisa centra-se nas dinâmicas locais do bairro de habitação social Casal da Mira, protagonizadas pelas mulheres, nas vivências do seu quotidiano, tendo como referência as suas trajectórias e modos de vida.

A pesquisa focaliza-se, em primeira instância nas implicações da mudança resultante do processo de realojamento da população realojada no bairro Casal da Mira, através da forma como foi vivido pelas mulheres e a consequente apropriação e adaptação ao novo contexto (bairro), traduzida nas vivências, relações sociais e estratégias por elas desenvolvidas, como um processo social de criação de um quadro de interacção local.

O realce dado às mulheres, que constituem a janela de observação do bairro, baseia-se na importância e papel desempenhado pelas mulheres na família e na comunidade em que estão inseridas, que se expressa na educação dos filhos, na gestão dos recursos domésticos e na construção das redes de parentesco, vizinhança e sociabilidade.

A prática dos assistentes sociais em contexto de bairro de habitação social integra também o objecto de estudo, na presente pesquisa, tendo como ponto de partida, o modo como as assistentes sociais desenvolvem e perspectivam a intervenção do Serviço Social nos bairros de habitação social.

A pergunta de partida, que serviu de base ao desenho da presente pesquisa, constituiu o fio condutor a todo o processo de investigação, traduz-se na seguinte questão: A mudança resultante do realojamento no bairro Casal da Mira constituiu um factor de inclusão e mobilidade social ou de segregação e exclusão, tendo como referência a experiência de vida das mulheres e, neste contexto, que intervenção para o Serviço Social?

Desta forma, o presente trabalho procura analisar e reflectir sobre as alterações verificadas na vida das famílias e a sua adaptação ao novo contexto bem como no modo como se desenvolve a intervenção do Serviço Social com a população residente nos bairros de habitação social do município, onde se insere o presente estudo e, a partir da prática desenvolvida, identificar, do ponto de vista dos assistentes sociais, o tipo de intervenção do Serviço Social desenvolvida e a desenvolver nestes contextos.

Assim foram definidos como objectivos gerais do estudo:

1 - Identificar e analisar os factores que contribuem para construção social do novo bairro, a partir do papel da mulher na família, na vida do bairro e as formas de apropriação do novo espaço território e social com a reconfiguração das redes sociais e identidades locais ligadas ao processo de mudança habitacional resultante do realojamento, nomeadamente os processos e dinâmicas locais;

2 – Identificar modelos e estratégias de intervenção para o Serviço Social, em contexto de bairro de habitação social com uma configuração multicultural, partindo das trajectórias, modos de vida e adaptação das mulheres ao novo contexto - bairro Casal da Mira e do modo como as assistentes sociais desenvolvem e perspectivam a intervenção do serviço social nos bairros de habitação social.

Decorrentes dos objectivos gerais, foram definidos como objectivos específicos:

1 – Conhecer os impactos da mudança resultante do realojamento na vida das famílias, sob a perspectiva das vivências das mulheres e a consequente apropriação e adaptação ao novo contexto - bairro Casal da Mira, traduzido nas relações sociais, modos de vida e trajectórias das mulheres;

2 – Compreender os significados da casa para as moradoras, a imagem e expectativas que têm do bairro e as suas dinâmicas, com a reconfiguração das redes sociais, de parentesco e vizinhança;

3 - Identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de bairro de habitação social, valorizando o papel das mulheres na vida das famílias e da comunidade.

O bairro Casal da Mira<sup>8</sup> (planta em anexo) constitui a unidade de análise do estudo, sendo de referir que se trata de um bairro de habitação social de grande dimensão, constituído por 760 fogos, cuja localização e configuração não favorecem o convívio e interacção entre as pessoas, desenvolvendo-se na população sentimentos de isolamento. Acresce ainda o facto de os equipamentos sociais serem escassos e não existirem espaços de convívio e lazer nem comércio de proximidade, pois as lojas destinadas a esse fim continuam fechadas, o que desencadeou uma reacção de vandalização das mesmas.

A população residente apresenta, no geral, baixas habilitações escolares e profissionais, constatando-se a incidência de situações de crianças sinalizadas pelo Tribunal de Menores ou pela Comissão Protecção de Crianças e Jovens e de mulheres

---

<sup>8</sup> A caracterização mais completa do bairro Casal da Mira integra o ponto três do capítulo 1

vítimas de violência doméstica. Regista-se também, entre outros problemas, o abandono escolar, por parte dos jovens, sendo visível a sua desocupação, permanecendo, durante o dia, em grupos, nas ruas do bairro.

A população do bairro é bastante heterogénea do ponto de vista cultural, oriunda de diferentes bairros, surgindo o bairro da Azinhaga dos Besouros como o local de onde veio o maior número de pessoas (64,74%). Apresenta grande complexidade de fenómenos no seu interior.

Até à entrada em funcionamento do Centro Comercial Dolce Vita Tejo, o acesso do bairro Casal da Mira ao centro da freguesia e da Amadora não estava facilitado, uma vez que não existiam transportes directos para o centro da freguesia e do município, constatando-se que a população se deslocava, predominantemente, para Lisboa. Esta situação traduzia-se em sentimentos de isolamento, por parte da população residente<sup>9</sup>.

Pelas particularidades do bairro Casal da Mira, interessa, pois, conhecer os impactos da mudança habitacional resultante do realojamento no bairro, como se estabelece a organização social bem como as dinâmicas locais, a construção das novas sociabilidades, redes e interacção social.

O campo empírico é, assim, constituído pelas mulheres residentes no bairro Casal da Mira e por assistentes sociais que intervêm nos bairros de realojamento social do Município da Amadora e outros técnicos, cujo testemunho, pela posição que ocupam e/ou conhecimentos que possuem, são importantes contributos para o terceiro objectivo da pesquisa.

Para a escolha das mulheres definiram-se critérios, como: idade activa, de diferentes culturas<sup>10</sup>, oriundas de diferentes bairros de habitat degradado; que se destacavam pelo seu perfil, iniciativa, percurso de vida ou pela sua participação na vida do bairro; com ocupações profissionais diferentes ou pertencentes a diferentes tipos de família.

No que se refere à família, é de salientar o elevado número de famílias monoparentais constituídas por mãe com filhos<sup>11</sup>. Para além dos cuidados com as crianças,

---

<sup>9</sup> A forma como bairro é descrito, quer pelos dados resultantes da pesquisa documental, quer pelas entrevistas às mulheres refere-se aos finais de 2007, início de 2008.

<sup>10</sup> Portuguesa, cabo-verdiana, angolanas, guineense e cigana.

<sup>11</sup> Tal como indica o quadro 3, na pg. 40, constata-se 172 famílias compostas por mãe com filhos, representando 22,9%.

as mulheres cuidam também dos idosos e de outros familiares dependentes. A importância do seu papel na transmissão de valores e saberes, assim como na educação dos filhos é notória<sup>12</sup>. As mulheres tratam da casa, saem de manhã cedo para irem trabalhar e assegurarem o sustento da família, constituindo, por vezes, o único rendimento<sup>13</sup>. Esses trabalhos são, na maioria dos casos, precários e mal pagos. Os homens, muitas vezes têm trabalhos precários e incertos - biscates. São elas que gerem o orçamento familiar e, em situações de insuficiência de rendimentos ou carência extrema nas famílias, são, também elas que, normalmente, recorrem aos serviços para pedir ajuda (RSI, Banco alimentar, Acção social /Seg. Social, pedidos de redução de renda).

Devido ao papel desempenhado pelas mulheres, tal como afirma Ana Cardoso<sup>14</sup>, os apoios de âmbito social prestado às mulheres têm um efeito multiplicador e grande impacto na vida das famílias.

Nas reuniões de prédio, a participação das mulheres é superior à dos homens<sup>15</sup>, assim como no que se refere ao número de representantes de prédio, em que o número de mulheres também é superior. Nas actividades desenvolvidas no bairro, verifica-se, também, maior participação das mulheres. A título de exemplo, a adesão das mulheres é superior à dos homens nos cursos de formação<sup>16</sup> que se desenvolveram no bairro. Também, no comércio informal, as mulheres se afirmam (venda de peixe, de bebidas, pastéis, etc).

No que diz respeito à escolha das assistentes sociais, foram realizadas 11 entrevistas, utilizando-se como critérios de escolha para a sua selecção: a trabalhar com a população residente nos bairros de habitação social do Município da Amadora; com cargos de chefia no âmbito da habitação, designadamente as Chefes da Divisão de Habitação e Realojamento e da Divisão de Gestão do Parque Habitacional; ligadas a outros serviços

---

<sup>12</sup> Através das entrevistas às mulheres e do contacto com a Escola, verifica-se que, quando os encarregados de educação são chamados à escola, são normalmente as mães que comparecem.

<sup>13</sup> Embora não exista uma sistematização dessas situações, as diferentes técnicas do Gabinete constatarem com muita frequência situações desse tipo, através dos atendimentos e da organização de processos referentes a pedidos de redução de renda.

<sup>14</sup> Socióloga e Investigadora no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social e responsável pela implementação e supervisão do projecto SAAI - entrevista concedida no âmbito da pesquisa

<sup>15</sup> Estes dados baseiam-se nos registos de presenças e relatórios das reuniões efectuadas pelas Técnicas do Gabinete. De referir que, em 2008, dos 45 representantes de prédio, 26 eram mulheres.

<sup>16</sup> Em 2007 e 2008 realizaram-se três cursos de formação: um de alfabetização; um de actividades extra-curriculares e um curso de formação de amas.

como a Segurança Social, a intervir com população do bairro, nomeadamente, no âmbito das Equipas de Acompanhamento do RSI<sup>17</sup> e ao nível da concepção e do acompanhamento e supervisão do SAAI<sup>18</sup>. Para além das entrevistas às assistentes sociais, foram efectuadas entrevistas a dois sociólogos, que ocupam posições estratégicas relativamente ao contexto do estudo e possuem conhecimentos de interesse para a pesquisa.

A minha qualidade de assistente social a desempenhar funções no Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal da Amadora, a funcionar no bairro do Casal da Mira, também facilitou o processo de investigação pela proximidade e ligação à população e ainda pela posição privilegiada face ao objecto de estudo, através de uma observação participante.

A intervenção como assistente social no Gabinete Local da CMA incluía deslocações aos prédios<sup>19</sup>, visitas domiciliárias, conversas formais e informais com moradores, nomeadamente com elementos ligados à Associação de Moradores, ao Grupo de Jovens, aos Técnicos dos Equipamentos (Farmácia, Loja Mira-Jovem, Jardim de Infância da Associação Unidos de Cabo-Verde), tendo facilitado, também, o contacto com as mulheres entrevistadas no âmbito da pesquisa. É também de referir a relação com as famílias, bem como a articulação e trabalho em parceria com as estruturas locais e serviços com intervenção no bairro.

Como já foi referido, esta proximidade do objecto empírico da pesquisa poderá também colocar questões epistemológicas e éticas, pelo duplo papel assumido. Sobre esta questão é de referir que o Serviço Social é uma profissão fortemente vinculada a um conjunto de valores que moldam a profissão, a sua missão e as prioridades dos profissionais. Os principais valores estão relacionados com o direito do sujeito da acção à auto-determinação e com a obrigação de ser protegido ao nível dos seus direitos. Apesar

---

<sup>17</sup> Rendimento Social de Inserção

<sup>18</sup> Sistema de Atendimento e Acolhimento Integrado de Acção Social. O projecto constituiu uma candidatura ao PROGRIDE -Programa para a Inclusão e Desenvolvimento, Medida 1 e insere-se no âmbito da Medida Rede Social, e de acordo com dois instrumentos (Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município da Amadora). Foi criado com o objectivo elaborar e testar um modelo de Atendimento e Acompanhamento Integrado, visando melhorar a intervenção junto da população em situação de pobreza e/ou exclusão Social, assim como rentabilizar recursos disponíveis pelas Instituições locais sem fins lucrativos. O projecto iniciou-se em Setembro de 2005, sendo alargado à freguesia da Brandoa em 2007.

<sup>19</sup> Estas deslocações relacionam-se com questões ligadas à conservação e manutenção dos espaços comuns dos prédios.

disso, a questão poderá ser ultrapassada com uma atitude atenta e vigilante para não contaminar os resultados da investigação. Tal como afirma Baptista “o que particulariza a investigação dos profissionais que actuam nas relações sociais é o facto de terem no seu horizonte a intervenção profissional. A sua preocupação central é a incidência sobre a prática que decorrerá do conhecimento produzido.” (Baptista: 2001: 42). Neste pressuposto, o que distingue o assistente social, como investigador, na construção do seu objecto, é o facto de, muitas vezes, este ser também objecto de acção e não apenas objecto de pesquisa.

A investigação pode ser vista como constitutiva da prática profissional, responsável pela sua reconstrução teórico-metodológica e pela superação das representações teóricas e ideais introduzidas pelo Serviço Social na sua tradição (Baptista: 2001: 45).

Os objectivos da pesquisa que se apresentaram e as técnicas de recolha de dados junto das mulheres e das assistentes sociais, justificam que o estudo assuma o carácter de metodologia qualitativa e interpretativa, pois a investigação qualitativa, embora esteja associada a diferentes posições teóricas, “todas as perspectivas conceptualizam o modo como os sujeitos - com as suas experiências, acções, intenções – se relacionam com o contexto em que de diversas formas são estudados” (Flick, 2005: 18).

Martinelli (1999) reforça a importância das metodologias qualitativas, pois, na sua perspectiva, apenas este tipo de pesquisa permite ao assistente social perceber as concepções e os significados que os sujeitos/utentes atribuem à sua vida, aos seus problemas e experiências.

Segundo a autora, o objectivo central deste tipo de pesquisa é trazer à luz do dia as interpretações que os sujeitos dão acerca do que o investigador necessita investigar, pelo que é uma condição, “o contacto directo com o sujeito da pesquisa” (Martinelli, 1999:22).

Nas pesquisas qualitativas estudar o social significa compreendê-lo, tornando-se necessário e indispensável situar os sujeitos no seu próprio contexto, na sua própria estrutura, pois só assim o investigador pode entender os factos a partir da interpretação que estes fazem na sua própria vivência quotidiana. Neste sentido, Casal (1996) defende que “o objecto e objectivo da análise nas ciências sociais será, pois, identificar, compreender explicar o sentido que os indivíduos atribuem às suas acções e descobrir os motivos pelos quais as executam em determinado momento histórico” (Casal, 1996:30).

Tendo presentes os diferentes paradigmas, a pesquisa centrou-se na adequação dos diferentes contributos para a análise do objecto de estudo, utilizando diferentes métodos e técnicas, numa construção estratégica, tentando articular a teoria com a empiria.

Considerou-se que a abordagem mais adequada para este tipo de pesquisa seria baseada na construção cooperativa entre o investigador e os próprios sujeitos empíricos do estudo. Assim, a estratégia de tipo abdução pareceu a mais adequada, pois apresenta, também, algumas vantagens, na medida em que gera conhecimento científico, a partir do conhecimento quotidiano dos actores sociais (Blaikie, 2000). A realidade social é a realidade interpretada e experienciada pelos seus membros, cabendo ao investigador conhecer e descrever essa visão de dentro e na primeira pessoa.

Privilegiou-se o contacto directo com as mulheres, no seu próprio contexto residencial e social. As entrevistas decorreram, em suas casas, no sentido de melhor compreender e perceber as trajetórias e modos de vida das entrevistadas. Este contacto estreito com as mulheres possibilitou, também, uma aproximação e conhecimento maiores sobre as dinâmicas do bairro.

Após a construção de um guião de entrevista (anexo 5) e identificação das mulheres a entrevistar, deu-se início à realização das entrevistas em Janeiro de 2007, tendo sido efectuadas 23 entrevistas às mulheres<sup>20</sup>, ao fim de semana ou no início e final do dia. Apenas cinco entrevistas foram efectuadas no Gabinete Técnico Local, por se considerar que as suas casas não reuniam as condições necessárias a nível da privacidade para a abordagem de algumas questões mais pessoais, pela presença de familiares.

Ao pretender-se analisar as trajetórias biográficas das mulheres, centrando-se o tema da pesquisa em determinados acontecimentos do percurso das mulheres, recorreu-se à entrevista em profundidade (Pais, 2001), centrada no problema, coloquiais e empáticas (Flick, 2005)<sup>21</sup>, para recolha de informação, aproximando-se das conversas compreensivas. A primeira parte da entrevista centrava-se no percurso de vida das

---

<sup>20</sup> Residem no bairro 1246 mulheres, das quais 640 estão em idade activa (25-64) – Caracterização socio-demográfica da população do bairro.

<sup>21</sup> “A entrevista centrada no problema caracteriza-se por três critérios nucleares: a contração no problema; a orientação para o objecto, ou seja, os métodos são elaborados ou modificados, tendo em atenção o tema da investigação; a orientação processual, tanto no processo de pesquisa como no modo de entender o objecto da investigação” (Flick, 2005: 89).

mulheres, em que estas, livremente, relatavam os acontecimentos que precederam e determinaram a sua presença no bairro, uma vez que se pretendia atingir a subjectividade inerente às situações concretas dos percursos de vida das inquiridas.

Neste sentido, as entrevistas também se podem aproximar das entrevistas etnográficas, na medida em que algumas delas constituíam narrativas de vida, ao longo das quais se estabelecia uma interacção e empatia, permitindo uma ligação com a rede cultural particular a que as mulheres estavam ligadas, o que acontece com o etnógrafo (Caria, 2003:12).

Tal como já foi referido, as entrevistas às mulheres constituíram um meio de aproximação e interacção com a comunidade, pela relação que se estabeleceu de empatia e confiança e, por outro lado, algumas trajectórias de vida, contadas na primeira pessoa, são reveladoras, da força, tenacidade, autonomia, empreendedorismo e energia das mulheres para enfrentar as adversidades, manifestando esforço de auto-valorização, investimento e empenhamento no futuro dos filhos, desenvolvendo estratégias de sobrevivência para fazerem face a situações de pobreza e discriminação.

Também o contacto com as mulheres, através dos atendimentos e acompanhamento social prestado pelas técnicas do Gabinete Local e as reuniões com moradores eram aproveitados para perceber os seus modos de vida e de estar, bem como as suas dificuldades, potencialidades e sentimentos relativamente ao bairro.

As acções desenvolvidas pelo Gabinete Técnico Local com a população<sup>22</sup> e o contacto com as estruturas existentes no bairro<sup>23</sup> também tiveram a sua expressão na recolha de dados sobre as dinâmicas do bairro. Por outro lado, as deslocações aos prédios, eram aproveitadas para estabelecer conversa com as pessoas presentes, em especial as mulheres. No trabalho de rua aproveitava, igualmente, para observar o modo de estar, as atitudes e convivência dos moradores do bairro. Para além da actividade, no âmbito do serviço, ia ao bairro, ao fim de semana para efectuar contactos e entrevistas e observava o ambiente do bairro, que era um pouco diferente, registando-se uma presença maior de pessoas nas ruas. No entanto, devido às características do bairro, a presença de pessoas nas ruas era pouco expressiva, à excepção da Avª Raul Rego, local onde essa presença era mais

---

<sup>22</sup> A actividade desenvolvida pelo Gabinete Técnico com a população é descrita nas páginas 58 – 62.

<sup>23</sup> Jardim de Infância da Associação Unidos de Cabo Verde, a Loja Mira Jovem, o grupo de Jovens e o Presidente da Associação de Moradores

notória. Outros pontos de interesse para observação eram os cafés e supermercados, frequentados pelos moradores do bairro.

Tendo em conta que a pesquisa foi desenvolvida a partir da observação do quotidiano das mulheres residentes no Casal da Mira, é de ter presente o que se entende por quotidiano. Pode ser considerado como uma alavanca do conhecimento, na medida em que a vida quotidiana não se constrói num objecto unificado por qualquer sistema conceptual e teórico coerente e próprio, sendo um lugar privilegiado da análise sociológica por ser revelador de determinados processos de funcionamento e de transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam (Pais, 2007:76).

No sentido de identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de bairro habitação social, considerou-se pertinente incluir na pesquisa a perspectiva e prática de assistentes sociais, que desenvolvem a sua actividade directa ou indirectamente nos bairros de habitação social do Município da Amadora, confrontando a prática e óptica desses profissionais com algumas das teorias do Serviço Social. Pretendeu-se, também, identificar estratégias para o Serviço Social, que valorizem o papel das mulheres.

Foram identificadas as assistentes sociais a entrevistar, com base em alguns critérios previamente definidos. Simultaneamente, construiu-se um guião de entrevista (anexo 6), com quatro conjuntos de questões: impactos do realojamento e papel das mulheres; bairro/inserção socio-espacial; políticas sociais e metodologias de intervenção do Serviço Social.

O enfoque das entrevistas era adaptado ao perfil profissional da/o entrevistada/o, centrando-se mais numa ou outra questão de acordo com a sua experiência profissional.

A realização das entrevistas às assistentes sociais decorreu entre Outubro de 2007 e Dezembro de 2008, tendo sido efectuadas 11 entrevistas.

Para enquadrar os testemunhos das assistentes sociais sobre a intervenção do Serviço Social nos três bairros de realojamento PER do município da Amadora: Casal da Mira, Casal da Boba e Casal do Silva, convém ter presente o tipo de intervenção desenvolvida pelos gabinetes de bairro, que é caracterizada no ponto seis do primeiro capítulo, ao tratar-se a intervenção social desenvolvida no bairro Casal da Mira.

A técnica de recolha de informação utilizada foi a *entrevista semi-estruturada ou semi-directiva*. Este tipo de entrevistas tem vindo a ser amplamente usado. O seu interesse reside na expectativa dos pontos de vista dos sujeitos serem mais facilmente expressos

numa situação de entrevista relativamente aberta do que numa entrevista estruturada ou num questionário (Flick, 2005). Assim, esta técnica permite que o entrevistado estruture o seu pensamento em torno do tema definido e proposto pelo entrevistador, o que evita que o entrevistado divague, centrando-se no tema proposto.

O guião elaborado/utilizado não obedecia a uma estrutura rígida, nem era totalmente livre, uma vez que havia um conjunto de perguntas, abertas, permitindo que o entrevistado fosse desenvolvendo o seu discurso de forma livre. Apenas uma das assistentes sociais optou por entregar respostas escritas e não faladas tendo, posteriormente, sido complementadas com uma conversa mais informal.

A pesquisa e análise documental constituiu, também, um dos métodos de recolha e de dados utilizada, porque “visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não e, a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação” (Albarelo, 1997:30). O recurso à pesquisa e análise documental consistiu no recurso a fontes, tais como: bases de dados do INE; base de dados do PER; base de dados do realojamento; base de dados da Segurança Social/Rendimento Social de Inserção; Diagnóstico Social da Amadora; relatórios e documentos elaborados pela equipe do GTL; dossier de candidaturas a lojas para comércio no bairro e outros documentos, nos Serviços de Habitação da CMA, como sejam as fichas de agregado e outros documentos diversificados. O facto de trabalhar nos Serviços de Câmara Municipal facilitou o acesso a esses dados, sendo de registar a disponibilidade dos colegas, que colaboraram no acesso aos mesmos.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, suporte de qualquer investigação, procurou-se centrar o estudo em autores, que se debruçaram sobre os temas em questão, procedendo-se ao chamado “estado da arte”. Constituiu, também, uma preocupação, nem sempre conseguida, da pesquisa ser exaustiva e ao mesmo tempo pertinente.

Relativamente à análise e tratamento dos dados recolhidos aplicou-se a técnica da análise de conteúdo, quer em relação às entrevistas às mulheres, quer em relação às entrevistas às assistentes sociais. A utilização da técnica de entrevista pressupõe a utilização da análise de conteúdo, que, segundo Bardin, “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”(1995:38). A enunciação foi o tipo de análise de conteúdo utilizado por parecer o mais adequado, ao entender a entrevista como um processo, centrando-se a análise nos conteúdos, com recurso a uma metodologia de tipo indutivo (Demazière e Dubar, 1997).

Tal como salienta Pais “o conteúdo de um texto não é o texto em si mesmo mas algo em relação ao qual o texto funciona, de certo modo, como instrumento. (...). A análise de conteúdo pode conceber-se como um conjunto de procedimentos que acaba por se traduzir na produção de um metatexto analítico” (Pais, 2001:115).

A análise de conteúdo das entrevistas implicou alguns procedimentos ou fases, para assegurar as operações necessárias, que, embora variem segundo o autor, é consensual distinguir três fases essenciais, para a operacionalização da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração e tratamento dos dados e interpretação dos mesmos.

Com base na proposta de Guerra (2006), após a realização das entrevistas gravadas, procedeu-se à sua transcrição para suporte de papel, passando depois por uma leitura cuidada, onde se registavam algumas anotações. Posteriormente construíram-se sinopses/grelhas de análise, que constituíam a síntese dos discursos que continham a mensagem essencial e que traduziam as temáticas e problemáticas.

No que se refere às entrevistas às mulheres, construíram-se grelhas de análise (anexo 7) consonantes com os objectivos da pesquisa. O primeiro objectivo consistia em registar as trajectórias de vida (percurso de vida, razão por que emigrou...), modos de vida/estratégias de sobrevivência (do que vive – ordenado, negócio, do RSI...profissão, vulnerabilidades), como foi sentida a mudança (como era no bairro de barracas e como é no Casal da Mira, o que mudou, aumento das despesas, distância em relação ao emprego, convívio).

O segundo objectivo abrangia: as sociabilidades no novo bairro (redes familiares, de amigos, convívio); significados da casa Imagem e dinâmicas do bairro (ambiente, comércio, transportes) e expectativas para o Bairro.

Com base na informação trabalhada e agrupando os dados recolhidos por temáticas<sup>24</sup>, passou-se à terceira fase, a interpretação dos dados e, desta forma, procurando dar sentido ao material recolhido, tendo presente que esta última fase constitui o cerne da investigação qualitativa. (Flick, 2005: 179).

---

<sup>24</sup> No caso das entrevistas às mulheres, temos: trajectórias de vida; modos de vida/estratégias de sobrevivência; vulnerabilidades; como foi sentida a mudança; sociabilidades no novo bairro; significados da casa e imagem, dinâmicas e expectativas sobre o bairro.

Ao filtrar a informação recolhida, procurava-se perder o menos possível dos significados subjectivos dos relatos das mulheres entrevistadas, tentando descobrir o social nas suas representações individuais.

Salienta-se que os nomes das mulheres, que se apresentam ao longo do trabalho são fictícios no sentido de garantir a confidencialidade dos testemunhos.

No que se refere às entrevistas às assistentes sociais, indo ao encontro do terceiro objectivo da pesquisa<sup>25</sup>, construíram-se sinopses das entrevistas (anexo 8), para facilitar a interpretação dos dados recolhidos, elegendo como temas:

- Impactos do realojamento na vida das famílias;
- Papel das mulheres, no contexto de vida e o Serviço Social;
- Relação entre as políticas (PER) e o Serviço Social
- Intervenção social desenvolvida e metodologias a desenvolver, em contexto de bairro de habitação social, com identificação de constrangimentos ao desempenho de um Serviço Social de excelência.

Quanto à identificação das assistentes sociais, utilizou-se em todas as expressões a abreviatura AS, seguida do número que foi atribuído a cada uma das entrevistas.

A técnica de análise de conteúdo, aqui, assumiu uma dupla dimensão. Uma de carácter descritivo, na medida em que relata o que foi recolhido e outra interpretativa, ao confrontar com o quadro teórico. Procurou-se estabelecer um diálogo entre o material empírico recolhido e as abordagens teóricas de alguns autores para fundamentar a prática observada, com vista à produção de novos conhecimentos sobre o objecto de estudo.

Na análise e tratamento da informação recolhida nas entrevistas, partiu-se de alguns pressupostos, explicativos das questões observadas, junto das assistentes sociais inquiridas. Os assistentes sociais beneficiam de uma posição privilegiada entre o terreno e as estruturas, pelo que a investigação em Serviço Social parte da acção e orienta-se para a acção, ocupando-se, essencialmente, dos problemas relativos ao contexto, à acção social e à especificidade profissional (Restrepo, 2003:139), pretendendo-se apontar caminhos relativamente às formas de agir sobre a realidade. Como defende Martins (1999), a investigação deve funcionar, não apenas como aproximação ao conhecimento da realidade social, mas também como estratégia para repensar e renovar as práticas.

---

<sup>25</sup> -Identificar modelos e estratégias de intervenção do serviço social em contexto de bairro habitação social

A clarificação do objecto de estudo prolongou-se no tempo, construindo-se progressivamente, através do contacto com o terreno, a partir da interacção entre a recolha de dados e a análise, procurando-se o afastamento do senso comum e as evidências, em parte resultantes da proximidade com o objecto de análise. Na qualidade de pesquisa qualitativa, a redefinição do objecto e a construção conceptual do modelo de análise decorriam em simultâneo.

Definidos os objectivos da investigação e com o desenrolar da pesquisa foram sendo construídas, duas preposições. Uma primeira considerando que a mudança resultante do realojamento tem impactos significativos na vida das famílias, constituindo as mulheres um potencial nas dinâmicas locais, pelo papel que desenvolvem na família e na comunidade, devendo estar no centro da acção local e comunitária. A segunda preposição conduziu à ideia de que o enfoque do Serviço Social no *empowerment* das mulheres pode ter um impacto positivo na vida das famílias e nas dinâmicas comunitárias, contribuindo para a autonomia e integração social das populações locais.

Os conceitos identificados e as suas dimensões, bem como alguns dos indicadores, são apresentados, através de grelhas de análise (anexo 10), de acordo com cada um dos objectivos da pesquisa. Salientam-se alguns conceitos, que surgem associados a outros: bairro de habitação social, género, multiculturalidade, modos de vida, trajectórias de vida, sociabilidades, participação, pobreza e exclusão social, participação, *empowerment*, cidadania e direitos humanos, capacitação, advocacia, opressão de género e mediação em serviço social.

Tentou-se fazer uma aproximação ao modelo analítico no sentido de ligar as diferentes dimensões em presença. Assim, no esquema (figura, anexo nº 11), a montante consideram-se os bairros de origem, onde residiam as pessoas, antes de serem realojadas no bairro do Casal da Mira, que em consequência desta alteração sofreram os impactos da mudança resultante do realojamento, que se fizeram sentir a diversos níveis aqui analisados: num primeiro nível temos o espaço, casa, bairro e envolvente; num segundo nível, aparecem os efeitos do realojamento na gestão e organização familiar, traduzido nos rendimentos, nas despesas e atribuição de responsabilidades; num terceiro nível surgem os impactos da mudança relativamente às redes de sociabilidades e por fim os significados e alterações verificadas com a nova casa.

A partir da identificação dos impactos da mudança, resultante do realojamento e da forma como esta foi sentida pelas mulheres entrevistadas, salienta-se a importância das

questões de género, ou seja, neste caso, o papel das mulheres no processo de mudança e na construção das novas dinâmicas no bairro. Nesta perspectiva, considerou-se importante analisar as trajectórias e modos de vida das mulheres que constituem a amostra do estudo bem como a sua implicação na vida do bairro. Dessa análise ressalta o seu protagonismo na vida familiar, na vivência e organização do prédio onde residem e no próprio bairro (figura, anexo 12).

Constatada a importância das mulheres na vida familiar e comunitária, por constituírem um potencial nas dinâmicas locais, coloca-se a pertinência para o Serviço Social de um investimento nas mulheres, que poderá ter um efeito multiplicador, através da família, reflectindo-se nas gerações futuras, através dos filhos.

Nas entrevistas efectuadas às assistentes sociais, ligadas às equipas de terreno, também foi salientada a ideia de que as mulheres devem ser um público-alvo do Serviço Social e nesta perspectiva identificaram-se alguns conceitos<sup>26</sup>, mencionados anteriormente e que devem ser valorizados, ao nível das metodologias e estratégias de intervenção do Serviço Social (figura, anexo 13).

Quanto à estrutura, o trabalho compõe-se de seis capítulos, para além da, introdução e da conclusão. De referir que esta foi uma opção entre outras, tendo sido alterada a estrutura inicial, tentando-se estabelecer um fio condutor e encadeamento entre os vários capítulos, sublinhando-se que para evitar o silêncio da metodologia, inicialmente, a estrutura do trabalho incluía um capítulo específico, optando-se, posteriormente, por incluir as questões metodológicas na introdução.

Na introdução apresentou-se, de forma genérica o tema a investigar, justificando as razões e a pertinência do mesmo. Apresentam-se o objecto de estudo e empírico, a questão de partida, os objectivos da pesquisa e o seu desenho metodológico, designadamente as opções metodológicas, com referência aos métodos e técnicas de recolha, análise e tratamento de dados.

O primeiro capítulo consiste na contextualização do estudo, começando por caracterizar o Município da Amadora e também os bairros de origem da população realojada no Casal da Mira. Procedeu-se, também à caracterização da freguesia da

---

<sup>26</sup> participação e empowerment, cidadania e direitos humanos, capacitação e advocacia, opressão de género e mediação em serviço social

Brandoa, seguindo-se o bairro Casal da Mira, com uma caracterização socio-demográfica da população residente no bairro. Incluiu-se, também neste capítulo a apresentação e caracterização da amostra do estudo, relativamente às mulheres, incluindo uma análise das suas trajectórias de vida. Apresenta-se, ainda em traços gerais, a intervenção social desenvolvida no bairro.

O capítulo dois centra-se nas políticas sociais de habitação, como uma das várias dimensões de um quadro mais vasto das políticas sociais, que abrangem domínios, como o emprego, segurança social, educação ou a saúde. Neste capítulo apresentam-se os programas habitacionais implementados pelo Município da Amadora para responder às necessidades da população nesta área, dos quais se destaca o PER -Programa Especial de Realojamento, no âmbito do qual foi efectuado o realojamento da população residente no bairro Casal da Mira.

No capítulo três aborda-se a problemática dos bairros de realojamento, enquanto espaços de interacção social e cultural, estruturadores de identidades pessoais e sociais, associados ao fenómeno da pobreza e exclusão social, onde se cruzam conceitos-chave, tais como: bairro, identidade, trajectórias de vida, multiculturalidade /interculturalidade e redes sociais. Numa perspectiva de entrosamento entre teoria e empiria, a análise e interpretação dos dados recolhidos nas entrevistas às mulheres está aqui patente, traduzindo o sentir das mulheres, designadamente, os modos de vida, os impactos da mudança resultante do realojamento, significados da casa e do bairro, bem como as sociabilidades e integração social no novo bairro, tendo sempre presente os objectivos da pesquisa.

No capítulo quatro clarifica-se o que se entende por género e as suas implicações, destacando-se, os contributos de Lena Dominelli, como autora de referência desta temática. Realça-se a teoria da acção comunicativa de Habermas e aborda-se a cidadania e os direitos sociais, como factores essenciais do desenvolvimento de estratégias de fortalecimento nas relações, das mulheres como sujeitos. Apresentam-se, ainda alguns aspectos relacionados com os papéis e transformação das famílias e a sua relação com a imigração e o multiculturalismo, que constitui, também, um ponto do capítulo, uma vez que o contexto do estudo tem uma configuração multicultural.

No capítulo cinco, intitulado *Os desafios do Serviço Social em contexto de bairros de habitação social*, procura-se compreender e sistematizar a informação sobre algumas modelos teóricos do Serviço Social, que se justificam e enquadram no objecto e contexto

do estudo da presente investigação. Nesta perspectiva, identificam-se, também, algumas metodologias e estratégias de intervenção do Serviço Social.

No capítulo seis procedeu-se à apresentação, análise e interpretação dos dados recolhidos nas entrevistas às assistentes sociais, centrando-se no modo como se desenvolve a intervenção do Serviço Social nos bairros de realojamento do município e as perspectivas das assistentes sociais relativamente ao trabalho a desenvolver. Quer num dos pontos quer no outro, houve sempre a preocupação de estabelecer a relação entre a teoria e a empiria.

Por fim, as conclusões pretendem dar resposta às questões de partida e reflectir sobre os modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social a desenvolver em contexto de bairro de habitação social, fundamentadas nos modelos teóricos apresentados no capítulo cinco.

## **Capítulo 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO**

### **1 - Breve caracterização do Município da Amadora<sup>27</sup>**

O Bairro Casal da Mira situa-se no Município da Amadora, freguesia da Brandoa, pelo que se apresentam alguns elementos caracterizadores do contexto do estudo, tendo por base o Diagnóstico Social do Município da Amadora, elaborado pelo CESIS<sup>28</sup>, no âmbito da Rede Social, bem como outras fontes, a nível do Departamento de Habitação da CMA, nomeadamente a Base de dados do PER.

Inserido na área da Grande Lisboa, o Município da Amadora constitui-se em 11 de Setembro de 1979, altura em que deixou de ser território do Concelho de Oeiras.

É, actualmente, um concelho composto por onze freguesias: Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Mina, Reboleira, Venteira e Falagueira, Alforneiros, São Brás e Venda Nova, sendo que as três últimas foram constituídas, enquanto tal, mais recentemente (1997).

Com uma área de 24 Km<sup>2</sup>, o Município da Amadora é o de menor dimensão da Grande Lisboa<sup>29</sup>. Apresenta, no entanto, a maior densidade populacional (7 390 hab/km<sup>2</sup>) não só desta região, mas também do país. Segundo os Censos, em 2001 residiam na Amadora 175 872 pessoas.

Crescendo como periferia da Área Metropolitana de Lisboa, a Amadora desenvolveu uma relação estreita com a capital. A constituição de periferias caracteriza-se, aliás, por intensos movimentos pendulares com o(s) centro(s) para os quais são absolutamente necessárias as infra-estruturas de acessibilidades/estradas, rede de transportes públicos, linha de caminho de ferro. Uma das principais mudanças ao nível das infra-estruturas na Área Metropolitana de Lisboa, ao longo da década de 1990, deu-se na sua rede rodoviária.

---

<sup>27</sup> A apresentação da caracterização do município e da freguesia segue de perto o texto do Diagnóstico Social do Município da Amadora da Rede Social, elaborado pelo CESIS, em 2004 e actualizado em 2008. Os dados estatísticos têm como fonte, o INE e baseiam-se, fundamentalmente no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001.

<sup>28</sup> CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção social.

<sup>29</sup> A Grande Lisboa é composta por oito Concelhos: Amadora, Cascais; Lisboa; Loures; Oeiras; Odivelas; Sintra e Vila Franca de Xira.

Gozando de uma forte proximidade com a capital, a Amadora é um dos pontos de maior circulação de pessoas e bens no contexto da Grande Lisboa e mesmo da mais vasta Área Metropolitana de Lisboa (AML).

No plano das actividades económicas, a Amadora é um Município que tem vindo a sofrer alterações significativas na sua estrutura, podendo-se, a este nível, identificar dois eixos principais, em torno dos quais se enformam as referidas alterações.

Por um lado, um processo de desindustrialização que assentou essencialmente na perda de importância das indústrias transformadoras, tanto em termos de pessoal ao serviço como de número de estabelecimentos, e que se torna muito visível no decurso da década de 90.

Por outro lado, verifica-se uma acentuada terciarização da actividade económica do Município, consubstanciada por uma significativa capacidade de criação de emprego e pelo surgimento de novos estabelecimentos no sector do comércio e serviços, como é o caso dos grandes hipermercados, do IKEA e, mais recentemente, o Dolce Vita Tejo.

O aumento da população, mais significativo no município da Amadora ocorreu entre os anos 50 e 70. Até à década de 50 o crescimento populacional da Amadora decorre fundamentalmente do desenvolvimento das infra-estruturas de transportes. A explosão demográfica verificada entre 50 e 70 fica a dever-se à industrialização da AML, na qual se inscreve a criação do Parque Industrial da Venda Nova (ainda nos anos 40), que se constitui como factor de forte atracção de fluxos migratórios, com origem noutras zonas do país.

A Amadora foi dos concelhos que, entre 1960/81, mais registou a entrada de população vinda da cidade de Lisboa. Este facto deve-se, por um lado, por ser um dos concelhos, geograficamente mais próximos e, por outro, devido à acessibilidade possibilitada, através da rede de transportes, nomeadamente o caminho-de-ferro da Linha de Sintra.

Entre 1973/81, cerca de 44% da população que o Concelho da Amadora acolheu era oriunda de outros concelhos do distrito de Lisboa, sendo uma das razões apontadas a “busca de uma habitação economicamente mais acessível e de construção mais recente” (Cardoso, 1993).

No entanto, é ainda na década de 70 que o concelho começa a desacelerar o seu ritmo de crescimento populacional, tendência que se acentua nos anos 80.

Nas décadas seguintes, a desaceleração anterior dá origem a um decréscimo de habitantes na Amadora na ordem dos -3,2%, revelando o Concelho, desta vez, um movimento inverso ao registado no contexto global da Grande Lisboa.

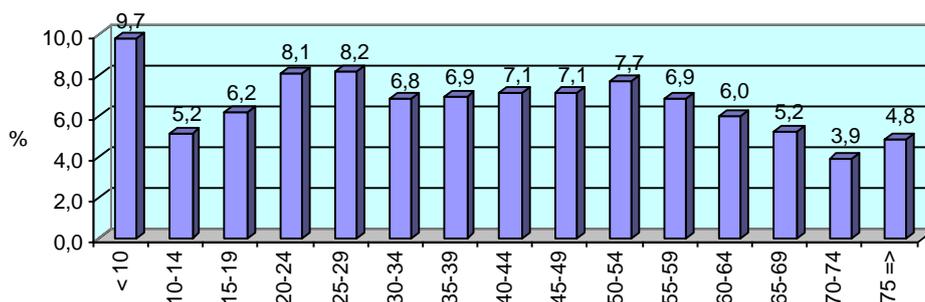
A diminuição do número de residentes na Amadora não será certamente alheia à crescente especulação imobiliária que se tem feito sentir no Concelho encarecendo excessivamente a habitação devido à sua localização, contígua à cidade de Lisboa.

Outro aspecto a realçar, é que o Concelho da Amadora tem vindo a assistir ao aumento da sua população idosa em detrimento do crescimento das camadas mais jovens.

Entre 1991 e 2001, as faixas dos 0-14 anos e dos 15-24 anos foram as que registaram uma maior diminuição no número de indivíduos (- 25,1% e - 14,2%, respectivamente). Os que se situam entre os 25-64 anos registaram igualmente um decréscimo embora não nas mesmas proporções (-1,7%) Apenas os indivíduos acima dos 64 anos registaram um aumento considerável (55,4%).

Este não é um fenómeno isolado no contexto da Grande Lisboa, no entanto ele afigura-se mais acentuado na Amadora nesta última década, devido sobretudo ao facto de ter sido precisamente nos anos 90 que este processo se iniciou no Concelho e, por outro lado, devido à saída de uma população tendencialmente jovem, em idade de procriação. Como se pode verificar no gráfico, este processo levou à seguinte estrutura etária no Concelho, em 2001:

**GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DA AMADORA, POR GRUPOS ETÁRIOS, 2001 (%)**



Fonte: Cálculos efectuados pelo CESIS com base em dados do INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

Este envelhecimento da população reveste-se de uma face essencialmente feminina. Com efeito, as mulheres representam 58.9% da população com 65 e mais anos, muito

embora nas faixas etárias mais jovens se verifique um certo predomínio dos elementos do sexo masculino.

Embora a esperança de vida tenha vindo a aumentar, tanto para homens como para mulheres, tal como em todo o território nacional, os homens continuam a revelar uma esperança de vida mais baixa, verificando-se, assim, uma sobre-mortalidade masculina nas idades mais jovens.

**QUADRO 1 - ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA NO CONCELHO DA AMADORA  
2001 E 2002**

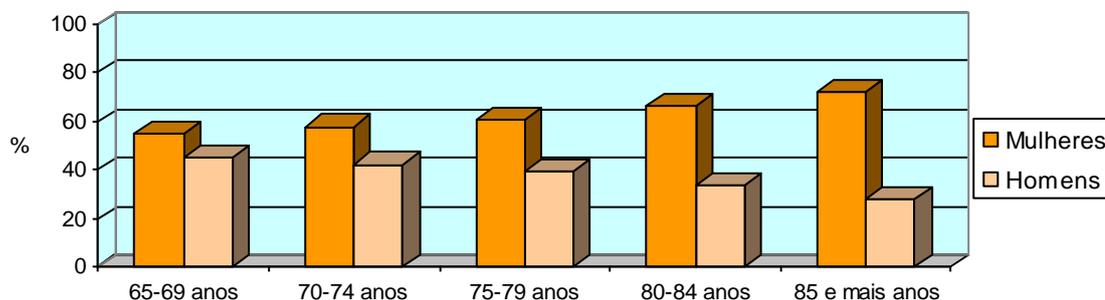
	Mulheres		Homens	
	2001	2002	2001	2002
Amadora	73,07	73,31	63,94	66,48

Fonte: INE, As Cidades em Números - Informação Estatística 2000/2002.

Este facto não pode deixar de estar relacionado com a tendência para os homens estarem mais expostos a certos factores de risco associados a determinados comportamentos sociais (o consumo de álcool e de outras substâncias aditivas continua a ser superior entre os elementos do sexo masculino) e ao exercício de actividades profissionais em sectores mais sujeitos a acidentes de trabalho, como a construção civil. Também os acidentes de viação se constituem como uma das principais causas de morte entre o sexo masculino.

No concelho da Amadora, como no país em geral, a população com mais de 65 anos é hoje composta essencialmente por mulheres acentuando este processo ao longo dos anos (gráfico 2).

**Gráfico 2 – População Residente no Concelho da Amadora, com 65 ou mais anos, por Grupos Etários e Sexo, 2001 (%)**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001.

### *Dinâmica migratória*

Tendo em atenção as características da população do bairro social do Casal da Mira (unidade de análise do presente estudo) e do tecido social do Município da Amadora, justifica-se fazer referência à importância do fenómeno da imigração, recorrendo-se para o efeito à análise efectuada no Diagnóstico Social<sup>30</sup>.

A AML tem sido uma das zonas do país onde se têm feito sentir os mais intensos movimentos de população. Se estes movimentos começaram por ser essencialmente de origem interna, nos anos 60 verificaram-se já os primeiros fluxos imigratórios expressivos com origem nas ex-colónias portuguesas em África.

Vivia-se, então, uma época de falta de mão-de-obra, especialmente nos sectores da construção civil devido, por um lado, à mobilização para a Guerra Colonial e, por outro, à emigração da população portuguesa com destino a outros países da Europa. Para fazer face a estas lacunas, o próprio governo fomentou a imigração de trabalhadores de origem cabo-verdiana.

Na década de 70, as correntes migratórias intensificam-se e diversificam-se. Aos já persistentes fluxos que têm uma origem económica, juntam-se aqueles cujas razões remetem para o processo de descolonização e para o despoletar de guerras civis em alguns dos recentes países africanos, contribuindo, assim, para o aumento do número de estrangeiros residentes em Portugal e para a diversificação dos países de origem,

A partir da década de 80, as razões de natureza laboral assumem maior expressão. Este tipo de imigração não só se consolida em relação aos cabo-verdianos, como se alarga

<sup>30</sup> Os dados aqui apresentados foram trabalhados pelo CESIS com base no Recenseamento da População e Habitação, de 1991 e 2001 para o Diagnóstico Social do Município da Amadora, anteriormente referenciado.

a outros países africanos, especialmente Angola, Guiné-Bissau, mas também ao Brasil e, mais recentemente, aos países do Leste da Europa.

Entre 1980 e 2000 os estrangeiros aumentaram quatro vezes. Os censos de 2001 registavam a presença de 226 715 indivíduos estrangeiros, no País. Tal refere a OIM<sup>31</sup>, “Portugal enfrenta assim, os desafios da diversidade sócio-cultural, pelo que o desenvolvimento de políticas e estratégias para assegurar a integração e a igualdade de oportunidades para os imigrantes e minorias étnicas, se tornou fundamental”.<sup>32</sup>

Na Amadora os fluxos imigratórios tiveram uma importância muito grande no seu crescimento populacional e apesar de, na última década, o total de população ter diminuído, o número de estrangeiros aumentou.

Nos Censos de 2001 foram recenseados 12.511 indivíduos estrangeiros que representavam 7,1% do total da população residente na Amadora. De acordo com a mesma fonte, o Município viu crescer, na última década, a população estrangeira em 133,6%, aumento que foi menos expressivo do que o ocorrido na Grande Lisboa, mas a percentagem de estrangeiros, no contexto dos residentes no Município mantém-se superior ao peso registado para os habitantes da Grande Lisboa.

O aumento do número de estrangeiros nos anos 90 pode, porém, estar influenciado pelos três processos de regularização extraordinária de imigrantes (1992, 1996 e 2001) e não corresponder tanto a efectivas novas entradas.

Do total da população estrangeira residente no Município da Amadora, 82% são oriundos dos PALOP.

Fazendo uma pequena análise às características da população estrangeira residente no Município, e no que respeita à idade, constata-se que a grande maioria (46,7%), independentemente da nacionalidade, se enquadra na faixa etária dos 25 - 44 anos, ou seja, população em idade activa, como consequência directa dos objectivos centrais que norteiam os percursos migratórios: a procura de trabalho e de melhores condições de vida. Com valores mais baixos, mas igualmente elevados surgem os mais jovens com idades até

---

<sup>31</sup> OIM - Organização Internacional para as Migrações, fundada em 5 de Dezembro de 1951.

<sup>32</sup> In Rediteia, Abril, Maio e Junho de 2002, pg 45. A Rediteia é uma revista de política social editada pela Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, que procura, ainda, dar a conhecer as tomadas de posição da REAPN, relativamente a todas as políticas, nacionais e europeias, implementadas ou a implementar, no âmbito da sua acção. REAPN (2002), A União Europeia a Caminho de um Espaço Sem Fronteiras, número 27, Abril, Maio e Junho, Rede Europeia Anti-Pobreza, Porto.

24 anos (31,3%), provavelmente muitos deles descendentes de população que já se encontrava instalada no Município.

Esta população apresenta, pois, uma estrutura etária mais jovem do que a população em geral, sendo a sua presença um factor para que o processo de envelhecimento da população não seja mais acentuado no Município.

A habitação tem constituído outro dos problemas. Na Amadora, a forte concentração de população imigrante em zonas degradadas é conhecida, tendo tido algumas alterações com o realojamento desta população em bairros de habitação social, como é o caso do bairro Casal da Mira.

O surgimento e crescimento deste tipo de bairros e a entrada de crianças, filhas de imigrantes nas escolas, atribuindo a estas um carácter multicultural, são alguns dos aspectos que se traduzem nas transformações das sociedades de acolhimento, na sequência dos processos de imigração e as consequentes influências culturais dos grupos migrantes.

#### *Bairros de habitação degradada*<sup>33</sup>

O crescimento de Lisboa para “fora de portas” e a criação das suas periferias têm subjacente um processo de expansão e de densificação dos espaços construídos e a existência de intensos movimentos de população de origem rural aos quais acrescem, mais tarde, como referimos, os fluxos de imigrantes provenientes das ex-colónias portuguesas.

Estas populações, na sua maior parte com baixos níveis de rendimento, não conseguem encontrar uma resposta adequada para a satisfação do seu problema habitacional, o que conduz a uma busca de solução pelos próprios. A ausência de capacidade de resposta por parte das políticas urbanas e, mais especificamente, por parte de uma política de habitação, conduziu a uma certa permissividade por parte do Estado (Administração Central e Local) perante o surgimento das tais soluções individuais.

Surge, assim, um clima propício ao crescimento de um mercado ilegal de produção de alojamento que vai respondendo às necessidades de uma população com menor capacidade económica.

---

<sup>33</sup>Segue de perto o Diagnóstico Social do Município da Amadora. Os dados apresentados foram trabalhados pelo CESIS com base no Recenseamento da População e Habitação 2001 e também em dados disponibilizados pelo Departamento de Habitação da Câmara Municipal da Amadora.

O crescimento dos “bairros-de-lata” maioritariamente constituídos por barracas constituiu uma primeira fase da construção ilegal que desde o início do último quartel do século XX, tem vindo a ser substituída pela construção de “casas de alvenaria abarracadas”.

Na Amadora, este processo, que se inicia a partir dos finais dos anos 60, acentua-se após 1974 e prolonga-se pela década de 80, fez-se sentir em maior escala nos bairros em que predominava uma população de origem africana, sobretudo cabo-verdianos, de que são exemplos, os bairros: Estrela de África, Azinhaga dos Besouros, Bairro das Fontainhas e 6 de Maio, Stª Filomena, Estrada Militar da Damaia, entre outros.

A concentração populacional e a dependência que a generalidade da população destes concelhos manifesta em relação ao emprego em Lisboa, bem como o crescimento das taxas de actividade feminina, terão conduzido, por seu turno, a uma procura de pessoal (sobretudo de mulheres) para serviços domésticos (Cardoso, 1993: 97).

A proximidade da Amadora a Lisboa facilitou também o acesso à capital dos residentes nos bairros em questão, não só em termos de desempenho de uma actividade profissional, mas também o acesso a determinados serviços e equipamentos.

O crescimento de alguns bairros degradados não pode, ainda deixar de ser entendido num contexto de imigração no qual a falta de acesso à habitação se constitui como um obstáculo à inserção dos recém-chegados, obviada pela via da construção ilegal e pela rede de suporte familiar.

Estas redes que alimentaram os fluxos migratórios acabam também por fazer concentrar, num mesmo espaço geográfico restrito, um determinado tipo de população com características idênticas. Nestes espaços, desenvolvem-se relações de vizinhança e de solidariedade que favorecem a integração dos imigrantes no interior do grupo constituído por familiares e conterrâneos, o que permite a reprodução das práticas culturais das sociedades de origem. Este espaço de inserção e segurança vai, porém, acentuar a fronteira entre as comunidades imigrantes e a sociedade envolvente. Tal como refere Malheiros (1996), a rejeição de estrangeiros por parte de segmentos de população local não se centra exclusivamente nas questões do mercado de emprego e na repartição dos benefícios da segurança social, verificando-se, também, diversos preconceitos em relação às suas práticas culturais.

Facilmente, os bairros se tornam segregados, isto é, marcados pela sua diferença do restante contexto urbanístico, é uma segregação física, mas também social e simbólica.

Segundo o estudo “Habitat e Minorias Étnicas”,<sup>34</sup> mais de 70% dos africanos residentes em bairros degradados da AML afirmaram querer sair do bairro, sendo a “má imagem do bairro”, a mais referida. Tal como refere Pereira, “De facto não há nenhum bairro, de entre os que se privilegiaram neste estudo, que seja socialmente percebido como um espaço residencial como outro qualquer. A todos eles se associam representações sócio-espaciais de pendor negativo, mais ou menos encrostadas no imaginário social das populações, mais ou menos passíveis de diluição consoante o bairro, o que faz com que a maior parte da população anseie pela saída” (1999: 54).

De acordo com dados do Departamento de Habitação da Câmara Municipal da Amadora<sup>35</sup> existiam em 2003, 3583 barracas, correspondendo a 3313 agregados familiares<sup>36</sup> (quadro anexo14). De acordo com estes dados, a Amadora era o segundo concelho da região de Lisboa com mais famílias a residir em barracas, a seguir ao Município de Lisboa, representando cerca de 22% das famílias a viver naquele tipo de alojamento na região da Grande Lisboa.

Segundo dados fornecidos pelos Serviços de Habitação da Câmara Municipal, no final de 2007 existiam no Município 2052 fogos de habitação social, destacando-se os localizados nos bairros mais densos: Bairro do Zambujal (122 fogos), Casal da Boba (501 fogos), Casal da Mira (760 fogos) e Casal do Silva (284 fogos). Estes foram criados, no âmbito do PER, com vista à supressão progressiva dos bairros degradados.

Existiam 1816 agregados familiares residentes em 2167 barracas, a aguardar solução para a sua situação, na medida em que, actualmente, não há casas para efectuar os realojamentos. Entretanto tem-se assistido à diminuição e regularização das zonas degradadas, contribuindo para isso, o facto de terem sido abrangidos cerca de 400 agregados familiares por outros Programas Habitacionais, nomeadamente, PER- Famílias,

---

<sup>34</sup> Pereira et al. (1999), Habitat e Minorias: O lugar da habitação num quadro de interacção entre grupos étnicos minoritários e a sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário, Relatório Provisório de Estudo para o Instituto Nacional de Habitação, Lisboa. (*Não publicado*).

<sup>35</sup> Departamento de Habitação e Instituto Nacional de Habitação, actual IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

<sup>36</sup> De referir que estes dados são anteriores ao realojamento nas Urbanizações do Casal da Mira e do Casal do Silva.

PAAR e Programa Retorno<sup>37</sup>. No final de 2007, encontravam-se extintos 15 dos 35 bairros degradados existentes em 1993.

## **2 – Caracterização da Freguesia da Brandoa<sup>38</sup>**

A Brandoa enquanto bairro e posteriormente como freguesia, não pode estar dissociada do surto de construção clandestina que caracterizou algumas zonas limítrofes de Lisboa no final da década de 50 e início da década de 60, chegando mesmo a ser considerada o “maior bairro clandestino da Europa”.

O Núcleo Urbano da Brandoa e a sua génese ilegal estão marcados pela ausência de políticas de habitação, por parte do Estado, configurada pela procura que decorre de fortes fluxos migratórios para a AML; o mercado habitacional que não tem respostas para estas camadas da população, surgindo, assim, um mercado paralelo “clandestino” de génese ilegal.

Até ao início dos anos 70 não havia no bairro saneamento básico, electricidade, nem água canalizada ou qualquer equipamento social. O número de residentes, contudo, continuava a aumentar. Só com a criação da freguesia em 1980 se iniciaram acções concretas com o objectivo de melhorar as condições de vida da população residente. Foram criados diversos equipamentos sociais, escolas e centro de saúde.

A freguesia desde o início, que se caracterizou pela força e importância do movimento associativo que internamente ou através da pressão aos poderes públicos, desenvolvia acções de apoio à população residente, colmatando as lacunas de equipamentos e serviços. Até 1997, residiam na freguesia mais de 35.500 habitantes e faziam parte os bairros da Brandoa, Azinhaga dos Besouros, Casal de Alfoanelos, Rua de Alfoanelos, Urbanização de Alfoanelos e Bairro 11 de Março<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Ver descrição destes programas, nas pag. 66-71.

<sup>38</sup> Os dados aqui referenciados baseiam-se: no Diagnóstico Social da Freguesia da Brandoa, elaborado pela Comissão Social de Freguesia; Informação do SIG – Serviço de Informação Geográfica da CMA e nos relatórios da equipa do Gabinete Técnico da CMA, no Casal da Mira.

<sup>39</sup> Brandoa, de génese ilegal; Azinhaga dos Besouros e Casal de Alfoanelos, de barracas; Urbanização de Alfoanelos, de promoção privada; Bairro 11 de Março, Projecto no âmbito do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), motivado pelas cheias.

Segundo dados do Diagnóstico Social/2004, em 1997 com a reorganização administrativa do Município da Amadora, a freguesia perde então um elevado número de população, assim como de eleitores, sendo, em 2004, de cerca de 16000 habitantes.

Com o realojamento no bairro Casal da Mira, iniciado em Outubro de 2003 e, concluído em 2009, situado na freguesia da Brandoa, verifica-se um aumento da população da freguesia, em cerca de 2.500 pessoas.

Quanto à estrutura etária, verifica-se que a população é essencialmente adulta com tendência para o envelhecimento.

É de referir que inicialmente a Junta de Freguesia dispunha de um espaço de atendimento, no Gabinete Técnico da Câmara Municipal, no Casal da Mira, que por decisão do Executivo da Junta de Freguesia esteve desactivado durante cerca de dois anos, tendo sido reaberto, em 2009, numa loja no bairro atribuída à Junta de Freguesia.

No que se refere às acessibilidades pode considerar-se que o centro da freguesia tem uma boa rede de transportes, o que já não acontece no Casal da Mira.

Quanto à área da saúde, existe actualmente uma extensão do Centro de Saúde da Venda Nova, localizada na Brandoa. As pessoas residentes no bairro Casal da Mira estão inscritas na extensão da Brandoa e no Centro de Saúde da Venda Nova, havendo também algumas pessoas que, antes de virem para o bairro recorriam ao Centro de Saúde da Pontinha<sup>40</sup>, mantendo-se aí ligadas, no pós-realojamento.

No âmbito da acção social, foram identificados os serviços que prestam apoio à população e que são manifestamente insuficientes ao nível de respostas.

A oferta existente, para os idosos é reduzida, existindo, na freguesia, duas instituições que trabalham com idosos<sup>41</sup>. A Junta de Freguesia também dinamiza projectos de intervenção com esta faixa etária, nomeadamente na ocupação dos tempos livres, não se registando a adesão de moradores do bairro Casal da Mira.

É, no entanto de referir que os habitantes do Casal da Mira não participam nem beneficiam destas actividades, apoios e respostas, talvez pela deficiente ligação ao Centro da Freguesia e no que se refere ao apoio domiciliário, as duas instituições recusam-se a prestar apoio no Casal da Mira, invocando falta de meios e a distância.

---

<sup>40</sup> Este Centro de Saúde faz parte do concelho de Odivelas.

<sup>41</sup> Centro Social Paroquial da Brandoa, que inclui as valências de Lar, Centro de Dia e Apoio domiciliário e a União de Reformados Pensionistas e Idosos da Brandoa, que funciona como Centro de Convívio, com refeições.

Um aspecto a salientar prende-se com a ligação do bairro à envolvente e integração na freguesia. As características desta em nada influenciam a dinâmica interna do bairro, quer pelas características da população realojada que difere da população que residia, anteriormente na freguesia, quer pela localização geográfica e territorial que os afasta e não se vislumbram indicadores em sentido contrário, que pudessem viabilizar a sua presença em simultâneo nos mesmos locais ou a usufruir dos mesmos eventos e/ou equipamentos.

A freguesia, já não corresponde ao núcleo da Brandoa, que teve uma génese ilegal e que foi crescendo a partir das migrações internas, oriundas de Lisboa, Alentejo e Beira Alta. Actualmente existe uma grande heterogeneidade na composição socio-económica e cultural do tecido social.

Face às carências de equipamentos de apoio, decorrentes de um crescimento desordenado da freguesia, penalizador das condições de vida da população, colocava-se a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de planeamento com vista à reconversão, requalificação e legalização da Brandoa, como bairro de génese ilegal.

É neste contexto, que surge o PROQUAL<sup>42</sup>- Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML, que constitui um dos programas de aplicação de fundos estruturais da União Europeia, com vista a requalificação urbana e melhoria das condições de vida das populações. Uma dessas intervenções constitui o PROQUAL Brandoa.<sup>43</sup>

Em Maio de 2001, foi criado o Gabinete Especial de Recuperação da Brandoa – GERBRA com a finalidade de coordenar a execução do processo de qualificação urbana da

---

<sup>42</sup> O PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML integrou sete operações na AML: Amadora, Brandoa, Loures, Sacavém/Prior Velho, Moita, Baixa da Banheira/Vale da Amoreira, Odivelas, Oeiras, Outirela/Portela – Algés, Setúbal, Bela Vista e envolvente, Vila Franca de Xira, Bom Sucesso/ Arcena.

<sup>43</sup> O PROQUAL Brandoa definiu como objectivos estratégicos:

- Requalificar a área de intervenção, ao nível social e urbanístico, contrariando a tendência actual, nomeadamente no que respeita às situações de marginalização, pobreza desqualificação social e consequente exclusão, permitindo o início de um processo de desenvolvimento sustentado e integrado;
- Intervir a nível do ambiente urbano e do espaço público, da educação, dos equipamentos sociais, da formação e integração profissional, da empregabilidade, da dinamização das actividades económicas e da segurança estrutural do edificado;
- Melhorar as condições de habitabilidade, de salubridade, de sociabilidade e de segurança, dinamizar o tecido económico e associativo, promover a integração social da população, reforçar o sentimento de pertença e a identidade local.

Brandoa. Entre 2003 e 2008, o GERBRA, sediado na Brandoa, dirigiu o PROQUAL - Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML com a implementação de 19 projectos, criando uma enorme centralidade na Brandoa.

No âmbito do programa, foi desenvolvida uma intervenção em algumas zonas da freguesia, que vieram trazer uma nova face criando zonas verdes e de lazer, construção da 2ª fase do edifício da Junta de Freguesia (Biblioteca e Sala Polivalente); construção de um Mercado Local; a construção do Centro da Juventude da Amadora, que permitiu requalificar parte de um quarteirão interior da Brandoa; construção de uma Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo integrada com creche, jardim-de-infância e ATL, dois polidesportivos descobertos e um pavilhão gimnodesportivo; construção do Parque Urbano da Parreirinha, requalificando o espaço público; efectuaram-se, também operações urbanísticas que permitiram requalificações de algumas ruas, a criação de zonas de lazer, criação de parque infantil. Sem menosprezar a importância de todas estas intervenções, o Fórum Luís de Camões constituiu um dos projectos mais emblemáticos, partindo da realidade caracterizada por graves carências a nível de equipamentos colectivos e de carácter social, cultural e desportivo, bem como de zonas verdes de lazer, procedeu-se à remoção de um núcleo de construções abarracadas, construiu-se um espaço público de qualidade, procurando-se criar uma centralidade forte na Brandoa. Este edifício, de arquitectura moderna, integrado num grande espaço verde, inclui as seguintes valências: um Centro de Dia e de Lazer para Idosos; lavandaria; cabeleireiro e barbeiro; salas de convívio; ateliês; Jardim de Infância e ATL; um pólo da Escola Intercultural e das Profissões e do Desporto; Gabinete Técnico Local da CMA; instalações da Cruz Vermelha; um pavilhão multi-usos, com destaque para a Banda Desenhada. Esta intervenção veio alterar profundamente a imagem da Brandoa, dotando-a de excelentes equipamentos.

Tal como refere Antunes, sobre a metodologia do programa, “ (...) foram identificadas prioridades estratégicas de requalificação urbana que promovem a equidade territorial, num tecido urbano pleno de fissuras socio-urbanísticas e que, simultaneamente, incentivam o desenvolvimento do potencial humano, através da mediação social e cultural” (Antunes, 2011:101). Salienta-se, como momento relevante pela aproximação e envolvimento dos actores locais, o processo de realojamento, de um conjunto de organizações locais da freguesia, associações, IPSS, antes, instaladas em pré-fabricados, no Fórum Luis de Camões/Centro Cívico.

### 3 – Bairro Casal da Mira

Para uma melhor compreensão do contexto do estudo, apresentam-se alguns dados de carácter geral sobre a Urbanização Casal da Mira.

O Empreendimento Casal da Mira situa-se na freguesia da Brandoa e é constituída por 760 fogos, com as seguintes tipologias: T1 – 132; T2 – 336; T3 – 204; T4 – 88 e Lojas e comércio – 68.

Os edifícios estão distribuídos de forma contínua e extensa, por banda, contemplando na rua estacionamento automóvel. Cada edifício é composto por cinco pisos e em cada piso habitam quatro inquilinos. Existem elevadores em todos os prédios.

Relativamente às lojas, após um concurso público para venda, que não resultou devido à inexistência de concorrentes ao preço das lojas lançado no concurso. As lojas continuam fechadas. Esta situação, para além de gerar descontentamento na população, deu origem ao surgimento de actos de vandalismo, com a quebra dos vidros das lojas. O facto de as lojas continuarem fechadas constitui, também, um constrangimento para o desenvolvimento de redes de convívio e sociabilidades locais.

Em 2009, a Câmara Municipal procedeu ao seu emparedamento, como forma de pôr fim a um cenário de destruição e degradação. Entretanto, aguarda-se o lançamento de novo concurso para venda das lojas. No final de 2008 e em 2009, foram entregues, algumas lojas a instituições de carácter social<sup>44</sup>, prevendo-se a cedência de um ou outro espaço para negócios, no âmbito do programa “Amadora Empreende”<sup>45</sup>.

No que respeita à localização, o bairro Casal da Mira encontra-se afastado do centro da freguesia (anexo 1), agravado por uma rede de transportes deficiente. O mesmo acontece relativamente ao centro da Amadora, cujo acesso a nível dos transportes não está facilitado, uma vez que não existem vias de acesso directas, constatando-se que a população se desloca,

---

<sup>44</sup> Centro de Dia e Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia da Amadora – inaugurada em Dezembro/2008; Academia de Estudos “Os Unidos”, inaugurado em 15/05/09, que constitui um polo itinerante das Novas Oportunidades, da Escola Intercultural das Profissões da Amadora, em parceria com a Associação Unidos de Cabo Verde; Serviço de Atendimento da Junta de Freguesia – iniciou-se em Novembro/2008 Loja Solidária/Banco concelhio de alimentos e vestuário, no âmbito do projecto SAAI – inaugurada no início de 2009.

<sup>45</sup> O Programa de apoio ao empreendedorismo apresentado na página 62 tem como finalidade a criação de empresas, cooperativas ou projectos de carácter produtivo, no âmbito do tecido associativo do Município.

predominantemente para Lisboa. Esta questão caracteriza-se por algum isolamento relativamente ao Município e à Freguesia. Esta situação melhorou bastante com a instalação do espaço comercial Dolce Vita Tejo e a abertura do nó rodoviário de Santo Elói, sobretudo para as pessoas que se deslocam de carro.

A dimensão e configuração do bairro (anexo 2), bem como a falta de espaços de convívio e lazer, aliada à ausência de comércio local de proximidade, não facilitam o convívio entre as pessoas. A ausência de espaços de convívio e lazer quer cobertos, quer ao ar livre dificulta a construção de novas sociabilidades no novo contexto, provocadas pela mudança operada pelo realojamento.

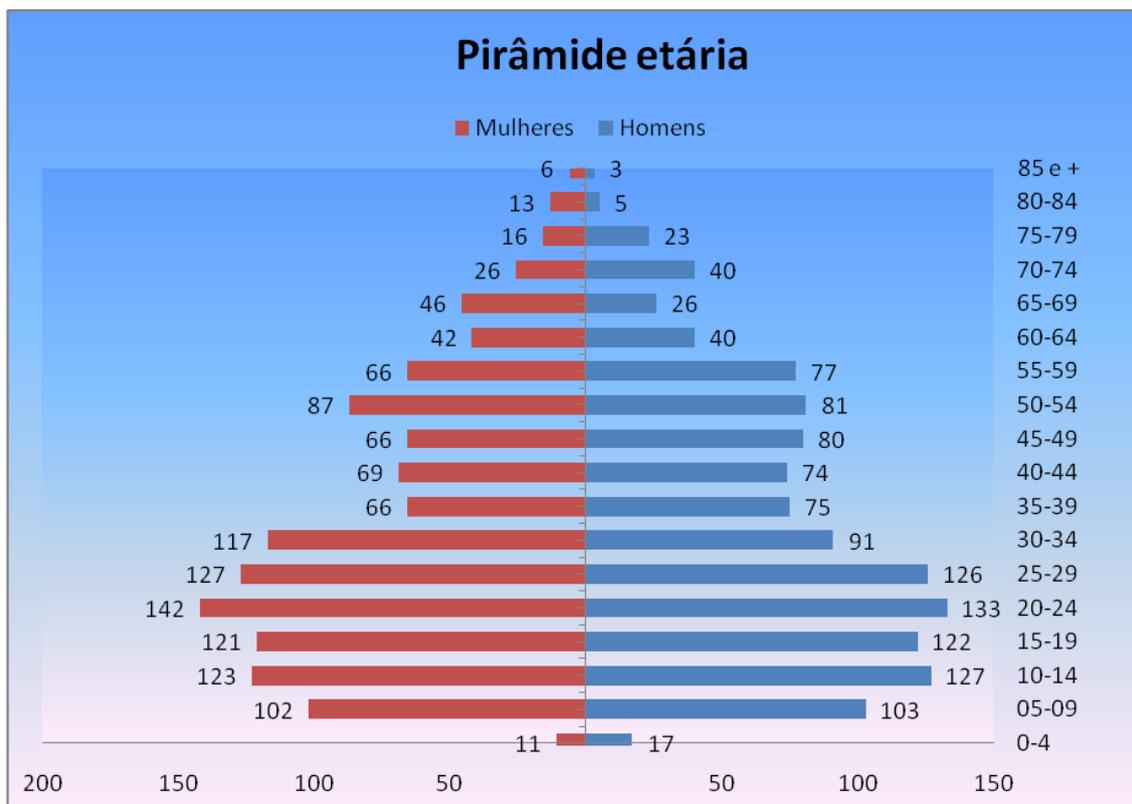
Os Equipamentos existentes no bairro até final de 2007 (período em que decorreram as entrevistas às mulheres), quatro anos após o realojamento (2003) eram, claramente insuficientes em relação às necessidades da população realojada. Só em 2008 e 2009, o bairro Casal da Mira foi contemplado com a instalação de alguns equipamentos de resposta a problemas e necessidades da população, como situações de dependência com necessidade de apoio em centro de dia e no domicílio (listagem, anexo 4).

#### **4 – Caracterização socio-demográfica da população residente no**

##### **Bairro Casal da Mira**

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Habitação da CMA, o realojamento, no âmbito do PER, iniciou-se em Outubro de 2003 e actualmente residem no bairro 753 famílias, que correspondem a 2489 pessoas, das quais 1246 são mulheres e 1243 são homens, conforme quadro (anexo 15).

Gráfico 3



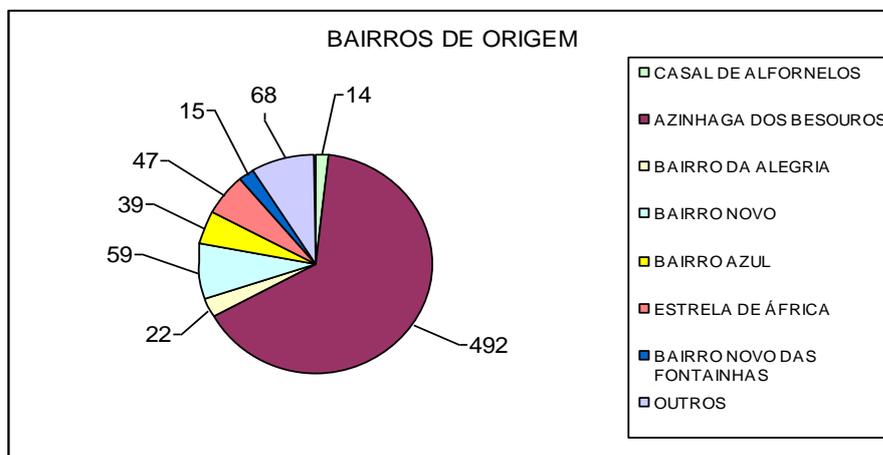
Fonte: Moisés, 2012, com base no quadro (anexo 15), relativo à população residente, por grupos etários. Dados fornecidos por DH/CMA,

Relativamente à estrutura etária (gráfico 3), é de referir que os nascimentos diminuíram substancialmente desde o realojamento dado que o grupo etário entre os 0-4 anos é dos mais diminutos, representando somente 1,12% da população, o que comprova que o realojamento contribui para a diminuição da natalidade nas famílias<sup>46</sup>. 40,21% da população tem idade inferior a 25 anos, pelo que se trata de uma população bastante jovem, daí que os problemas relacionados com este grupo etário tenham tanta visibilidade, como se verá no capítulo 3, no ponto quatro. A população activa entre os 25 e os 64 anos com uma percentagem de 45,84 tem uma integração profissional ao nível dos trabalhos pior remunerados e grandes níveis de desemprego e participação na economia subterrânea, nomeadamente através do trabalho precário e “biscates”. A população com mais de 65 anos representa 8,19% do total, que não sendo muito representativa é uma parte da

<sup>46</sup> Segundo dados do DH/CMA, aconteceu também com outros realojamentos (Bairro Casal da Boba e bairro Casal do Silva), o que poderá estar relacionado, por um lado com o aumento das despesas resultantes do realojamento e por outro lado, a Câmara Municipal não atribui casa de tipologia superior, pelo crescimento natural das famílias.

população com necessidades específicas, registando-se uma lacuna a nível das respostas sociais.

**Gráfico 4**



Fonte: Moisés, 2012, com base nos dados disponibilizados por DH/CMA, 2009 (quadro, anexo16) bairros de origem)

Quanto aos bairros de origem da população (gráfico 4), é bastante diversificada. A Azinhaga dos Besouros aparece em primeiro lugar com 492 agregados familiares, seguindo-se o Bairro Novo e o Bairro Estrela de África com 59 e 47 agregados familiares. Os três bairros representam cerca de 80% do total das famílias. Através do gráfico 4 pode observar-se a preponderância das pessoas vindas do bairro da Azinhaga dos Besouros, seguida pelos dois bairros mencionados.

## Quadro 2 – Naturalidade e nacionalidade dos residentes

EMPREENHIMENTO CASAL DA MIRA				
PAÍS	NATURALIDADE	%	NACIONALIDADE	%
PORTUGAL	1488	59,78	1569	63,04
CABO VERDE	601	24,15	745	29,93
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	67	2,69	28	1,12
ANGOLA	66	2,65	39	1,57
GUINÉ	83	3,33	79	3,17
MOÇAMBIQUE	5	0,20	3	0,12
EUROPA	7	0,28	1	0,04
ÁSIA	6	0,24	5	0,20
SEM PREENCHIMENTO	166	6,67	20	0,80
<b>TOTAL</b>	<b>2489</b>	<b>100,00</b>	<b>2489</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DH/CMA, 2009

Relativamente à naturalidade (quadro 2), verifica-se que 59,78% da população realojada nasceu em Portugal, surgindo em segundo lugar os naturais de Cabo Verde, com 24,15%, seguindo-se: a naturalidade guineense com 3,33%; santomense com 2,69% e angolana com 2,65%. De notar que 6,67% das pessoas desconhece-se a naturalidade e que a naturalidade portuguesa inclui a 2ª geração dos imigrantes, que em termos culturais, apresentam traços culturais, que se prendem com a origem dos pais.

Em relação à nacionalidade (quadro 2), é de referir que 63,04% da população realojada é de nacionalidade portuguesa, embora esta percentagem inclua uma parte que não pode ser determinada que adquiriu a nacionalidade portuguesa. Em segundo lugar, aparece a nacionalidade cabo-verdiana com 29,93%, seguindo-se a nacionalidade Guineense, com 3,17%.

**Quadro 3 – Tipo de Família**

<b>EMPREENHIMENTO CASAL DA MIRA</b>				
<b>TIPO DE FAMÍLIA</b>			<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>FAMÍLIAS CLÁSSICAS</b>	FAMÍLIAS SEM NÚCLEOS	COM UMA SÓ PESSOA	100	13,32
		SÓ COM PESSOAS APARENTADAS	32	4,26
		OUTRAS	4	0,53
	FAMÍLIAS COM 1 NÚCLEO	CASAL SEM FILHOS	41	5,46
		CASAL COM FILHOS	249	33,16
		PAI COM FILHOS	45	5,99
		MÃE COM FILHOS	172	22,90
		AVÓS COM NETOS	2	0,27
		AVÔ COM NETOS		0,00
		AVÓ COM NETOS	3	0,40
	FAMÍLIAS COM 2 NÚCLEOS	SEM OUTRAS PESSOAS	103	13,72
		COM OUTRAS PESSOAS		0,00
	FAMÍLIAS COM 3 OU + NÚCLEOS	SEM OUTRAS PESSOAS		0,00
		COM OUTRAS PESSOAS		0,00
	FAMÍLIAS INSTITUCIONAIS (ALOJAMENTOS COLECTIVOS)			
INDIVÍDUOS SEM FAMÍLIA (ALOJAMENTOS COLECTIVOS)				0,00
<b>TOTAL</b>			<b>751</b>	<b>100,00</b>

Fonte: DH/CMA, 2009

No que se refere ao tipo de famílias (quadro 6) é de registar que cerca de 28,89% dos agregados são famílias monoparentais, sendo que 22,9% são constituídas por mães com filhos. Vivem no bairro, 100 indivíduos isolados, correspondendo a 13,32 % do total da população. As famílias nucleares, casal com filhos constituem a maior percentagem, representando 33,16% do total das famílias realojadas, verificando-se também a existência de famílias com dois núcleos, que na maior parte dos casos se refere a famílias em que coexistem três gerações, avós, filhos e netos, perfazendo 13,72% do total das famílias.

No que respeita às rendas das habitações, importa referir que, segundo os dados do Departamento de Habitação da CMA, o valor mínimo das mesmas se fixa em 4,50€, sendo que 51,94% das famílias realojadas paga uma renda mensal pela habitação, que se situa entre este valor e os 40,00€; 28,30% paga uma renda mensal superior a 40,00€ e inferior ou igual a 100,00 €. Os restantes 19,76% pagam uma renda mensal superior a 80,00€ até a

um máximo de 433,46€ (preço técnico dos T4), registando-se neste bairro que apenas 12 famílias pagam o preço técnico<sup>47</sup>.

Outro indicador sobre o nível de rendimentos, são os dados relativos ao Rendimento Social de Inserção, constatando-se que existem 213<sup>48</sup> processos de RSI activos, dos quais 175 titulares são mulheres e 38 titulares são homens.

A complementar estes dados, apresentam-se alguns elementos disponibilizados pela equipe técnica<sup>49</sup> do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal, com base no trabalho desenvolvido com a população, nomeadamente, atendimentos, visitas domiciliárias, reuniões de prédios, precedidas de verificação do estado de conservação dos espaços comuns, deslocações ao interior do Bairro e articulação com parceiros locais e também nos contactos informais com os moradores.

No que se refere à escolaridade e formação profissional da população residente, registam-se baixas habilitações escolares e baixas competências profissionais que dificultam a inserção no mercado de trabalho.

Observa-se o aumento do desemprego, o trabalho precário e incerto, associando-se a baixos rendimentos, que se traduzem em dificuldades socio-económicas graves.

No que se refere às profissões, como é comum, em territórios, onde se verifica a presença de imigrantes, a maioria dos homens trabalham na construção civil e as mulheres ocupam-se no trabalho de limpezas.

Relativamente às crianças, para a faixa etária dos 0 aos 3 anos não existiam equipamentos de resposta, ou seja não existia uma creche, o que dificultava a inserção das mães no mercado de trabalho. Este problema era colmatado por amas - mulheres residentes no Bairro, que tomam conta de crianças em suas casas. Esta situação alterou-se com a instalação, no bairro de um Pólo Escolar, a EB1 José Garcez, em 2009, que inclui a valência de creche. A ocupação das crianças em idade escolar, durante o período das férias também é insuficiente.

---

<sup>47</sup> O preço técnico é o valor real da renda do fogo - Decreto-lei 166/93 de 7 de Maio

<sup>48</sup> Consultada a Base de dados do RSI, no Serviço Local da Segurança Social, no dia 14/04/09 (consulta manual por moradas)

<sup>49</sup> Aproximação diagnóstica e Plano de Acção 2008 para o Casal da Mira, integrado no Plano de Acção da Divisão de Gestão do Parque Habitacional do Departamento de Habitação da Câmara Municipal e ainda, relatórios de actividades da equipe do Gabinete Local da CMA.

Quanto à camada juvenil, observa-se no bairro a presença de jovens desocupados, encostados às paredes, sem projectos de vida, constituindo potenciais comportamentos de risco. Os actos de vandalismo, que assumem grande visibilidade são atribuídos a estes jovens e são geradores de sentimentos de insegurança da população em geral.

A população idosa ou portadora de deficiência no bairro, esteve durante vários anos, numa situação de isolamento, caracterizado pela ausência de resposta a nível do apoio domiciliário a pessoas em situação de dependência, pois todas as Instituições que intervinham neste âmbito, a nível concelhio ou da freguesia, ao serem contactadas pelo Gabinete para dar resposta a situações que careciam deste tipo de apoio manifestavam indisponibilidade, pelas razões mais diversas para prestar esse serviço, o que constituía uma situação bastante grave. Este problema foi ultrapassado, com a instalação, em 2008 de um Centro de Dia, Convívio e Apoio no domicílio, numa das lojas do bairro, gerido pela Sta. Casa da Misericórdia da Amadora.

Encontram-se sinalizadas no Gabinete Técnico, cerca de 15 situações de indivíduos isolados, com problemas de alcoolismo ou de toxicoddependência. Estes indivíduos não apresentam condições para se responsabilizarem pela conservação e manutenção das habitações que lhes foram atribuídas, criando problemas nas relações de vizinhança nos prédios, onde residem.

São, também acompanhadas pelo Gabinete Técnico, situações de disfuncionalidade e destruturação de algumas famílias que se podem traduzir em: conflitos familiares, violência doméstica, crianças em risco (sinalizadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens) e indivíduos com problemas de alcoolismo e toxicoddependência. O problema da violência doméstica tem vindo a tomar grande visibilidade, registando-se mais de 30 mulheres, a queixarem-se deste crime.

As Técnicos do Gabinete constataam também dificuldades de adaptação ao realojamento vertical e de convivência num prédio, reflectindo-se numa ausente/deficiente organização da população, na conservação e manutenção dos espaços comuns que se traduzem em problemas relacionais, de higiene e limpeza.

A má utilização dos elevadores e deficiências técnicas levam a que, grande parte destes, se encontrem avariados, constituindo um factor de descontentamento relativamente à Câmara Municipal. Por vezes, a falta de celeridade na resolução das anomalias do edificado, por parte da CMA cria também insatisfação na população, dificultando o trabalho dos técnicos.

Existe um número significativo de famílias com rendas em atraso<sup>50</sup>, verificando-se também um elevado número de pedidos de redução de renda, sendo opinião da equipa técnica, com base no conhecimento da situação sócio-económica das famílias, que algumas dessas famílias devedoras de rendas, de valor baixo estão nesta situação, em grande parte por irresponsabilidade, não levando a sério as chamadas de atenção dos técnicos para as consequências dessa situação que poderá conduzir a acções de despejo.

Há, também outras famílias que apresentam dificuldades reais no pagamento das rendas aplicadas. Trata-se de famílias organizadas, cujos membros trabalham por conta de outrem. São mais penalizadas relativamente ao valor das rendas, uma vez que o cálculo da mesma é feito com base nos rendimentos líquidos.

As principais razões para os pedidos de redução de renda, estão ligados à diminuição dos rendimentos motivados por situações como o desemprego, doença prolongada, filhos adultos que não contribuem para o pagamento da mesma e despesas com medicamentos, apesar de que esta última questão não é abrangida, pois a despesas não são tidas em conta no cálculo de renda, cuja redução, apenas pode acontecer, ao verificar-se uma diminuição de rendimentos relativamente à data do realojamento e na maior parte dos casos é temporária.

Só há cerca de dois anos, passou a existir apoio para situações de carência extrema, incluindo alimentos e roupas, tendo sido o Centro Social Paroquial de Casal de Cambra, através do Banco Alimentar Contra a Fome, que passou a prestar este apoio à população residente no Bairro, que se encontra nestas situações.

A par, dos problemas referenciados, o bairro apresenta muitas potencialidades, nomeadamente:

- A existência de uma Associação de Moradores, embora não tenha muita expressão no seio dos moradores, pois a sua eleição foi pouco participada e o trabalho está muito centralizado no seu presidente. Por outro lado, há muito que a Associação reivindica, junto da Câmara Municipal um espaço para a sua sede, o que não se veio a verificar;
- Existem representantes de prédio, com uma significativa representação de mulheres designados ou eleitos nas reuniões de prédio, promovidas pelas técnicas do Gabinete da Câmara Municipal ou pela Associação de Moradores;

---

<sup>50</sup> Base de dados das rendas do Departamento de Habitação da CMA

- Existe um grupo informal de jovens, que teve origem no Programa Escolhas, que passou por várias fases em termos de organizativos e que, em tempos desenvolveu actividades com grande pujança, que mobilizaram a comunidade. Com a saída de alguns líderes perdeu algum dinamismo. Este grupo reivindica também um espaço para as suas actividades;

- Existem vários grupos de jovens, a nível da música e da dança, existindo, também um grupo de batuque constituído por mulheres;

- Redes familiares e de vizinhança existentes no bairro, sobretudo ao nível dos jovens e mulheres;

- Várias pessoas residentes no bairro, sobretudo mulheres manifestam um espírito empreendedor, através da apresentação de pedidos de cedência de lojas à Câmara Municipal para instalação de estabelecimentos comerciais;

- A instalação do Centro Comercial Dolce Vita Tejo <sup>51</sup> nas proximidades do bairro veio alterar a dinâmica e condições no bairro, diminuindo o seu isolamento e oferecendo oportunidades de emprego para a população. A Administração do grupo comercial apoia também alguns projectos e equipamentos no bairro, como é o caso do Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Constitui-se também a Orquestra Geração Dolce Vita, tendo sido assinado protocolo com a Escola de Música do Conservatório Nacional e a Associação Unidos de Cabo Verde, em que se pretende dar formação, durante 3 anos a 250 crianças do bairro.

## **5 – Amostra do estudo: apresentação e caracterização**

Decorrente do facto da amostra do estudo ser constituída por mulheres residentes no bairro Casal da Mira, optou-se por incluir a sua apresentação e caracterização neste capítulo, no seguimento da caracterização da população residente no bairro, na qual se integram as mulheres que compõem a amostra.

As estratégias de amostragem nas abordagens de tipo qualitativo variam entre o objectivo de abranger o campo mais vasto possível e o de efectuar análises profundas. As decisões relativamente à amostragem não podem ser tomadas isoladamente, pois quer a estrutura, quer o conteúdo da amostra só podem ser definidos em função das características da investigação, designadamente na escolha de quais e quantos casos são precisos para responder às questões colocadas.

---

<sup>51</sup> Inaugurado em Maio de 2009

No presente trabalho optou-se por uma amostra não probabilística, tendo como base alguns critérios de escolha relacionados com os objectivos do estudo e por se tratar de um estudo de caso, de natureza qualitativa.

A amostra é constituída por 23 mulheres residentes no Casal da Mira. O número poderá parecer reduzido face ao universo da amostra<sup>52</sup>, no entanto, atendendo às características de estudo de caso qualitativo (Carmo, 1998:217), poderá ser um número com expressão<sup>53</sup>. Assim é um estudo particular porque se focaliza no contexto do bairro e nos efeitos do realojamento. É descritivo porque se pretende descrever a forma como foi vivida essa mudança. Pretende-se que seja heurístico, porque leva à compreensão do fenómeno, embora seja específico do contexto em que ocorre, pode ajudar relativamente a outros processos de realojamento em bairros de habitação social. Caracteriza-se por um raciocínio indutivo e é também holístico porque procura entender-se a realidade, na sua globalidade e baseia-se na compreensão e interpretação. Por outro lado, a partir de determinada altura, os dados obtidos nas entrevistas às mulheres deixaram de apresentar elementos novos, relativamente às questões identificadas, a não ser no que respeita à especificidade das narrativas de vida. Como refere Flick (2005: 74), nas decisões de amostragem está implícito um modo de entender o campo e os casos seleccionados, pelo que quando as estratégias de amostragem se baseiam na integração de casos concretos a realidade estudada é construída de uma certa forma, havendo partes e facetas que são mais clarificadas e, outras são deixadas na sombra.

Assim e, no sentido de ir ao encontro dos objectivos da pesquisa, a identificação e escolha das mulheres a entrevistar, assentou nos seguintes critérios: mulheres em idade activa, de diferentes culturas presentes no bairro; mulheres oriundas de bairros diferentes; mulheres que se destacam pelo seu perfil, percurso de vida, iniciativa ou pela sua participação na vida do bairro de realojamento ou identificadas pelas assistentes sociais

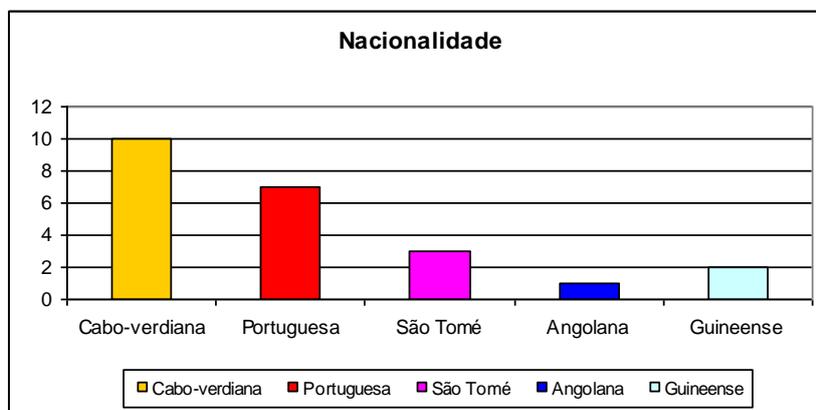
---

<sup>52</sup> Tal como se pode constatar, através da caracterização sócio-demográfica da população do bairro, residem no bairro 640 mulheres em idade activa (25-64 anos).

<sup>53</sup> “ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra, passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida (...). Os indivíduos são escolhidos devido ao seu carácter exemplar” (Albarelo e tal., 1997: 103)

que efectuaram o realojamento. A amostra pretende, também, abranger mulheres com ocupações profissionais diferentes, pertencentes a diferentes tipos de família.

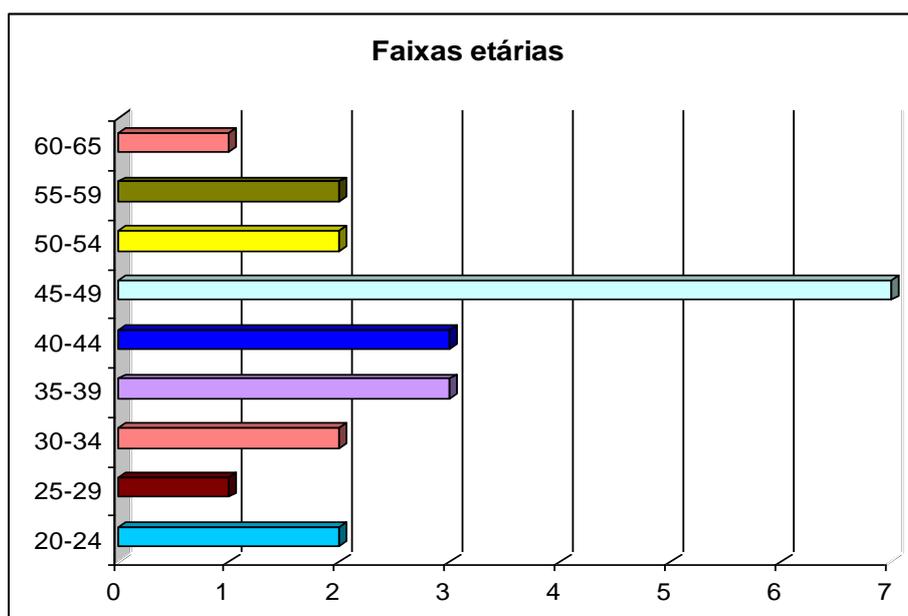
**Gráfico 5**



Fonte: Moisés, 2012

Como podemos observar, a maioria das mulheres entrevistadas têm nacionalidade cabo-verdiana (dez), havendo duas que têm dupla nacionalidade, portuguesa e cabo-verdiana. As sete mulheres de nacionalidade portuguesa incluem duas de cultura cigana. As restantes (seis) têm nacionalidades diversificadas: Guineense, Angolana e Santomense.

**Gráfico 6**



Fonte: Moisés, 2012

Para a selecção das mulheres a entrevistar, procurou-se, tendo em conta a sua experiência de vida, que estivessem, em idade activa e, neste pressuposto, constata-se (gráfico 6) que 18 mulheres têm entre 30 e 49 anos e apenas três têm mais de 50 anos. As duas mulheres com menos de 30 anos, são jovens mães, que trabalham e assumem responsabilidades familiares.

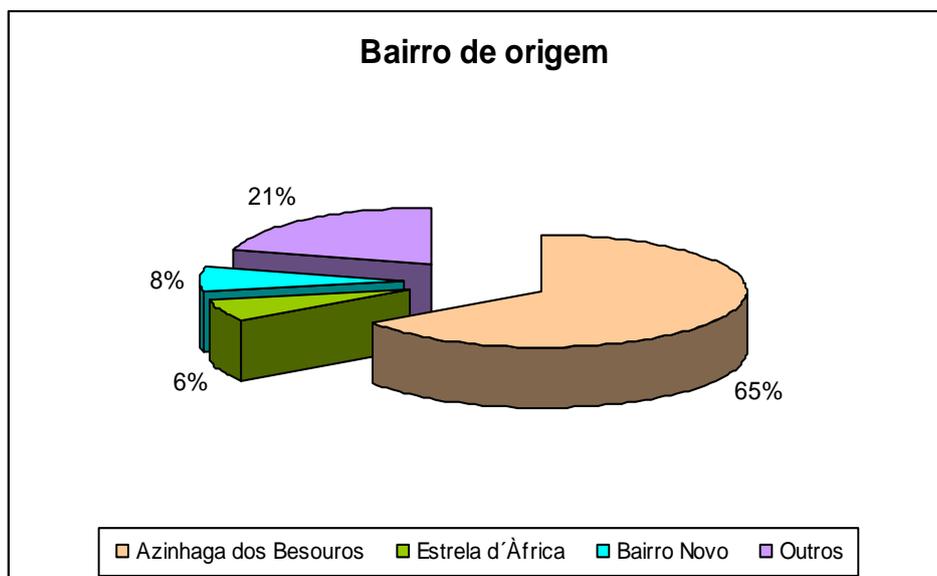
**Quadro 4 – Escolaridade das mulheres que compõem a amostra**

ESCOLARIDADE	Nº
Não sabe ler nem escrever	6
4ª classe	5
6º,7º, 8º ano	8
9º ano	2
11º	1
12º	1
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

Fonte: Moisés, 2012

Relativamente à escolaridade (quadro 4) verifica-se que é bastante baixa, pois seis mulheres não sabem ler nem escrever, 13 mulheres têm entre a 4ª classe e o 8º ano, duas têm o 9º ano e apenas duas têm habilitações literárias acima do 9º ano.

**Gráfico 7**



Fonte: Moisés, 2012

O bairro onde residiam as mulheres que compõem a amostra, antes do realojamento (gráfico 7) é uma variável com alguma importância, nomeadamente em relação à forma como foi sentida a mudança para o bairro Casal da Mira. De sublinhar que as percentagens e proporção relativas à amostra do estudo é semelhante à população total residente no bairro (quadro, anexo 16). A Azinhaga dos Besouros aparece em primeiro lugar seguindo-se o Bairro Novo e em terceiro lugar o Bairro Estrela de África.

Devido à preponderância das pessoas oriundas da Azinhaga dos Besouros e também porque foi o primeiro bairro a ser realojado, verificou-se uma apropriação mais forte do espaço, por parte deste grupo relativamente aos outros.

**Quadro 5 – Profissões das mulheres que compõem a amostra**

<b>PROFISSÕES</b>	<b>Nº</b>
Ajudante domiciliária	1
Auxiliar educativa	1
Ajudante de cozinha	2
Empregada de limpezas	6
Vendedora	5
Desempregadas*(a) <sup>54</sup>	3
Não trabalham fora de casa*(b) <sup>55</sup>	5
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

Fonte: Moisés, 2012

Quanto ao tipo de actividade profissional (quadro 5) constata-se que dez mulheres trabalham por conta de outrem, seis em limpezas, uma ajudante domiciliária, uma auxiliar educativa e duas ajudantes de cozinha. De notar que, embora se identifiquem cinco mulheres que se dedicam à venda de produtos, esse número é superior, pois algumas mulheres incluídas noutras categorias desenvolvem ou desenvolveram essa actividade, o

---

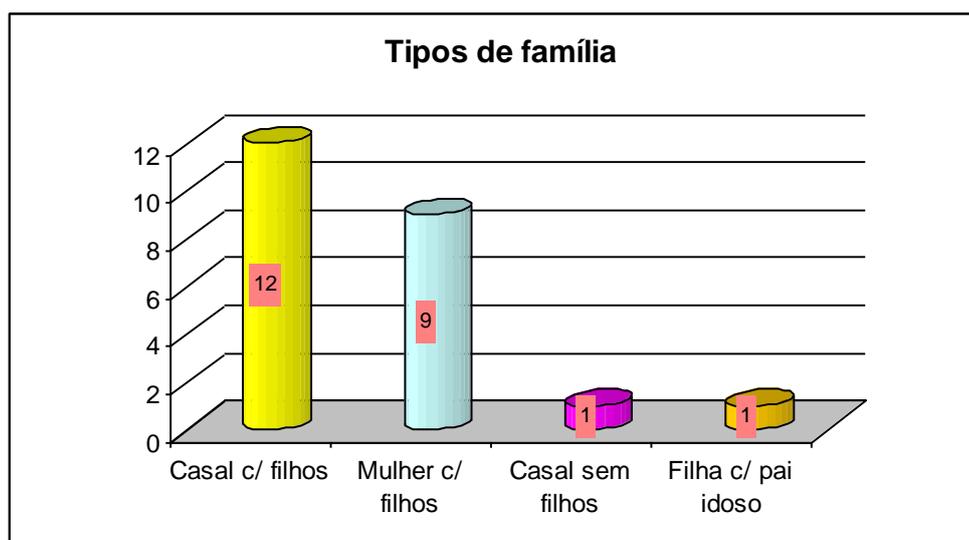
<sup>54</sup> \*(a) Uma empregada administrativa, uma operadora de fábrica de bebidas e uma a fazer um curso de formação.

<sup>55</sup> \*(b) Inclui três mulheres, que não trabalham por razões de saúde

que expressa bem a apetência destas mulheres, em especial as mulheres cabo-verdianas, pelo comércio informal.

Das cinco mulheres que não trabalham fora de casa, três têm problemas de saúde que as impedem de trabalhar, dependendo do vencimento dos maridos/companheiros e /ou do RSI – Rendimento Social de Inserção. As outras duas mulheres portuguesas ciganas e respectivas famílias vivem exclusivamente do RSI.

**Gráfico 8**



Fonte: Moisés, 2012

Quanto ao tipo de família (gráfico 8), das 23 mulheres entrevistadas, nove integram o conjunto das famílias monoparentais, o que é revelador de que este tipo de famílias tem grande expressão na população residente no bairro.

**Quadro 6 – Origem dos rendimentos das mulheres que compõem a amostra**

ORIGEM DOS RENDIMENTOS					
Vencimento	Subs.desemp.	Venc./ RSI	RSI	Venc. cônjuge	Vendas
6	2	1	5 (a)	4 (b)	5

(a) três mulheres complementam a prestação de RSI com venda de produtos

(b) uma mulher vende produtos para complementar vencimento do cônjuge

Relativamente à origem dos rendimentos familiares, é de salientar que: cinco mulheres são beneficiárias do RSI, 3 das quais dependem exclusivamente desta prestação (duas delas são de etnia cigana); seis mulheres vivem dos seus vencimentos, todos eles

baixos; uma mulher acumula o vencimento (baixo) com a prestação de RSI; quatro mulheres vivem dos rendimentos da venda de produtos; duas vivem do subsídio de desemprego; três estão desempregadas sem subsídio de desemprego (uma delas vive da venda de produtos e duas, do vencimento do marido); uma está num curso de formação profissional, recebe bolsa de formação e conta com o vencimento do marido e uma das mulheres está em situação ilegal (não tem direito a RSI e depende de algum rendimento incerto, que o pai dos filhos lhe dá para os filhos, pois não pode trabalhar por ter sido submetida a uma intervenção cirúrgica).

A ligação das mulheres entrevistadas ao Gabinete Local da CMA acontece de diversas formas e por diferentes razões<sup>56</sup>.

### *Trajectórias de vida das mulheres*

Para conhecer os impactos da mudança, resultante do realojamento, na vida das mulheres residentes no Casal da Mira, será pertinente uma análise das trajectórias protagonizadas pelas mulheres.

A trajectória de cada pessoa reflecte as suas experiências, em que algumas têm um carácter mais pessoal enquanto outras se prendem com as vivências dos grupos que a pessoa integra. Para compreender as trajectórias destas mulheres é necessário ter em conta a teia de relações em que ela está inserida, no espaço e tempo específicos, pois verifica-se, normalmente, a presença de factores conjuntos, como género, classe, etnia.

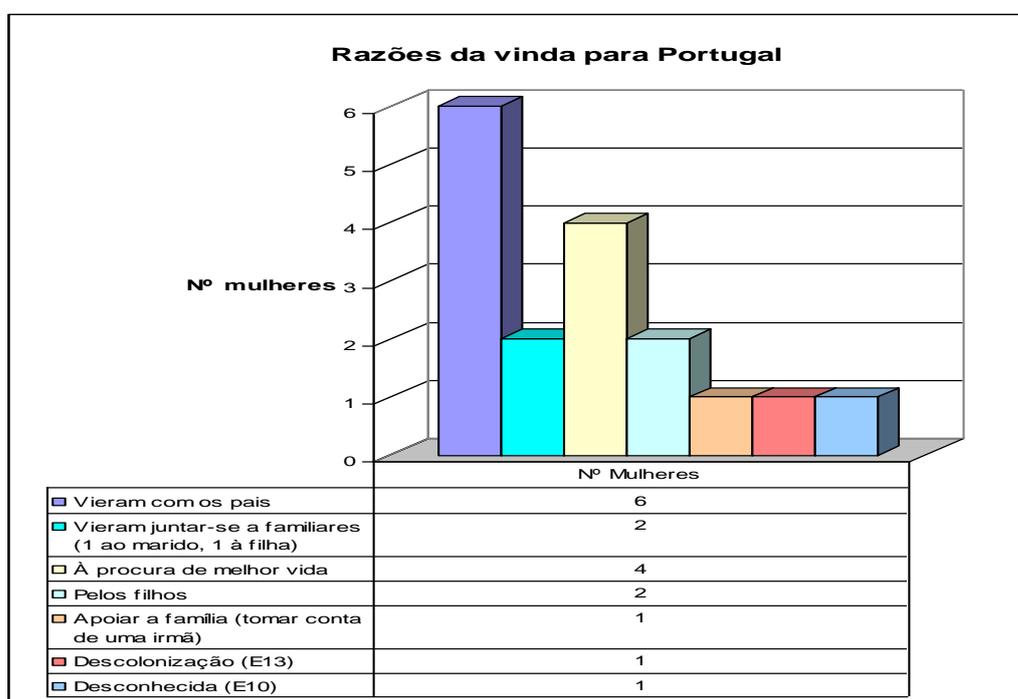
Tal como é referido no capítulo teórico sobre Serviço Social, Faleiros (2005) aborda o conceito de trajectórias sociais, como “processos de desestruturação como de estruturação de referências e patrimónios, pela articulação ou desarticulação de relações

---

<sup>56</sup> Esta ligação insere-se no trabalho e papel desenvolvido pela equipe do Gabinete Local junto da população do bairro, verificando-se que dez mulheres têm uma ligação ao Gabinete essencialmente relacionada com pedidos de redução do valor da renda; três mantêm uma relação próxima baseada na sua condição de representantes de prédio, quatro pediram transferência de habitação, duas das quais de etnia cigana pretendiam transferência para outro bairro de realojamento. A relação das restantes 6 mulheres com o Gabinete da Câmara Municipal no bairro prende-se com assuntos muito variados, tais como, acordos para recuperação de dívida de rendas, desdobramento do agregado familiar, frequência de cursos de formação profissional, pedidos de ajuda económica (SAAI) e anomalias de construção das habitações, bem como problemas com o funcionamento dos elevadores. De salientar que algumas mulheres apresentam, na sua relação com o Gabinete, vários assuntos.

sociais, num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identificação social. Esta perda ou aquisição de patrimónios está vinculada tanto a processos contextuais como às biovias<sup>57</sup> da família, de redes de pertença, de vizinhança.” (Faleiros, 2005: 75). Segundo o autor, algumas situações colocam em jogo novas relações que envolvem um processo de construção de novas referências e identificações e perda de outras que diminuem ou aumentam a capacidade de poder intervir no quotidiano e construir a sua autonomia.

**Gráfico 9**



Fonte: Moisés, 2012

Quanto à razão, pela qual as 17 mulheres imigrantes<sup>58</sup> vieram para Portugal (gráfico 9), pode afirmar-se que as razões são muito variadas, verificando-se que 11 vieram por decisão própria, uma vez que seis mulheres vieram em crianças com os pais. Das 11 mulheres que vieram por vontade própria, destacam-se seis mulheres que vieram para melhorar a sua vida ou dos filhos.

<sup>57</sup> Termo que Faleiros propõe para designar os caminhos da vida.

<sup>58</sup> Das 23 mulheres entrevistadas, foram retiradas 6 mulheres de nacionalidade portuguesa, embora duas delas tenham origem caboverdeana, tendo nascido em Portugal.

Relativamente ao período em que imigraram, verifica-se que a maioria das mulheres (13 das 17) veio para Portugal nas décadas de 70 e 80, sendo que os pais de seis delas emigraram para Portugal na década de 70. Apenas um caso, em 1982, o que corresponde à 1ª geração de imigrantes que veio para Portugal, logo após a independência das ex-colónias portuguesas. Das quatro mulheres que chegaram a Portugal depois de 1990, duas vieram juntar-se a familiares e as outras duas imigraram à procura de melhor vida, uma acompanhada do marido e a outra só.

Das 23 mulheres entrevistadas, podem definir-se quatro grupos, no que se refere às suas trajetórias de vida. Assim, um primeiro grupo diz respeito a seis mulheres (2 nascidas em Cabo-Verde; 3 em S.Tomé e 1 em Angola), que vieram para Portugal, ainda crianças com os pais. Os pais de duas mulheres santomenses são naturais de Cabo Verde e, antes de emigrarem para Portugal, passaram por S. Tomé e Príncipe. Estas mulheres dizem não conhecer a sua terra de origem. Os seus pais vieram para Portugal por falta de condições de vida nos países de origem. Um segundo grupo de oito mulheres, das quais sete nasceram em Cabo Verde e uma na Guiné-Bissau, que vieram para Portugal por decisão própria. Cinco vieram para Portugal para melhorarem a sua vida, enquanto duas vieram para apoiar os filhos e uma para cuidar dos irmãos, na sequência da morte de sua mãe. Um terceiro grupo é constituído por duas mulheres, uma nascida em Cabo Verde e a outra na Guiné-Bissau vieram para Portugal para se juntarem a familiares, no primeiro caso ao marido e a outra às filhas (adultas) na sequência da morte do marido. Esta última conheceu um homem cabo-verdiano, com quem casou, tendo passado por uma situação grave de violência doméstica. Um último grupo diz respeito a sete mulheres de nacionalidade portuguesa. Trata-se de um grupo muito heterogéneo, que inclui duas mulheres jovens de origem e cultura cabo-verdiana, nascidas em Portugal, que viviam na Azinhaga dos Besouros desde que nasceram até virem para o bairro Casal da Mira. Uma mulher de origem portuguesa, nascida em Angola, que veio para Portugal, para fugir à guerra, após a descolonização, duas mulheres nascidas em Lisboa, uma delas cresceu e viveu toda a sua vida num bairro de barracas até ao realojamento. As outras duas mulheres são portuguesas ciganas que fizeram toda a sua vida em habitações precárias.

Através do quadro 7 podem observar-se os diferentes tipos de percursos de origem das mulheres, apresentados de forma sintetizada.

**Quadro 7 – Tipos de percursos de origem das mulheres que compõem a amostra**

GRUPO	PERCURSOS DE ORIGEM	MULHERES
1	Vieram com os pais, em crianças	Francisca, 40 anos, Margarida, 38 anos, Rosalina, 34 anos, Clarisse, 47 anos, Palmira, 37 anos, Adelina, 34 anos.
2	Vieram por decisão própria, à procura de melhor vida	Maria Sábado, 37 anos, Domingas, 47 anos, Alcinda, 47 anos, Joaquina, 36 anos, Ermelinda, 51 anos.
2	Vieram por decisão própria, pelos filhos ou outros familiares	Sabá, 45 anos, Benvinda, 58 anos, Hirondina, 48 anos.
3	Vieram juntar-se a familiares	Antónia, 47 anos, Maimuna, 61 anos.
4	Nacionalidade portuguesa	Luísa, 42 anos, Mónica, 45 anos, Isabel, 57 anos, Teresa, 28 anos, Arlete, 51 anos, Genoveva, 24 anos, Eunice, 23 anos.

Fonte: Moisés, 2012

Como referimos as trajectórias das mulheres constituem elementos fundamentais para a compreensão do sentido das práticas sociais das entrevistadas, pelo que se apresentam algumas referências sobre os caminhos percorridos por estas mulheres. Assim, relativamente ao primeiro grupo das mulheres que vieram para Portugal, ainda crianças, com os seus pais, seguem-se alguns testemunhos:

*“Aos 14 anos, vim para Portugal para o Bairro Estrela de África, fui acolhida por família nossa e depois o meu pai arranhou uma barraca e fomos para lá morar, tivemos muitas dificuldades porque os meus pais eram pessoas já com uma certa idade e não tinham trabalho.”* (Margarida, 38 anos)

Algumas destas jovens, de 13, 14 anos de idade deixavam a casa dos pais para trabalharem, como domésticas em regime interno, em casas particulares

*“- Eu vim para cá com 13 anos e passado 10 dias fui para casa de uma Srª portuguesa, naquela altura as senhoras portuguesas interessavam-se por ter empregada doméstica, então preferiam as miúdas de 13, 14 anos, elas ensinavam a fazer as coisas, mas pagavam muito menos, nem chegava a metade do ordenado de uma pessoa adulta e dormia lá. Fui interna durante 10 anos, até que casei.”* (Clarisse, 47 anos)

No que se refere ao segundo grupo, mulheres que emigraram para Portugal, por decisão própria, à procura de melhor vida, verificam-se percursos muito diversos. Maria

Sábado veio para casa da irmã mais velha, que já morava na Azinhaga dos Besouros e começou por vender peixe, casou e teve três filhos. Domingas veio grávida, tendo o pai da criança ficado em Cabo Verde, começou, também, por vender peixe, actividade que, mais tarde conciliava com trabalho em limpezas. Começou por morar em Lisboa com os pais e passados cinco anos foi morar para uma barraca na Azinhaga dos Besouros. Mais tarde arranjou um outro companheiro de quem teve mais três filhas. Joaquina veio só de Cabo Verde, contando apenas com o apoio de uma amiga, que já vivia em Portugal. Ermelinda, com o marido e a filha mais velha (com 5 meses), veio morar para a Azinhaga dos Besouros. Trata-se de um casal que, apesar de o meio ser adverso, consegue orientar os seus filhos, que têm um comportamento responsável e bom aproveitamento escolar.

*“O meu primeiro trabalho em Portugal foi tomar conta de crianças. Trabalhei 11 anos com crianças..... tinha a minha filha 5 meses. Cuidava de bebés, dos seis meses até aos 3 anos.....Fui morar para a Azinhaga dos Besouros, foi o primeiro sítio que conheci, era um ambiente bom, dei-me muito bem com os vizinhos, era um bairro problemático, mas nunca tivemos problemas.”* (Ermelinda, 51 anos)

*“Vim trabalhar para Portugal, tinha 28 anos. Trabalhei como interna, na casa de uma patroa.....a vida, em Cabo Verde não era fácil. Não é um país mau de todo, mas também não é bom de estar lá..... não tinha um vencimento”* (Joaquina, 36 anos)

Quanto às mulheres que vieram para apoiar os filhos e familiares, duas vieram pelos filhos – Sabá e Benvinda e no caso de Hironcina veio de Cabo Verde, em 1980, para tomar conta dos irmãos, na sequência da morte da mãe, tendo vindo logo residir para a Azinhaga dos Besouros:

*“ Vim assistir ao funeral do meu marido e depois tive que voltar para a Guiné. Dois anos depois (1988), voltei com os miúdos, para lhes proporcionar um ensino melhor”* . (Sabá, 45 anos)

*“ A minha intenção não era ficar.....fiquei par a apoiar o meu filho, que vivia com o pai e a madrasta.....mais tarde, mandei vir as minhas filhas que estavam em Cabo Verde, com os avós .”* (Benvinda, 58 anos)

Relativamente às mulheres de nacionalidade portuguesa, são experiências e trajectórias de vida muito diversas. As duas jovens de origem Cabo-verdiana, nascidas em Portugal, embora manifestem apreço e valorizem a cultura cabo-verdiana, fizeram todo um percurso de vida influenciado pela cultura portuguesa. Genoveva, de 24 anos tem uma vida bastante difícil, com dois filhos a seu cargo, cujos pais não contribuem para as despesas

com as crianças. Foi realojada na mesma casa com os pais e um irmão que lhe criava muitos problemas. Posteriormente, foi-lhe atribuída pela Câmara Municipal uma habitação autónoma.

*“- Eu nasci cá (em Portugal), os meus pais já moravam na Azinhaga dos Besouros, e até uma certa altura eu era feliz. Andava a estudar. Estudei até onde pude, depois tive que deixar para ir trabalhar para ajudar os meus pais...” (Genoveva, 24 anos)*

Eunice, a outra jovem de origem cabo-verdiana, nascida em Portugal, tem dois filhos e frequenta um curso de formação profissional. Possui um bom suporte familiar no bairro, o que lhe permite melhorar a sua formação, através da frequência de um curso de formação profissional. É das mulheres que manifestou maior nostalgia em relação à mudança do bairro de origem - Azinhaga dos Besouros para o Casal da Mira, mas, apesar disso, envolve-se na dinâmica do bairro, através da organização de iniciativas comunitárias e na resolução de problemas locais, pois é muito dinâmica.

*“.....Eu até nem me importava de entrar num grupo de pessoas que quisesse fazer uma associação para melhorar o bairro” (Eunice, 23 anos)*

As duas mulheres portuguesas ciganas têm uma postura bastante diferente das restantes. Sentem-se mal no bairro, sendo frequente, no Gabinete da Câmara Municipal, a apresentação de pedidos de transferência para outros bairros, por parte das famílias ciganas, pois o seu número é bastante reduzido e sentem-se inseguras no bairro.

*“Apesar de ser uma barraca, gostava mais de lá estar do que aqui, que é uma casa.....era mais sossegadinho. E sentia-me mais segura, aqui uma pessoa está sempre com medo...lá havia mais ciganos” (Arlete, 51 anos)*

Neste grupo incluiu-se também uma mulher – Isabel, cujo percurso é bastante distinto dos outros. De origem portuguesa, nasceu em Angola, aos 19 anos foi viver para Moçambique, onde casou com um português, com quem teve três filhos. Regressou a Portugal aos 21 anos, na sequência da descolonização, em 1976, tendo residido cerca de 30 anos numa barraca na Azinhaga dos Besouros com a família. De referir que Isabel, tem também dois netos a seu cargo, pois a filha está desaparecida.

Das 23 mulheres entrevistadas, nove correspondem a famílias monoparentais (mãe com filhos), o que é um indicador das responsabilidades assumidas pelas mulheres na família, nomeadamente na educação dos filhos, sendo frequente a afirmação” *Eu é que vou sempre às reuniões na escola dos filhos*”. No que se refere à responsabilização dos homens nas despesas familiares, 13 mulheres queixaram-se dos companheiros, fazendo referências do tipo:

*“ele às vezes não tem trabalho. Ele, não é assim de viver com a gente”* (Alcinda, 47 anos)

*“O meu marido sempre trabalhou pouco, trabalhava 1 dia, 2 dias, mas depois bebia e o patrão mandava-o embora.”* (Mónica, 45 anos)

*“...o meu marido não trabalhava, eu é que tinha de resolver tudo.....”* (Luísa, 42 anos)

*“Ele não me dá nada, mas graças a Deus não me falta nada, com a ajuda de minha filha e da Segurança Social (RSI)”* (Maimuna, 61 anos)

*“ Ele não é responsável, nem para ele próprio e isso faz-me muita confusão. Se ele tiver as contribuições dele, não é capaz de as pagar a tempo e horas..... A família só depende de mim.”* (Clarisse, 47 anos)

Luísa e Mónica são portuguesas, pelo que não se trata apenas de uma questão específica das mulheres imigrantes, é antes uma questão de género. Reflecte, também, que é sobre as mulheres que recaem as maiores responsabilidades familiares. A responsabilização das mulheres não se resume apenas aos filhos, alargando-se a outros familiares, nomeadamente pais e irmãos, como se pode observar:

*“- Na Guiné, tenho irmãs e irmãos. Os meus pais já faleceram. A minha riqueza é a família! Quem toma conta deles, sou eu. Se eu ganhar aqui um bocadinho, sou obrigada a mandar para lá para eles comerem.”* (Sabá, 45 anos)

*“-Para além dos meus filhos (um deles é invisual, requerendo muita atenção) .....tenho vários problemas com o meu pai, com 80 anos, operações ao coração, é diabético, partiu a anca e tem uma prótese. Tenho um irmão que veio de Angola, há mais ou menos cinco, seis anos, com problemas de saúde muito graves, foi operado ao pâncreas, tem hepatite crónica, e problemas cardio-respiratórios .....eu também tenho problemas de coluna, sou hipertensa, .....mas tenho que fazer as coisas.....está tudo dependente de mim, .....eu sou sozinha, mas tenho muita força interior.”* (Margarida, 38 anos)

Como dizia uma mulher, em atendimento social: *“ ser mulher é carregar o mundo à cabeça”*.

Nas trajetórias de um número significativo de mulheres entrevistadas (sete), o problema da violência doméstica está presente. Também no acompanhamento social às famílias, efectuado pelas técnicas do Gabinete da Câmara Municipal estas situações aparecem com uma frequência crescente e preocupante.<sup>59</sup>, sendo “um obstáculo à

---

<sup>59</sup> O problema do alcoolismo constitui um flagelo social, não sendo o objecto de estudo do presente trabalho é, no entanto, um tema com pertinência para futuros trabalhos de investigação. As técnicas do Gabinete local (duas assistentes sociais, uma socióloga e uma psicóloga) trabalharam esta questão, no âmbito da

concretização dos objectivos da igualdade, do desenvolvimento e da paz. A violência contra as mulheres viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres” (Plataforma de Acção de Pequim, 1995).

Seguem-se algumas referências ao problema, que traduzem a gravidade dessas situações:

- *“Eu fugi de casa aos 14 anos com o pai do meu primeiro filho..... Julgava que ia para melhor e foi igual, levei tanta “porrada” até que fugi de casas.”* (Mónica, 45 anos)

*“.....ele é muito ciumento, quando bebe ele diz que eu tenho amantes, todos os homens são meus amigos.... é um inferno.....ele esteve cinco anos sem beber e depois quando recomeçou ficou pior..... Eu tenho medo dele quando ele bebe”.* (Luísa, 42 anos)

*“ Ele diz: põe-te fora de casa, senão, eu vou matar você, porque a casa é meu, e eu respondo: a casa é de nós dois. Não, a casa é meu, diz ele”.* (Maimuna, 61 anos)

*“Existem problemas conjugais, por vezes ele é violento, quer verbalmente, quer fisicamente, sobretudo, quando bebe.”* (Adelina, 34 anos)<sup>60</sup>

No que se refere aos percursos profissionais, observa-se, sobretudo, no caso das mulheres imigrantes, que estas ocupam os empregos mais mal pagos e socialmente desvalorizados, facto a que não são alheias as dificuldades por serem estrangeiras. Nalguns casos, nos países de origem, as mulheres desempenhavam actividades profissionais de estatuto mais elevado:

*“Na Guiné, eu era funcionária pública.....Em Portugal, foi tudo muito difícil..... andei na apanha do tomate.....Quando morei na Buraca, tinha lá o meu negócio,..... depois consegui umas horas, nas firmas (em limpezas) para ter desconto na Segurança Social.....Estou muito cansada, em 18 anos nunca tomei férias”* (Sabá, 45 anos)

*“Em Cabo-Verde, trabalhava na embaixada, no arquivo..... Em Portugal trabalhei, sempre, em limpezas.”* (Benvinda, 58 anos)

Constata-se uma vontade de mudar de estatuto social e o esforço de algumas mulheres em progredir, a nível profissional e social. No entanto, apesar da frequência de cursos de formação profissional, esta não se traduz, muitas vezes, em mobilidade social

---

saúde mental, pontualmente com algumas famílias atingidas pelo problema, em articulação com serviços de saúde, tendo sido formulado um projecto, que não chegou a desenvolver-se, devido a outros imperativos do serviço.

<sup>60</sup> Num desses episódios de violência, com medo, esta mulher atirou-se da janela, fracturando os dois pés, tendo sido submetida a várias operações.

*“Quando terminei o Estágio (curso de Auxiliar administrativa), voltei às limpezas outra vez..... Procurei muito, nem se fosse recepcionista, nem se fosse não sei o quê, inscrevi-me em muitos sítios.....andei durante três meses, nunca aparece nada!” (Sabá, 45 anos)*

*“ Tirei um curso de auxiliar de serviços gerais na Santa Casa da Misericórdia .....agora estou desempregada, mas tenho o meu negócio, compro e vendo perfumes, chinelos.....Também, uma vez encontrei um bom trabalho, mas não deu porque não tinha bilhete de identidade português”. (Alcinda, 47 anos)*

Por outro lado, com a mudança para o Casal da Mira verificou-se o fim de algumas actividades informais que se desenvolviam no bairro clandestino, onde residiam, antes do realojamento. A título de exemplo:

*“Eu antes também era cabeleireira, trabalhava na minha casa, lá na Azinhaga. Tinha um quarto no haal de entrada, fazia aquilo. Tenho mesmo diploma. Só que depois cheguei aqui, fiquei paradíssimo. Queria um lugar para me ajudar com as despesas que eu tenho.” (Alcinda, 47 anos)*

Da análise das trajectórias das mulheres que compõem a amostra do estudo, verifica-se grande heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais, traduzindo a realidade do bairro onde coexistem e se cruzam referências culturais diversas. Observa-se, também uma grande sobrecarga das mulheres relativamente às responsabilidades familiares. Por outro lado é de realçar a dificuldade das mulheres de melhorarem o seu estatuto socio-profissional, apesar do esforço demonstrado por algumas delas, revelando obstáculos à sua mobilidade social no sentido da sua promoção.

## **6 - Intervenção social desenvolvida no bairro Casal da Mira**

Após a instalação do Gabinete Técnico Local do bairro, deu-se início a um trabalho de intervenção social com vista à inclusão socio-urbanística das famílias realojadas, inserido no modelo de Gestão do Parque Habitacional Municipal<sup>61</sup>.

O principal objectivo do Gabinete Técnico Local é o acompanhamento das famílias após o realojamento com vista à sua autonomização e integração social, enquadrado nos objectivos da gestão do Parque Habitacional Municipal de melhorar a qualidade de vida das populações; investir na prevenção e mudança de comportamentos dessas populações e promover o desenvolvimento humano.

---

<sup>61</sup>No município existem três Gabinetes Técnicos Locais nos bairros: Casal da Mira, Casal da Boba e Casal do Silva e Zambujal

A intervenção do Gabinete Técnico Local insere-se no Modelo de Intervenção de Gestão do Parque Habitacional, que assenta em três vertentes: social, financeira e patrimonial.

A vertente social relacionada com os direitos e responsabilidades dos moradores consiste no acompanhamento das famílias e pressupõe o atendimento e ou acompanhamento e encaminhamento de situações em articulação com outros serviços e instituições, incluindo, também, as actualizações dos agregados familiares residentes.

A vertente patrimonial tem a ver com a conservação e manutenção do edificado. Envolve o construtor (anomalias construtivas), a Câmara Municipal e os próprios moradores. Também neste âmbito pretende-se envolver e responsabilizar os moradores pela conservação e manutenção de casa, dos espaços comuns e do meio envolvente.

A vertente financeira baseia-se na gestão das rendas, que são calculadas de acordo com os rendimentos do agregado<sup>62</sup>. No Gabinete Técnico Local, são muito frequentes os pedidos de redução de renda, especialmente, os que estão a pagar a renda técnica. A redução só pode acontecer quando se verifica uma diminuição dos rendimentos do agregado familiar ou quando se verificam alterações no agregado familiar. Constitui um instrumento de responsabilização e um elemento estruturador da organização das famílias.

Esta intervenção realiza-se a dois níveis: um nível micro, relacionado com o indivíduo e o contexto familiar e um nível macro, que tem a ver com os sistemas envolventes, nomeadamente o bairro, a freguesia e o concelho, traduzindo-se em três grandes projectos de gestão integrada: Habitat Urbano; Mais Perto para Chegar mais Longe e Teia social<sup>63</sup>.

O projecto “Habitat Urbano” visa promover a participação individual e colectiva da população na preservação dos espaços individuais e comuns do edificado e consiste no desenvolvimento acções neste sentido, que passam pela responsabilização da população realojada.

O projecto “Mais Perto para Chegar Mais Longe” visa promover o desenvolvimento pessoal e social dos moradores para o exercício da cidadania, com a

---

<sup>62</sup> Decreto-lei 166/93 de 7 de Maio

<sup>63</sup> O ponto 7.2.3 sobre constrangimentos na prática profissional do assistente social inclui uma análise sobre o modelo de intervenção, baseado nos três projectos referenciados.

implementação de actividades sócio-educativas e lúdicas junto da população, designadamente grupos vulneráveis (crianças, jovens e idosos) ou pessoas com dificuldades de inserção sócio-profissional.

O projecto “A Teia Social” visa promover a efectivação de parcerias como processo de desenvolvimento participado e integrado, de forma a desenvolver e fortalecer redes sustentáveis de apoio e inclusão social.

Como práticas correntes, inerentes à intervenção social do Gabinete Técnico Local, salientam-se os atendimentos sociais e visitas domiciliárias efectuados aos indivíduos e aos agregados familiares para conhecimento e acompanhamento das suas problemáticas e reuniões com moradores.

De salientar, que no âmbito do projecto “Mais Perto para Chegar Mais Longe”, desenvolveu-se um sub-projecto, dinamizado pelo Equipa do Gabinete Técnico Local em conjunto com o Sector do Desporto da Câmara Municipal, que incluía um conjunto de actividades socio-educativas e lúdicas dirigidas às crianças e jovens, com o envolvimento das famílias.

No âmbito deste projecto dinamizou-se a rede de parceiros locais (Escola EB1 Casal da Mira, CEBESA- Centro de Bem Estar Social da Amadora, Loja Mira Jovem, Jardim-de-infância da Associação Unidos de Cabo Verde, Ludoteca João de Deus, Gabinete Técnico do Casal da Mira), contribuindo para um trabalho mais integrado, com o envolvimento dos parceiros e a rentabilização dos recursos locais.

Destaca-se a importância do trabalho desenvolvido pelas duas primeiras associações, que foram instaladas no bairro: Associação Unidos de Cabo Verde, com o Jardim de Infância e a Associação Raízes, com o projecto Escolhas “Loja Mira Jovem”, cuja intervenção era dirigida a dois grupos vulneráveis da população – as crianças e jovens, revestindo-se de grande importância para as famílias residentes no bairro.

A Farmácia foi o primeiro equipamento instalado no bairro, tendo assumido um papel de carácter social junto da população, que ultrapassava, muitas vezes a sua função. Quando o Gabinete Local da CMA foi instalado, a dona da farmácia algumas vezes aí se deslocava, ou telefonava para apresentar situações de famílias com graves problemas socio-económicos. Participaram, também em algumas reuniões de parceiros locais.

Em 1998, com a implementação do SIADAP<sup>64</sup> e do SAAI, a intervenção social do Gabinete sofreu algumas alterações.

O SIADAP, com a definição dos objectivos, reforçou entre outros aspectos o acompanhamento das famílias que apresentam um número significativo de rendas em atraso, através de um acompanhamento regular com vista à sua recuperação. Os objectivos do SIADAP têm reforçado também a importância da conservação e manutenção dos espaços comuns dos prédios, através do estabelecimento de um número mínimo de reuniões de prédio.

A implementação do SAAI veio alterar a dinâmica dos Gabinetes Técnicos dos dois bairros de realojamento social abrangidos pelo projecto (Casal da Mira, Casal da Boba), apresentando virtualidades e constrangimentos.

O projecto constituiu uma candidatura ao PROGRIDE, medida 1<sup>65</sup> e insere-se no âmbito da Medida Rede Social<sup>66</sup>. Visa melhorar a intervenção junto da população em situação de pobreza e/ou exclusão Social, assim como rentabilizar recursos disponíveis pelas Instituições Locais. Este modelo pressupõe que cada indivíduo/família deverá ser acompanhado, apenas por um/a técnico/a – gestor/a de caso, integrado numa equipa multidisciplinar e intersectorial, que irá delinear com o utente um acordo de inserção.

Dando continuidade ao trabalho que os Gabinetes Locais vinham a efectuar de actividades com crianças, em períodos de férias lectivas, o Gabinete de Acção Social do Departamento de Educação e Cultura da CMA, implementou um projecto para este efeito, designado de “Adrenalinas”, em diversos bairros, designadamente no Casal da Mira. O

---

<sup>64</sup> SIADAP - Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública implementado nas Autarquias por imperativo do Decreto Regulamentar nº 6/2006 de 20 de Junho

<sup>65</sup> PROGRIDE, medida 1 – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento criado pela Portaria nº 730/2004 de 24 de Junho. A medida 1 visa apoiar o desenvolvimento de projectos que combatam fenómenos graves de exclusão, em territórios identificados como prioritários.

<sup>66</sup> A Rede Social é uma medida de política social que visa contribuir para erradicar ou atenuar a pobreza e exclusão social, incentivando a actuação das redes de solidariedade. Assenta na conjugação de esforços e na definição de prioridades e estratégias participadas dos agentes locais, potenciando e rentabilizando as intervenções (suporte jurídico: Resolução do Conselho de Ministros 197/97 de 18/11, Despacho Normativo nº8/2002 de 12/02, Decreto-Lei nº115/2006 de 14/06).

projecto desenvolvido em colaboração com os Gabinetes Locais e o Serviço de Desporto da autarquia, envolve as instituições em presença em cada uma das urbanizações bem como algumas associações desportivas de cariz concelhio, que se organizam para programar, executar e avaliar actividades para as crianças. Tem a particularidade de ser um projecto intersectorial que, para além de promover actividades para as crianças destes bairros, proporciona o seu contacto com contextos plurais, levando-as a viver diversas experiências, em espaços e equipamentos de qualidade, dentro e fora do concelho, convivendo com outras crianças, salvaguardando aqui a lógica da sua integração. Apesar de incipiente, este projecto também abrange, a população sénior, quer numa perspectiva intergeracional, quer apenas geracional.

Outro projecto de âmbito concelhio a destacar é o “Amadora empreende”. Trata-se de um Programa de apoio ao empreendedorismo, assente no reconhecimento de competências e na identificação, em conjunto com as pessoas, das melhores soluções. Tem como objectivo principal – a identificação de ideias viáveis de negócio e a facilitação dos seus percursos concretizadores, tendo como finalidade a criação de empresas, cooperativas ou projectos de carácter produtivo, no âmbito do tecido associativo do Município.

O Programa foi lançado pelo Departamento de Educação e Cultura<sup>67</sup> da CMA, em 2009. Das candidaturas apresentadas por residentes do Casal da Mira, foram aprovadas três, tendo sido acompanhadas duas iniciativas, das quais, apenas sobreviveu uma delas, encontrando-se em fase de instalação.

De referir, no entanto que muitas pessoas do bairro com vontade de instalar um negócio, não reúnem as condições para este programa, cujas candidaturas são efectuadas via internet.

---

<sup>67</sup> O Programa embora tenha sido lançado pelo Departamento de Educação e Cultura, contou com o acompanhamento dos Gabinetes Locais dos Bairros, como foi o caso do Gabinete do Casal da Mira, quer na divulgação, quer no acompanhamento dos candidatos até à apresentação e formalização dos seus projectos.

## **Capítulo 2 –POLÍTICAS E RESPOSTAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO**

A política social é essencialmente uma resposta às desigualdades, sendo característico do estado de bem-estar, o apoio aos indivíduos e famílias com necessidades, a nível dos recursos económicos. Para a abordagem desta temática, convém clarificar em que consistem as políticas sociais, designadamente as políticas de habitação, procedendo-se a uma breve caracterização sobre o seu percurso, bem como o seu enquadramento no quadro das políticas sociais.

Tal como afirma Mozzicafredo (1993), “As políticas sociais são, principalmente, resultado de problemas originados pelo desenvolvimento e pelo predomínio do Estado de direito, na sua fase institucional de Estado - Providência, enquanto instância de regulação das relações sociais, agente de desenvolvimento e produtor de integração social” (Mozzicafredo, 1993:672). Assim, o Estado postula um padrão mínimo de rendimento, saúde, educação e habitação que deverá ser garantido a cada cidadão como sendo um direito de cidadania. Esse padrão deve possibilitar, um nível satisfatório de vida humana e propiciar uma integração social efectiva dos indivíduos.

As diversas formas de produção e reprodução de desigualdades sociais que provocam fenómenos de pobreza e exclusão social, às quais o Estado tenta responder com medidas de carácter político, têm como objectivo a promoção da protecção social. Neste âmbito, as políticas sociais compensatórias e integrativas emergem com intenções de corrigir assimetrias geradas pelo sistema, as quais impedem uma vivência condigna de certas populações carenciadas e marginalizadas.

“O aumento da diferenciação social (divisão social do trabalho, hierarquias funcionais e profissionais, processo de urbanização e industrialização etc.) exige a criação de novas formas de regulação funcional e da coordenação das relações entre as estruturas sociais e os indivíduos. A consolidação das sociedades de mercado e expansão da individualidade exigem igualmente a criação de um novo tipo de solidariedade que, nas sociedades mais diferenciadas e segmentadas, se materializa na institucionalização da solidariedade contratual regulada pela norma e pela administração central” (Mozzicafreddo, 2000:4).

A política social de habitação, é uma das várias dimensões inserida num quadro de políticas sociais mais alargado, que abrange outros domínios, como o emprego, segurança social, educação ou a saúde. Estas políticas sociais são resultado de um progressivo alargamento dos direitos de participação e reivindicação dos cidadãos, resultante quer de

mudanças sociais, que englobam mudanças nas estruturas do poder quer do aumento das exigências dos indivíduos e dos vários grupos sociais.

É no período de desenvolvimento industrial em Portugal, iniciado com maior vigor nos anos 50, que os problemas relacionados com a habitação se precipitam, como já foi mencionado anteriormente. Assim, a contínua expansão de bairros de habitat degradado e bairros de génese ilegal por toda a área envolvente à capital foi acompanhada por deficientes e duvidosas políticas de habitação social, de um modo geral ineficazes, pois não contemplaram as famílias mais pobres, na sua maioria residentes em barracas. Políticas de habitação essas, que nunca foram realmente reconhecidas como prioritárias pelo Estado Novo.

Só após a revolução de 25 de Abril de 1974, “os problemas da habitação começaram realmente a ser questionados e debatidos dentro de um contexto ligado ao surgimento de estruturas próprias relacionadas com o Estado – Providência emergente em Portugal, justamente na altura em que nos países centrais, da Europa ocidental e de todo o mundo, o Estado – Providência entrava numa fase de grande perturbação” (Santos, 1993:19).

Sobre esta questão, António Fonseca Ferreira (1987) afirma que a questão habitacional surge associada a um longo período de ausência de políticas de habitação coerentes e articuladas, sem um Estado providência capaz de responder a necessidades básicas de alojamento. Têm existido medidas e programas avulsos criadas e geridas ao sabor das conjunturas políticas e financeiras sem a adequada preparação prévia nem a garantia dos meios para a sua efectiva concretização.

A política de habitação reflecte também os problemas estruturais profundos da economia e da sociedade portuguesa, que se traduzem em atrasos crónicos, de décadas, relativamente aos países industrializados da Europa. Esses atrasos têm origem em causas económicas, mas também factores culturais e sociais. A este respeito, referiu, uma das assistentes sociais entrevistadas:

*“ As medidas de política social fundamentam por si a existência de um problema: a escassez da habitação acessível a todos, ou aqueles que possuem, ainda que rendimentos do trabalho muito escassos, que, na maioria das vezes fica abaixo da capacidade de assegurar as necessidades básicas (alimentação, vestuário, saúde ou educação).”AS 8*

A crise da habitação que afecta sobretudo os grandes centros urbanos é consequência da sua própria lógica de desenvolvimento que vai provocar uma

concentração económica e social dos meios e unidades de produção, bem como força de trabalho necessária ao seu funcionamento. A concentração das actividades económicas, sobretudo nas áreas de Lisboa e Porto, conduziram a um agravamento do desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitação. Em consequência deste fenómeno, os preços vão subir, aumentando a especulação com a venda de terrenos e de habitações.

Também os fluxos migratórios, com a chegada a Portugal de muitos imigrantes provocam um aumento da procura de habitação nas zonas urbanas com grandes unidades industriais e construção civil.

No pós-25 de Abril assistiu-se, igualmente a uma política muito centrada no crédito à habitação própria, sendo este destinado a grupos sociais com alguma solvência. Este facto, aliado ao abandono de uma política eficaz relativamente ao arrendamento, potenciou também o aumento da população mal alojada.

É neste contexto de aumento dos bairros de habitat degradado, em Lisboa e Porto e suas periferias, que surge o PER- Programa Especial de Realojamento, pois a falta de alojamentos tornara-se um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa.

## **1 – Programas e Respostas Habitacionais na Amadora**

O Programa Especial de Realojamento, criado em 1993, através do Decreto lei nº 163/93 de 7 de Maio, o Programa Especial de Realojamento - PER, tem como objectivo a erradicação total de barracas nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Este Programa estava integrado no âmbito do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza lançado pelo Governo, em 1991. O Município da Amadora subscreveu o acordo de adesão a este programa, em 1995.

De acordo com o recenseamento efectuado, o Município da Amadora possuía 35 núcleos de habitação degradada, dispersos por várias Freguesias, num total de 4.855 barracas. Viviam nesta situação 6.138 famílias, num total de 21.400 pessoas<sup>68</sup>.

Perante este quadro, a CMA desenvolveu um programa de construção ou aquisição fogos para realojar as famílias inscritas no PER, com vista à resolução definitiva da sua situação.

---

<sup>68</sup> Dados fornecidos pelo Departamento de Habitação relativos a 1993

Tal como já foi referido, o realojamento da população na Urbanização do Casal da Mira efectuou-se no âmbito do PER. Sobre a aplicação do programa, apresentam-se de seguida alguns aspectos referenciados nas entrevistas às assistentes sociais:

*“Sobre o PER, eu acho que foi uma excelente medida que surgiu em 93 e que veio dar resposta a uma parte dos problemas de habitação que existiam no nosso país, mas que não é suficiente tendo em conta a enormidade de problemas no âmbito da habitação” AS 3*

*“O PER em si era uma boa política porque visava erradicar as barracas na área metropolitana de Lisboa e Porto e portanto iria proporcionar melhores condições de vida à população” AS 5*

*“ Não se pode afirmar que exista uma política de habitação social, existem sim medidas avulsas para darem resposta a situações definidas no espaço e tempo. É neste contexto que considero que o PER foi criado em 1993, conforme a lei o prevê” AS 8*

*“...Outra consequência do PER, é que as autarquias ficam com um peso enorme, em termos de despesa, relativamente a este investimento na construção e depois a manutenção de toda esta estrutura, com prejuízo para outras áreas do social, que ficam para traz.” AS 1*

Uma questão bastante focada, nas entrevistas tem a ver com o facto de o PER não prever desdobramentos dos agregados familiares, nos casos em que os filhos constituíram família, enquanto, que, nos bairros de origem, já viviam, muitas vezes, de forma autónoma, porque, com alguma facilidade construíam um anexo.

*“É uma Lei estanque, que não considera o desenvolvimento natural das famílias, ou seja, não prevê os desdobramentos, acontecendo, apenas em situações muito excepcionais.” AS 1*

*“...O facto, da Câmara não fazer desdobramentos ou aumento de tipologia pelo crescimento natural das famílias é uma questão complicada. Temos famílias com 5 filhos a viverem num T2 e famílias com 3 filhos num T1, o que é uma situação complicada para estes agregados familiares, que pode contribuir para uma degradação na família. Estas famílias não têm capacidade para adquirir outra habitação, que não seja num bairro social e em resultado destas situações, existem relações de conflito entre esses elementos que foram realojados na mesma habitação, que tendem a agudizar-se, verificando-se situações de violência. Com frequência, as pessoas pedem a nossa intervenção, no gabinete, sendo complicado fazer a gestão dos conflitos nesses agregados familiares, sabendo-se que, à partida não podemos propor desdobramento, a não ser que sejam casos gravíssimos em que a coabitação seja mesmo perigosa, porque põe alguém em risco.” AS 2*

*“Relativamente ao facto de alguns jovens não terem uma segunda habitação para se autonomizarem dos pais, o que nós temos que trabalhar e fazer ver a estas famílias é que, tal como acontece no mercado privado, em que as pessoas quando casam e tem filhos, antes, têm de pensar, de que forma é que se podem autonomizar dos seus pais*

*e não querer projectar essa competência nos serviços, portanto, essa competência tem que ser da própria família, conseguir gerir os seus recursos para poder ter a habitação que deseja. Não tem que ser a autarquia ou os serviços estatais a resolver o assunto.” AS 5*

O cálculo de renda<sup>69</sup> também foi referenciado pelas assistentes sociais, por gerar o descontentamento de algumas famílias, a quem foram aplicadas rendas, que consideram elevadas:

*“.....Continuo a achar que os cálculos de renda não são justos, porque são considerados os rendimentos ilíquidos e há algumas profissões de risco, nomeadamente os cantoneiros de limpeza que tem uma série de subsídios (incertos), que depois também são contabilizados como sendo rendimento integral e que às vezes dá grandes desproporções relativamente a cálculos de renda.”AS 1*

*“.....Talvez fosse importante fazer uma revisão do PER. Destacava, de entre alguns aspectos, a questão do cálculo da renda, que é calculada com base no valor ilíquido e não aquilo que as pessoas recebem efectivamente e que às vezes faz a diferença por estamos a falar de agregados familiares carenciados e vinte ou trinta euros a mais ou qualquer coisa que seja a partir desse valor faz falta.” AS 2*

O tempo de espera para o realojamento, relativamente à data do levantamento PER (1993), surge também como um constrangimento para as pessoas abrangidas por este programa:

*“O levantamento PER foi efectuado em 1993 e os realojamentos foram feitos em 2005, 2006 e 2007. Há aqui uma desproporção enorme em termos de tempo. Não faz sentido o facto das pessoas se manterem todo esse tempo à espera da casa” AS 1*

*“ Houve muitos problemas nos realojamentos PER, porque desde o recenseamento até à sua concretização, as famílias crescem, os filhos crescem, casam-se, tem filhos e isso originou muitos problemas porque os próprios filhos querem se autonomizar dos pais, ou seja, querem outra habitação.....Isto depois reflecte-se na insatisfação da população e também no trabalho dos técnicos, no terreno, sendo complicado gerir entre aquilo que a família deseja e aquilo que a autarquia pode oferecer.”AS 5*

Outro aspecto referenciado relaciona-se com algumas actividades económicas (mercearias, cabeleireiros, cafés, oficinas), que existiam no bairro de origem e que o PER

---

<sup>69</sup> Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de Maio, que estabelece o regime de renda apoiada. Tal regime baseia-se na existência de um preço técnico determinado objectivamente, tendo em conta o valor real do fogo e de uma taxa de esforço determinada em função do rendimento do agregado familiar. É da determinação da taxa de esforço que resulta o valor da renda apoiada. Estabelecem-se, assim, os mecanismos de determinação do valor locativo do fogo - o preço técnico -, bem como do montante que o arrendatário pode efectivamente suportar - a renda apoiada.

não assegura a sua continuidade no novo contexto – o bairro de realojamento. Esta situação tem reflexos muito penalizantes para essas famílias que desenvolviam esses negócios, que em muitos casos, constituía o seu “ganha – pão”:

*“As famílias que no bairro, onde vivam tinham um negócio, que ajudava muito na questão da economia familiar, ao irem para um bairro social é óbvio que a pessoa que tinha a oficina, ou o café não pode continuar a ter o espaço para o seu negócio. A Senhora que fazia os bolinhos para fora, na sua casa sem ter a sua situação legalizada a esse nível, agora não o pode continuar a fazer isso e deixam de contar com esse rendimento. Isso era importante para as pessoas, não só ao nível económico como a nível pessoal, porque era a sua forma de vida e representava uma mais valia,”AS 2*

O PER – Famílias é um programa criado pelo decreto-lei 79/96 de 20 de Junho, no âmbito do PER ao qual podem concorrer todos os agregados recenseados no PER que queiram efectuar obras de reabilitação em habitações próprias desde que estas se localizem fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, ou comprar casa independentemente do local. Para tal devem os candidatos ter um rendimento anual que lhes permita suportar os custos de um empréstimo bancário.

Às famílias que pretendem adquirir habitação, é concedida uma comparticipação, através do Instituto Nacional de Habitação (INH)<sup>70</sup>, de 40% do valor da habitação, de acordo com o valor da Portaria em vigor<sup>71</sup>, sendo que a Câmara Municipal da Amadora (CMA) comparticipa até 20% do valor do mesmo, caso seja necessário. A soma da comparticipação para a reabilitação de fogos não poderá ultrapassar 40% do valor definido por Portaria. Este apoio implica a demolição da construção não licenciada onde habitam ou a sua selagem definitiva.

O Programa de Retorno Voluntário, aprovado, através da deliberação da Assembleia Municipal de 19/01/2000 e aplicado a partir de 2001 é um projecto da responsabilidade da Câmara Municipal da Amadora, que teve origem na constatação de que alguns munícipes, oriundos de países estrangeiros e residentes no Concelho da Amadora em situação precária, desejavam regressar definitivamente aos seus países de origem. Este programa assentou num protocolo de cooperação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), no sentido de criar as condições técnicas,

---

<sup>70</sup> Hoje, IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

<sup>71</sup> Portaria 1052/2001 de 03/09, actualizada anualmente

operacionais e financeiras necessárias à implementação deste projecto, que entretanto terminou, sendo actualmente responsabilidade só do município.

Este programa dirige-se a todos os inscritos em programas ou projectos de que o Município faça parte, que residam em construções sem as mínimas condições de habitabilidade e desejem regressar definitivamente aos seus países de origem ou países com que provem ter relações.

A Autarquia apoia na atribuição de uma verba correspondente a 20% do valor dos fogos a custos controlados, adequados ao agregado familiar. Este apoio implica a demolição da construção não licenciada onde habitam ou a sua selagem definitiva.

O Programa de Apoio ao Auto-Realojamento (PAAR), aprovado, através da deliberação da Assembleia Municipal de 06/07/2000, é uma forma de responder às carências habitacionais do concelho, ao mesmo tempo que se implementa o Plano Rodoviário Municipal.

Este programa traduz-se no apoio a sujeitos ou agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, residentes no Município da Amadora, nomeadamente em áreas sujeitas a intervenção do Plano Rodoviário Municipal,<sup>72</sup> que desejem recorrer a alternativas ao realojamento. Para o efeito, a Autarquia concede um incentivo no montante de 20% do valor dos fogos a custos controlados, o que implica a demolição ou selagem definitiva da construção não licenciada e o impedimento de obtenção de qualquer outro tipo de apoio camarário para fins habitacionais ou de realojamento.

A venda de habitação a custos controlados, promovida pela Autarquia<sup>73</sup> pretende promover a aquisição de habitação a preços regulamentados em Portaria, mediante regulamentos de concurso para venda de fogos a custos controlados aprovados pela Câmara Municipal.

---

<sup>72</sup> O Plano Rodoviário Municipal consiste no planeamento das vias de comunicação rodoviária que atravessam o território do município de âmbito local, regional e nacional

<sup>73</sup> Este tipo de programas é lançado ocasionalmente de acordo com a disponibilidade de terrenos/investimento financeiro do município, dependendo das opções políticas estratégicas face à habitação

A atribuição dos fogos é efectuada por sorteio a realizar em sessão pública da Câmara Municipal da Amadora. Cada candidato pode apenas efectuar uma inscrição para aquisição de uma só habitação podendo optar por uma ou mais tipologias.

Numa primeira fase, destinava-se a jovens ou jovens casais e funcionários autárquicos com idade igual ou inferior a 30 anos a trabalhar ou residir no Município há pelo menos dois anos. Posteriormente, através da deliberação da Assembleia Municipal de 18/10/2001, o programa foi alargado a população carenciada, com idade inferior a 45 anos, cujos rendimentos ilíquidos mensais não excedam os limites máximos "*per capita*", definidos em função do salário mínimo nacional. Neste caso, o critério de selecção dos candidatos baseia-se no rendimento "*per capita*", sendo em cada fogo considerado um candidato efectivo e um suplente.

## **2 - Outras Medidas de Política Social de Habitação**

Posteriormente aos Programas habitacionais atrás referenciados, registaram-se algumas alterações nas políticas públicas, tendo surgido algumas medidas de política social de habitação<sup>74</sup>, que convém referenciar.

O NRAU - Novo Regime de Arrendamento Urbano (Lei 6/2006, de 27 de Fevereiro) visava dinamizar o mercado de arrendamento por permitir a actualização das rendas, instituindo-se também o subsídio de renda para quem não pode suportar a renda da casa.

O PROHABITA<sup>75</sup> - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, regulado pelo Decreto-Lei nº 135/2004 de 3 de Junho, que tem como fins:

- a) Resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional;
- b) Requalificação de bairros sociais degradados ou desprovidos de equipamentos.

O PROHABITA é concretizado mediante a celebração de acordos de colaboração entre os municípios ou associações de municípios e o Instituto Nacional de Habitação

---

<sup>74</sup> Elementos baseados na Intervenção do INH – Engº José Ferreira Monteiro sobre Política Social de Habitação / Seminário sobre Políticas Públicas e de Coesão Social – Maio 2007

<sup>75</sup> Em 2010 a Câmara Municipal da Amadora promoveu um recenseamento geral das famílias que reuniam as condições para poderem ser abrangidas por este programa, tendo-se apurada 409 famílias. Destas só 221 completaram os processos que lhes permitiriam vir a fazer parte do protocolo com o IHRU, que até à data não foi estabelecido.

(INH), ao abrigo do artigo 17º do Decreto-Lei 384/87, de 24 de Dezembro. Também pode ser concretizado através de financiamento directo a agregados familiares carenciados nos termos previstos no diploma.

Este programa considera a situação de grave carência habitacional: a residência permanente de agregados familiares sem local para habitar em virtude da destruição total ou parcial das suas habitações ou da demolição das edificações ou estruturas provisórias em que residiam.

O arrendamento de edifícios para habitação ou destinado a subarrendamento é financiado sob a forma de comparticipação à renda pelo prazo máximo de 12 anos e até ao limite de 40% do menor dos valores entre a renda devida pelo beneficiário e a renda técnica que seria aplicada em caso de regime de renda apoiada. Quando se trata de habitações devolutas o limite é de 60%.

O Dec. Lei nº 54/2007 de 12 de Março veio alterar o PROHABITA no sentido de abranger novas situações, que não foram contempladas anteriormente, tais como: agregados familiares carenciados cujas habitações são destruídas por catástrofes ou desastres naturais ou que necessitam de alojamento urgente e temporário por não disporem de local para residirem em virtude da demolição de barracas ou edificações similares. Prevê, ainda, o apoio para a reabilitação de bairros sociais em regime de propriedade horizontal, cujo estado justifica uma intervenção. Abrange também o apoio à criação de equipamentos em bairros sociais, face às situações de inexistência ou insuficiência de equipamentos urbanos de utilização colectiva.

Uma das críticas que se poderá fazer a este diploma<sup>76</sup>, é de que vem reeditar as situações de injustiça social criadas pelo PER, isto é, criou uma situação de desigualdade relativamente aos agregados familiares igualmente carenciados, ainda que de forma menos visível, por não residirem em barracas. O presente diploma vem permitir o acesso directo a um subsídio ao arrendamento de habitação compatível, por dois anos a quem residir em barracas e não estiver abrangido pelo Programa Especial de Realojamento. O subsídio não responde assim à globalidade das situações de carência habitacional.

O Decreto-Lei nº 54/2007 prevê também a possibilidade de os municípios arrendarem casas, para posteriormente as subarrendarem a agregados familiares

---

<sup>76</sup> Esta análise crítica baseia-se no depoimento da Chefe de Divisão de Habitação e Realojamento da Câmara Municipal da Amadora

carenciados, mecanismo que poderá ser complicado, pelo que talvez pudesse ser o INH a subsidiar directamente o arrendamento dessas casas, assumindo-se como fiador.

O Programa Porta 65 foi criado pelo Decreto-lei nº 308/2007, de 3 de Setembro, que foi regulamentado pela portaria nº 1515 – A/2007 de 30 de Novembro. Este programa tem como objectivo regular os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando:

- Estilos de vida mais autónomos para jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem;
- A reabilitação de áreas urbanas degradadas;
- A dinamização do mercado de arrendamento

Este programa apoia o arrendamento de habitações para residência, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal.

A Iniciativa Bairros Críticos<sup>77</sup> é um programa nacional coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e constitui um instrumento da política das cidades.

Tem como objectivo a intervenção em territórios urbanos que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio-territoriais integradas.

Iniciou-se com uma fase experimental em três territórios (Cova da Moura-Amadora; Lagarteiro-Porto e Vale da Amoreira –Moita).

Envolve a Presidência do Conselho de Ministros e vários Ministérios (Ambiente, Trabalho e Segurança Social, Administração Interna, Saúde, Educação e Justiça), envolvendo também entidades públicas, organizações e associações locais.

Este programa tem como princípios de orientação: projectos mobilizadores; projectos integrados, de base territorial; intervenções orientadas para a inovação; coordenação estratégica e participação dos actores locais; mobilização de novas formas de financiamento; sustentabilidade e durabilidade dos resultados e efeitos.

O PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão é o documento de coordenação estratégica e operacional das políticas de combate à pobreza e à exclusão social e insere-se no âmbito dos objectivos comuns adoptados pelo Conselho Europeu. Com base na análise da situação e das principais tendências e desafios nacionais, o Plano Nacional de Acção

---

<sup>77</sup> Esta iniciativa foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005 de 7 de Setembro

para a Inclusão apresenta uma estratégia global de inclusão social, identificando as principais prioridades de intervenção e medidas políticas a implementar.

Através do PNAI - 2008-2010, o governo português identifica como prioridades: combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação e ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas.

O documento centra-se em dois eixos. O eixo 1, que consiste em fazer face ao impacto das alterações demográficas e o eixo dois, que aponta para a promoção da inclusão social, com a prevenção de situações de pobreza e redução das desigualdades. Os objectivos do eixo dois, que se relaciona mais com o objecto do presente estudo, traduzem-se, em primeiro lugar, em promover a inclusão social activa, favorecendo a melhoria do rendimento, proporcionando mais e melhor acesso a serviços e apoiando a integração sócio-profissional. Em segundo lugar, melhorar as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis e, por último, favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas.

O I Plano para a Integração dos Imigrantes - Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007 do ACIDI - Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural visa a implementação de iniciativas com vista a garantir a actuação concertada de todos os Ministérios e o acompanhamento e avaliação dos objectivos preconizados.

Este Plano tem como finalidade a plena integração dos imigrantes na sociedade portuguesa e assenta num conjunto de princípios orientadores, dos quais se destacam: visão positiva da imigração, que reconhece o seu contributo económico, social e cultural e assume o compromisso pelo bom acolhimento e pela integração plena das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa; (...); acolhimento com hospitalidade e integração com mais cidadania, como um dos pilares fundamentais das políticas de imigração; afirmação do princípio da interculturalidade, garante da coesão social, aceitando a especificidade cultural e social de diferentes comunidades (...); participação e co-responsabilidade em todos os domínios da sociedade, estimulando os imigrantes como protagonistas participantes e co-responsáveis pelas políticas de imigração e não apenas seus beneficiários; afirmação simultânea e indissociável dos direitos e deveres dos imigrantes;

igualdade de oportunidades para todos, com particular expressão na redução das desvantagens no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à habitação e aos direitos sociais, rejeitando qualquer discriminação (...); direito a viver em família, reconhecendo o papel estruturante da mesma na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento; promoção de um consenso social alargado na concepção e avaliação das políticas de acolhimento e integração, assente na participação de portugueses e de imigrantes, na sensibilização da opinião pública, na desmistificação de estereótipos e no reforço de plataformas de negociação e envolvimento dos parceiros sociais e especial atenção à igualdade de género, reconhecendo a dupla vulnerabilidade da condição mulher/imigrante.

A concretização destes princípios traduz-se na implementação de medidas de política, em diferentes campos de intervenção, nomeadamente: acolhimento; trabalho, emprego e formação profissional; habitação; saúde; educação; solidariedade e segurança social; cultura e língua; justiça; sociedade da informação; desporto; descendentes de imigrantes; direito a viver em família – reagrupamento familiar; racismo e discriminação; liberdade religiosa; associativismo imigrante; média; relação com países de origem; acesso à cidadania e direitos políticos; igualdade de género e tráfico de seres humanos.

Destas medidas, destacaremos as respeitantes à habitação, reagrupamento familiar e à igualdade de género.

No caso da habitação, estas medidas traduzem-se no desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social através das Autarquias, nomeadamente através do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação - PROHABITA; novas soluções de habitação social, que sejam acessíveis aos imigrantes; criação de Gabinetes de Apoio à Habitação, que apoiem os cidadãos imigrantes na procura e consolidação de soluções habitacionais; aperfeiçoamento do acesso aos mecanismos de apoio ao arrendamento; sensibilização do sistema bancário para maior abertura ao acesso ao crédito bancário por parte de imigrantes; conclusão do Plano Especial de Realojamento – PER; reforço das soluções alternativas para habitantes de zonas abrangidas pelo PER, mas que não constam do recenseamento inicial; exigência do cumprimento dos deveres contratualizados pelos beneficiários de programas de realojamento, como sejam o pagamento da renda, da água e electricidade.

O reagrupamento familiar, prende-se com o direito de viver em família e aponta para a desburocratização e agilização do processo de reagrupamento familiar e reforço da rede consular face às origens dos fluxos migratórios para Portugal. De referir, a este respeito, que o reagrupamento familiar encontra, na realidade, grandes entraves. A título de

exemplo, na Urbanização Casal da Mira, que integra o Parque Habitacional da Câmara Municipal da Amadora, um imigrante que tenha sido realojado, sozinho, numa habitação, de tipologia 0 ou 1, se a família pretender, posteriormente vir do país de origem juntar-se a esse indivíduo, a Câmara Municipal não lhe atribui uma habitação maior, podendo essa família reagrupada ficar a residir numa casa, com apenas um quarto, quer tenha um, dois ou mais filhos.

Relativamente à igualdade de género, salienta-se o combate à vulnerabilidade das mulheres imigrantes, originada por múltiplas causas, como violência doméstica ou a rejeição de algumas das tradições da sua comunidade de origem, em que deverá haver uma protecção adequada; divulgação, junto das mulheres imigrantes, informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres; promoção da empregabilidade e empreendedorismo das mulheres imigrantes, nomeadamente no acesso à educação e à formação profissional; promoção da participação das mulheres na sociedade e do seu envolvimento em movimentos associativos de defesa dos direitos das mulheres.

Com o objectivo de dar continuidade às políticas preconizadas no I Plano para a Integração dos Imigrantes, o XVII Governo Constitucional, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010<sup>78</sup>, aprovou o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013), continuando a ser assumida como grande finalidade a plena integração dos imigrantes, destacando-se duas novas áreas de intervenção: a da promoção da diversidade e interculturalidade e a dos idosos imigrantes.

### **3 - Execução dos Programas de Habitação, no Município da Amadora**

A Câmara Municipal da Amadora tem desenvolvido políticas municipais de habitação, através da implementação de diversos programas de âmbito habitacional, com vista à resolução dos problemas de habitação que afectam inúmeras famílias do Município.

Em 2008, dos 6629<sup>79</sup> agregados incluídos no PER, em 1993: 2775 agregados familiares foram abrangidos pelos diferentes programas habitacionais, promovidos pela autarquia; 2038 foram resolvidos através de outras soluções, sendo a mais significativa as

---

<sup>78</sup> Diário da República, 1ª série nº 182 de 17 de Setembro de 2010

<sup>79</sup> Este número de famílias recenseadas no PER inclui os desdobramentos e inclusões de agregados efectuados posteriormente ao recenseamento.

exclusões do PER<sup>80</sup>, restando, assim 1816 agregados que continuam a aguardar realojamento.

Relativamente às 2775 situações resolvidas no âmbito dos programas habitacionais, distribuem-se da seguinte forma: Realojamentos – 1993 agregados, destacando-se os realojamentos efectuados nos quatro bairros de maior dimensão: Bairro do Zambujal (122 fogos), Casal da Boba (501 fogos), Casal da Mira (760 fogos) e Casal do Silva (284 fogos); PER – Famílias – 392 agregados; Programa Retorno – 37 agregados e PAAR – 353 agregados.

Para além das soluções referidas, foram também atribuídas indemnizações a diversas famílias no concelho, estas ocorreram por parte de entidades privadas, da JAE<sup>81</sup> e da REFER<sup>82</sup>. As entidades privadas dizem respeito a construtores civis, proprietários de terrenos que se encontravam ocupados por diversas habitações. Para que fosse possível proceder à demolição dessas habitações foram atribuídas indemnizações às diversas famílias, possibilitando assim utilização dos terrenos por parte dos proprietários. Nesse sentido, as zonas abrangidas por estes processos indemnizatórios foram o Neudel (69 agregados) e a Quinta do Pomar (14 agregados).

Por outro lado, a JAE e a REFER procederam igualmente a indemnizações a famílias que se encontravam em zonas em que estavam previstas obras de acessibilidade quer rodoviárias, quer ferroviárias. Por parte da JAE foram compensadas famílias que se encontravam na Quinta da Vinha Inglesa e barracas dispersas pelas várias zonas de intervenção. A REFER indemnizou famílias residentes no Aqueduto (23 agregados) e nos bairros da Estrada Militar da Mina (13 agregados) e Santa Filomena (5 agregados).

Como nota conclusiva do presente capítulo, é de assinalar que as políticas sociais carregam em si uma perspectiva histórica abrangente e representam um espaço a ser conquistado e apropriado pelos assistentes sociais como uma prática que estimula e medeia o exercício da cidadania junto da pessoas. Constata-se, também que as políticas sociais se tornam importantes instrumentos para o atendimento de questões sociais produzidas em consequência da exclusão social decorrente do processo de globalização económica, visto

---

<sup>80</sup> As exclusões do PER, são as situações de agregados que deixaram de residir no bairro e que saíram por meios próprios.

<sup>81</sup> Junta Autónoma das Estradas, actualmente “Estradas de Portugal”

<sup>82</sup> REFER – Rede Ferroviária Nacional

que a actuação do assistente social se volta para a emancipação da população com quem trabalha.

Relativamente aos bairros de realojamento social, é necessário pensar e actuar de forma integrada em relação ao problema da exclusão social e passar de uma política de habitação social para uma política social de habitação. Neste sentido, Pereira e al (2001), defende a necessidade de fomentar políticas de integração que promovam mais e melhor interacção e proximidade entre grupos minoritários e a sociedade em geral.

Importa erguer políticas e programas de integração que visem o equilíbrio, através da promoção de uma maior igualização de direitos e oportunidades, com vista à integração social destas populações, da promoção de mais e melhor autonomia individual, familiar e grupal, combatendo a dependência dos grupos em relação às instituições e o respeito pelas especificidades culturais dos grupos, adequando as acções de acordo com estas, sendo também importante o incentivo a atitudes de tolerância e aceitação das diferenças.

O realojamento da população do Casal da Mira, como já foi referido foi efectuado, no âmbito do PER, sendo pois a medida de política mais significativa, nas políticas municipais de habitação da Câmara Municipal da Amadora. Foram apresentados alguns comentários das assistentes sociais entrevistadas sobre as implicações do PER. Apresenta-se, de seguida um comentário de carácter mais abrangente sobre as políticas sociais de habitação:

*“As políticas sociais de habitação, na minha óptica são insuficientes, pouco ajustadas à realidade. Confrontamo-nos com um grande número de famílias que não se enquadram e não preenchem os requisitos para poderem beneficiar do realojamento ao abrigo do PER; e que não há praticamente nenhum tipo de resposta para essas famílias e esse é um grande problema e uma grande dificuldade. Se a pessoa não teve a sorte de residir naquele bairro, naquele ano e estar em casa àquela hora, no momento em que foram fazer o recenseamento fica de fora e perde um direito e portanto temos um grande número de famílias, para as quais não há respostas que possam assegurar-lhes uma habitação. Este é um grande problema com o qual na fase em que eu trabalhei no pré-realojamento e no realojamento me confrontei com esta dificuldade, porque recebi famílias com grande dificuldade e que de facto não havia como dar resposta e resolver aquelas situações, por isso eu acho que não sendo o PER a dar resposta a todas as situações, havia necessidade de ser criada outra medida, ou programa que pudesse responder a estas famílias que também não se consegue resposta através dos pedidos de habitação, porque as Câmaras não tem fogos suficientes para responder a estas situações não abrangidas pelo PER.”AS 3*

Este comentário reflecte a necessidade de outras medidas de política de habitação, que abranjam situações, que não foram cobertas pelo PER, uma vez que este programa

visava, apenas a erradicação das barracas<sup>83</sup>, quando na realidade existem situações graves no parque habitacional privado, como é o caso de famílias, cujos rendimentos diminuíram, não conseguindo pagar as rendas, em casas arrendadas, ou as prestações em casas adquiridas e em consequência disso são alvo de acções de despejo, ficando na rua. Estas famílias procuram resposta, através dos pedidos de habitação<sup>84</sup> efectuados no Departamento de Habitação da Câmara Municipal, que tem muito poucas respostas para o universo em causa, para além de que não existem financiamentos directos para o realojamento.

---

<sup>83</sup> De notar, que o programa deixava de fora as famílias residentes em barracas, depois do levantamento PER, em 1993.

<sup>84</sup> Entre 1983 e 2010, registaram-se 1789 pedidos de habitação, dos quais 643 se encontram resolvidos.

### **Capítulo 3 - BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL, ESPAÇOS DE IDENTIDADE E INTERACÇÃO SOCIAL E CULTURAL**

Neste capítulo procura-se apresentar os bairros de habitação social enquanto espaços de interacção social e cultural, estruturadores de identidades pessoais e sociais, associados ao fenómeno da pobreza e exclusão social, onde se cruzam dimensões conceptuais, tais como: bairro, identidade, trajectórias de vida, multiculturalidade /interculturalidade e redes sociais.

Ao longo das últimas décadas a promoção habitacional pública pretendeu, essencialmente, dar resposta ao problema da precariedade habitacional dos bairros de barracas, através da inversão de trajectórias de exclusão social. No entanto, a questão que se coloca é de saber até que ponto é que se consegue, efectivamente, inverter ciclos de exclusão social multifacetados e estimular a promoção social dessas populações.

A abordagem da temática dos bairros de habitação social aqui apresentada é sustentada pela empiria, tentando-se, de forma sistemática estabelecer a relação entre a teoria e a experiência de vida das mulheres entrevistadas, através dos seus testemunhos.

O primeiro ponto do capítulo incide no impacto da mudança resultante do realojamento no quotidiano das mulheres, ao implicar diversos tipos de alterações, como aumento de despesas, novos circuitos de deslocação para o trabalho, a nova casa, entre outros aspectos, impondo o desenvolvimento de estratégias adaptativas ao novo contexto, por parte das mulheres.

No segundo ponto, com o título “ O alojamento na estruturação das relações sociais” tenta-se interligar o conceito de cidade, teorização do alojamento e a forma como se perspectivam e implantam estes bairros, dificultando a integração sócio - urbanística das populações. O modo de apropriação e satisfação relativamente à casa e a alteração das redes de sociabilidade, também integram este ponto.

O ponto três centra-se na estruturação dos modos de vida das mulheres residentes no Casal da Mira, que constituem um aspecto fundamental para a compreensão do processo de adaptação e, muitas vezes, traduzem-se em estratégias de sobrevivência.

O ponto quatro incide sobre a relação entre o urbanismo e as questões de género, apresentando-se o modo como as mulheres residentes no Casal da Mira vêem e sentem o bairro, através da análise das entrevistas efectuadas.

O ponto cinco centra-se na heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais que caracterizam estes bairros e a sua influência nos processos de (re) construção das identidades socioculturais.

No sexto e último ponto deste capítulo aborda-se o problema da pobreza e exclusão social, presente nos bairros de realojamento social devido à concentração de problemas sociais e a presença de muitos indivíduos e famílias pobres. Apresentam-se, também algumas considerações relativamente à pobreza no feminino, dada a vulnerabilidade das mulheres ao fenómeno.

O bairro pode ser considerado uma localidade, na medida em que é uma unidade geográfica e humana que se caracteriza pelo cruzamento de diversos tipos de relações: laços de parentesco, vizinhança, de grupos informais, de pequenas associações que podem ser consideradas um sistema altamente flexível de adaptação humana (Leeds, 1978:22-23).

Costa e Índias (2001) afirmam que se trata de “lugares heterogêneos, de diversos pontos de vista: na composição social, na forma urbana e nas referências culturais, nos modos, estilos e percursos de vida. São, além disso, lugares “inigualitários”, atravessados por desigualdades de condições de existência e por assimetrias de poderes entre a população local, apesar de uma certa imagem apressada e estereotipada de homogeneidade social, étnica ou cultural que lhes é, em geral, atribuída. São, portanto, lugares estigmatizados, sujeitos a imagens externas redutoras, lugares etiquetados segundo as dinâmicas socioculturais do desconhecimento e do preconceito, vulneráveis a sujeições e a exclusões exercidas a partir de posições sociais exteriores” (Costa e Índias, 2001: 215/6).

O novo contexto, ou seja, o bairro, exige uma nova organização social, o que impõe a reestruturação dos modos de vida das famílias por ele abrangidas, implicando, o desenvolvimento de estratégias, por parte das mulheres que, reproduzem a experiência de vida individual, familiar e comunitária nos diversos graus e níveis.

Essa reestruturação pode assumir uma lógica de promoção social ou, pelo contrário, ter como consequência o agravamento dos problemas sociais, que dificultam a inserção social da população realojada, nomeadamente o isolamento social e a quebra de laços anteriores.

As fragilidades criadas pelo realojamento reflectem-se nas trajectórias pessoais e sociais de mudança, protagonizadas pelas mulheres, pelo que assume grande importância uma estratégia que promova o seu fortalecimento. Segundo Faleiros (2005:75), algumas situações colocam em jogo novas relações que envolvem um processo de construção de

novas referências e identificações e perda de outras que diminuem ou aumentam a capacidade de poder intervir no quotidiano e construir a sua autonomia.

Grande parte dos bairros de habitação social, caracteriza-se pela diversidade cultural da população residente, não sendo o bairro do Casal da Mira uma excepção. Assim, os conceitos de multiculturalidade/interculturalidade são relevantes para o estudo e consistem na coexistência de uma diversidade de culturas, tradições políticas, sociais, religiosas e de género.

É, também de salientar a importância que o espaço residencial tem para as pessoas, influenciando na (re) estruturação das identidades sociais e culturais, bem como nas estratégias face às redes de suporte social e das trajectórias identitárias<sup>85</sup>.

A mobilidade residencial, inerente ao realojamento, provoca também alterações nas redes de relações sociais e de vizinhança, sendo as relações de sociabilidade dos indivíduos e grupos sociais, fundamentais no desenvolvimento das dinâmicas locais no novo espaço e no fortalecimento ou fragilização das trajectórias de vida dos indivíduos.

## **1 – Impactos da mudança/realojamento na vida das mulheres e das famílias**

Os realojamentos transportam consigo mudanças, algumas delas positivas, porque, na maioria dos casos, as pessoas passam de uma situação de habitação precária para condições de habitação tendencialmente melhores, embora o realojamento para as famílias tenha, também, alguns impactos negativos, nomeadamente ao nível do aumento das despesas com a habitação, o que obriga a uma outra forma de organização da gestão quotidiana do orçamento familiar.

Tal como referem alguns autores, apesar de os processos de realojamento representarem, na maior parte dos casos, uma melhoria significativa nas condições de habitabilidade, são sentidos frequentemente como perdas significativas por representarem um corte num estado de equilíbrio que exige um processo de transição e readaptação. Nesta perspectiva, a adaptação aos novos espaços, em situações de realojamento, implica

---

<sup>85</sup> Organizadoras da vida pessoal e social das pessoas e dos grupos sociais. A situação objectiva das pessoas perante a habitação, bem como a representação social que os próprios têm do seu habitat, que interfere na sua auto-imagem e atitudes relativamente ao espaço de residência.

hábitos diferentes, podendo provocar vários tipos de situações de stress<sup>86</sup> (Freitas, 1998: 153).

Os processos de realojamento podem constituir processos de continuidade, transformação ou mudança de estilos de vida, protagonizados pelos actores sociais. As alterações provocadas pelo realojamento podem permitir a concretização de projectos de melhoria de qualidade de vida ou podem apresentar-se, como um obstáculo à sua concretização, ao acarretarem perdas irreparáveis relativamente a processos anteriores estruturadores da identidade e modos de vida das famílias. (Freitas, 1998:158).

Para a compreensão das dinâmicas desenvolvidas pela população realojada no bairro Casal da Mira e a forma como se apropriou do novo espaço, convém perceber o tipo de vivências e características identitárias do contexto de residência, anteriores ao realojamento, constatando-se que algumas características são comuns a diversos bairros.

A maior parte destes bairros caracteriza-se por uma grande diversidade cultural da população residente, que se torna visível na organização espacial.

A rua é um espaço privilegiado para o encontro e convívio dos residentes, já que as casas são térreas e, em muitos casos têm uma dimensão reduzida. O hábito de desenvolver actividades domésticas, como lavar a rua, escamar peixe, cugir o milho é frequente. É também à porta que se conversa com vizinhos e visitantes do bairro. A informação que circula é, muitas vezes, de natureza muito pessoal e privada (Antunes, 2001: 225). O domínio da rua é, pois, um elemento fundamental para assegurar o sucesso das trocas de todo o tipo, nomeadamente familiares, comerciais e simbólicas. Existe uma cultura de “solidariedade”, que emerge de uma consciência colectiva e de significados partilhados.

A mulher ocupa um lugar importante na economia doméstica (trabalho doméstico, trabalho em limpezas, por vezes têm um café/taberna). Este aspecto torna as mulheres muito independentes, o que se repercute no tipo de conjugalidade e na estrutura familiar (Antunes (2001).

---

<sup>86</sup> Stress fisiológico, causado pela alteração da densidade populacional e pela utilização das novas infra-estruturas do alojamento disponíveis; Stress psicológico, causado pela perda da antiga casa, sentimentos de ausência de laços comunitários e de desenraizamento, a estranheza e confusão relativamente a novos desempenhos de papéis, responsabilidades e liberdades, o medo do estranho e a ansiedade generalizada e/ou Stress socio-cultural, causado essencialmente pela nova composição do grupo de vizinhos, pela ruptura com redes e laços sociais e padrões de vizinhança e, pela alteração nos padrões de relacionamentos familiares (Freitas, 1998: 153).

Quanto à actividade económica é de referir que, além das habitações, existiam também espaços mistos de habitação e comércio ou pequenas oficinas relacionadas com o ramo alimentar e de prestação de serviços. Este tipo de comércio e oficinas de pequena dimensão servia essencialmente a população do bairro, o que combinado com a sua permanência, tinham grande importância enquanto fornecedores de serviços e espaços de convivialidade e constituíam, na maioria dos casos, o único meio de obtenção de rendimentos para algumas famílias.

O Bairro Novo que surge em segundo lugar, como bairro de origem da população residente no Casal da Mira apresentava características diferentes dos outros bairros. As habitações, de boa qualidade e muito ao gosto das pessoas, que foram construindo as suas casas ao longo de uma estrada militar que atravessava o território do que é hoje o Município da Amadora. Tratava-se de uma população maioritariamente com um boa integração socio-económica no tecido urbano.

A localização destes bairros também influi no modo de adaptação ao novo contexto. Nos casos do Bairro Novo e do bairro Estrela D'África caracterizavam-se por boas acessibilidades e proximidade com a freguesia de Benfica, pertencente ao concelho de Lisboa, a contrastar com a localização e acessibilidades do bairro Casal da Mira, como foi referido no ponto três do primeiro capítulo.

Através da presente pesquisa observa-se que a forma como as mulheres sentiram a mudança resultante do realojamento é, por vezes contraditória<sup>87</sup>, como se pode observar:

*“Eu aqui, no Casal da Mira estou 100 mil vezes melhor, como eu disse, saí do esgoto para o céu. Gostei muito! A renda aqui não é nada pela Graça de Deus. Lá, eu ficava com fome para dar ao senhorio.”* (Sabá, 45 anos)

*“Foi um impacto muito grande, e foi uma tristeza para mim e para o meu filho. Ele faz-se muito forte, mas eu acho que ele tem medo que o roubem, mas ele não fala sobre o assunto.....Em relação aos vizinhos, dávamos muito bem e agora estamos todos separados”* (Luísa, 42 anos)

Grande parte das famílias tinha enormes expectativas pelo facto de mudar de um sistema de barracas, habitação/barraca para uma casa onde não tinha que ir à fonte, onde ligava a luz, onde não chovia, entre outros aspectos do seu imaginário. Para algumas

---

<sup>87</sup> Algumas mulheres manifestavam-se profundamente insatisfeitas porque não queriam ser realojadas.

famílias essa expectativa concretizou-se, pois a mudança foi muito proveitosa, enquanto para outras, essas expectativas foram goradas porque o bairro em si não tinha nada para oferecer, só a habitação, não tendo sido criadas outras condições essenciais, como boas ligações de transportes ou o comércio de proximidade.

O facto de o bairro Casal da Mira estar isolado em relação ao centro da cidade e ao interior da freguesia, com uma deficiente rede de transportes, onde não existe pequeno comércio, obrigando as pessoas a deslocar-se para fora do bairro, originou uma grande insatisfação. Para Freitas (1993), a acessibilidade/inacessibilidade remete para a abertura ou fechamento dos residentes em relação ao exterior.

A partir da análise das 23 entrevistas às mulheres residentes no Casal da Mira, é possível identificar diversos tipos de factores que influenciam o modo positivo ou negativo como a mudança foi sentida. Algumas mulheres identificam como factores positivos: a nova casa (dez mulheres); as características físicas do bairro (quatro mulheres); ambiente do bairro, ao nível do relacionamento (quatro mulheres) e uma mulher considera o aumento das despesas das famílias, por ter obrigado as pessoas a procurar trabalho para fazer face às despesas.

Relativamente à primeira questão – a mudança para nova casa, à partida seria uma situação positiva na vida das pessoas porque um dos principais problemas daquelas populações era a habitação e na maior parte dos casos passam de uma habitação degradada para uma casa com condições habitacionais. A ilustrar esta questão, apresentam-se alguns testemunhos:

*" A mudança foi muito fixe, mas eu ia morrendo, quando fui assinar o contrato, tinham sido muitos anos de espera, eu lutei muito... ..mas consegui o que queria. O meu filho mais pequenino enquanto estivemos na barraca era só otites e desde que estamos aqui nunca mais fui ao médico dos ouvidos. Graças a Deus nunca mais sofreram de nada desde que eu estou nesta casa." (Mónica, 45 anos)*

*"....A única coisa que não gostava era da casa, pelo menos aquela que eu vivia com o meu pai era má, quando chovia, no Inverno, era um pavor..... Agora chove e eu digo, chove à vontade!" (Rosalina, 34 anos)*

Quatro mulheres consideram as características físicas do bairro, como um aspecto positivo da mudança:

*"Acho o bairro muito bonito" (Alcinda, 47 anos)*

*"O que eu não gostava, no bairro, eram as barracas mal feitas, muita humidade, tudo muito apertadinho.....Gostava de ter uma casa limpa, num sítio que eu não visse esgotos, ratos, com melhores condições ". (Clarisse, 47 anos)*

Foi também referido como positivo na mudança, o ambiente do bairro, ao nível do relacionamento, tratando-se de mulheres que não apreciam o convívio, valorizando a privacidade que desfrutam no bairro, em que se vive em prédios, enquanto no bairro de origem o contacto era "porta com porta":

*"Aqui, em termos de ambiente, é melhor, porque eu sou particular, uma pessoa particular não convive muito com pessoas.....não sou pessoa assim de muita convivência.....foi bom para mim". (Joaquina, 36 anos)*

*"...também tive sorte com as pessoas que moram no prédio .....e é uma rua sossegada..... gosto de morar no prédio é uma família mais pequena". (Clarisse, 47 anos)*

Eunice considera o aumento das despesas das famílias, como factor positivo por dar estímulo e obrigar as pessoas a organizarem-se de outra forma, sendo mais activas na procura trabalho para fazer face ao acréscimo de despesas:

*" Se formos ver as estatísticas deve ter havido "um bum" de procura de emprego, quando vieram para aqui é que resolveram trabalhar. É que depois a condição de um puxa para o outro também querer ter a mesma coisa e isso eu acho que foi bom". (Eunice, 23 anos)*

Como aspectos negativos da mudança, as mulheres identificaram: o aumento das despesas no orçamento familiar (dez mulheres); alteração das redes familiares e de vizinhança (onze mulheres); vivência em prédios (quatro mulheres); más acessibilidades do bairro e deficiente cobertura, a nível de transportes (nove mulheres); ausência de comércio de proximidade e poucos serviços no bairro (cinco mulheres); desilusão relativamente à casa (três mulheres) e aspectos relacionados com o realojamento PER (três mulheres).

No que se refere à primeira questão, é de referir que o realojamento tem implicações na vida das famílias muito significativas, como é o caso do aumento das despesas, o que implica outras formas de organização e gestão quotidiana do orçamento familiar e essa pode ser uma dimensão da intervenção social.

Ter uma habitação de realojamento social implica alguns compromissos e alguns deveres que as pessoas não estavam anteriormente habituadas nem minimamente

preparadas; nomeadamente o pagamento da renda e todas as outras despesas que são inerentes ao funcionamento de uma casa, numa situação legal, a água, a luz, o telefone.

A crescer a estas despesas, algumas famílias investiram muito na nova casa, com a compra de móveis, tendo contraído dívidas.

Algumas afirmações das mulheres traduzem, precisamente, esta questão:

*"Agora, tenho que pagar luz, água...É mais difícil ..... graças a Deus, tenho a minha irmã que me dá 40 €, todos os meses "* (Domingas, 47 anos)

*"a única coisa má, é que temos que pagar coisas que não pagávamos lá em baixo, que é a renda, água, luz, telefone, TV cabo - uma grande mudança - Agora a gente tem que pagar tudo... "* (Alcinda, 47 anos)

*"O que mudou foi com o dinheiro. Lá, o ordenado do meu marido chegava e ainda sobrava. E aqui há muitos meses que nem dá para as despesas. A renda muito alta .....na outra casa, não pagava renda nem água".* (Isabel, 57 anos)

*".....Quer dizer o meu pior, quando mudei para cá foi a renda. Eu estou a pagar 310 €, nunca me aconteceu lá o que já me tem acontecido aqui, eu lá trabalhei sempre, agora tenho este problema e o meu marido ..... está há um mês e tal em casa com o braço partido..... a minha vida mudou por completo.....Neste caso a mudança foi para mim muito difícil.....Eu já pedi para baixar a renda, porque eu quero continuar a pagar, mas assim não sei".* (Benvinda, 58 anos)

No que respeita às rendas, importa referir que cerca de 20%, dos agregados familiares pagam uma renda mensal superior a 100,00€ até a um máximo de 433,46€ (renda técnica dos T4). Registam-se no Gabinete Técnico da Câmara Municipal, no bairro, um número significativo de pedidos de redução de renda<sup>88</sup>, que se prendem com as dificuldades que alguns agregados apresentam para proceder ao pagamento das rendas aplicadas. As principais razões para os pedidos de redução de renda, estão ligados à diminuição dos rendimentos motivados por situações como o desemprego, doença prolongada, filho adultos que não contribuem para o pagamento da mesma e despesas com medicamentos.

Constata-se ainda que as famílias mais organizadas, em que os seus membros trabalham por conta de outrem, são as mais penalizadas em termos de renda, uma vez que o cálculo da mesma é feito com base nos rendimentos ilíquidos. O valor da renda em vigor foi estipulado, à data do realojamento, com base nos rendimentos apresentados e

---

<sup>88</sup> Em 2010 registaram-se 98 pedidos de redução de renda, dos quais 78 foram deferidos.

comprovados, na altura<sup>89</sup>. As reduções aprovadas pela vereação da Câmara Municipal são concedidas a título temporário.

Outro aspecto com impacto negativo na mudança para as mulheres, que aparece com muita expressão, é a alteração das redes e laços familiares e de vizinhança, que existiam no bairro onde viviam antes do realojamento. Onze das mulheres entrevistadas referem-se a esta questão como uma perda, como se pode constatar pelas suas afirmações a este respeito:

*" A Damaia é um bom sítio para morar, tem tudo, principalmente a nível de transportes.....notámos muito a diferença também porque o Casal da Mira é longe, sendo perto é longe porque não há transporte. Deveria haver uma inter urbana daqui à Amadora" .(Margarida, 38 anos).*

*"É muito diferente aqui uma pessoa fica dentro de casa, lá a gente andava na rua, convivia mais, por exemplo eu vou vender peixe e quando entro em casa já não me apetece sair, vou fazer as minhas compras e fico em casa, lá era diferente era porta com porta". (Palmira, 37 anos)*

*"Mudámos quase todos para aqui<sup>90</sup> ....., só que estamos separados, mas nós não estávamos habituados a lidar com outras pessoas..... vivíamos de maneira diferente. Nós limpávamos, a minha tia limpava, os meus primos limpavam..... .. todos os Sábados lá andávamos nós a bater à porta uns dos outros com a pá e vassoura para irmos limpar a rua." (Eunice, 23 anos)*

De assinalar que, no caso das mulheres de etnia cigana, o descontentamento relativamente ao novo bairro é acrescido pelo facto de se sentirem em situação minoritária, uma vez que o número de famílias ciganas realojadas no bairro é pouco significativo em relação ao universo do bairro (dez famílias). Em 2005, houve um episódio de conflito destas famílias com jovens de origem cabo-verdiana, tendo as famílias de etnia cigana exercido alguma pressão, junto do Gabinete da CMA, no sentido de mudarem para outro bairro de realojamento:

---

<sup>89</sup> O arrendamento em regime de renda apoiada/preço técnico está definido pelo Decreto-Lei nº 166/93 de 7 de Maio. O valor da renda é calculado com base nos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar e depende das características do agregado (menores, dependentes, incapacidade acima dos 60%, entre outros aspectos). Quando o valor calculado é superior ao preço técnico, aplica-se este. Pode haver lugar a redução temporária da renda, quando se verifica uma diminuição dos rendimentos do agregado em relação à data do realojamento. Só poderá haver aumento da renda, quando houver lugar a uma actualização geral das rendas, por parte da Autarquia.

<sup>90</sup> Referia-se à família alargada

*".... Lá estava mais alegre, estava mais contente, havia mais alegria.....Aqui estamos mais um para cada lado. Os ciganos são mais unidos. Aqui estamos mais sozinhos. Não gosto deste ambiente, não gosto....se houvesse mais ciganos.....mas agora aqui, como não tenho muitos conhecimentos, fecho-me em casa e pronto ".* (Arlete, 51 anos)

Apesar disso, também há registos de boa convivência:

*"Aqui no nosso prédio os vizinhos são todos bons, mas aí fora não sei, quando dá aí umas dez horas venho para a minha casa, fecho-me e pronto...."* (Arlete, 51 anos)

*".....tenho outras vizinhas que eu não conhecia mas damo-nos lindamente".* (Maria Sábado, 37 anos)

Uma questão que se prende com a alteração das redes e laços familiares e de vizinhança é a mudança de uma casa térrea para um prédio, verificando-se dificuldades de adaptação ao realojamento vertical, como é relatado pelas mulheres:

*" Aqui estamos muito fechados nos prédios. Lá víamos pessoas, convivíamos mais. Se estava vento, sabíamos que estava vento, aqui ninguém sabe. O meu pai esteve doente, dois meses e ninguém sabia, só as pessoas de família...."* (Rosalina, 34 anos)

*" Temos melhores condições para os filhos, apesar de não ter tudo mas sinto-me melhor, sinto-me mais à vontade, é mais amplo e é mais limpo, embora seja muito diferente. Estamos mais fechados. "* (Ermelinda, 51 anos)

*" A nossa casa era enorme, tenho saudades da casa porque o meu filho aqui é como os passarinhos numa gaiola....."* (Eunice, 23 anos)

A vivência em prédios não é fácil, porque traz algumas dificuldades das famílias em se organizarem e responsabilizarem pela utilização dos espaços de utilização comum, ao nível de: assegurar a limpeza da escada; assegurar o bom estado de conservação do trinco da porta e sistema eléctrico. De salientar que as mulheres assumem um papel de maior relevância na gestão dos espaços comuns dos prédios.

*".....Na Pontinha eram barracas sem dúvida, mas as pessoas davam-se ao trabalho de deitar a lixívia à porta, de limpar as casas, os quintais, as pessoas não deitavam lixo à volta das suas casas, porque ninguém quer lixo ao pé das suas casas e aqui nos prédios as pessoas não se preocupam de quem vem entrar encontrar sujo. O que é de todos há aquela vontade de empurrar e de deixar ".* (Eunice, 23 anos)

Alguns estudos realizados sobre a satisfação residencial revelam também que nas acções de realojamento, "ao gosto pela casa, se contrapõe o desgosto pelo bairro", o que provavelmente "Pela assimilação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar

nestes bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável " (Guerra, 1994:11).

A afirmação da autora está patente em algumas afirmações expressas nas entrevistas, como se pode observar:

*"Da casa gosto, do bairro não gosto. Eu saio com o coração à boca e volto com o coração à boca. É um bairro bem bonito, nós devíamos saber estimar e tornava uma coisa bem bonita.*

*O ambiente para as crianças é muito desagradável....No bairro, muitas coisas boas e muitas coisas más...Puseram uma esquadra em São Brás, também deveriam pôr uma esquadra aqui dentro."* (Margarida, 38 anos).

*"As vezes, eu penso que se tivesse esta casa na Azinhaga dos Besouros, então eu gostava mais "* (Antónia, 47 anos)

Apesar de a maioria das mulheres entrevistadas fazer uma avaliação positiva sobre a mudança de habitação, é também de registar que três mulheres manifestam desilusão relativamente à casa, apresentando-se o testemunho de duas delas:

*" A minha casa era muito boa.....na altura, eu disse que não queria vir..... Quando cheguei aqui foi uma grande desilusão, a minha cozinha fazia 4 cozinhas desta aqui."* (Luísa, 42 anos)

*" .....mas não foi como eu pensava. Lá na barraca depois que eu arranjei, pelo menos tinha duas casas de banho e eu fiz como eu gostava. Como eu gosta de ter um sítio para viver. Aqui só tem uma casa de banho dois quartos e a sala, e a casa de banho não tem condições, mas pronto, é diferente e eu estou contente"* (Benvinda, 58 anos)

Esta questão é muito notória nas pessoas que vieram do Bairro Novo, cujas casas eram boas e por isso não desejavam ser realojadas. No entanto, também há algumas situações pontuais de mulheres que manifestam essa questão, vindas do bairro da Azinhaga dos Besouros.

Como factor negativo da mudança, regista-se também alguma insatisfação relativamente às acessibilidades, no que respeita aos transportes e também pela falta de equipamentos sociais e de comércio de proximidade.

Tal como refere Teresa Costa Pinto (1994), a ausência de equipamentos locais, sobretudo de lazer, cultura, recreio e de comércio, compromete a possibilidade de colmatar o papel, antes desempenhado pela sedimentada rede de relações de vizinhança, favorecendo o isolamento e insegurança.

Esta perda pode ser um obstáculo à construção de uma identidade com o novo espaço habitacional, com consequências importantes nas formas de vida social. Relativamente à questão levantada por esta autora, podemos constatar indícios desse fenómeno, através dos testemunhos das mulheres:

*".....Quando mudei para cá foi horrível, o meu filho passou a ter que se levantar às seis horas da manhã, para apanhar a camioneta às sete horas para a Damaia e lá apanhar a carrinha para o Centro Helen Keller que passa no Centro da Damaia às oito horas da manhã. Esta mudança foi um sofrimento." (Margarida, 38 anos).*

*"Era mais fácil lá, aqui é muito mais difícil. Eu entro no trabalho às 9,30h, e enquanto na Azinhaga, eu saía de casa por volta de um quarto, dez para as nove apanhava o autocarro 24 e depois apanhava logo outro autocarro para Alfragide era num instante. Aqui eu tenho que sair de casa por volta das 7,30h, é uma grande diferença. Tenho que apanhar três transportes. Aqui mudou muita coisa, a minha vida tornou-se muito mais complicada". (Genoveva, 24 anos)*

Como se pode observar, esta questão constitui um dos problemas maiores do Casal da Mira, com impacto negativo. O facto de não terem sido acautelados equipamentos sociais, de comércio e de convívio dentro do bairro, e uma rede de transportes satisfatória para responder às necessidades e aos problemas da população que vinha residir para o bairro. Não foi tida em conta no processo de realojamento, a realidade desta população, por parte da autarquia, que não acautelou, em tempo útil questões básicas. Só passados cinco anos estão a ser instalados equipamentos indispensáveis, como Centro de Dia e Apoio Domiciliário e Equipamentos para a Infância.

*"- Eu diria que o bairro está um pouco abandonado..... o bairro não tem nada, tem simplesmente uma farmácia, isto é inadmissível..... precisa, principalmente de um espaço para os idosos.....notámos muito a diferença também porque o Casal da Mira é longe, sendo perto é longe porque não há transporte. Deveria haver uma inter-urbana daqui à Amadora..... também gostava que essas lojas fossem ocupadas..." (Margarida, 38 anos).*

*" Faz falta no bairro, uma esquadra, o comércio dentro do Bairro, porque aqui não há comércio. Tudo faz... falta tudo.... Um centro para os idosos para sentar, divertir e depois cada um deles vão para casa deles, " (Domingas, 47 anos).*

*" Em termos de transporte lá era muito melhor, eu estava acima da estação do metro. Para ir para qualquer lado era mais dentro de Lisboa. Isto aqui é um bocadinho isolado. " (Benvinda, 58 anos).*

Relativamente ao modo como foi vivida a mudança, podemos constatar que, a mesma foi vivida de modo diferente. Enquanto para algumas mulheres a mudança foi

vivida de forma negativa, com sentimentos de grande perda, para outras a mudança significou algo de muito positivo na sua vida, como o fim de um pesadelo.

Como se pode observar pela análise das entrevistas, o modo como foi sentida a mudança depende assim de múltiplos factores, nomeadamente, características culturais, trajectórias de vida, as vivências/sociabilidades no bairro, onde residiam antes do realojamento e também as características da habitação anterior e até o valor da renda estipulado à data do realojamento.

Certas situações, como o facto de não haver lugar a desdobramento do agregado familiar, pelo crescimento natural da família, obrigam as pessoas a partilhar a mesma casa, quando, em certos casos, antes já viviam de forma autónoma no bairro de origem. Esta questão constitui um grande motivo de insatisfação para as pessoas, exercendo enorme pressão junto dos técnicos, no pós- realojamento. A título de exemplo:

*“Eu também queria que a Câmara desse uma casa para a minha filha mais velha com o filho dela, mas não deram. Como ela não tem possibilidades de criar o filho, eu estou a criar aquele filho, no meu cargo com o papel do tribunal, como se fosse meu filho.” (Alcinda, 47 anos)*

Outro aspecto a salientar é que o realojamento iniciou-se com a população oriunda do Bairro da Azinhaga dos Besouros, e, quando possível, na atribuição das casas foram tidas em conta as relações de parentesco e de vizinhança, o mesmo não aconteceu com a população oriunda de outros bairros, como o Estrela de África e Bairro Novo que foi realojada posteriormente, por circunstâncias conjunturais, abrangendo o realojamento apenas uma parte da população do respectivo bairro de origem, tendo sido realojada, de forma dispersa devido às tipologias disponíveis.

A diversidade da população realojada, que caracteriza o bairro, vai ao encontro do que afirmam Costa e Cordeiro (2001), a propósito de bairro "lugares heterogéneos", de diversos pontos de vista: na composição social na forma urbana e nas referências culturais, nos percursos, modos e estilos de vida. São, além disso, lugares "*inigualitários*", atravessados por desigualdades de condições de existência, pelo que a imagem apressada e estereotipada de homogeneidade social, étnica ou cultural que lhes é em geral atribuída de fora, não corresponde à realidade.

## **2 – Mapear a estruturação das relações sociais, através do alojamento**

Partindo da ideia de cidade como “o lugar onde as ligações entre os macroprocessos, sociais, culturais, económicos e políticos são mais intensas e estão mais

próximas da textura e construção da experiência humana”(Low, 1996:384), podemos incluir a questão do alojamento, como um campo de estudo, onde uma multiplicidade de teorias e de fenómenos se têm confrontado e complementado.

Tal como refere Almeida (1994), as mutações em curso na sociedade desenham uma nova ordem, a ordem do urbano, que trouxe consigo a responsabilidade de organizar e “arrumar” populações em espaços geográficos cada vez mais densificados (Almeida, 1994: 110).

A forma como se tem estruturado a habitação no espaço urbano e a sua apropriação pelos diversos actores sociais tem permitido o aparecimento de diversas correntes teóricas sobre o espaço residencial. Assim, o conceito de apropriação de espaço abrange um campo diversificado de práticas, nomeadamente: culturais, simbólicas, afectivas e emerge a partir da análise da vivência concreta do ser humano à medida que se percebe que ele “é um sujeito activo na produção de significados e na transformação do espaço em que vive” (Almeida, 1994: 115).

As várias abordagens sobre os processos de apropriação do alojamento têm vindo a ser definidas em torno de três eixos: a função do espaço do alojamento na estruturação dos modos de vida; as formas de uso e apropriação do espaço de habitar e os factores de satisfação residencial. Estes três eixos têm vindo a ser articulados nas diversas pesquisas sociológicas, que valorizam o alojamento como um espaço essencial à estruturação da vida quotidiana (Guerra 1997:172).

A multiplicidade de abordagens sobre a cidade, das quais se destacam, a Ecológica, a Neo-clássica, a Weberiana, a Marxista e as referentes aos “modos de vida”, são exemplos da complexidade de um objecto que se tem tornado cada vez mais imprescindível para o bem-estar individual e societal. De referir, a diferenciação apresentada por Guerra (1997) entre as abordagens ecológicas, neo-clássicas e as abordagens marxistas.

O modelo ecológico, ligado à Escola de Chicago, caracteriza-se pelo entendimento da evolução da cidade na relação do ser humano com o meio ambiente e baseia-se na observação dos modelos de localização e de diferenciação residencial. Esta forma de abordagem reflecte sobre a inter-relação entre as sociedades humanas e o ambiente natural em que vivem. Este modelo interpreta a cidade através da biologia evolucionista. A noção

de domínio é preponderante neste modelo, pois autores como Park<sup>91</sup> e Burgess defendem que nas zonas urbanas, apenas os indivíduos mais apropriados se afirmam.

Louis Wirth<sup>92</sup>, outro autor de destaque da Escola de Chicago, afirma que a cidade produz uma cultura urbana que transcende os limites espaciais da cidade, que actua e se desdobra para além dos limites físicos, através da propagação do estilo de vida urbano e torna-se o locus do surgimento do urbanismo como modo de vida.

Segundo este modelo, a cidade desenvolve-se por sectores, que se caracterizam pelos diversos usos do solo e pelos níveis desiguais do rendimento urbano. De acordo com o modelo de Burgess, desenham-se através de círculos concêntricos, que representam áreas sociais desde os mais centrais às periferias pendulares e são ocupadas consoante as diferenças de estatuto sócio-económico.

As abordagens neo-clássicas têm uma visão mais economicista e valorizam as preferências das famílias em relação à habitação, introduzindo um factor de racionalidade económica e sociológica relativamente à produção e apropriação do espaço. As preferências dos indivíduos organizam a economia e a sociedade, que é caracterizada pela existência de indivíduos, cujos comportamentos são previsíveis.

Esta teoria tem como actores as famílias e as empresas de construção civil, sendo que as famílias procuram alojamentos que vão ao encontro dos seus interesses e as empresas colocam no mercado solos ou habitações para maximizar os lucros.

As teorias neoclássicas pressupõem a existência de uma relação directa entre o consumo do espaço e o preço da distância, ou seja, “o consumidor tende a fazer uma relação entre o custo do centro em alojamento e em distância, bem como os seus rendimentos, jogando com esses factores na escolha da localização” (Guerra, 1997:168). Desta forma, a procura faz-se pela relação custo da casa, transporte e salário.

A abordagem weberiana centra-se principalmente na natureza das relações sociais que estão associadas às relações de propriedade do alojamento e nas consequências dessas relações relativamente aos actores do processo.

---

<sup>91</sup> Robert Ezra Park constitui uma referência para todos os sociólogos urbanos e outros estudiosos da cidade, tendo desenvolvido uma vasta obra com os seus discípulos da Escola de Chicago, donde resultou a institucionalização da sociologia da cidade e a antropologia urbana como disciplinas. A Escola de Chicago é muito marcada pelo empiricismo.

<sup>92</sup> Louis Wirth (1897-1952), membro da Escola de Chicago é autor da obra “O urbanismo como modo de vida”

Para Weber<sup>93</sup>, o uso da terra e do alojamento tem uma dimensão muito importante. O alojamento é apresentado como um bem que existe no mercado e, por isso, é gerador de conflito ao provocar constrangimentos no seu acesso. Os tipos de alojamento disponíveis e as suas formas de distribuição propiciam a segregação residencial no meio urbano, tornando-se num factor estruturador das cidades.

A teoria weberiana chama, também, a atenção para a relação entre o tipo de acesso à habitação e a prática dos agentes. Como exemplo temos os efeitos provocados, a nível social e político, pela subida ou descida das taxas de juro. A capacidade de escolha dos indivíduos é, assim, condicionada pelos seus rendimentos e ainda por constrangimentos do mercado de habitação.

As abordagens marxistas<sup>94</sup> consideram que a cidade ocidental moderna constitui o local da produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos. O alojamento é analisado à luz da luta de classes e das desigualdades sociais.

No sistema capitalista, para se aceder aos bens de consumo, entre os quais a habitação, o critério principal é a capacidade individual de pagar. Ora, o alojamento, em quase todos os países, é um bem sujeito aos mecanismos do mercado, longe de ser socializado.

“Para os marxistas, a contradição central, que está na base da crise do alojamento, assenta na socialização dos meios de produção, concomitantemente à sua apropriação privada” (Guerra, 1997:170/171).

O alojamento torna-se, pois, num local de habitar, que define a relação com os objectos familiares e as relações de vizinhança, correspondendo à satisfação de uma necessidade social em resultado de um modelo cultural.

Nesta perspectiva, “habitar é um comportamento pelo qual os homens dão sentido ao espaço onde vivem, sentido que simultaneamente os protege, reforça a permanência da sua identidade e lhes permite fazer face às mudanças adaptando a sua personalidade sem entrar em ruptura com a sua unidade” (Conan, 1981:56). A habitação é, assim, um espaço

---

<sup>93</sup>Weber (1864-1920) reúne um conjunto de estudos sobre a política económica urbana, tal como se desenvolveu na cidade medieval para compreender o papel da cidade no desenvolvimento do capitalismo moderno.

<sup>94</sup> Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895). O pensamento de Marx, foi dos que mais influenciou a produção teórica sobre a cidade.

físico, onde se localizam e sedimentam relações microssociais, sentimentos individuais e colectivos.

Segundo Guerra (1997), as investigações sociológicas, no que respeita às formas de apropriação do alojamento, estruturam-se segundo dois níveis de apropriação: o primeiro engloba a apropriação colectiva ou individual do espaço público e dos espaços centrais; apropriação comum do espaço de vizinhança; a apropriação privada do alojamento; o segundo engloba a dimensão do uso prático, da dimensão de significação e/ou representação (estatutária e /ou estética) e a dimensão imaginária (fechamento/abertura). Outro aspecto a sublinhar é que “a apropriação do espaço-alojamento não pode ser estudada sem referência à envolvente da habitação e, de forma mais ampla, ao bairro e à cidade. As escadas, patamares, galerias, passeios, lojas e cafés fazem parte do espaço família. Cada objecto, marcado por traços afectivos, uma atracção ou rejeição, Um símbolo” (Lawe et Chombart, 1979: 130).

A perspectiva transaccional constitui um dos modelos de pesquisa das abordagens da psicologia ambiental e debruça-se sobre a relação entre o habitat e o comportamento. O alojamento é percebido através de uma dinâmica que engloba indivíduos, lugares, processos psicológicos e sociais. Existe sempre uma interacção entre as pessoas e o seu meio ambiente. Assim, “os espaços domésticos reflectem o modo como as culturas e os seus membros têm de conviver e se relacionarem, nomeadamente necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações *versus* exigências e solicitações da sociedade no seu todo. (...). Ao mesmo tempo, estas forças operam no sentido de tornar os indivíduos parte integrante da sociedade, de facilitar a sua identificação com a sua comunidade e aumentar a sua capacidade de nela intervir e dela depender” (Altman; Gauvin, 1981:96).

A apropriação e ligação com o espaço e a identidade, são dimensões importantes para a apropriação positiva da casa, indispensável para o equilíbrio psicológico, familiar e social. A casa, para além de ser um factor estruturador da identidade pessoal e social, funciona também, “como um elo de ligação/comunicação com os lugares e com o passado e, nesse sentido, o espaço insere-se num percurso pessoal fazendo parte de uma história de vida” (Guerra, 1997:177). Nesta perspectiva, a casa faz parte de um projecto individual, de um projecto de vida, que revela a ambição e o protagonismo de cada indivíduo em relação ao meio que o rodeia.

Na pesquisa efectuada sobre o sentimento das mulheres relativamente à casa que lhes foi atribuída no realojamento no bairro Casal da Mira, verificou-se que, a maioria das

mulheres fazem uma avaliação positiva da mesma, pois das 23 mulheres entrevistadas, 17 manifestaram-se satisfeitas com a habitação, não apontando nenhum defeito. Esta situação prende-se, naturalmente, com as condições precárias das habitações anteriores ao realojamento, como se pode observar:

*“A casa lá era muito má, quando chovia a água entrava toda para casa.....era horrível, era o esgoto a céu aberto, era mesmo muito mau.....Fiquei tão feliz que até ia morrendo de emoção. “ (Mónica, 45 anos)*

*“ Eu sempre sonhei ter uma casa diferente.....eu imaginava ter uma casa de banho, uma cozinha, um quarto e agora tenho essa casa” (Clarisse, 47 anos)*

*“ Sinceramente, gosto da casa, é muito boa e quem nunca teve nada, como eu, não posso pedir mais que aquilo que tenho, mas também é preciso estimar. Lá na Azinhaga, o esgoto, a água a sair cheirava mal, era muito mau.” (Rosalina, 34 anos)*

Constatou-se que seis mulheres apresentaram alguns motivos de insatisfação, nomeadamente, duas consideram a casa pequena, relativamente à anterior, duas referem-se apenas à dimensão da cozinha, considerando-a exígua. Uma mulher colocava a questão do estendal na cozinha, referindo ter colocado um estendal na rua. Esta questão da dimensão da casa e dos estendais era colocada, com frequência no contacto dos moradores com o Gabinete Técnico Local porque, a atribuição da tipologia das casas é efectuada de acordo com a composição do agregado familiar e no que se refere aos estendais são, de facto exíguos, sobretudo para famílias numerosas e com a presença de crianças. Uma outra mulher, embora contente com a casa, referiu ter humidade e também o facto de ter sido realojada num 4º andar e teria pedido no 1º ou 2º andar.

*“... eu gosto da casa, o único problema é a cozinha, é muito pequena, a minha casa tinha uma cozinha muito grande, e tem outro problema que é o estendal, o estendal é na cozinha e a cozinha é mesmo muito pequena, então tenho que estender a roupa lá fora.” (Maria Sábado, 37 anos)*

*“..... eu gosto da casa, só que eu pedi para me darem um 1º ou 2º andar e fiquei no 4º andar.....eu sofro dos ossos, para subir, às vezes fico no meio da escada. A casa também é muito húmida e fria e eu sofro dos ossos.” (Sabá, 45 anos)*

Duas das seis mulheres foram redundantes na resposta sobre a desilusão que sofreram, relativamente à casa que lhes foi atribuída. Uma delas, Luisa, antes do realojamento, residia no Bairro Novo e acontece que as pessoas que residiam neste bairro manifestam, quase todas o seu desencanto e insatisfação, pois, de modo geral, o realojamento surgiu como uma imposição, apesar de que todos os realojamentos PER

acabam por ser imposição mas, neste caso, algumas pessoas alimentavam a esperança que o mesmo não se concretizasse, por não estarem exactamente no traçado da CRIL. Por outro lado, tal como já foi referido, grande parte das casas tinham boas condições habitacionais, pois as pessoas iam gradualmente melhorando a habitação à sua medida e gosto.

*“Eu gostava da minha casa.....Investi lá muito dinheiro. Dois anos antes de vir para cá fiz obras em casa.....disseram-me que tão depressa não iria ser realojada....foi uma surpresa para mim.” (Luísa, 42 anos)*

A outra mulher que se manifestou desiludida em relação à casa é uma jovem que nasceu e foi criada na Azinhaga dos Besouros, que tinha toda a família (pais, irmãos, tios e primos), a residir perto uns dos outros e com o realojamento a situação alterou-se.

*“Mudámos quase todos, menos as minhas irmãs que compraram casa.....os primos da minha mãe estão todos cá, mas estamos separados e não é a mesma coisa...nós vivíamos de maneira diferente.....A nossa casa era enorme, tinha um quintal, um terraço, para fora da porta e ainda tinha um espaço que dava para casa da minha tia. Tenho saudades da casa..... ” (Eunice, 23 anos)*

Embora a maioria das mulheres entrevistadas se mostre satisfeita com a casa, pelas melhores condições de habitabilidade, verifica-se que 12 mulheres afirmam ter saudades da antiga casa, pois, apesar de poderem existir más recordações, a casa anterior simboliza, igualmente, vivências significativas das suas vidas, para além de que muitas dessas casas foram construídas pelos próprios.

*“ Esta casa é muito melhor. A outra era mais pequena, mas também era uma boa casinha e eu gostava de morar lá ” (Palmira, 37 anos)*

*“ Apesar de ser uma barraca, gostava mais de lá estar do que aqui, que é uma casa. ” (Arlete, 51 anos)*

É também de referir a importância das redes de sociabilidades em meio urbano compostas por indivíduos que partilham características ou interesses comuns, tendo um papel crucial na estruturação da própria sociedade.

Os realojamentos em bairros sociais têm, por vezes, consequências ao nível das sociabilidades, traduzindo-se no enfraquecimento de laços comunitários, em consequência da mudança de vizinhos, por serem cortadas antigas relações de vizinhança (Pinto, 1994).

Na teoria social, a noção de sociabilidade refere-se, geralmente, a situações lúdicas em que há interacção e confraternização entre as pessoas. Na visão de Durkheim, muitos estudos tratam a sociabilidade como prática que afirma valores, reforça alguns tipos de

relação, constrói identidades, nomeadamente, de género, de grupo social e neste sentido seria dotada de carácter positivo, construtivo e afirmativo para as pessoas que dela participam.

Sociabilidade e cidade são duas noções fundamentais na obra de Simmel, que antecedem a visão de Frúgoli (2007). Este autor apresenta uma perspectiva abrangente e sugestiva da sociabilidade urbana a partir da confluência de duas perspectivas: a exploração da noção de sociabilidade, entendida como prática continuada de interações recíprocas que vão fazendo (e desfazendo) a sociedade, e a focalização etnográfica na experiência do cidadão que vive os espaços e territórios urbanos constitutivos das cidades mais ou menos alargadas do mundo contemporâneo. Tal como refere Graça Índias Cordeiro, o autor vai ao encontro da cidade relacional e situacional seguindo uma explicitação de um conjunto de ferramentas utilizados pela antropologia urbana ou como diz o autor “estabelecer certas trilhas de reflexão, dentro das quais as cidades e suas relações sociais foram tematizadas” (Frúgoli, 2007:17).

Firmino da Costa (2003) defende que numa perspectiva socioantropológica actualizada, retomando a ideia de Simmel, o conceito de sociabilidade pretende designar as relações sociais que se formam, independentemente de outras necessidades ou orientações, de outros objectivos ou interesses, de natureza diversa, tais como residenciais ou alimentares, sexuais ou culturais, religiosos ou militares, económicos ou políticos. O conceito refere-se a uma dimensão, especificamente relacional, presente nos fenómenos sociais, traduzindo-se no estabelecimento de relações sociais.

Assim, da análise das práticas quotidianas observa-se que, estas dão origem e estruturam variadas redes de sociabilidade, sejam de conterraneidade, na diferenciação étnica do espaço, de geração, da família ou apenas de vizinhança e amizade.

Faleiros (2005) distingue entre redes primárias e redes secundárias, as primeiras, mais significativas para o eu prendem-se com as relações afectivas familiares e de amizade. As redes secundárias são formais, institucionalizadas e dizem respeito à socialização do sujeito e a vínculos sociais mais amplos.

No que se refere ao presente estudo, interessa perceber o modo como as mulheres desenvolveram as sociabilidades no novo contexto – Urbanização Casal da Mira.

Em primeira instância, verifica-se que, das 23 mulheres entrevistadas, 15 têm familiares no bairro, sendo que, das oito que não têm familiares no bairro, três são oriundas de outros bairros, que não a Azinhaga dos Besouros.

Quanto às relações de vizinhança, algumas também se mantiveram, embora seja frequente as mulheres dizerem que têm antigas vizinhas e até familiares no bairro, mas que não convivem. Por isso, algumas redes de sociabilidade anteriores deixaram de funcionar. A vivência em prédios será um factor que terá grande influência nestas alterações, daí que algumas mulheres manifestem alguma nostalgia e saudade pelo convívio que tinham no bairro, onde moravam:

*"...Tenho os meus pais e a minha irmã no bairro, mas foi um bocadinho difícil adaptar-me aqui. Lá na Azinhaga estávamos mais cara a cara com as pessoas, convivíamos mais, enquanto, que aqui chego a casa fecho a porta e não vejo mais ninguém. Mas, foi uma fase que temos que ir superando."* (Genoveva, 24 anos)

*"... Eu tenho familiares no bairro, mas aqui está cada um no seu canto, eu quase não vejo ninguém..... por exemplo, o meu pai esteve doente durante dois meses, ninguém sabe, só as pessoas de família. Pouca gente sabe, só um ou dois é que pergunta: Então o pai está bem? Se fosse lá não era assim".* (Rosalina, 34 anos)

Relativamente ao prédio, Rosalina disse que o relacionamento era bom, mas:

*"Eu não me preocupo com as vizinhanças, tenho que me preocupar é com a minha casa. Eu gosto do sítio onde estou. Eu chego aqui, entro na minha casa, fecho a minha porta. É assim, a minha vida. É bom-dia, boa-tarde e nem tenho tempo para muitas conversas."* (Rosalina, 34 anos)

Nota-se que o realojamento da população que veio da Azinhaga dos Besouros, foi planeado com mais tempo e as técnicas do realojamento<sup>95</sup> tentaram manter, dentro da medida do possível, as redes familiares e de vizinhança no novo bairro, embora nem sempre seja possível ficarem no mesmo prédio porque as tipologias disponíveis não permitem:

*"No prédio, tenho a minha irmã e três vizinhas da Azinhaga dos Besouros, que são de Cabo-Verde, ilha de Santiago - Praia o ambiente do prédio é bom, as vizinhas são as mesmas, tenho outras vizinhas que eu não conhecia mas damo-nos lindamente as pessoas entendem-se bem, nomeadamente em relação à limpeza do prédio e apoiam-se umas às outras, convivendo bastante."* (Maria Sábado, 37 anos)

*"...Eu tenho vários familiares a morar no bairro, a D. Rosaria, que é minha tia, mora na Rua Fernando Pessa. A Misi, que mora nos prédios cinzentos tem também uma prima que chama Ângela, irmã do Alexandre. Tenho mais outra prima que é a Sani (irmã de Misi), que é muito activa na Igreja. Tenho, ainda outra prima, que é a Cândida, que mora na mesma rua e ainda tenho uma tia Ricardina, que também é madrinha, que mora lá mais para cima. Tenho também mais uma cunhada lá em baixo, convivemos bastante, quando tem problema, vou contar a ela."* (Alcinda, 47 anos).

---

<sup>95</sup> A equipa que efectuou o realojamento da população, que residia na Azinhaga dos Besouros era composta por uma socióloga, uma psicóloga e duas assistentes sociais.

A inserção das famílias que vieram do bairro Estrela de África aconteceu de forma diferente, pois, quando foram realojadas no bairro, já aí residia grande parte da população vinda da Azinhaga dos Besouros. Para além disso, o realojamento não foi planeado com a mesma antecedência, tendo sido uma situação de emergência<sup>96</sup>, abrangendo apenas uma parte da população residente no bairro Estrela de África. Mesmo assim, nota-se, através de alguns testemunhos das mulheres, que também houve alguma preocupação em manter as redes de sociabilidade.

*"...Tenho cá, os meus pais, as minhas irmãs, .....mas moramos assim um bocadinho distantes. Amanhã é feriado então, aproveitamos para nos encontrarmos, ou na minha casa ou na casa deles, convivemos um pouco ". (Antónia, 47 anos)*

*"...Nós não queríamos sair de lá, porque tínhamos as nossas raízes, fizemos lá uma família e queríamos viver lá. Apesar disso, fiz novas amizades. O meu pai, também mora no bairro, no prédio ao lado..." (Margarida, 38 anos).*

*".....Não me sinto isolada, porque eu sempre vivi sozinha, eu adoro estar em casa, sinto-me bem sozinha em casa, quando não preciso de sair logo de manhã, levanto-me, tomo banho, faço o pequeno - almoço e tomo em frente à televisão, gosto de sossego ..... também tive sorte com as pessoas que moram no prédio, não incomodam. E é uma rua sossegada, é umas das ruas que não tem muito movimento. E gosto de morar no prédio é uma família mais pequena ". (Clarisse, 47 anos)*

Também no que se refere às sociabilidades, as famílias oriundas do Bairro Novo manifestam descontentamento com o realojamento, pois este bairro tinha características diferentes dos outros bairros, tanto em relação à localização, como no que respeita ao ambiente. Os moradores tinham uma boa convivência e estavam, na maioria dos casos, integrados profissional<sup>97</sup> e socialmente, não tendo a experiência de uma vivência de território de exclusão, como no caso de outros bairros.

Os moradores, oriundos do Bairro Novo manifestam, também, sentimentos de isolamento, pois encontram-se dispersos na Urbanização do Casal da Mira, tendo perdido

---

<sup>96</sup> Este bairro foi construído, em parte, em terrenos particulares, o que levou os proprietários dos terrenos a accionarem processos judiciais relativamente à posse dos mesmos. Na sequência de uma acção judicial interposta por uma das proprietárias dos terrenos, a Câmara Municipal viu-se obrigada a proceder ao realojamento de 47 famílias deste bairro, no Casal da Mira.

<sup>97</sup> Esta questão contribuiu, também, para lhes serem aplicadas rendas mais elevadas, por apresentarem maiores rendimentos, constituindo este facto outro factor de descontentamento.

as anteriores redes de sociabilidade. Grande número de famílias, bastante estruturadas não foi realojada, tendo aderido a outros programas de habitação alternativos.

Os moradores não desejavam, assim, o realojamento e alimentavam a esperança de não serem abrangidos, pois inicialmente estava prevista apenas a erradicação de algumas construções situadas no traçado da CRIL, como se pode constatar pela afirmação que se apresenta:

*" ..Não tenho cá familiares, a única pessoa com quem às vezes falo é uma antiga vizinha. Quando nos encontramos na rua desabafamos um pouco..... Gostava muito da minha casa, era muito boa! Comprei-a por 1300 contos, mas gastei lá mais de 2.000 contos." (Luísa, 42 anos)*

Relativamente aos tempos livres, é de salientar, que muitas mulheres entrevistadas passam a maior parte do tempo em casa, não participando muito no convívio e vida no bairro. A explicação poderá estar na valorização da privacidade que adquiriram com o realojamento:

*" .....já se sabe que aqui não é como nas barracas, as pessoas vão trabalhar, vão fazer as compras, quando chegam, vão directamente a casa, entram lá dentro e pronto, às vezes falo com as amigas, mas não é assim para ir a casa umas das outras, como lá no bairro. Temos menos convívio, talvez por falta de tempo e mais trabalho para fazer. Todo o mundo quer ter a casinha dela mais arrumada." (Alcinda, 47 anos)*

*"Eu sou uma pessoa de ser amiga de todas as pessoas que eu conheço, mas não sou de andar na casa dos outros. Também já era assim em Cabo Verde. Sou um bocadinho fechada.....eu sou uma pessoa que gosta de estar em todo o lado, onde eu estou, eu estou bem. " (Benvinda, 58 anos)*

*"Eu sou uma pessoa que fico em casa a fazer o jantar, e tratar das minhas coisas, não bebo nem fumo, não vou a casa de ninguém, e hoje quem não bebe na minha raça não presta.....se tem funeral, eu vou, se tem doente no hospital também vou, mas não sou pessoa de andar em casa dos outros..... (Hirondina, 48 anos)*

Algumas mulheres entrevistadas reflectem, no seu discurso, o estabelecimento de novas sociabilidades:

*"...Eu fui a primeira a habitar o prédio e adaptamo-nos bem uns aos outros, nunca houve problemas, até parece que já nos conhecíamos há bastante tempo... tenho várias amigas da Azinhaga que não as conhecia, vim conhecê-las aqui, mas a maior parte é tudo da Damaia. Uns são africanos e há lá dois que são brancos..." (Isabel, 57 anos)*

*- Eu acho que é um ambiente normal. Eles (Azinhaga dos Besouros) já cá estavam, e o que eu acho é que, devemos respeitar o espaço de cada um independentemente do lugar de onde viemos. É verdade que os da Azinhaga são muitos e os do Estrela de África são poucos, mas eu não notei nenhuma má relação por isso." (Margarida, 38 anos).*

Observam-se outras formas de sociabilidade, uma delas, ligada a práticas religiosas, designadamente, a participação em rituais religiosos, referenciada nas entrevistas:

*“...Quando vou à missa encontro com elas, vou a Fátima encontro com elas também. ” (Alcinda, 47 anos)*

*“ Eu gostaria ainda de poder participar em mais coisas, ir à missa, ir ao terço, dar catequese porque eu tenho o curso de catequista, não tenho è as horas todas que eu preciso para ajudar. Eu gosto de ajudar, isto é uma passagem, a vida é tão triste para mim! ”. (Margarida, 38 anos).*

Nas entrevistas, muitas mulheres referiram a necessidade de espaços de convívio dentro do bairro, lembrando o convívio do bairro anterior. Algumas pessoas tentaram manter algumas formas de convívio anteriores, é o caso da organização de excursões a diversos locais:

*“Quando estava lá na Azinhaga, eu organizava passeios, ia sempre muita gente, ia tudo comigo, mas agora todo o mundo quer organizar passeios. Agora os jovens já não vão comigo porque vão com o grupo de jovens, mas eu compreendo e aceito. O último passeio que organizei foi o ano passado, em Agosto a Montemor-o-Novo. Também vamos muitas vezes a Fátima ” (Alcinda, 47 anos)*

Uma questão que interfere também com as sociabilidades é o modo como as pessoas percebem, apropriam e vivem o novo espaço - bairro, onde foram realojadas, espaço, esse, onde a vida social tem que ser reinventada, a partir das práticas sociais e culturais diferentes em presença. Podemos, então, afirmar que o bairro é um lugar privilegiado de práticas socioculturais e interculturais, onde as pessoas se encontram e interagem, ao mesmo tempo que assumem as suas particularidades. Assim, “Este lugar multifuncional constitui-se como uma unidade de vida colectiva intercultural, que favorece a recriação e renovação da cultura, a reactualização das formas de afirmação identitária, a reprodução de redes de sociabilidade e de entajuda e o apoio afectivo (...). O bairro representa e realinha, também, as diferenças de género e idade” (Quintino, 2001: 250).

A partir das entrevistas, observa-se que a presença de culturas diferentes não representa um problema:

*“ No meu prédio, tenho vizinhas de Cabo Verde, da Guiné e uma vizinha é cigana e damos todas bem ” (Maria Sábado, 37 anos)*

*“ Eu pessoalmente dou-me bem com as pessoas e nunca ninguém me fez mal... ” (Luísa, 42 anos)*

No realojamento, quando se juntam pessoas de diferentes culturas e de bairros diferentes, onde não houve nenhuma relação, as questões étnico-culturais podem constituir factor negativo. Se realojam um guineense e, depois um cabo-verdiano, um português e um angolano, que não se conheciam e passam a partilhar o mesmo patamar, cada um com a sua maneira de estar e sentir, por vezes torna-se muito difícil a convivência. Se tivermos em conta que, em cada andar residem quatro famílias, multiplicando por cinco andares dá 20 famílias por prédio, portanto, torna-se complicado, sobretudo se as pessoas não se conseguirem organizar no sentido de cuidar dos espaços que partilham (patamares, escadas, elevadores)<sup>98</sup>.

*" A princípio houve problemas com os ciganos e um rapaz cabo-verdiano, chegou até a haver confrontos.....foi só isso que eu notei, de resto não há problemas (Margarida, 38 anos).*

*" ..... O mal disto, é que estão aqui pessoas de várias culturas e de bairros diferentes e aquilo que umas estão habituadas a fazer as outras não gostam. E depois chocam-se umas com as outras." (Luísa, 42 anos)*

As relações sociais que se estabeleceram no novo contexto, bairro Casal da Mira sofrem maior influência relativamente ao bairro de origem do que à diversidade cultural, pois constata-se um relacionamento harmonioso entre as pessoas que viviam no mesmo bairro, independentemente da sua cultura ou etnia, já se conheciam, estavam habituadas a viver juntas, criaram sentimentos de pertença ao bairro e havia coesão entre elas. O mesmo não acontecia com as pessoas oriundas de bairros diferentes, em que se nota alguma separação e desconfiança. Foi o que aconteceu, por parte das pessoas com origem na Azinhaga do Besouros, quando começaram a chegar ao bairro as pessoas vindas do bairro Estrela de África. É de sublinhar que esta reacção foi-se esbatendo, sobretudo, no que se refere à população adulta. A rivalidade entre pessoas vindas de bairros diferentes é mais acentuada a nível da camada mais jovem<sup>99</sup>.

*"As pessoas da Azinhaga, que moram lá em cima, nos prédios vermelhos dizem, vou lá para baixo, porque lá em baixo é que é a minha zona.....então as pessoas dividiram.....a Pontinha (Azinhaga dos Besouros) acabou por dominar porque tem uma população maior." (Eunice, 23 anos)*

---

<sup>98</sup> Esta questão constitui o centro de muitos conflitos de vizinhança.

<sup>99</sup> Esta questão prende-se com comportamentos juvenis de risco e a existência de grupos que rivalizam entre si.

Outra questão é a identidade com o novo espaço. Algumas pessoas vêem o bairro como um espaço estranho. Se as pessoas não se identificam com o espaço onde vivem e não sentem o bairro como um espaço que é seu, têm tendência para se refugiar em casa, rejeitando, muitas vezes, o bairro:

*“Na Azinhaga era muito melhor. Temos muitas saudades das nossas barracas..... Aqui, não temos ninguém. Lá éramos mais alegres.....”* (Teresa, 28 anos)

A propósito das sociabilidades no bairro, uma das assistentes sociais entrevistadas para o presente trabalho referiu:

*“Quando tentamos perceber se há redes de suporte, o que se prende com as sociabilidades, dizem que não têm apoios, mas depois percebemos que até existem sobretudo a nível familiar. Há ali uma cumplicidade. Em relação às vizinhas existe muita rivalidade vamos a casa da X, diz mal da Y e vamos a casa da Y diz mal da Z.”* (AS12)

Por último, é de salientar que a localização e configuração do bairro não facilitaram a integração das pessoas no novo espaço, o que, acrescido à falta de equipamentos, espaços de convívio e lazer, bem como a ausência de comércio local de proximidade são factores que condicionaram e dificultaram o desenvolvimento de redes de convívio e sociabilidades locais.

### **3 - Modos de vida e estratégias de sobrevivência das mulheres**

O novo contexto habitacional, resultante do realojamento no bairro Casal da Mira, conduziu a população à necessidade de uma adaptação e reestruturação dos seus modos de vida. Estes processos, tanto podem desenvolver-se numa lógica mobilidade social ascendente, como podem dar lugar a outros problemas sociais, que dificultam a inserção social da população.

Recorrendo a Almeida e Capucha (1994), por modos de vida entende-se um conjunto de práticas ou estilos de vida que tendem a caracterizar as práticas dos indivíduos. O modelo utilizado por estes autores assenta “num conjunto de variáveis, que são as categorias e grupos sociais, a localização no espaço quanto, à visibilidade / invisibilidade dos pobres e quanto à continuidade/ descontinuidade entre a pobreza e o meio envolvente, o tipo de bens de consumo predominantes e os modos de consumo, as representações sobre a sociedade e a posição social, as estratégias de vida e, finalmente, a relação com o passado, o presente e o futuro” (Almeida e Capucha, 1994: 83 a 95).

Um grande número de investigações sociológicas sobre a apropriação do alojamento centra-se na estruturação dos modos de vida, “analisam-se a diversidade das práticas sociais de usos e apropriação do alojamento, à luz da estruturação dos modos de vida das famílias e indivíduos e dos seus processos de mobilidade social” (Guerra, 1997:174).

Relativamente, à amostra do presente estudo (23 mulheres residentes no Casal da Mira), através do quadro 5, das profissões, na página 48, verifica-se que dez mulheres trabalham por conta de outrem, seis em limpezas, uma ajudante domiciliária, uma auxiliar educativa e duas ajudantes de cozinha. De notar que embora se identifiquem cinco mulheres que se dedicam à venda de produtos, esse número é superior, pois algumas mulheres, incluídas noutras profissões, desenvolvem ou desenvolveram essa actividade, o que expressa bem a sua apetência para a actividade do comércio, em especial as mulheres cabo-verdianas. Três mulheres não se encontravam a trabalhar, temporariamente por motivos de saúde, dependendo do vencimento dos maridos/companheiros e /ou do RSI – Rendimento Social de Inserção. As outras duas mulheres, de etnia cigana e respectivas famílias vivem exclusivamente do RSI.

Através das entrevistas, observa-se também a capacidade, versatilidade e iniciativa das mulheres, que ao longo da vida desenvolvem diferentes tipos de actividades, que constituem estratégias de sobrevivência, destacando-se sobretudo a venda de produtos e o trabalho em limpezas, que muitas vezes são exercidas em simultâneo, como se pode verificar pelos seus testemunhos:

*“.....Eu vendia bebidas e os meus petiscos..... fazia isso para sobreviver, ...Vivia desse negócio. Depois consegui umas horas, a fazer limpezas nas firmas para ter desconto na Segurança Social”. (Sabá, 45 anos)*

*“...fui trabalhar para boites e trabalhei lá..... era onde eu ganhava mais dinheiro, foi uma amiga minha que me arranhou esse trabalho, porque eu não conseguia arranjar trabalho.....mas sempre sustentei os meus filhos e depois deixei essa vida por mim própria porque estava cansada da vida de boites, noitadas, bêbados.....andei ao papelão, estava grávida do Miguel..... trabalhei aí no Continente, nas limpezas, trabalhei num restaurante..... depois souberam que eu estava grávida e mandaram-me embora.... a minha mãe não me dava de comer nem a mim nem aos meus filhos....lutei muito. ....sempre muita miséria, fiz de tudo um pouco..... só quando vinha o rendimento mínimo é que eu ia pagar a água..... desde que vim para aqui, faço essas vendas, mas lá na quinta da Lage eu punha-me a vender rifas, ia à casa dos chineses e comprava umas coisinhas fazia a rifa do totoloto e vendia, dava para comer.” (Mónica, 45 anos)*

“ Em Portugal já trabalhei em muitos sítios, na Feira Popular, num restaurante.....Eu antes também sou cabeleireira, trabalhava na minha casa, lá na Azinhaga. Tinha um quarto no haal de entrada, fazia aquilo. Tenho mesmo diploma. Só que depois cheguei aqui e fiquei paradíssimo.

*Na Azinhaga, comecei a fazer passeios (excursões) para arranjar algum dinheiro. Ia sempre muita gente, ia tudo comigo, mas agora todo o mundo quer fazer excursão.”* (Alcinda, 47 anos)

“ Em Cabo Verde, fazia costuras, porque o meu avô, a minha mãe o meu tio, tudo faz costura então aprendi. Depois deixei de fazer costuras, fazia compras e metia na feira e pronto. Não tive condições para estudar e lutei sempre para ajudar a família ,mas não consegui grande apoio

*Quando vim para Portugal trabalhei como empregada doméstica. Agora que estou na França a trabalhar, quando venho cá, compro coisas e depois vendo em França. No bairro, tinha uma horta..... fazia plantações, tomate, cebola, alho, milho, feijão, ervilha e essas coisas”* (Joaquina, 36 anos)

“.....Sou ajudante de cozinha, no recibo, tenho que trabalho na limpeza, mas eu lá faço de tudo um pouco, mas trabalho mais na cozinha. (Genoveva, 24 anos)

“....Aqui no Bairro limpo as escadas do meu prédio e também do nº 21. Sou eu que compro os produtos e faço a limpeza e cada morador paga-me um valor.” (Isabel, 57 anos)

“...eu .trabalho em limpezas.” (Hirondina, 48 anos)

Para a compreensão dos modos de vida desenvolvidos pela população realojada na Urbanização Casal da Mira, convém perceber o tipo de vivências e características identitárias do contexto anterior ao realojamento, designadamente, no que se refere à economia informal. Na Azinhaga dos Besouros (bairro de origem de 64,74% das famílias), para além das habitações, existiam também espaços mistos de habitação e comércio ou pequenas oficinas, totalizando 27 estabelecimentos, sendo que 42% relacionava-se com o ramo alimentar<sup>100</sup> e de prestação de serviços. Este tipo de comércio e oficinas de pequena dimensão constituíam, na maioria dos casos, o único meio de obtenção de rendimentos para algumas famílias.

Para além da diversidade de actividades, é também frequente as mulheres trabalharem em mais do que uma firma ou patroa, devido a receberem salários extremamente baixos:

“.....Vendia peixe e ao mesmo tempo trabalhava em limpezas.....” (Domingas, 47 anos)

---

<sup>100</sup> Na maioria eram cafés/tabernas

“... Tinha 16 anos, quando fui para a empresa onde ainda estou.....Sou ajudante de cozinha, no recibo, tenho que trabalhar na limpeza, mas eu lá faço de tudo um pouco, mas trabalho mais na cozinha.

... Eu não conseguia sobreviver com o rendimento que eu tenho; mas eu faço muitas horas extras...” (Genoveva, 24 anos)

“...O meu primeiro trabalho em Portugal foi tomar conta de crianças.....Deixei as crianças porque abriu o Centro Social e Paroquial, então tiraram as amas e apesar de 11 anos de trabalho não me garantiram nenhum trabalho.....Actualmente, sou empregada de limpeza, mas, nas firmas pagam só € 2,41 à hora..... Agora é ir à procura de outras firmas para ganhar mais”. (Ermelinda, 51 anos)

É de referir que três das mulheres entrevistadas declaram ter trabalhado como domésticas, em regime interno, situação que era frequente nas raparigas adolescentes, que vinham de Cabo Verde:

“...Quando vim de Cabo Verde, fui trabalhar interna no Barreiro. Depois não me dei bem com a patroa porque ela não me pagava bem. Isso não era problema, ela me tratava mal. Depois, vim para Lisboa, encontrei lá uma patroa muito boa que gostava de mim, trabalhei com ela.....Depois, conheci o pai do meu filho, continuei a trabalhar como doméstica, mas deixei de ser interna.” (Joaquina, 36 anos)

“Fui trabalhar interna na casa de uma senhora, onde trabalhei cinco anos, como doméstica, em Benfca...tinha 15 anos.....trabalhava de Segunda a Domingo....até que me cansei de trabalhar como empregada doméstica.....é muito cansativo.” (Rosalina, 34 anos)

A situação laboral das pessoas residentes no bairro tem vindo a deteriorar-se<sup>101</sup>, no caso das mulheres alvo do estudo e, para além da precariedade das relações de trabalho, verificam-se muitas situações de desemprego. Seguem-se os testemunhos de duas das mulheres entrevistadas sobre a forma como sentem a situação de desemprego, pois tinham uma situação relativamente estável e passaram para uma situação de vulnerabilidade:

“...Eu era rececionista, mas fazia de tudo um pouco. Tratava de escrituras, preenchimento de impressos, actas, seguros.... Trabalhei desde os 18 anos até aos 42 anos. Foi o meu único trabalho. Eu estou desempregada desde Julho do ano passado..... o meu salário já era mais ou menos, e as pessoas que me conheciam e sabiam a minha vida ajudavam-me muito....Agora, fiquei desempregada, não vejo as pessoas e vivo apenas daquilo que recebo do fundo de desemprego.....” (Luísa, 42 anos)

“Trabalhei na Fábrica 20 anos.....ganhava mais de 600,00 €.... Eu nunca pensei que ia ser despedida, desde essa altura eu já não conto com o futuro como contava,

---

<sup>101</sup> Segundo relatório técnico do Gabinete de 2008, os pedidos de redução, baseados na diminuição de rendimentos provocada pelo desemprego e situações de economia paralela, em que os patrões não pagam o trabalho desempenhado, aumentou em cerca de 20%.

*eu era uma pessoa muito realista e fazia os possíveis e impossíveis para continuar tudo bem, mas deixei de ser assim. Para mim sair da fábrica, foi uma desilusão muito grande e vejo a vida de outra maneira.....Quando acabar o subsídio de desemprego, como vai ser. ” (Clarisse, 47 anos)*

No que se refere às mulheres imigrantes, para além dos obstáculos comuns às outras mulheres, há também a questão da documentação de legalização no país, embora para a efectivação do realojamento fosse necessária a apresentação das respectivas autorizações de residência, pelo que à partida as pessoas residentes no bairro teriam que estar legalizadas. Só que, ao caducar a autorização de residência enfrentam, novamente, grandes dificuldades, junto do SEF<sup>102</sup>, o que as impede de conseguir trabalho e de aceder a alguns apoios, como é o caso do RSI. Esta questão está patente em muitas situações apresentadas no Gabinete da Câmara Municipal e nos dois testemunhos que se seguem:

*“...Agora aqui está muito complicado, porque estou assim sem poder trabalhar e como não tenho documentos não posso pedir o rendimento mínimo”. (Adelina, 34 anos)*

*“...Uma vez encontrei um bom trabalho, eu pensei que ia trabalhar no aeroporto, mas eu fui lá e senhora disse: “a senhora não pode trabalhar porque o seu bilhete de identidade é estrangeiro, tem que ter bilhete de identidade português”. (Alcinda, 47 anos)*

É também de assinalar o esforço e empenhamento de algumas mulheres no sentido de melhorarem a sua situação, como forma de angariarem os rendimentos necessários para fazer face às despesas e assegurar um futuro melhor para elas e para os seus filhos. Algumas delas têm também em vista a sua realização pessoal e promoção social. Seguem-se alguns testemunhos:

*“...Gostei do curso de auxiliar administrativa, fiquei muito satisfeita .....terminei o estágio. Procurei muito, inscrevi-me em muitos sítios, eu andei, andei à procura, durante três meses e nunca aparece nada..... voltei às limpezas outra vez.....Trabalho muito, em 14 anos, eu tive férias só quando eu paralisei da cintura para baixo, não andava.....Eu corro a fazer umas horas para pagar a renda, a luz essas coisinhas.....e para pagar escola da minha menina que está a estudar no 12º ano, só lhe falta a matemática e o rapaz fez três anos de electricidade.....Estou muito cansada, em 18 anos nunca tomei férias..” (Sabá, 45 anos)*

*“Enquanto trabalhava na Associação para poder ganhar mais dinheiro eu trabalhava também no Continente da Amadora.....Fui sempre muito batalhadora, muito lutadora porque eu sempre soube aquilo que eu queria. ....Eu quero ir para a faculdade, tenho aí no meu currículo, vou para a Lusófona, eu quero ser Assistente Social para ajudar as pessoas.....o meu projecto de vida é investir nos estudos dos*

---

<sup>102</sup> SEF Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Ministério dos Negócios Estrangeiros.

*meus filhos, dar a eles uma condição de vida melhor do que aquela que eu tive.”*  
(Margarida, 38 anos).

Antes do realojamento, no âmbito do acompanhamento social com vista à sua inserção socioprofissional, Sabá (guineense) fez um curso de auxiliar administrativa, que lhe criou algumas expectativas. O seu testemunho reflecte o esforço, tentando a todo o custo uma colocação profissional, de acordo com a formação adquirida. No entanto, as suas expectativas foram goradas, não lhe restando alternativa ao trabalho de limpezas, o que gerou alguma frustração, por não ter havido uma alteração ou benefício na sua situação profissional. O seu discurso manifesta também algum desalento, mas não desistindo de assegurar um futuro melhor para os seus dois filhos, que se encontram a estudar.

No caso de Margarida, trata-se de outro exemplo de esforço e determinação, neste caso uma mulher angolana, que procura assegurar um determinado nível de rendimento familiar, revelando muita vontade de progredir nos estudos e na sua valorização profissional, tendo no seu horizonte fazer uma licenciatura e apostar no futuro dos filhos (um deles, invisual). Continua a investir no futuro, tendo iniciado o curso de Serviço Social, enfrentando grandes dificuldades, não só financeiras, como familiares, devido à deficiência do filho, que é invisual e aos problemas de saúde do irmão.

Outros exemplos se seguem, de esforço de formação, para um futuro melhor:

*“Fiz um curso de auxiliar de serviços gerais, na Santa Casa da Misericórdia, mas depois não pode ficar a trabalhar por causa de artroses e da obesidade”.* (Alcinda, 47 anos)

*“Fui tirar o curso de geriatria para tomar conta de pessoas idosas. Fiquei com o 6º ano e com o curso de geriatria que agora estou a trabalhar. Gosto do trabalho que estou a fazer, mas só que às vezes vejo muita injustiça, e que me revolta, é muita exploração”* (Rosalina, 34 anos)

*“...Estou a fazer um curso de acção educativa e recebo uma bolsa de formação, de cento e noventa e dois euros. Isso é que me apanhou de surpresa, mas é um investimento no futuro, recebo agora este valor, para depois ter a certeza que recebo no mínimo quinhentos ou seiscentos euros.”* (Eunice, 23 anos)

Algumas mulheres planearam instalar um negócio numa loja, no bairro, tanto mais que algumas delas tinham negócios no bairro onde moravam antes do realojamento e que era, muitas vezes o seu “ganha pão”. Acresce o facto de não haver comércio dentro do bairro<sup>103</sup>, pois as lojas, que são propriedade da Câmara Municipal, encontram-se fechadas,

---

<sup>103</sup> Existe dois cafés e uma mercearia na zona envolvente ao bairro, fora do empreendimento.

porque nos concursos que a autarquia lançou ninguém se manifestou interessado em montar um negócio, num local onde muitos têm medo de entrar e os moradores interessados não têm condições para aceder aos preços estabelecidos no concurso, como se pode constatar pelas afirmações seguintes:

*“Querida um lugar para me ajudar com as despesas que eu tenho, porque eu tenho um curso e materiais para cabeleireira” (Alcinda, 47 anos)<sup>104</sup>.*

*“...Ter uma loja aqui no bairro ajudava..... eu gostava de ter uma peixaria”.*(Palmira, 37 anos)

*“ Vou fazer um esforço porque eu tenho muita força de vontade e gosto do negócio. Eu sei também fazer um pouco de costura, tenho a carta de condução, já tive trabalho numa cabeleireira, quer dizer, se a gente não tem curso é muito difícil, mas tenho um bocadinho de experiência, e eu acho que se tiver um espaço eu vou fazer qualquer coisa.”* (Benvinda, 58 anos)

Estas três mulheres dedicam-se a actividades económicas informais, como forma de angariar algum rendimento e que têm a aspiração de instalar essas actividades no bairro. No caso de Alcinda e Benvinda, apresentaram candidaturas à Câmara Municipal para instalação de um negócio, a funcionar numa das lojas existentes no Bairro.

Algumas mulheres manifestaram, também aspirações, como:

*“.... eu até gostava de tirar um curso, enfermeira ou assim”* (Luísa, 42 anos)

*“.....Querida era um emprego para as filhas”* (Alcinda, 47 anos)

Relativamente ao empreendedorismo das mulheres é, também, de referir o processo de ocupação dos terrenos contíguos ao bairro, liderado por mulheres, com a instalação de hortas, onde cultivam produtos, alguns deles relacionados com a sua origem e que constitui mais uma ajuda para a economia familiar:

*“..... Eu quando vim para aqui, fui com umas senhoras ali, ocupámos uns terrenos para fazermos umas hortinhas .....Tinha uma horta, e aquilo foi uma terapia para mim, porque me fazia bem à cabeça..... Fazia plantações de tomate, cebola, alho, milho, feijão, ervilha e essas coisas e pensava só naquilo, não pensava assim tanto nos desgostos nas coisas assim....Em Cabo Verde, já fazia isso, sabia trabalhar a terra. Tenho jeito para isso e gosto mesmo!”* (Joaquina, 36 anos)

As duas mulheres de etnia cigana que foram entrevistadas revelam uma realidade completamente diferente da descrita anteriormente, pois quer as mulheres quer os homens

---

<sup>104</sup> Alcinda afirmou ter apresentado pedido à Câmara Municipal para alugar uma loja no Bairro

ciganos residentes no bairro não desenvolvem nenhuma actividade, para além das impostas, através dos programas de inserção do RSI:

*“Vivo do rendimento mínimo. Vou às compras, venho, vou, venho, a minha vida é só esta.....o meu marido não faz nada. Antes do rendimento mínimo, o meu marido fazia cestinhos.....o pai dele é cesteiro..... Agora faz um cestinho ou dois, alguma vizinha que quer um cestinho, diz: - ó vizinho faz um cestinho? E ele faz o cestinho”.* (Arlete, 51 anos)

*“ Não, não, gosto da escola, mas sou obrigada a ir. Ando eu e andam os meus filhos todos, por causa do rendimento mínimo.”* (Arlete, 51 anos)

No entanto, para os filhos desejam outro futuro:

*“Eu gostava para os meus filhos, de um trabalhinho bom, fixo, para ganharem para a vida deles. Este tem agora 18 anos .....e também está na escola de noite, comigo. Queria um trabalhinho, para as obras não. Fazerem assim um curso...”* (Arlete, 51 anos)

O cenário descrito reflecte a necessidade de políticas integradas e multidimensionais, pois o realojamento, como medida de política de habitação, só por si não basta para romper com as esferas da exclusão. São, pois, necessárias políticas de integração que promovam mais e melhor interacção e proximidade entre grupos minoritários e a sociedade em geral de modo a promover maior igualização de direitos e oportunidades, maior autonomia individual, familiar e grupal, combatendo a dependência dos grupos em relação às instituições, com o respeito pelas especificidades culturais dos grupos com vista à integração social destas populações (Pereira, 2001).

As dificuldades que estas mulheres encontram para ascender socialmente prendem-se com o plano dos direitos e dos deveres e, neste campo, há que ter em conta as situações particulares em que os mesmos se exercem e os factores implicados na sua concretização, em que o género tem grande importância. Para além das importantes conquistas civis e políticas, importa também uma cidadania plena para as mulheres, que inclua o que é nitidamente feminino, o que aponta para a importância das identidades, acentuando as diferenças.

Outro aspecto a salientar sobre os modos de vida das mulheres é o facto de, tal como nos países de origem (Cabo Verde e Guiné), constata-se no bairro que as mulheres, em especial cabo-verdianas, desenvolvem actividades económicas informais, dedicando-se

sobretudo à venda de peixe<sup>105</sup>, embora se verifique outro tipo de comércio, como bebidas e outros artigos<sup>106</sup>, como: produtos destinados às mulheres (roupa, moda, cosméticos), artigos para as crianças (roupa, brinquedos) e ao espaço doméstico (panos de cozinha, lençóis).

Estas redes, marcadamente femininas, de pequeno comércio no bairro, constituem, por certo, uma estratégia de sobrevivência, que caracteriza práticas socioculturais das mulheres na sua terra de origem.

O estudo de Marzia Grassi (2003)<sup>107</sup> sobre as chamadas “Rabidantes”<sup>108</sup> assume particular interesse para a análise desta questão, na medida em que ajuda à compreensão dos modos de vida desenvolvidos pelas mulheres alvo do estudo, através das práticas das mulheres no país de origem. Algumas das histórias de vida, retratadas neste trabalho demonstram como algumas dessas vidas se identificam com as vidas das mulheres imigrantes, residentes no Casal da Mira, senão vejamos dois testemunhos, um deles do referido estudo<sup>109</sup> e o outro de uma mulher residente no Casal da Mira (imigrante cabo-verdiana):

*“....Depois, eu fui para França e graças a Deus não me correu mal.....Quando venho cá, compro feijão congo, compro chouriço, azeite, compro... cortinados, bacalhau, cobertores.....levo no autocarro, não levo muita quantia, porque...não é possível. Depois vindo em França, mas é só aos cabo-verdianos.....Era difícil encontrar trabalho no Inverno, então para não estar parada comecei a fazer isso, o que dava para tirar dinheiro de viagem, dava para pagar as minhas despesa e ainda tinha um lucrozinho que dava para outras coisas”. (Joaquina, 36 anos)*

Em Cabo Verde, este tipo de actividade constitui um eixo importante dos movimentos económicos e culturais transnacionais que perpassam este país insular de migrantes e que o ligam ao mundo.

---

<sup>105</sup> Em relação às redes de comercialização da venda de peixe, este é adquirido no MARL – Mercado abastecedor da Região de Lisboa), localizado no município de Loures.

<sup>106</sup> Alguns artigos são adquiridos em locais como o Centro comercial da Mouraria e a feira do Relógio, em Lisboa, locais que Quintino (2001) considera como estruturas fixas e pluri-étnicas da esfera pública.

<sup>107</sup> Grassi, Marzia (2003) “Rabidantes – Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde”, Viseu, ICS

<sup>108</sup> O termo Rabidante é definido por Grassi (2003), como “o agente de um tipo de comércio que a ciência económica trata displicentemente por “informal”/ Rabidante (porque se mexe).

<sup>109</sup> “ (...) Antes trabalhava no EMPA, era agente de vendas. Gosto do comércio.....porque a gente não está parada, eu gosto. Eu viajo muito, vendo roupa, lingerie, produtos de beleza (...) in Grassi, Marzia (2003), pg. 228. A EMPA é a Empresa Municipal de Produtos Alimentares em Cabo Verde.

Formam-se, assim, “redes em que os homens, mas sobretudo as mulheres, exploram as margens, por vezes silenciadas das hegemonias económicas e culturais que integram o nosso mundo globalizado de hoje” (Grassi, 2003: 31).

Com este estudo, Marzia Grassi procura compreender a função empresarial desenvolvida pelos rabidantes e como essa função influencia o caminho do desenvolvimento cabo-verdiano e a sua inserção na economia global.

Como refere a autora, o sector económico chamado de informal em Cabo Verde é composto, na sua maior parte, por mulheres que apresentam um grande dinamismo e sentido de oportunidade para fazerem negócios.

A ilustrar esta questão, relativamente ao Casal da Mira, uma mulher referia na entrevista:

*“...eu nunca tive a venda, como profissão, trabalhava nas limpezas, mas às vezes nas férias, eu compra qualquer coisa e depois vende. Por exemplo, se eu vou a Cabo Verde, compra uma coisa por 20.000 escudos e depois vende lá por 40.000 escudos.....Eu gosto muito de negócio.”* (Benvinda, 58 anos)

As histórias de vida de rabidantes reflectem a relação entre a produção e a reprodução, como uma questão central na problemática do desenvolvimento. Analisam formas de desigualdade no acesso aos recursos e os tipos de acção colectiva em que elas se empenham, em que o espaço económico chamado espontâneo em Cabo Verde constitui um espaço de identidades das mulheres que nele intervêm, que pode estimular o seu “*empowerment*” e influenciar o caminho do desenvolvimento.

Grassi (2003) considera fundamental a atenção aos actores locais e às suas práticas, em particular àqueles que protagonizam processos de mudança nas relações sociais e económicas e influenciam a evolução das instituições sociais, por permitir alcançar o objectivo prioritário de construção da economia nacional e integração no sistema económico mundial. “As mulheres rabidantes identificam-se a si mesmas como membros de uma comunidade, baseada na actividade empresarial. Por outro lado, as formas de desigualdade a que as mulheres procuram resistir e os tipos de acção colectiva em que se integram dependem largamente da situação de pobreza e desemprego em que se encontram, bem como das circunstâncias históricas do país, como seja a emigração estrutural dos homens. A actividade económica das mulheres rabidantes influencia também o seu próprio bem estar (...)”(Grassi, 2003: 286).

A autora sublinha que a maioria dos rabidantes utiliza estrategicamente o lucro, reinvestindo-o na educação dos filhos e estimulando a mobilidade social.

Nesta perspectiva pode enquadrar-se o testemunho de uma mulher guineense, que ficou viúva muito cedo, levando uma vida de muito esforço para educar os filhos, questão que colocava, como prioritária, na sua vida:

*“Eu não gosto de estar parada, eu comprava 50 grades de cerveja no Jumbo de Alfragide e vendia até às cinco e tal da manhã. Vendia os meus petiscos.....Eu fazia isso para sobreviver, porque eu pagava 75 contos, água, luz .... Eu fazia muitas coisas da Guiné, fazia pratos: cafriela, caldo mancara, caldo chabéu, entrecosto com salada, cabeça de cabra. Eu fazia pratos d’África e também daqui - cozido à portuguesa.....Eu vivia desse negócio.....Foi isso que me ajudou a educar os meus órfãos (referia-se aos filhos)” (Sabá, 45 anos)*

Outro aspecto salientado por Grassi (2003) é que “os autores que no âmbito da economia ligam o género ao desenvolvimento acreditam que não pode existir desenvolvimento sem ter em consideração a eliminação das desigualdades, de maneira que ao negligenciar a problemática do género, se assume como válido um modelo de desenvolvimento parcial. A pesquisa na área do género assume, neste sentido, grande importância na luta contra a pobreza e as discriminações, na medida em que o género constitui uma dimensão muito importante na formação da identidade colectiva de um grupo social, o das mulheres que detém menos de 1% da riqueza mundial e ganham menos de 10% do rendimento global” (Grassi, 2003: 287).

O estudo confirma a invisibilidade das actividades económicas e sociais das rabidantes, na medida em que escapam às análises quantitativas.

Em Portugal, a situação é idêntica, a invisibilidade do trabalho da mulher não é confinada à esfera doméstica. Muito trabalho que a mulher desenvolve na esfera pública, como seja, a sua participação activa no sector da economia espontânea, nomeadamente, este tipo de comércio desenvolvido pelas mulheres imigrantes cabo-verdianas, para além de ser ignorado, é, muitas vezes, perseguido pelas autoridades. Não são criadas alternativas de locais de venda:

*“Na Azinhaga a minha vida era vender peixe....até apanhar a trombose, vai fazer nove anos. Gostava de vender peixe, vendia na praça do Chile. Não era mau, a polícia não corria com a gente, como agora..” (Domingas, 47 anos)*

*“... O negócio está mau, eu não tenho licença, ando a vender, a fugir à polícia, ainda no Sábado, apanhei uma multa de 241,00€ ” (Palmira, 37 anos)*

O dinamismo que caracteriza esta actividade das mulheres constitui uma forma de fazer face a situações de pobreza, evitando que o fenómeno assumia proporções mais gravosas para as famílias e confere grande visibilidade às mulheres como agentes económicos activos e confirma a importância das questões de género.

A respeito da actividade das rabidantes, Grassi (2003), refere que esta “reforça a noção tradicional de feminilidade e de respeitabilidade feminina. A autora sublinha, também, que “as práticas de consumo das mercadorias importadas e comercializadas em Cabo Verde estão ligadas directamente ao corpo feminino (roupa, moda, cosméticos), às necessidades das crianças (roupa, brinquedos) e ao espaço doméstico (panos de cozinha, lençóis), o que reforça o papel das mulheres como mães e mulheres da casa.....” (Grassi, 2003: 302).

À semelhança desta situação com a realidade estudada, temos, entre outros, o testemunho de uma mulher, residente no Casal da Mira:

*“Como estou desempregada, tenho que arranjar mais alguma coisinha, então compro e vendo algumas coisas: perfumes, chinelos, que a minha cunhada manda de França ou compro em Benfica”.* (Alcinda, 47 anos)

Marzia Grassi (2003) dá relevo a algumas dicotomias como: global/local, masculino/feminino e, no caso da área económica, sector formal/sector informal. Lança também um desafio ao modelo de desenvolvimento global dominante, considerando os produtores, os consumidores, as pessoas, pois “são os verdadeiros protagonistas do processo social e económico e situam-se no interior dos significados culturais que estruturam o mundo global” (Grassi, 2003:304). A sua análise sugere, também que considerar o género nos discursos sobre a globalização permite reequacionar os significados conceptuais que têm construído implicitamente o global como masculino e o local como o terreno das práticas femininas.

Alguns destes testemunhos, à luz da teoria sobre modos de vida defendida por Almeida e Capucha (1994), apresentam uma dupla referência caracterizada por uma vida marcada pela referência a duas sociedades diferentes (a de origem e a de acolhimento).

Sobre este aspecto, é de referir que, embora a legislação e o próprio contrato de arrendamento impeçam a utilização da habitação para outros fins, algumas pessoas, nomeadamente mulheres, vendem bebidas, enchidos e outros produtos nas suas habitações. Como factores para o desenvolvimento desta actividade, poderão estar: a apetência, com raízes culturais, por parte das mulheres para este tipo de actividade; o facto de não existir comércio de proximidade dentro do bairro e também baixos rendimentos familiares. Também se observa, sobretudo ao fim da tarde e aos fins de semana, mulheres do bairro a venderem, na rua, produtos alimentares, que confeccionam em casa (pasteis, doces, etc.).

Um outro estudo etnográfico efectuado por Manuela Ivone Cunha (2002)<sup>110</sup> sobre as reclusas do Estabelecimento Prisional de Tires, contém aspectos que podem, também, ter alguma relação e interesse para esta pesquisa, pelo perfil sociográfico das reclusas, em que se constata uma pauperização múltipla e proveniência de bairros precarizados.

Embora não haja um conhecimento efectivo de quantas pessoas do bairro, e, neste caso, quantas mulheres se encontram detidas em estabelecimentos prisionais, sabe-se, através do acompanhamento às famílias, desenvolvido pelas técnicas do Gabinete da Câmara Municipal, que no bairro Casal da Mira existem algumas situações, desconhecendo-se a extensão do problema no bairro. Apesar disso, julga-se ser de interesse dar atenção a esta questão, uma vez que se pode interligar com modos e estratégias de vida.

Segundo a autora deste estudo, o crime de tráfico de droga representa uma esmagadora predominância, no conjunto dos crimes pelos quais as mulheres são condenadas. O tráfico parece abrir novas oportunidades económicas às mulheres, sobretudo às mulheres menos jovens. Em Portugal, estas novas oportunidades decorrem de certas características da economia ilegal da droga. Por um lado, neste campo existem poucas barreiras à participação feminina, entrosando-se bem com as esferas sociais preferenciais do género, sendo uma actividade que se pode ligar com a esfera doméstica e não exige muita destreza física. A este respeito é de referir que muitas reclusas eram “comerciantes de casa” (Cunha, 2002:75).

Vindas dos mesmos bairros, “as reclusas chegam à prisão articuladas em teias de interconhecimento, combinando laços de parentesco, amizade e vizinhança. Estas teias prisionais de parentes, amigos e vizinhos constituem-se também através da economia da droga e através dela, desenvolvem-se alianças e parcerias no tráfico. As mulheres tomam parte, muitas vezes, participando acessória e fortuitamente nas transacções de outrem, embora se associem como parentes amigas e vizinhas”. A autora refere que “a prisão dilatou o seu perímetro (...) o bairro distendeu-se até à cadeia e esta nova via de exclusão colectiva não deixará de compactar outras fronteiras que o separam – ou o fecham do exterior” (Cunha, 2002:317,318).

Relativamente à área de residência das reclusas da Área Metropolitana de Lisboa, Cunha (2002) refere que 89% distribuem-se por bairros de barracas, casa abarracadas ou

---

<sup>110</sup> Cunha, Manuela Ivone (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Lisboa, Fim de Século, Editora

casas pré-fabricadas, bairros de realojamento ou bairros sociais suburbanos. De entre os bairros mencionados, constam os bairros: Azinhaga dos Besouros e Estrela de África, donde provém a maior parte da população residente no Bairro Casal da Mira.

#### **4 – O urbanismo e as questões de género/o bairro visto e sentido pelas mulheres**

As alterações demográficas vieram colocar novos desafios ao urbanismo, nomeadamente como planear com vista à igualdade na diversidade. Trata-se de construir cidades que considerem e respondam a diferentes realidades, necessidades e expectativas de toda a população, independentemente do seu género, raça ou idade. O urbanismo da modernidade, tal como outras áreas do saber, tem-se caracterizado por assentar na experiência masculina. Contrariando esta perspectiva, Inés Sánchez de Madariaga<sup>111</sup> (2004) defende que o urbanismo actual deve ser capaz de promover a igualdade na diversidade, considerando, em particular, a dimensão de género. Esta perspectiva consiste em reconhecer e valorizar o trabalho do cuidado com as pessoas, tal como o trabalho remunerado e põe em questão noções assumidas sobre os locais de habitação, emprego, lazer e equipamento.

Refere a autora “ como resultado da multiplicidade de tarefas realizadas pelas mulheres no seu duplo papel na esfera pública e na esfera privada, o seu tipo de mobilidade difere da mobilidade dos homens” (Madariaga, 2004: 29).

Estudos empíricos efectuados em vários países<sup>112</sup> sob o ponto de vista de género evidenciam grandes diferenças importantes de género e prejuízos sistemáticos para as mulheres nos seguintes aspectos: nos transportes, as mulheres viajam mais e por motivos diferenciados que se prendem com as tarefas que despenham: as mulheres utilizam mais transportes públicos; dependem mais dos horários de funcionamento do transporte e de abertura dos serviços públicos, como colégios, comércio, saúde e administração pública; as mulheres receiam mais pela sua segurança, limitando-se na sua mobilidade, questão que se prende com a violência, em que a maioria dos atacantes são homens e a maioria das

---

<sup>111</sup> Arquitecta, directora da Unidade da Ciência e da Mulher, Ministério da Ciência e da Inovação, em Espanha

<sup>112</sup> Referenciados na obra - Madariaga, Inés Sánchez de (2004), *Urbanismo con perspectiva de género*, Sevilla, Instituto de la Mujer

vítimas são mulheres. A questão da insegurança nos transportes prende-se também com a segurança no espaço público. Outro aspecto tem a ver com a comodidade, ergonomia e acessibilidade no transporte, que não estão pensados em função das mulheres, dado ser frequente as mulheres deslocarem-se com carrinhos de bebés, com crianças ao colo ou ainda com sacos de compras.

A combinação de todos estes factores tem como consequência uma redução considerável da mobilidade feminina e uma restrição das suas opções laborais e de lazer. Ao terem que realizar um grande número de viagens por dia, a pé ou em transporte público, as mulheres gastam muito tempo em transportes, em condições de incomodidade, que reduz o tempo disponível para outras actividades. As mulheres vêem-se forçadas a procurar empregos perto das suas casas e assim poderem atender às tarefas domésticas e ao cuidado com as pessoas dependentes. Para além de serem prejudicadas, a nível profissional, também ficam limitadas no acesso a equipamentos culturais, desportivos ou de lazer, por falta de tempo e de acesso a um transporte eficaz.

Estas limitações da mobilidade feminina são reforçadas pelas formas actuais de construção das cidades, que fomentam o crescimento extensivo<sup>113</sup> sobre o território, apoiado em infra-estruturas de transporte rodoviário e que dão primazia ao transporte privado em relação ao público.

Com efeito, actualmente, um dos principais problemas da vida quotidiana nas cidades é o facto de os espaços estarem compartimentados em função do uso que os cidadãos fazem deles, ao passo que a vida quotidiana exige uma inter-relação e uma proximidade muito maior entre esses espaços.

Como resultado destas políticas urbanas, neutras do ponto de vista de género, a dependência do automóvel é cada vez maior, o que prejudica bastante as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas com baixos recursos. As pessoas que não conseguem aceder a automóvel, que na sua maioria são mulheres, têm cada vez maiores dificuldades na sua mobilidade.

A localização e a falta de equipamentos e serviços dentro do bairro Casal da Mira, nomeadamente comércio de proximidade, criam grandes dificuldades às mulheres, como se pode observar, através de algumas das suas afirmações:

---

<sup>113</sup> Os equipamentos e serviços estão dispersos, o que obriga a deslocações, por parte dos habitantes.

".....sentimo-nos isolados...estamos longe de tudo ... temos que subir desde lá debaixo com as compras, até aqui acima!" (Margarida, 38 anos)

"Estamos muito mal servidos de transportes " (várias mulheres)

" Não há aqui nada. Quem não tem carro é muito difícil.... " (Teresa, 28 anos)

A qualidade e a segurança do espaço público são, também, aspectos fundamentais para as mulheres e para a população idosa e a infantil, três grupos que realizam uma grande quantidade de deslocações a pé, no espaço próximo, e que utilizam também o espaço público para lazer.

As mulheres no Casal da Mira também manifestam problemas com a segurança no bairro, em especial à noite:

"...Esses jovens que andam por aí são mal educados e fazem barulho durante a noite e muitas coisas..... Quando a polícia está cá é melhor.... ." (Domingas, 47 anos)

Outro aspecto a considerar na análise destas questões é o facto de, geralmente as populações abrangidas pelos processos de realojamento não serem envolvidas nem participarem nos mesmos o que irá, por certo, reflectir-se na forma como a população se vai apropriar do espaço.

A este respeito, Farina (2001), com base num estudo efectuado no Bairro da Flamenga, em Chelas, refere que “para o projectista o espaço é racionalmente divisível e geometricamente representável num papel em planta, alçados, cortes e perspectivas. Trata-se de um espaço abstracto e racional, cuja forma pode ser organizada e ordenada, conforme indicam as exigências funcionais e estéticas do projecto e do programa construtivo”, contudo, para o utilizador, “o espaço é uma dimensão existencial. A satisfação das necessidades acontece no quadro da experiência racional e não apenas funcional, onde se manifestam práticas de apropriação do espaço aparentemente contraditórias em relação às expectativas dos projectistas, enquanto resultantes de processos de comunicação complexos e fundamentados em relações sociais” (Farina, 2001: 230).

O urbanismo constitui, hoje, um tema de grande importância pelos reflexos que pode ter na vida das pessoas. Tal como refere Madariaga, 2004, um dos desafios que se colocam ao urbanismo é o de ser capaz de promover a igualdade na diversidade, considerando a dimensão de género e, nesse sentido, levar em conta a multiplicidade de tarefas realizadas pelas mulheres.

Como já foi referido, os realojamentos têm levado à concentração de indivíduos e famílias pobres em bairros de realojamento social cuja localização é muitas vezes periférica. Podem, assim, desencadear a emergência de problemas sociais que se prendem com os fenómenos do isolamento social e a quebra de laços comunitários fundamentais para as populações realojadas. Esta situação agrava-se, em muitos casos, com a ausência de equipamentos sociais, de lazer, cultura, recreio e de comércio.

A perda de referências pode ser um obstáculo à construção de uma identidade com o novo espaço habitacional, com consequências importantes nas formas de vida social e o desenvolvimento de "guetos" sociais e urbanos, podendo constituir "bairros estigmatizados, segregados dos serviços e da comunidade urbana" (Ferreira 1994:9).

O bairro Casal da Mira constitui um caso de grande concentração de população com grande heterogeneidade de referências culturais e sociais, num local isolado e com fracas acessibilidades, o que pode conduzir a uma "guetização" daquele espaço em relação à cidade envolvente<sup>114</sup>.

Por outro lado, a apropriação do espaço-alojamento está muito ligada à envolvente da habitação, bem como ao bairro e à cidade, pelo que as escadas, os patamares, os passeios, as ruas, lojas e cafés fazem parte do espaço familiar.

A heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais que caracterizam o bairro influencia o modo como se vê e representa o bairro e na forma como dele se apropriam os moradores.

Indo ao encontro destas questões, pretende-se analisar, do ponto de vista das mulheres residentes no Casal da Mira, a imagem, expectativas e o que consideram necessário no bairro, pois embora sejam muito importantes os contributos teóricos que existem sobre a temática dos realojamentos, não é menos importante perceber o sentimento dos próprios actores sociais locais.

---

<sup>114</sup> Esta situação refere-se ao período anterior à instalação, próxima do Espaço Comercial Dolce Vita- Tejo, cujas consequências seria de interesse analisar, o que não cabe no presente trabalho, podendo, por si só, constituir tema de investigação.

Em relação às acessibilidades e transportes, é quase unânime considerarem que deveria haver um autocarro directo do bairro para a Pontinha e vice-versa, tal como referem:

*"O autocarro que passa aqui e vai para a Pontinha dá tanta volta e demora muito tempo..." (várias mulheres)*

*"acho que devíamos ter um transporte directo daqui do Bairro para a Pontinha e da Pontinha para o Bairro e não temos" (várias mulheres)*

Também consideram, relativamente aos acessos para a Amadora:

*"O problema é que nós pagamos um bilhete de autocarro e temos de voltar a sair para apanharmos outro. É o autocarro nº 142" (Eunice, 23 anos)*

Em geral dizem:

*"Estamos muito mal servidos de transportes" (várias)*

*"Noto diferença nesse sentido....onde morava antes tinha tudo ali perto, lojas, transportes, parece que a vida era mais facilitada" (Clarisse, 47 anos)*

Embora a questão dos equipamentos e comércio já tenha sido referenciada, é de sublinhar que a ausência de equipamentos sociais, de lazer, cultura, recreio e de comércio, compromete a adaptação ao novo contexto, favorecendo o isolamento e insegurança da população.

No que respeita ao comércio, quase todas as mulheres verbalizam o facto de não haver comércio dentro do bairro e a Câmara Municipal manter as lojas fechadas. Afirmam, também, fazer as suas compras no supermercado Lidl, que embora se situe fora do bairro é o estabelecimento que fica mais próximo. No entanto, para as pessoas que residem na Av<sup>a</sup> Fernando Lopes Graça é uma grande distância para carregar os sacos com as compras.

*".....gostava que essas lojas fossem ocupadas ..... este bairro é muito grande ..... e não temos nada, não temos um Multibanco..... sentimo-nos isolados, estamos no fim do mundo... .. temos que subir desde lá debaixo com as compras, se for uma pessoa doente, velha para vir do LIDL até aqui acima! Como faz essa pessoa?!" (Margarida, 38 anos).*

*"As lojas estão todas fechadas. A Câmara pede muito dinheiro pelas lojas e assim ninguém compra...É melhor eles arranjamem tudo e alugarem." (Alcinda, 47 anos)*

Para além da ausência de comércio dentro do bairro, as mulheres entrevistadas referem, também, a ausência de outro tipo de equipamentos:

*"...precisa, principalmente de um espaço de apoio para os idosos....Em relação aos jovens é a mesma coisa...há muitos jovens que não estão bem integrados... (Margarida, 38 anos)*

*" Faz falta no bairro, uma esquadra, o comércio dentro do Bairro, porque aqui não há comércio. Tudo faz falta - Tudo.... Um centro para os idosos para sentar, divertir e depois cada um deles vão para casa deles ... " (Domingas, 47 anos)*

*" Devia haver uma loja, que pudesse ser um espaço para festas. A Câmara equipava o espaço e depois alugava para festas, casamentos, baptizados, havendo uma pessoa responsável. " (Alcinda, 47 anos)*

*"...Acho que fazia falta uma esquadra, fazia muita falta, porque ..... uma pessoa levanta-se para ir à casa de banho ou à cozinha e vê-se os rapazes bêbados na rua de madrugada, a cantar, a gritar, a dar pontapés aos caixotes. E outra coisa que eu tenho muita pena é ver os vidros das montras todos partidos." (Clarisse, 47 anos)*

*"Outro aspecto negativo é que num bairro destes sabiam que de certeza havia muitas crianças, há casas que tem 6 crianças, não tem lógica que este bairro tenha só um parque infantil. " (Eunice, 23 anos)*

Para traduzir a imagem que as mulheres têm relativamente ao bairro, seleccionaram-se algumas afirmações, em que se pode observar que algumas delas manifestavam gostar do bairro, mas a génese e evolução do modo de apropriação do espaço por parte de uma certa camada jovem, veio alterar esse sentimento. A maioria demonstra preocupação:

*" ..... A Câmara devia fazer qualquer coisa. Já vii, essas lojas está toda escangalhada. Aquilo dói! você fica sem jeito. Dá desgosto! se fizerem perguntas na camioneta, você sente envergonhado com isso. Deviam abrir uma loja, um supermercado, dava jeito aos moradores. " (Sabá, 45 anos)*

*" ...é uma coisa horrível, está tudo partido, as lojas estão todas destruídas, não temos por onde passar, são vidros e pregos no chão, dói-me o coração, isto não é meu, é nosso, o bairro é nosso e eu não consigo perceber. ". (Margarida, 38 anos).*

*"Eu gosto do Bairro, quando a gente veio para aqui isto era tudo limpinho, porque eu vim lá de cima, morava na Rua Fernando Lopes Graça. Lá era mais sossegado, se não abria a janela não ouvia nada, mas aqui é muito barulhento e depois uma pessoa não pode dizer nada. " (Palmira, 37 anos)*

*" .....Gostava que houvesse supermercados, um cafezinho, um espaço para as crianças brincarem, porque os meus filhos desde que mudámos para aqui não sabem o que é um parque, quando nós viemos o parque já estava todo destruído.....gostava que houvesse um melhor ambiente. " (Genoveva, 24 anos)*

Face aos problemas descritos, relativamente às soluções, as 22 mulheres que responderam à questão, consideraram necessário implementar no bairro: uma esquadra de

polícia foi a resposta de 11 mulheres; 12 mulheres referiram a necessidade de comércio dentro do bairro; nove mulheres referiram um centro de idosos; três mulheres mencionaram um campo de futebol para os jovens; três mulheres responderam que seria um centro médico; três mulheres mencionaram um parque infantil<sup>115</sup> e uma mulher identificou a necessidade de um espaço para festas.

Posteriormente à realização das entrevistas, o bairro sofreu algumas alterações relativamente aos equipamentos. Foram implementados, no bairro, um campo de jogos, multiusos para os jovens, um Centro de Dia e Convívio para os Idosos e recentemente foi inaugurado, numa das Lojas, um Banco de Alimentos e Roupas destinado às famílias carenciadas do município, gerido pela Cruz vermelha. Abriu também o Centro Comercial "Dolce Vita Tejo"<sup>116</sup>, perto do bairro, o que embora não substitua o tão desejado e necessário comércio dentro do bairro, diminui o seu isolamento. As lojas destinadas ao comércio continuam fechadas e para diminuir o efeito dos vidros partidos, a Câmara Municipal procedeu ao emparedamento das lojas, aguardando-se a abertura de novo concurso para venda.

Apesar de, recentemente (2008/2009), terem surgido alguns equipamentos no bairro, o realojamento iniciou-se em Dezembro de 2003. Passou muito tempo, pelo que a apropriação do bairro pela população foi condicionada pela quase ausência de equipamentos.

A imagem que as mulheres possuem do bairro, no que se refere ao ambiente, é muito influenciada com o que se passa relativamente ao comportamento de uma certa camada jovem do bairro. Estes jovens desocupados, sem projectos de vida, não trabalham nem estudam, manifestando comportamentos de risco, deambulando pelo bairro ou permanecendo encostados às paredes e desencadeando distúrbios, especialmente durante a noite.

*".... os miúdos aqui fazem muito barulho, partem os vidros das lojas... eles não trabalham, não estudam..... (...) eu até já disse para não fazer isso, e eles dizem"*

---

2 Existe um parque infantil no bairro, que, para além de ser insuficiente, foi vandalizado e é utilizado inadequadamente por adolescentes.

<sup>116</sup> Inaugurado em Maio de 2009. Um representante do grupo referiu que seria dada prioridade às pessoas do bairro no acesso ao trabalho e pretendem ter uma relação de proximidade com a população.

*não fui eu, foi outro", o outro diz que foi o outro.... quando eles partem os vidros é a partir da 1, 2 horas da manhã para as pessoas não verem. "* (Francisca, 40 anos)

*" .ali ao pé do meu prédio aquilo é horrível por causa dos rapazes que vão a festas e depois metem-se todos ali, é bebedeiras, garrafas partidas, alguns estores todos partidos. Se chamamos a polícia, a polícia passa mas não faz nada e eles continuam....."* (Mónica, 45 anos)

*" Oiço, às vezes gritos lá para baixo (Avª Raul Rego) e isso incomoda.É onde eles se reúnem mais, e depois às vezes quando vem alguém, os taxistas e pessoas de fora, eles assaltam. Isso há em todo lado, mas é pena, assim o bairro em si, ganha má fama. "* (Rosalina, 34 anos)

*" ..... aqui as coisas não são nada pacíficas, para aí 40% das pessoas são pacíficas mas os outros... .... ou talvez, 50 / 50 ..... em relação aos rapazes "os bandidos " que andam aí no vandalismo é o seguinte: se for o rapaz da Pontinha que cometeu o acto de vandalismo e se culpamos a Damaia, logo saberemos quem é que fez o acto de vandalismo, porque a Damaia não quer ser culpada pelo que a Pontinha fez, e por outro lado a Pontinha também não quer ser culpada pelo que a Damaia fez."* (Eunice, 23 anos)

Como se pode constatar, o comportamento destes jovens desenvolve sentimentos de insatisfação e insegurança, daí que algumas mulheres reclamem uma esquadra da Polícia no bairro.

Os distúrbios provocados por estes jovens passam pelo barulho, que impede as pessoas de dormirem, por actos de vandalismo, que vão desde a quebra dos vidros das lojas à vandalização das portas dos prédios.

O testemunho de Eunice aborda a questão da rivalidade entre os jovens que vieram da Azinhaga dos Besouros (Pontinha) e os jovens que vieram do Estrela d'África (Damaia):

*" .....mas há uma coisa, às vezes quando falo com um rapaz da Pontinha digo: - Vocês sabem indicar tudo o que os rapazes da Damaia fazem, mas muitos dos rapazes da Damaia estão lá no curso onde eu estou, enquanto vocês continuam aqui encostados à parede, pelo menos isso vocês também deviam evitar. "* (Eunice, 23 anos)

Para além dos jovens também se registam alguns comentários, neste sentido, entre os mais velhos:

*“As pessoas dizem, muito frequentemente que lá em cima nos prédios vermelhos (Avª Fernando Lopes Graça) só tem pessoas da Damaia, mas não tem só pessoas da Damaia porque tem muita gente da Pontinha que está lá em cima. "* (Ermelinda, 51 anos)

Auscultadas as técnicas que efectuaram o realojamento, verificou-se que a maioria das famílias vinda do bairro Estrela de África, não está realojada na Avª Fernando Lopes

Graça. Esta questão prende-se com as tipologias disponíveis, de acordo com a dimensão das famílias. Muitas famílias daquele bairro foram realojadas em habitações de tipologia 3, sendo que nesta rua não existiam fogos disponíveis com esta tipologia.

De referir que os primeiros equipamentos instalados no bairro foram a Farmácia e a "Loja Mira Jovem"/Programa Escolhas<sup>117</sup>, vindo este projecto dar continuidade ao trabalho que tinha sido iniciado na Azinhaga dos Besouros, na primeira fase do programa. Acontece, no entanto, que o trabalho desenvolvido tem incidido essencialmente nos jovens mais novos, a nível da prevenção ou com alguns jovens mais velhos, que se mostram disponíveis para a sua inserção escolar ou profissional. Os jovens que provocam os distúrbios no bairro são jovens que não estudam nem trabalham e a equipa do projecto tem tido dificuldade em se aproximar deles e mobilizá-los para as actividades, no sentido da sua inserção social.

As mulheres que não se queixaram do ambiente durante a noite, residem na Av<sup>a</sup> Fernando Lopes Graça, que é a rua mais sossegada, situando-se na parte mais acima do bairro e fica junto à zona antiga do Casal da Mira (parque habitacional privado), que pertence a outra freguesia - São Brás:

*"Tive sorte porque a rua, onde moro é uma rua sossegada, que não tem muito movimento. E gosto de morar no prédio é uma família mais pequena. "* (Clarisse, 47 anos)

*"...eu vim lá de cima, morava na Rua Fernando Lopes Graça. Lá era mais sossegado"* (Palmira, 37 anos)

Outro aspecto curioso, são as diferentes reacções das entrevistadas, relativamente ao comportamento dos jovens. Algumas mulheres desculpabilizam e outras mostram-se muito revoltadas e preocupadas:

*" . Fala-se muito em jovens, mas os jovens precisam de muito mais, há muitos jovens que não estão bem integrados andam perdidos e a vaguearem pelas ruas, andam por*

---

<sup>117</sup> O Programa Escolhas foi criado em Janeiro de 2001 e conta já com três fases de desenvolvimento. O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e a coesão social.

*aí eu não sei o que é preciso fazer, talvez criar incentivos, fazerem cursos de formação profissional... ". (Margarida, 38 anos).*

*"... Os miúdos andam aí na rua sem ter nada para fazer. Às vezes eles vão para os Moinhos da Funcheira porque lá há um campo, mas depois as pessoas de lá reclamam até porque a maioria são pretos, aparece lá a polícia e lá vêm eles todos recambiados, depois chegam aqui e não tem nada para fazer, a não ser a loja Mira Jovem." (Luísa, 42 anos).*

*" As vezes culpam os pais, mas não concordo, se bem que às vezes os pais têm culpa, porque vemos miudinhos, assim pequeninos a gritar na rua à noite e os pais não deviam deixar eles a essas horas, andar na rua. " (Rosalina, 34 anos)*

*"O ambiente podia ser melhor, mas eles (referia-se aos jovens), também, coitados, não têm por onde recorrer, não têm um sítio para se divertir. Eles fazem certas coisas por não ter outra coisa para fazer... " (Ermelinda, 51 anos)*

*" há muitas crianças que a família não liga, metem-nas na rua até às tantas da noite." (Mónica, 45 anos)*

Com base na análise do trabalho do Gabinete da Câmara Municipal com a população é possível afirmar que, embora não tenhamos números, há muitas famílias com jovens detidos em estabelecimentos prisionais. Nos jovens com menos de 16 anos, também se regista um número considerável de jovens com medidas tutelares, em instituições de reinserção. Muitas são, as mulheres que se deslocam, diariamente para visitar os seus filhos detidos em estabelecimentos prisionais.

De salientar que a presença da Polícia no bairro é frequente, intensificando-se a partir de 2008. Diariamente, há uma viatura que circula no bairro ou permanece nas imediações. No entanto, os moradores queixam-se, no Gabinete que durante a noite, a Polícia não aparece, quando é chamada.

Quando a PSP efectua rusgas, alguns jovens escondem-se dentro dos prédios e fogem para os telhados, entrando através das portas de acesso às coberturas, cujas fechaduras aparecem, com frequência, vandalizadas.

*".... os miúdos partiram as fechaduras das portas de entrada, por causa das rusgas para fugirem à polícia. Entram nos prédios e não tem que tocar à campainha ..." (Eunice, 23 anos)*

Apesar de longa, apresenta-se a descrição duma mulher entrevistada sobre um episódio com a polícia, que ocorreu em sua casa e que acontece com alguma frequência no bairro:

" No dia 10 de Março de 2005, eu fiquei sem porta...ficava tudo aberto. .... eu não tinha como mandar pôr a porta..... depois, eu pôs esta porta..... e todos os meses pagava a prestação.....a polícia voltou cá outra vez, no dia 8 de Março (2007) , às 6,30h da manhã. Eu tenho um bebé cá em casa..... Eu já estava levantada para ir para o trabalho, ouvi uma marretada na porta, partiu a porta e aí eu corri para a porta e pedi para não partir que eu abro por dentro, mas não quiseram saber, bateram com a marreta na porta e estragaram outra vez.....Eles diziam: O seu filho tem droga e eu dizia: não... não tem droga em casa, eu só conheço droga de ver na televisão. Pode ver à vontade....Depois pergunta por caçadeira e eu disse: Não tenho caçadeira, qual caçadeira?.....eu pensava que era um assalto, ao ver seis homens encapuçados..... A minha filha que vinha a entrar, viu a porta no chão, começou a gritar e fugiu, depois um polícia diz para a minha filha, que fique calada porque senão bato-lhe com a cabeça na parede. A sorte dela foi que entra o chefe dele e diz para não fazer isso e fala com ela e diz para ter calma .....o outro que estava lá fora, agarrou a minha filha e amarraram ela também ao pé de mim..... depois eles dizem: a senhora aqui não tem nada, não encontramos nada, levamos só o ouro. E então eu quero saber para onde levam o ouro, eles dizem que é para a esquadra de Benfica... .. depois vejo na janela, é só carro de polícia lá em baixo na rua, o meu pai vem, não consegue entrar, a minha cunhada também não consegue entrar e eu sozinha aqui em casa, a porta não abria.....Depois, eu vou para a esquadra de Benfica para saber o resultado porque eu não sabia de nada e lá encontro o meu filho com a boca a sangrar..... Eu tive que ir ao hospital, não consigo dormir de noite.....estou muito cansada eu não conheço droga, não conheço caçadeira. Na Pontinha nunca aconteceu isto comigo. Eu vou à Câmara, vou pedir ajuda mas eu tenho que sair daqui. " (Hirondina, 48 anos)

A entrevista com Hirondina foi marcada pela emotividade, em consequência de duas acções policiais efectuadas no seu domicílio. Esta mulher estava, ainda, afectada emocionalmente com essa situação e pela descrição toda a família, incluindo as crianças, ficaram em estado de choque.<sup>118</sup>

Nas entrevistas efectuadas, aparecem algumas referências, que manifestam as preocupações das mulheres, relativamente aos filhos, o que se reflecte directa ou indirectamente nas suas vidas:

" Tentei criar os meus filhos, como se fossem dos prédios, as companhias é que os estragaram " (Maria Sábado, 37 anos)

"....Por causa deste mau ambiente do bairro, o meu filho teve que fugir, agora está a fazer um curso de Línguas, em Espanha..... era muito desagradável, ele só ia

---

<sup>118</sup> Hirondina foi aconselhada a solicitar apoio na associação "Olho Vivo", que desenvolve um trabalho de apoio a população imigrante, designadamente apoio jurídico. Todo este aparato e violência ocorreram, por suspeitas de que o filho escondesse droga. Esta actuação policial é frequente no bairro. Pode colocar-se a questão: será que este tipo de actuação policial aconteceria desta forma, senão se tratasse de um bairro de habitação social?

*para a cama às 3 da manhã. Esses rapazes vinham desafiá-lo, não o deixavam sossegado...* " (Sabá, 45 anos)

*"...O meu mais novo, tem mau comportamento na escola, é só queixa di professora. Eu digo: não pode fazer isso, tem qui portar bem e ele diz que sim, mas depois faz a mesma coisa depois as companhias aqui são o que são..."* (Palmira, 37 anos).

*"...é assim, o meu filho está aqui com a Srª, mas se a Srª faz uma coisa o meu filho é que paga....sempre foi assim "* (Hirondina, 48 anos)

Sobre esta questão, vale a pena fazer referência, ao artigo jornalístico de Ana Sofia Fonseca <sup>119</sup>, transcrevendo-se um excerto:

*" O bairro é morada de nomes, na mira das autoridade (.....) O Chefe da Divisão da PSP, referindo-se ao bairro, diz que " é uma cidade dentro da cidade"....A vida parece ter ficado no bairro de lata. Apenas o vento e uma dúzia de rapazes encostados à fachada do prédio, que nem lagartos ao sol. O tecto ilegal que os viu nascer dita onde agora vivem. Filhos de cabo-verdianos ou de portugueses têm um pé nas origens que nunca pisaram e outro no bairro onde enxertaram pertença. Andam às avessas com a identidade, ser duro é o único estatuto que alcançam".*

Também no mesmo artigo, a afirmação de uma jovem serve para ilustrar este aspecto, bem como a relação homem-mulher:

*"Eles vendem droga, são presos. E a dama aí a levar tabaco, dinheiro. Depois saem, fazem um filho e desaparecem — Ya, fixe é ser homem "*

Uma mulher <sup>120</sup> entrevistada, também referia:

*" O maior problema deste bairro é a droga.... Os pais já andavam com ela e agora são os filhos, miúdos com 14 anos.....A Câmara tem que fazer alguma coisa para tirar estes jovens da rua. "*

Observemos, ainda, a afirmação de uma das assistentes sociais, que acompanham as famílias beneficiárias do RSI, residentes no bairro:

*" A perspectiva que eu tenho e a equipa também é de que o Casal da Mira é um bairro bastante problemático. Quando perguntamos às pessoas se gostam de viver no bairro dizem que não e que têm medo de sair à rua... ..A maioria das*

---

<sup>119</sup> Ana Sofia Fonseca (Artigo: Casal da Mira, nº 16" na Revista Expresso nº 1867 de 9 de Agosto/ 2008)

<sup>120</sup> Uma entrevista de tipo diferente, que não foi incluída nas entrevistas às mulheres, pois trata-se da dona de um café – restaurante, situado junto ao bairro muito frequentado pela população do bairro, especialmente por homens.

*“pessoas com quem contactamos queixam-se que não há transportes, não existem recursos. Depois como nós, técnicas não trabalhamos dentro do bairro, as deslocações são outro problema, quando têm que ir falar connosco, é o dinheiro para os transportes.” (AS12)*

Muitas das afirmações apresentadas reflectem a forma como são efectuados alguns realojamentos, como é o caso do Casal da Mira, caracterizado pela grande dimensão do bairro, localizado numa zona periférica, sem equipamentos, o que resulta numa grande concentração de famílias pobres, com outras problemáticas associadas, sem contacto com populações com padrões e vivências sociais diferentes, não favorecendo a promoção social da população residente.

Referindo-se aos processos de realojamento no âmbito do PER, Ana Cardoso<sup>121</sup>, afirma:

*“ .....repetiram-se, exactamente, os mesmos erros de há vinte anos atrás. Pouco se aprendeu..... considero que há uma grande sobreposição de interesses, na visibilidade daquilo que se faz, de interesses económicos na rede imobiliária em detrimento de interesses que têm que ver com o bem estar das pessoas.....O Casal da Mira é um péssimo exemplo, não há razão para se continuar a efectuar realojamentos desta forma. O bairro tem todos os condimentos para um mau resultado, senão no imediato, pelo menos a médio prazo. Grande concentração de população, fora de locais acessíveis, o que conduz não a uma guetização no sentido total do termo mas em boa parte pertence a uma guetização daquele espaço em relação à cidade envolvente”.*

A este respeito é de referir Bourdieu, ao afirmar que, “para compreender o que se passa em lugares que juntam pessoas que tudo os separa, obrigando-os a coabitarem, seja na ignorância seja na compreensão mútua, seja no conflito declarado, aponta para um certo perspectivismo fundado na própria realidade do mundo social que contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo e, em particular, inumeráveis sofrimentos oriundos do choque de interesses, de disposições e de estilos de vida diferentes que a coabitação favorece, nomeadamente no local de residência”. (Bourdieu, 1993:11).

No caso da presente pesquisa, várias mulheres se referem ao bairro, nesta perspectiva:

*“No outro dia, eu ouvi barulho, fui à janela do quarto e vi cerca de 6 miúdos. Eram duas e pouco da manhã. Vinham de táxi, não sei se vinham para casa, da discoteca,*

---

<sup>121</sup> Socióloga, investigadora no CESIS- Centro de Estudos para a Intervenção Social, onde tem participado em vários estudos. Tem assumido a coordenação de muitos projectos de intervenção social, em diferentes organizações, nomeadamente o SAAI da Amadora, no âmbito da Rede Social.

Entrevista concedida, no âmbito da pesquisa em Novembro de 2008 (antes da construção do Centro comercial Dolce Vita Tejo, junto ao bairro Casal da Mira)

*não sei... roubaram o dinheiro e documentos ao homem do táxi e depois partiram o táxi com pedras. O ambiente é muito mau. As lojas também estão com os vidros todos partidos, isso é muito mau, não gosto desse ambiente." (Hirondina, 48 anos)*

*" ...está tudo vandalizado, as lojas estão todas partidas. Acho que isso é uma má imagem para o nosso bairro. " (Genoveva, 24 anos)*

*"... Há quem ache que é bem feito, porque a Câmara tem as lojas fechadas, porque quer vendê-las muito caras.....Há, também portas de entrada de prédios que são arrebitadas e eu não acredito que esses homens e mulheres têm medo de crianças, jovens que partem portas e janelas. Eu acho que era bem feito que partissem tudo que é para ver se as pessoas acordam." (Eunice, 23 anos)*

## **5 - O Bairro como espaço de encontro e interacção entre culturas**

A multiculturalidade é uma das características de grande parte dos bairros de habitação social. Associado à multiculturalidade está o fenómeno da imigração, daí fazer-se uma referência a estas duas questões que se interligam.

O início do século XXI caracteriza-se por um cenário de expressões plurais, onde complexas realidades multiculturais coexistem e se inter cruzam numa ampla diversidade de tradições políticas, sociais, religiosas e de género. Esta realidade é consequência, em parte, de uma sociedade industrial e pós colonial onde se verificaram, nas últimas décadas, grandes fluxos migratórios, em que a diversidade cultural na actualidade se insere em múltiplas trajectórias culturais, migratórias e económicas de dimensões globais, com referências específicas do passado (Nash e Marre, 2001:14).

Apesar dos movimentos das populações serem uma constante ao longo da história da humanidade, “o fenómeno da globalização provocou nos últimos anos gigantescos movimentos migratórios. Segundo a ONU existem mais de 130 milhões de pessoas a viver fora do seu país, e destas, cerca de 30 milhões vivem em situação ilegal”( Silva, 2005:63).

Estão, a montante deste fenómeno, problemas como o crescimento do desemprego e da pobreza nos países de origem, bem como a guerra e a instabilidade política em muitos países. No entanto, o que determina os fluxos migratórios não são apenas as necessidades das pessoas, mas também as necessidades de mão de obra dos países que os acolhem, quer seja de forma legal ou ilegal.

Em Portugal, os imigrantes continuam a enfrentar o problema do reconhecimento de direitos iguais, havendo necessidade de legislação que possibilite a legalização dos imigrantes e de políticas de inserção, que respeitem as culturas de origem.

As questões que derivam das migrações não constituem, por si só, a marca do discurso intercultural. Este integrará necessariamente toda a dimensão cultural, não como fenómeno, mas como fazendo parte dos indivíduos que vivem num mundo multicultural e desenvolvem competências em várias culturas. Culturas essas carregadas de informação diferente que permite, a nível individual, a construção de uma visão própria do mundo, de uma versão própria da cultura, uma versão multicultural do mundo em que vivemos.

A interculturalidade não é a simples coexistência multicultural, pois inclui as interações e transformações que os indivíduos ou grupo, pertencentes a culturas diferentes, sofrem, quando entram em contacto.

O intercultural define-se assim, “enquanto processo, como um modo particular de interações e de inter-relações que se produzem sempre que culturas diferentes entram em contacto, bem como pelo conjunto de trocas e transformações que daí decorrem” (Albuquerque e al, 2000: 11). A este respeito, é de referir que “o multiculturalismo crítico implica uma visão integradora que pretende entender os mecanismos de opressão e discriminação, ou de liberdade e reconhecimento, em múltiplos aspectos e dimensões (Nash e Marre, 2001:37). Estas autoras referem também que, “do mesmo modo que o multiculturalismo implica um questionamento da homogeneidade cultural, também obriga a questionar a homogeneização de uma cultura masculina e, portanto, a estabelecer formas de reconhecimento de autoridade e credibilidade das vozes plurais das mulheres” (Nash e Marre, 2001: 44).

A partir das entrevistas, observa-se que a presença de culturas diferentes, por si só, não representa um problema:

*“ ...No meu prédio, tenho vizinhas de Cabo Verde, da Guiné e uma vizinha é cigana e damos todas bem” (Maria Sábado, 37 anos)*

No entanto, quando se juntam pessoas de diferentes culturas e de bairros diferentes, que não tinham nenhuma relação anterior, as questões étnico-culturais podem constituir um constrangimento. Para perceber o modo como esta questão é sentida pelas mulheres entrevistadas, apresentam-se alguns testemunhos:

*" A princípio, houve problemas com os ciganos e um rapaz cabo-verdiano, chegou até a haver confrontos.....foi só isso que eu notei, de resto não há problemas" (Margarida, 38 anos)*

*" Eu pessoalmente dou-me bem com as pessoas e nunca ninguém me fez mal, mas o mal disto, é que estão aqui pessoas de várias culturas, e de bairros diferentes e aquilo que umas estão habituadas a fazer as outras não gostam. E depois chocam-se umas com as outras." (Luísa, 42 anos)*

O bairro Casal da Mira constitui, de facto, uma realidade multicultural, onde interagem pessoas de diferentes origens, portadoras de referências culturais diversas<sup>122</sup>.

O processo intercultural passa por assegurar condições que coloquem os indivíduos, portadores de culturas diferentes, em relação satisfatória, com o objectivo de atenuar os efeitos nefastos desses encontros e retirar deles o que há de positivo. O intercultural não é a simples coexistência multicultural, pois inclui as interacções e transformações que sofrem os indivíduos ou grupos, pertencentes a culturas diferentes, quando entram em contacto. O intercultural introduz a noção de reciprocidade nas trocas, traduzindo a ligação (inter-penetração e inter-acção) (Clanet, 1993).

O intercultural define-se, assim, enquanto processo, como um modo particular de interacções e de inter-relações que se produzem sempre que culturas diferentes entram em contacto, bem como pelo conjunto de trocas e transformações que daí decorrem.

Uma mulher do Casal da Mira referiu a propósito desta questão:

*".....Os meus filhos vão ter que batalhar para serem aceites na sociedade, vão ter que batalhar para serem alguém e vão ter que fazer tudo e mais alguma coisa para terem todo o orgulho em seus valores. O meu filho, neste momento fala português e também fala crioulo. Ali naquela escola também tem crianças da Ucrânia, se puder falar ucraniano óptimo, não me vou importar com isso, só lhe vai fazer bem. "*  
(Eunice, 23 anos)

Outro conceito importante, que se prende com a interacção entre culturas, é o conceito de identidade, que é bastante complexo, pois corresponde a múltiplas intersecções de classe, etnia, género e sexo que fazem o indivíduo reagir de maneira diferente, homens e mulheres terão atitudes políticas não simplesmente com base no género, mas também conforme a etnia, a classe, o sexo, numa interacção complexa (Adler, 1996, Dugger, 1996 e Barnett, 1996).

Habermas entende identidade, como a estrutura simbólica que permite a um sistema da personalidade assegurar a continuidade e consistência na mudança das suas circunstâncias biográficas e, através das suas diversas posições no espaço social (Habermas, 1990). Como refere Madureira Pinto (1991)<sup>123</sup>, trata-se de um conceito “eminente relacional”, já que resulta do relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a multiplicidade de referências identitárias com que estes se deparam e através

---

<sup>122</sup> Vide Capítulo 1 – Contextualização do estudo /Caracterização sócio-demográfica da população

<sup>123</sup> Vide José Madureira Pinto (1991), *Considerações sobre a Produção Social de Identidade*”, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 32, pp. 217-230

dos quais se geram processos de “identificação/integração” ou de “identização/diferenciação” relativamente aos grupos sociais aos quais pertencem ou dos quais se distinguem.

A ilustrar esta questão, no Casal da Mira, apresentam-se algumas afirmações, nomeadamente de uma mulher portuguesa cigana:

*“Aqui só há 2 ou 3 ciganos. Eu pensava que nos prédios era mais sossegado, se eu soubesse que nos prédios era assim, nunca tinha saído das barracas, era melhor estar nas barracas do que aqui.....aqui não estou alegre, não estou contente, não estou nada.”* (Arlete, 51 anos)

A abordagem dos processos identitários exige uma análise de todos os factores sociais e culturais que envolvem os indivíduos e o modo como os mesmos se relacionam com a multiplicidade de referências identitárias com que se confrontam num dado momento e num dado contexto específico, uma vez que estas podem variar consoante as diferentes situações de relacionamento social.

A título de exemplo, referia uma mulher de origem cabo-verdiana e nacionalidade portuguesa, integrada num curso de formação profissional:

*“Às vezes, fico baralhada....houve uma feira de expressões lá na escola, e eu quando dei por mim estava a fazer tudo sobre Cabo Verde e não fiz nada sobre Portugal. Trouxe bonecas de Cabo Verde, para verem como se fazem as bonecas com a folha do milho, as bonecas de trapo... é que nem me lembrei de fazer as coisas da sociedade portuguesa, só fiz as coisas de Cabo Verde. São coisas que depois quando me dou conta fico mesmo balançada ou vou para um lado ou vou para o outro.”* (Eunice, 23 anos)

A produção de identidades constitui-se como um processo que “depende de aspectos sociais e culturais como as referências culturais dos indivíduos, os seus percursos realizados ao longo da vida, as suas situações concretas num dado momento particular e os objectivos ou estratégias sociais que vão desenvolvendo” (Gonçalves, 1994: 134).

Relacionando com as práticas quotidianas das mulheres residentes no Casal da Mira para se entender o processo de (re) construção das identidades locais e de produção das “pontes” que permitam a comunicação entre as diferentes unidades socioculturais do bairro e entre estas e a envolvente, contrariando assim o discurso exógeno dominante que coloca rótulos na população residente nestes bairros, criando uma imagem distorcida e estigmatizante, através da homogeneização da diferença social e cultural” (Antunes, 2001: 221).

Para ilustrar os percursos de vida de algumas mulheres, residentes no Casal da Mira, apresenta-se excerto da trajectória de vida de uma mulher Guineense, que ficou viúva muito cedo:

*“- Na Guiné era funcionária pública..... Em Portugal, foi tudo muito difícil, andei na apanha do tomate, por isso tenho problemas de saúde..... Quando morei na Buraca, tinha lá o meu negócio.....Fazia e vendia os meus petiscos..... foi isso que me ajudou a criar os meus órfãos. Eu pagava 75 contos, água, luz .....Depois consegui umas horas, nas firmas (em limpezas) para ter desconto na Segurança Social..... Próximo do realojamento, fiz um curso de auxiliar, mas não apareceu nada, voltei às limpezas outra vez.....Na parte da tarde, ganho 200 e tal €, vou a correr fazer umas horas, às vezes há uma senhora na Alameda e há outra em Queluz e há outra em Algés....corre muito, pago renda, pago água, pago luz. É muito difícil.” (Sabá, 45 anos)*

Assim, a heterogeneidade de referências culturais e de situações sociais que caracterizam o bairro tem influência no modo como se vê e se representa o espaço e nas formas como dele se apropriam os moradores, e, neste caso, as mulheres.

Os processos de (re) construção das identidades socioculturais são, assim, bastante complexos. Por um lado, existem múltiplas referências identitárias que cada uma das mulheres encerra em si própria e por outro há particular permeabilidade à mudança dessas identidades, através dos diferentes processos sociais pelos quais as mulheres passam ao longo da vida.

Sobre esta questão, Castells (2003) define identidade, relativamente aos actores sociais, como “o processo de construção do significado com base num atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado” (Castells 2003: 3) .

Este autor, partindo do princípio de que a construção social da identidade ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder, propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades, que podemos associar à identidades dos moradores do bairro Casal da Mira:

- identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais. Eventualmente, as instituições sociais, como sejam, as autarquias, representam esta forma de identidade;

- identidade de resistência: criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ ou estigmatizadas pela lógica da dominação,

desenvolvendo formas de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

- identidade de projecto: quando os actores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social.

Os processos de formação de identidades socioculturais encontram-se, assim, intimamente ligados à questão do confronto entre diferentes grupos sociais. O conceito resulta do relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a multiplicidade de referências identitárias com que estes se deparam e através dos quais se geram processos de identificação ou de diferenciação relativamente aos grupos sociais aos quais pertencem ou dos quais se distinguem.

Tendo presente o contexto da pesquisa, é de referir o conceito de identidade de bairro de que a população local é produtora e portadora, apresentada por Firmino da Costa (1999), como uma identidade colectiva, em dois sentidos, a identidade cultural como atributo identitário de cada um de um conjunto de indivíduos residentes no Bairro e a identidade colectiva, por se tratar de um perfil identitário pessoal partilhado.

A identidade colectiva inscreve-se, assim “nas representações simbólicas partilhadas por um conjunto de indivíduos, mas especificamente na medida em que se reporta a algo que nos padrões culturais prevaletentes entre eles, é representado como uma entidade colectiva singular” (Costa, 1999:110).

## **6 – A pobreza e exclusão social e contextos desfavorecidos**

A população realojada no Bairro Casal da Mira é oriunda de vários bairros de habitação degradada do município da Amadora, nomeadamente, do Bairro da Azinhaga dos Besouros. Quer nos bairros de barracas, quer nos de habitação social predominam famílias pobres, havendo a tendência para a constituição de “círculos de pobreza”<sup>124</sup> que

---

<sup>124</sup> A pobreza gera um círculo que impede a satisfação de necessidades básicas e a participação plena das pessoas na sociedade, dificultando o desenvolvimento das suas capacidades. Estes lugares não dispõem dos meios e oportunidades para que as pessoas saiam deste ciclo. Constituem territórios de exclusão que são estigmatizados e considerados reprodutores de situações de pobreza. Incluem uma multiplicidade de situações e de problemáticas – limitações de recursos económicos, baixas qualificações escolares e profissionais, precariedade de emprego, redes de marginalidade, mercados paralelos, dependências aditivas, entre outros – conducentes a diversos mecanismos de reprodução de condições de pobreza

funcionam numa lógica de auto-reprodução das condições de desfavorecimento. Verifica-se, assim, a concentração de indivíduos e famílias pobres em bairros de habitação social, o que contribui para uma grande densificação espacial e a emergência de inúmeros problemas sociais. Daí que a abordagem do fenómeno da pobreza e exclusão social seja pertinente.

Em Portugal, foram as reflexões de Manuela Silva e de Bruto da Costa que mais influenciaram o conceito de pobreza nos últimos anos, sendo esta entendida como uma situação de insuficiência de recursos, numa perspectiva multidimensional<sup>125</sup> que inibe uma participação no padrão de vida dominante na sociedade. (Bureau Internacional do Trabalho, 2003: 20).

Trata-se de um fenómeno “gerado pelo próprio sistema económico e socio- político orientado este como está, para a eficácia económica, a competitividade e a maximização da rentabilidade do capital financeiro no curto prazo, num horizonte de globalização da economia, forte desenvolvimento tecnológico, capital intensivo e total fluidez dos capitais” (Silva, 2000: 44)<sup>126</sup>.

A globalização das economias, as mutações registadas no mercado de trabalho, os fluxos migratórios e as alterações na composição e papel da família tornaram mais complexa a problemática da pobreza, quer através do surgimento de novas manifestações do fenómeno, quer do seu agravamento, em certos contextos.

A exclusão social pode ainda ser analisada enquanto caso extremo de um fenómeno mais amplo e preocupante que é o da desigualdade crescente e da elevada concentração do rendimento e da riqueza, que são inerentes às lógicas de funcionamento das economias contemporâneas, industrialmente avançadas.

Segundo Paugam (2003), o conceito de exclusão social sintetiza o conjunto heterogéneo de manifestações, caracterizando-se por três dimensões: a primeira é económica, incluindo as formas de precariedade ou de exclusão face ao emprego e a insuficiência crónica ou repetida de recursos, marca clássica da pobreza. Esta dimensão da pobreza é manifestada no discurso de muitas mulheres, quando se referem à mudança

---

persistente pela dificuldade em romper com teias da exclusão” (Plano Nacional de Acção para a Inclusão: 2006, 13 e 14).

<sup>125</sup> Com implicações em todas as áreas de existência das pessoas, das famílias e dos grupos.

<sup>126</sup> Comunicação no Colóquio Internacional “Portugal na transição do milénio”, realizado em 2000, organizado pelo Pavilhão de Portugal, Expo 98/ Instituto de História Contemporânea

resultante do realojamento, que nalguns casos agravou a situação, com o aumento das despesas:

*“Financeiramente, mudou para pior por causa da renda. A reforma do meu marido é baixa e eu, há dois anos que estou só com quatro horas de trabalho.....já pedi redução de renda..... O que vale é a ajuda de família, tenho duas irmãs fora, nos Estados Unidos, que me têm ajudado .....tenho que apertar o cinto e de que maneira! Há 4 meses atrás tive de pedir ajuda de fora, sem nunca poder pagar, não conseguia, de maneira nenhuma ”.* (Ermelinda, 51 anos)

A segunda dimensão é a do não reconhecimento de direitos sociais, mas também dos direitos civis e políticos. Esta dimensão pode expressar-se na situação de uma mulher, vítima de violência doméstica, mãe de três filhos, impossibilitada de trabalhar e sem acesso ao Rendimento Social de Inserção:

*“.....devido ao acidente não posso trabalhar e como não tenho documentos não tenho direito ao rendimento mínimo”* (Adelina, 34 anos)

A terceira dimensão é a das relações sociais, que remete para as formas agudas de desestruturação social e física que a crise económica e as situações de não direito desenvolvem nos indivíduos, nas famílias ou nos grupos sociais. Esta dimensão manifesta-se em particular na «desafiliação»<sup>127</sup>, que constitui a forma extrema da exclusão social. Este tipo de situações não aparece nos testemunhos das mulheres, mas existe no bairro Casal da Mira, havendo algumas situações de homens isolados que atingem esta dimensão do conceito de pobreza.

Assim, para Paugam (2003) nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que tem falta de bens materiais, corresponde igualmente a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que a experimentam. A pobreza é apreendida de forma negativa, como símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral (Paugam, 2003: 23, 24).

De acordo com este conceito, como refere Bruto da Costa (1998) podem observar-se vários tipos de exclusão social: de tipo económico (pobreza: privação por falta de recursos), de tipo social (solidão), de tipo cultural (minorias étnico-culturais), de origem patológica (do foro psíquico) e comportamentos auto-destrutivos (toxicodependência,

---

<sup>127</sup> Ruptura entre o indivíduo e o contexto social, analisada por Robert Castel (1995). A exclusão social significa a desintegração social, ao retirar a possibilidade de uma participação activa na sociedade, significando o não reconhecimento do indivíduo nessa mesma sociedade e inviabilizando o seu acesso ao exercício dos direitos humanos.

alcoolismo, etc.) Para este autor, o conceito de exclusão social relaciona-se com o de cidadania, cujo exercício pleno implica o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, compreendendo diversos domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. A exclusão social será o ponto último de um processo de afastamento indivíduo/sociedade (Costa, 1998: 14).

Como formas de exclusão mais persistentes pode referir-se: o desemprego estrutural; a ausência de rendimentos de indivíduos e famílias; a insuficiência dos esquemas de protecção e de segurança social e hábitos culturais; no entanto, algumas das formas de exclusão social não constituem situações de pobreza, o que leva a concluir que o conceito de exclusão social inclui o de pobreza, mas é mais amplo.

O fenómeno a que se chama hoje “nova pobreza” evoca mutações económicas e sociais da sociedade industrial do fim do século XX. O desemprego de longa duração, as dificuldades de acesso a um emprego estável para franjas crescentes da população e também as situações de isolamento ligadas a alterações dos modelos familiares explicam o aparecimento de novas categorias da pobreza nas sociedades. A modificação profunda dos modelos familiares, designadamente, o aumento de famílias monoparentais e a existência crescente de pessoas a viverem sós, é acompanhada com frequência de dificuldades de inserção social e profissional. A presença de famílias monoparentais no bairro é bastante significativa<sup>128</sup>, constatando-se, no discurso das mulheres, alguns problemas relacionados com essa situação:

*“Não tive coragem de aguentar aquela vida. Ele não me dava nada para o meu filho, nada para mim, e fazia-me a vida negra.”* (Joaquina, 36 anos)

A pobreza pode, também, ser vista em duas perspectivas. Por um lado, a perspectiva culturalista e, por outro lado, a perspectiva socioeconómica.

A culturalista, ou “culturas de pobreza”, teorizada por Oscar Lewis<sup>129</sup>(1985), corresponde aos modos de ser, de fazer e de sentir das pessoas, famílias ou grupos pobres. Sendo um resultado das condições materiais e sociais de vida interiorizada por esses grupos, contribuindo para sociedades muito fechadas, com padrões típicos de organização

---

<sup>128</sup> Vide caracterização socio-demográfica da população do bairro Casal da Mira /Tipos de famílias, no capítulo 1- Contextualização do Estudo.

<sup>129</sup> Oscar Lewis (1914-1970), antropólogo social norte-americano estabeleceu o conceito de cultura de pobreza no livro *Life in a Mexican VillageTepoztlán Restudied* (1951).

familiar e integração comunitária, formas de ocupação do espaço, percepções do tempo, formas predominantes de relacionamento com as instituições, sistemas de valores e orientações de vida peculiares, esquemas de gosto e de percepção específicos, modelos de consumo e de relacionamento com rendimentos escassos e irregulares, incapazes de sustentar projectos de vida alternativos, que simultaneamente permitem a adaptação à dureza das situações vividas e tendem a reproduzi-las. As teorias da cultura de pobreza partem do pressuposto da desorganização familiar, a desintegração do grupo, os valores da resignação e fatalismo como causas da pobreza persistente.<sup>130</sup>

A perspectiva socioeconómica assenta na privação ou insuficiência de recursos. Pode ser absoluta quando fundamentada nas necessidades básicas, ou relativa, quando baseada em padrões de rendimento. Nesta perspectiva, Bruto da Costa (2008) distingue três conceitos de pobreza: o conceito absoluto de pobreza procura definir um padrão de vida mínimo, considerado como suficiente para satisfazer as necessidades identificáveis pelos conhecimentos científicos existentes na altura, acerca das necessidades humanas básicas. Parte da identificação, por via normativa; O conceito relativo de pobreza parte do estado de desenvolvimento dos países, definindo-se uma linha de pobreza dada pelo rendimento médio das famílias e o conceito subjectivo de pobreza não tem linhas de pobreza quantificadas. É pobre, todo aquele que se sente como tal. Constitui uma ferramenta para se ter em conta o conceito de pobreza, que grupos relevantes da sociedade, e a sociedade em geral têm e a sua noção de necessidades básicas.

A vulnerabilidade à pobreza é, também, um aspecto a salientar. Não constitui, apenas a probabilidade objectiva de percursos de empobrecimento. Ela é também, com

---

<sup>130</sup> A teoria da cultura de pobreza tem sido alvo de muitas críticas. Pilar Monreal, no seu livro “Antropologia y pobreza urbana”(1996), sistematiza essas críticas, referindo que, do ponto de vista teórico, a teoria da cultura de pobreza não hierarquiza as características do fenómeno nem analisa o modo como cada factor ou elemento actua. Para os autores mais críticos, a pobreza deve ser definida em função da privação económica, da escassez de recursos ou da posição no mercado de trabalho e não em função dos valores culturais ou cognitivos. Confundem e não distinguem as características, efeitos e causas da cultura da pobreza (Eame y Goode, 1980; Leacock, 1971; Valentine B, 1978;). Leacock (1971) questiona não só o conceito de pobreza, mas também a relação entre o indivíduo e a cultura, pois contrariamente à teoria da cultura de pobreza, considera que o indivíduo, não só se adapta à cultura, como a transforma num processo contínuo, ao longo da vida. Roberts (1980) centra as suas críticas na subestimação que a teoria tem relativamente à actividade e participação dos pobres na vida económica, política e social das cidades, considerando aqueles incapazes de melhorar a sua situação.

alguma frequência, a aprendizagem da “desqualificação social”<sup>131</sup> e, por vezes, a habituação inicial à estigmatização e à inferiorização, à perda de dignidade e de estatuto, o que quer dizer que a pobreza objectiva e a subjectiva nem sempre se articulam, a mera situação de vulnerabilidade já tende a reagir sobre representações e comportamentos e a ter, por vezes, efeitos de conformismo e confirmação.

Na abordagem da pobreza e exclusão social consideram-se vulneráveis à pobreza as pessoas classificáveis nas categorias sociais e sócio-económicas mais atingidas pelo fenómeno. (Capucha, 1998) distingue-se, genericamente, dois tipos de categorias. As categorias que geralmente integram a chamada “pobreza tradicional”, normalmente integrada e conformista: camponeses da agricultura tradicional; idosos pensionistas; trabalhadores desqualificados e pior remunerados da agricultura, da indústria e dos serviços, principalmente quando se inserem em sectores informais da economia e por estarem em situação de precariedade relativamente aos seus dos vínculos contratuais. As categorias que geralmente integram os fenómenos típicos da “nova pobreza”, geralmente mais problemática e excluída e que é influenciada pelas conjunturas: desempregados de longa duração; jovens à procura do primeiro emprego; as famílias monoparentais; os membros de minorias étnicas; os doentes crónicos; pessoas com deficiência; toxicodependentes; alcoólicos; as pessoas sem abrigo; os “meninos de rua”; os reclusos e ex-reclusos; os “jovens em risco” e as pessoas que vivem em situações de marginalidade ou pré-marginalidade. (Capucha, 1998:6),

A pobreza pode, assim, ser considerada como um fenómeno multidimensional que não se confina nem se esgota na escassez de rendimentos, manifestando-se de forma diferenciada consoante o contexto económico-social e assume especificidades próprias, em determinados grupos populacionais.

Em termos demográficos, o fenómeno da pobreza não é neutro. De facto, é possível identificar subgrupos da população particularmente vulneráveis à pobreza, quer em termos de idade – as crianças e os idosos – como em termos de género – as mulheres.

---

<sup>131</sup> Conceito desenvolvido por Serge Paugam (2003), que sublinha o estatuto social inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade dos que experimentam a exclusão social e que influencia o modo como o indivíduo se relaciona com a sociedade. A pobreza é apreendida de forma negativa, como símbolo do fracasso social e traduz-se, muitas vezes, em termos da existência humana, por uma degradação moral.

A importância da pobreza no feminino, quer pela sua dimensão como pelas suas implicações, sugere a necessidade de um conhecimento deste fenómeno.

A feminização da pobreza, noção introduzida por Diana Pierce, em 1978<sup>132</sup>, chamou a atenção para a realidade da pobreza no feminino que, paradoxalmente, se traduz por um agravamento da situação das mulheres, contrariamente ao que se passa com os homens, embora se verifique uma crescente participação destas na actividade económica. Esta realidade sublinhou, inevitavelmente, a importância da perspectiva do género nos estudos sobre a pobreza. É neste âmbito que se insere o estudo de Pereirinha e al (2007)<sup>133</sup>. Os autores do estudo, tendo como referência a PAP<sup>134</sup> e a multidimensionalidade do fenómeno da pobreza adoptaram um conceito de mulher pobre transversal a vários domínios. Assim, “a pobreza no feminino passa a ser entendida não só em termos de ausência ou falta de recursos económicos (pobreza monetária), mas em função de múltiplos aspectos do bem-estar que integram especificidades associadas à mulher. Desta forma, é possível encarar a pobreza como um estado de privação<sup>135</sup> em termos de bem-estar” (Pereirinha e al, 2007:7).

Portugal apresenta, no contexto da UE, uma das maiores taxas de actividade feminina. Em termos de profissão, as mulheres desempenham sobretudo funções nos sectores tradicionais do comércio, do alojamento, da restauração e nos serviços sociais e pessoais. A par da participação crescente das mulheres na actividade económica, assiste-se ao desenvolvimento de formas contratuais mais flexíveis e de vínculo precário.

---

<sup>132</sup> In Pierce, Diana (1978), *The feminization of poverty, women, work and well fare*, Urban and Social Change Review, pg. 28-36

<sup>134</sup> PAP – Plataforma de Acção de Pequim, adoptada pelos países na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, organizada pelas Nações Unidas, realizada em 1995.

<sup>135</sup> Os estudos clássicos sobre a pobreza centram-se na observação do agregado familiar. Exploram exaustivamente o conceito de pobreza de cariz monetário, resultante da escassez de recursos monetários, negligenciando outras áreas de carácter material ou imaterial ou mesmo de cariz subjectivo que, conjuntamente com o rendimento, traduzem o carácter multidimensional do fenómeno da pobreza. Tal como é referido por Pereirinha e al (2007), os trabalhos de Peter Townsend, a partir dos anos 70 vieram introduzir o conceito de privação, constituindo uma nova vertente nos estudos sobre a pobreza, a partir da análise directa das condições de vida dos indivíduos, realçando a pluridimensionalidade do fenómeno da pobreza e exclusão social.

Muitas mulheres residentes no bairro Casal da Mira apresentam uma realidade em tudo semelhante<sup>136</sup>, com uma elevada taxa de actividade, baixas habilitações literárias e, no que se refere às profissões, destacam-se o sector das limpezas e o comércio informal<sup>137</sup>. Os rendimentos são bastante baixos, existindo muitas situações em que são elas que auferem o único rendimento na família. Para assegurarem o sustento da família, muitas delas trabalham em vários locais, o que as obriga a sair de casa, muito cedo e regressar muito tarde. A precariedade e as más condições de trabalho caracterizam a realidade profissional de muitas mulheres residentes no bairro.

Outro aspecto assinalado no estudo de Pereirinha e al (2007), é o facto do número de famílias monoparentais<sup>138</sup> ter vindo a crescer, no nosso país. Estes agregados são particularmente vulneráveis à pobreza, uma vez que muitos deles dependem exclusivamente do rendimento materno.

O mesmo acontece, no Casal da Mira, o número de famílias monoparentais (mãe com filhos) é muito significativo. No universo do bairro é de cerca de 23% e relativamente à amostra do estudo, das 23 mulheres entrevistadas, 9 integram famílias monoparentais.

A ilustrar estas situações, apresentam-se alguns testemunhos de mulheres, residentes no Casal da Mira, alvo da pesquisa:

---

<sup>136</sup> Vide caracterização da amostra do estudo no Capítulo 1.

<sup>137</sup> A economia informal predomina nestes contextos. Muitas mulheres dedicam-se à venda de produtos, designadamente a venda de peixe, como forma de angariar rendimentos para a sua subsistência e dos filhos ou como complemento do rendimento proveniente do trabalho em limpezas.

<sup>138</sup> De acordo com o Karin Wall e Cristina Lobo (1999), família monoparental é um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe sós (sem conjugue) e com um ou vários filhos solteiros. A expressão “família monoparental” surgiu em França, em meados dos anos 70, introduzida por sociólogas feministas que adaptaram o conceito “lone parent”, já trabalhado nos países anglo-saxónicos desde os anos 60. O emprego da categoria “família monoparental”/família de pai ou mãe sós” teve consequências importantes, nomeadamente, a introdução nas estatísticas de recenseamento de uma rubrica “famílias monoparentais” chamou a atenção para a importância numérica deste tipo de agregado doméstico e permitiu uma nova abordagem da maternidade fora do casamento, contribuindo para fazer sair as famílias de mães sozinhas do anonimato e para as colocar a um nível idêntico ao das famílias conjugais tradicionais; Ao dar mais visibilidade jurídica aos pais e mães sós, veio encorajar a adopção de medidas de política social e familiar para este tipo de famílias. A generalização do conceito levou também ao desenvolvimento de uma área de pesquisa, neste âmbito.

*“.....na parte da tarde, ganho 200 e tal €, pago renda, pago água, pago luz, vou a correr fazer umas horas, às vezes há uma senhora na Alameda e há outra em Queluz e há outra em Algés.....corre muito.....nunca tive férias”* (Sabá, 45 anos)

*“ ....Tenho a minha irmã que me dá 40€, todos os meses, pois tenho de pagar luz, tenho de pagar água....Quando vem o dinheiro da baixa tenho de pagar as despesas. A minha irmã também ajuda quando precisa de remédios para o coração, que eu não pode estar sem eles.”* (Domingas, 47 anos)

*“Em Cabo Verde trabalhava na Embaixada, no arquivo, em Portugal trabalhei sempre em limpezas....neste momento eu estou mais limitada por causa das dificuldades financeiras. A despesa aqui foi de tal maneira que não dá!”* (Benvinda, 58 anos)

Estas três situações reflectem vários problemas, que se prendem com a insuficiência de rendimentos, trabalhos precários e a tempo parcial, e, por vezes trabalhando em mais do que uma empresa ou patrões. No caso de Benvinda, a situação agravou-se porque foi-lhe aplicada uma renda muito elevada - 309,70€<sup>139</sup>.

Nas famílias economicamente mais carenciadas, a preponderância do poder dos homens é também notória, o que se traduz, num número significativo de casos de violência doméstica. A título de exemplo, uma mulher do Casal da Mira referia:

*“Tenho sofrido muito.....Agora, aqui está muito complicado, porque estou assim sem poder trabalhar e como não tenho documentos não posso pedir o rendimento mínimo, dependo do que ele dá, quando dá para os filhos”* (Adelina<sup>140</sup>, 34anos)

*“ .....sempre que eu preciso de dinheiro antes do fim do mês, porque com dois filhos, às vezes o dinheiro não chega até ao fim do mês, os patrões dão sempre adiantado.....às vezes é um bocadinho atribulado; recebo, não recebo, às vezes há atrasos nos pagamentos, mas temos que superar.”* (Genoveva, 24 anos)

---

<sup>139</sup> O valor das rendas é calculado, no momento do realojamento, em função dos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar. Quando o valor calculado ultrapassa o preço técnico, aplica-se este. Neste caso há uma filha adulta que consta do agregado, cujo vencimento foi contabilizado à data do realojamento, mas que não contribui para o pagamento da renda, tendo uma vida instável com ausências na casa. Esta situação é frequente, filhos adultos que não contribuem para a renda, tornando-se uma situação difícil para os pais. Por outro lado, de acordo com a lei, no cálculo de renda contabilizam-se os vencimentos ilíquidos, que não corresponde àquilo que, na realidade as pessoas recebem.

<sup>140</sup> Esta mulher, cabo-verdiana não trabalha há cerca de dois anos, devido a um acidente motivado por violência doméstica e anseia por ficar boa para poder trabalhar. Não recebe subsídio de doença nem recebe RSI, porque não tem “Autorização de Residência”, dependendo economicamente do companheiro agressor.

No caso de Genoveva, trata-se de uma família monoparental, tendo esta mulher, dois filhos a cargo, cujos pais não contribuem para as despesas com os filhos.

*“.... Eu nunca pensei que seria despedida, desde essa altura eu já não conto com o futuro como contava.....Para mim sair da fábrica, foi uma desilusão muito grande.....quando acabar o subsídio de desemprego, como vai ser?. ” (Clarisse, 47 anos)*

Clarisse com 47 anos, tem dois filhos menores a cargo e ficou desempregada sem perspectivas de futuro.

Sobre esta temática, as assistentes sociais entrevistadas, no âmbito da pesquisa, manifestam ter a percepção de que as mulheres residentes nos bairros de realojamento social da Amadora, têm, em geral, um papel primordial na família e em especial na educação dos filhos, pois são elas que tratam da casa, dos filhos ou de idosos dependentes. Consideram, também que grande parte destas mulheres têm baixas expectativas em relação a si próprias e à sociedade, apresentando um deficit ao nível dos direitos de cidadania, apontando alguns caminhos, como se pode observar pelas afirmações de duas assistentes sociais entrevistadas, que se seguem:

*“ Devemos intervir com as pessoas no sentido de as incentivar a procurar emprego, a aumentar competências, a fazer formação profissional e encontrar alternativas, com vista à sua autonomia e exercício da cidadania.”AS4*

*“ o serviço social deve facilitar o estabelecimento de relações positivas e adequadas, quer ao nível micro (familiar, vizinhança, comunidade local), quer ao nível da comunidade mais alargada, através de um trabalho de proximidade, potenciando pontes para um maior desenvolvimento das capacidades pessoais, nomeadamente, formação e emprego” AS 8*

Pode então afirmar-se que o quotidiano das mulheres pertencentes a famílias de baixos recursos é muito intenso e duro, sem tempo livre e com uma baixa qualidade de vida com reflexos na saúde. Acresce também a falta de equipamentos públicos de apoio quer para as crianças como para os idosos.

Assim, o contexto familiar em que a mulher se insere, no decorrer do seu ciclo de vida, poderá reflectir as suas maiores/menores fragilidades perante o fenómeno da pobreza nas suas múltiplas dimensões.

Efectivamente, as mulheres constituem um dos grupos específicos de maior vulnerabilidade à pobreza, nomeadamente, “.....as mulheres que constituem uma família monoparental, com crianças a cargo; as mulheres que auferem rendimentos bastante

baixos; as mulheres com baixos níveis de escolaridade; as mulheres com contratos de trabalho precários ou de tempo parcial; as mulheres desempregadas em idade mais avançada.....as mulheres imigrantes...” (Pereirinha e al, 2007:12).

Como notas conclusivas do presente capítulo, poderão salientar-se algumas das ideias-força, como o forte sentido de comunidade, manifestado pelas mulheres, relativamente ao bairro de origem, que era sentido como mais seguro na percepção das pessoas porque as redes de vizinhança e os laços de solidariedade eram muito fortes. O espaço era aberto, enquanto que no novo bairro é bem mais fechado. Verifica-se um sentimento de isolamento, pelas características do bairro e também por terem sido afectadas as redes de vizinhança. Também é transmitido medo, resultante da insegurança que se vive no bairro, no entanto, a mudança resultante do realojamento, para alguns foi um factor de motivação para o trabalho, como forma de fazer face ao acréscimo de despesas. Verificou-se também a subida da auto-estima de algumas pessoas devido à nova casa e a influência de uns sobre os outros.

Outro fenómeno presente no discurso das mulheres é a violência urbana/violência Juvenil<sup>141</sup>, que se faz sentir no bairro, traduzida nos comportamentos juvenis, com manifestações de violência e distúrbios, sobretudo durante a noite.

---

<sup>141</sup> A violência urbana, associada à delinquência e insegurança, tornou-se um tema recorrente nos debates actuais sobre a cidade, mas continua a ser um conceito impreciso e variável. Esta ambiguidade abrange também a violência protagonizada pelos jovens, apesar de as estatísticas evidenciarem um crescimento da delinquência juvenil não se faz a leitura da sua configuração, motivações, processos, formas de agir e alvos a atingir. A violência urbana pode constituir, ao mesmo tempo, um meio de reforço da identidade do grupo e um meio de afirmação social.

Os bairros sociais estão concentrados em determinadas áreas geográficas com características construtivas mais ou menos semelhantes e os seus residentes, designadamente os jovens, desenvolvem determinado tipo de sociabilidades e delinquência de exclusão.

Segundo José Machado Pais (Culturas Juvenis, 1996) é nesta fase da vida que têm lugar grande maioria de fenómenos desviantes. Determinadas culturas juvenis poderão ter representações, valores e normas que não coincidem com aquelas que dominam o mundo dos adultos. No entanto, nem todos delitos cometidos são considerados crimes.

A expressão “violência urbana” abrange um vasto tipo de comportamentos que podem ir desde a grafite ao insulto, do incêndio de caixotes do lixo ao lançamento de pedras, vidros partidos. Estes actos juntos formam o chamado “motin”.

Surgem, também críticas às políticas da autarquia, que incidem, essencialmente na falta de equipamentos e serviços no bairro, nomeadamente a inexistência de comércio de proximidade, enquanto as lojas destinadas a esse fim continuam desocupadas por não surgirem compradores, devido aos preços elevados definidos nos concursos de venda que ocorreram. De referir que as lojas têm sido alvo de vandalização por jovens com comportamentos desajustados.

Está presente no discurso das mulheres o problema da pobreza, como insuficiência de recursos e déficit de cidadania, salientando-se a ideia de que este fenómeno se reflecte de forma mais intensa em relação às mulheres.

Com base na pesquisa, é de destacar a ideia de que o realojamento, só por si, não resolve o problema da pobreza e exclusão social, podendo, até desencadear a emergência de outros problemas. Assim, há que considerar a necessidade de se encetar mudanças ao nível das políticas globais de promoção da coesão social e, tal como refere Castel (1995), as políticas institucionais consideradas universais para a inclusão na cidadania são mediações fundamentais de fortalecimento de grupos e pessoas nas relações com o Estado. Na sua operacionalização, no entanto, podemos constatar inserções diferenciadas por classe, género, cultura, idade, criando-se uma segunda zona de cidadania.

No que se refere aos bairros de realojamento, há que pensar, de uma forma integrada, o problema da exclusão social de populações minoritárias, promovendo políticas integradas, tanto a nível dos fins a que se destinam, como ao nível dos meios (recursos financeiros, organismos e corpos técnicos) que se pretendem mobilizar.

---

Fontes: Pais, José Machado (1996), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda e Guerra, Isabel e al, (2004), *Construção de identidades, imagens e expectativas dos jovens em contextos de realojamentos*, in Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios, Campus Gualtar, Braga

## Capítulo 4 – GÉNERO, FAMÍLIA, CIDADANIA E MULTICULTURALISMO

De acordo com o objecto de estudo da pesquisa, apresenta-se um capítulo sobre as questões de género, nas suas diferentes dimensões e implicações, uma vez que se pretende perceber as dinâmicas do bairro Casal da Mira, através das práticas do quotidiano das mulheres aí residentes. A igualdade de género assume grande importância na construção dos poderes sociais (Mackinnon, 1989) e prende-se com o conceito de cidadania plena, que passa por dar voz e poder às mulheres.

No primeiro ponto do capítulo clarifica-se o que se entende por género, destacando-se os contributos de Lena Dominelli (1989, 1990, 1998/9, 2002, 2006 e 2008) como autora de referência sobre esta temática. Realça-se a teoria da acção comunicativa de Habermas que proporciona uma análise reflexiva a forma expressiva de comunicação das mulheres. Ainda no primeiro ponto, aborda-se a cidadania e os direitos sociais, como factores essenciais do desenvolvimento de estratégias de fortalecimento nas relações, das mulheres como sujeitos.

O segundo ponto do capítulo incide na interdisciplinaridade do saber, na compreensão das questões de género. Assim, incluem-se contributos de várias disciplinas, designadamente, da psicologia, da sociologia, da antropologia e do Serviço Social.

De acordo com vários estudos demográficos<sup>142</sup>, a família tem vindo a sofrer grandes transformações, quer no que se refere aos papéis, quer relativamente à estrutura pelo que se apresentam alguns aspectos destas transformações no ponto três deste capítulo.

O multiculturalismo<sup>143</sup> e as questões de género são também parte integrante do ponto quatro do presente capítulo, uma vez que o contexto do estudo é uma realidade multicultural.

---

<sup>142</sup> Revista Estudos Demográficos, Família, nº 33 (Junho de 2003)

<sup>143</sup> A perspectiva de multiculturalismo aqui referenciada, defendida por Nasch e Marre (2001)

parte do princípio que as minorias culturais e as mulheres estão numa situação de desigualdade com o domínio homogeneizador do grupo cultural maioritário. Prende-se com uma visão dinâmica relacional e complexa, implicando uma visão integradora que pretende entender os mecanismos de opressão e discriminação, ou de liberdade e reconhecimento, nas várias dimensões. Para Kinchloe y Steimberg, a pedagogia do multiculturalismo crítico significa reflectir em torno de múltiplos mecanismos de articulação das opressões raciais, de classe social e de género que se produzem e reproduzem através da

Com base no perfil da população residente no Casal da Mira, que, em termos numéricos é muito significativa a população oriunda dos PALOP(s), considerou-se importante incluir um ponto, intitulado “ A imigração feminina e a sua tradução no contexto do estudo”, associando as questões da imigração com as estruturas familiares.

O género na definição das políticas é a questão abordada no ponto seis, onde se faz referência a algumas das políticas com vista à igualdade de género, nomeadamente o III PNI - Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género, que se enquadra nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, entre os quais se destacam a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção para a eliminação de todas as discriminações contra as mulheres e o seu protocolo opcional (ONU, 1999); a Carta Social Europeia e a Plataforma de Acção de Pequim (1995).

## **1 – Género e cidadania**

O género é um conceito ligado aos atributos sociais que são aprendidos ou adquiridos durante a socialização enquanto membro de uma dada comunidade. Sendo estes atributos comportamentos aprendidos podem e variam ao longo dos tempos e entre culturas. Género refere-se, assim aos atributos sociais, papéis, actividades, responsabilidades, poderes e necessidades relacionadas com o facto de se ser homem (masculino) ou mulher (feminino) numa dada sociedade e num dado tempo, enquanto membro de uma dada comunidade específica dentro de uma sociedade. As identidades de género da mulher e do homem determinam a forma como são entendidos e como se espera que pensem e ajam<sup>144</sup>.

A situação de dominação ou submissão nas relações de género masculino e feminino também não é um facto natural, mas acontece no processo das relações sociais. As relações sociais de género vão evidenciar-se nas funções exercidas pelo masculino e pelo feminino nos processos de produção e reprodução da vida.

---

construção de conhecimentos, valores e identidades numa multiplicidade de âmbitos sociais (Kinchloe y Steimberg, 1999)

<sup>144</sup> Cf. Gender in Development Programme (2001) Learning & Information Pack Gender Analysis, United Nations Development Programme. Pp 68

As temáticas dos estudos feministas e de género estão associadas tanto às grandes fases do feminismo<sup>145</sup> como aos contextos e problemas que lhes suscitaram. O feminismo tem sido delimitado por etapas históricas, distinguindo-se três grandes fases: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nómadas.<sup>146</sup>

O conceito de género surgiu internacionalmente, pela primeira vez, na considerada segunda vaga do feminismo, em 1972, em pleno activismo das décadas de 1960 e 1970, com Ann Oakley, na obra *Sex., Gender and Society.*, cumprindo o objectivo político e conceptual de problematizar as diferenças entre homens e mulheres fora da esfera da biologia (Amâncio, 2003).

Dominelli (2006), defende que o conceito de género deve ser entendido como um elemento crucial nas identidades socialmente construídas e assenta numa díade binária que se constitui e é constituída por homens e mulheres. As relações entre os sexos são estabelecidas dentro das comunidades e configuraram as categorias de homens e mulheres nessa díade binária de superioridade e inferioridade que favorece os homens e propaga um défice no modelo da mulher, apresentado como falta dos atributos positivos atribuídos aos homens. Este “acordo” entre homens e mulheres é tido como natural e imutável. Definir como diferença inferior e agir sobre essa presunção cria relações opressivas claramente tendentes a perpetuar um desequilíbrio favorável à representação social do homem.

A opressão é a negação sistemática dos direitos individuais e colectivos das pessoas através de relações de dominação ou de desigualdade. Estes dividem-se em duplas binárias em que uma parte é superior e outra é inferior. E são localmente e especificamente configuradas através de interacções diárias (Giddens, 1992).

---

<sup>145</sup> O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão manifesta-se tanto a nível das estruturas como das super-estruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais (Canôas, 1997: 48,49). O feminismo pode ser considerado “um movimento de procura da compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objectivo melhorá-las e lutando por esse objectivo. Procura eliminar as desigualdades” (Gordon<sup>145</sup>, 1986, citada por Nunes, 1997:38).

<sup>146</sup> Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (1): 173-186, Janeiro –Abril/2008

Para Dominelli (2002), as desigualdades das relações sociais dependem de interacções sujeito-objecto no qual o sujeito consegue impor a sua visão do mundo sobre o objecto ou a definição dessa visão de mundo como um estado natural das coisas que não precisa e não podem ser alteradas. Esta dinâmica é central na (re) produção de relações opressivas, que Foucault (1990) considera essencial para a internalização das normas dominantes e garante o consentimento dos povos oprimidos à sua opressão. Nas relações igualitárias, as interacções são baseadas em ambas as partes, reconhecendo os respectivos estatutos. As pessoas agem como sujeitos, ou seja, criadores da sua própria realidade.

As relações de opressão de género são reproduzidas através de interacções sociais em que homens e mulheres aceitam as diferenças entre eles como que significando numa hierarquia de valor em que os homens são privilegiados. No entanto, sugere Dominelli (2006), as mulheres podem transformar as suas posições, unindo-se e organizando-se para dar força ao poder das mulheres na promoção da mudança do seu mundo, de acordo com seus próprios desejos.

No plano dos direitos e dos deveres, há que ter em conta as situações particulares em que são exercidos e os factores implicados na sua concretização, em que o género tem grande importância. Para além das importantes conquistas civis e políticas, importa também uma cidadania plena para as mulheres, que inclua o que é nitidamente feminino, o que aponta para a importância das identidades, acentuando as diferenças.

Para Frazer “os processos dominantes em que se tem estruturado a construção social da identidade feminina sob a égide do patriarcado, mantêm-se ligados à ideologia com a separação da produção como esfera material e, portanto, económica e a reprodução como esfera simbólica e não material” (Frazer, 1994:202). Para esta autora, a existência da dicotomia entre produção material e reprodução não material é ideológica, servindo para legitimar, como trabalho não pago, a maternidade, cuidados com as crianças, velhos e/ou doentes.

Será também importante tecer algumas considerações sobre a teoria de Habermas (1990) da acção comunicativa, que aponta para uma racionalidade que tem muito a ver com a cultura feminina e a inter-relação das mulheres com o mundo e a vida. Para Habermas (1990), a razão de ser de todo conhecimento gira à volta da emancipação dos indivíduos, que pode ser encorajada pela auto-reflexão crítica sobre a sua prática. Este sociólogo considera que se verifica na contemporaneidade a “mudança de paradigma da razão centrada no sujeito para a razão comunicacional” (Habermas, 1990:281).

A razão comunicacional traduz-se no processo de interacção indivíduo/sociedade, onde Habermas (1990) encontra os fundamentos da identidade individual, considerando a identidade o objectivo último da socialização.

Esta mudança de paradigma vem trazer ao pensamento contemporâneo valores e sentidos que permaneciam ocultos no paradigma positivista, pela necessidade deste em demonstrar a verdade, pretensamente objectiva. Tais abordagens permitem constatar, ainda, que os fundamentos do saber, da compreensão das pessoas e da interpretação do mundo estão a mudar, colocando em questão princípios que pareciam intocáveis.

Habermas interessa-se pela explicação do processo de interacção que fundamenta a identidade individual e que é, simultaneamente, um processo de aquisição de competências universais, em que se inclui a competência comunicativa.

As mulheres residentes no Casal da Mira, enquanto sujeitos de intervenção do Serviço Social, constituem um grupo social, precário do ponto de vista económico, profissional, sócio-cultural e político, cuja discriminação assenta, em grande parte no género.

O modo como estas mulheres vêem, sentem e interagem com a realidade, irá, por certo, influenciar a construção das dinâmicas que se vão desenvolver e confluir para a reconfiguração das identidades das mulheres no contexto do bairro. Podemos entender esta dimensão à luz da teoria da acção comunicativa de Habermas, na medida em que é na explicitação do processo de interacção indivíduo/sociedade que se encontram os fundamentos da identidade individual. Esta teoria aponta, como vimos, para uma racionalidade que tem muito a ver com a especificidade da inter-relação das mulheres com o mundo da vida e com a sua forma expressiva de relacionamento com o outro, o que a leva a expressar os seus afectos e a adquirir uma empatia natural, uma enorme capacidade de compreensão do outro.

Reportando-nos ao Casal da Mira, é também de salientar a competência comunicativa manifestada pelas mulheres, designadamente no seu contacto com as diversas instituições e serviços, como, Câmara Municipal, Segurança Social, Escolas, Centro de Saúde ou o Banco Alimentar, em que são elas que apresentam e negociam apoios e resolvem problemas, para além dos vários expedientes utilizados para angariar proventos para o orçamento familiar desde trabalhar em mais do que um local, a venda de produtos diversos e a ajuda de familiares. Mobilizam-se, também, como interlocutores para resolver problemas de vizinhos ou problemas do prédio, onde moram ou do próprio bairro.

Como defende Dinah Ferreira, para a aquisição da competência comunicativa, é necessário recuperar o saber e conquistar o agir femininos (Ferreira, 1997:107). Esta questão pode aplicar-se às mulheres entrevistadas no Casal da Mira, na sua interação com o meio.

Para situar estes aspectos, na realidade estudada, apresentam-se alguns excertos de entrevistas, que traduzem o sentir das mulheres relativamente ao novo bairro:

*“...Senti-me muito isolada, quando mudei para aqui, mas já fiz novas amigas .....depois viver em prédios, não dá para nos encontrarmos com facilidade, eu quase não vejo a minha vizinha do lado, mas aqui no prédio tentamos ser solidários, principalmente no meu patamar nós damos-nos muito bem, eu não tenho comida vou comer a casa da Tia Palmira”* (Margarida, 38 anos)

*“Foi muito chocante a mudança, ficou tudo tão espalhado que nem sequer dá para nos visitarmos ao fim do dia. A minha tia está sempre a reclamar que eu estava sempre na casa dela e agora não apareço, mudou completamente a vida das pessoas. Então agora alguma vez eu vou tocar à campainha das pessoas à 1 hora da manhã, só para dizer que já cheguei, nem pensar. Só a minha tia que mora no rés do chão do nº 2 é que eu continuo a bater no estore, quando chego, para ela saber”* (Eunice, 23 anos)

*“Adapti-me bem ao bairro, porque eu sou uma pessoa muito comunicativa, e não gosto de ver ninguém mal, gosto de ajudar as pessoas e preocupo-me com o que se passa, já na Quinta da Lage, o contacto da Câmara era o meu..... Eu gostava de ter uma actividade com crianças ou com idosos, gostava de colaborar.....relativamente aos serviços, como a Câmara, a Segurança Social, ou a Saúde deixam a desejar um bocadinho. Na Segurança social, eu gosto muito da Drª, ela tem me resolvido muitas situações ..... eu tenho lá um processo grande porque sempre fui ajudada .....Quanto à Saúde, gosto muito da minha médica no Posto Médico da Venda Nova”.* (Mónica, 45 anos)

Na abordagem às questões de género e no desenvolvimento de estratégias de fortalecimento nas relações, das mulheres como sujeitos, a construção da cidadania e a institucionalização dos direitos sociais são fundamentais.

Com efeito, a cidadania é um conceito histórico, filosófico e político bastante importante, que não deve ser esvaziado do seu conteúdo<sup>147</sup>. De acordo com Ferreira (2011:57), “(...) para Marshall, a cidadania baseia-se numa progressão de direitos civis, políticos e sociais que são satisfeitos pelo Estado através de programas sociais. Os direitos civis são necessários para assegurar a liberdade do indivíduo de intervir. Os direitos sociais

---

<sup>147</sup> Segundo Bruto da Costa, cidadania “traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, (...) agrupados em cinco domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas” (Costa, 1998:14).

compõem um sub conjunto de direitos, ou seja direito ao bem-estar, rendimento social de inserção, direito à participação e viver civilizadamente segundo os standards de uma sociedade organizada. Marshall considera que a expansão dos direitos de cidadania se desenvolve através do conflito no seio da sociedade civil. Perspectiva assimilada por diferentes grupos profissionais que seguem uma abordagem de *empowerment*” (Ferreira, 2011:57).

Na perspectiva apresentada, Fernando Casas<sup>148</sup> aborda a cidadania, como uma construção política que corresponde a uma estratégia de criar cidadãos, considerando-a uma realidade dinâmica que tem avanços e retrocessos, fruto de conquistas, pois os direitos resultam de convulsões e lutas sociais enfrentando resistências relativamente ao reconhecimento dos mesmos. A cidadania também varia com o tipo de regime e vontade política, pois, esta passa pelo estabelecimento de instituições e serviços para concretizar os direitos, sendo necessário que as políticas sociais incluam a perspectiva de género, classe, etnia, com vista à correcção das desigualdades.

## **2 - Interdisciplinaridade do saber na compreensão social das questões de género**

Como se sabe, a realidade social é pluridimensional e, por isso, susceptível de ser abordada de diferentes maneiras pelas diversas ciências sociais. Estas mantêm entre si relações de interdependência na abordagem aos fenómenos sociais. As diferentes ciências analisam as mesmas realidades, os mesmos fenómenos "sociais totais", embora cada uma delas, privilegiando uma perspectiva própria de análise. Neste contexto podemos afirmar que o social é único, o que varia são as dimensões a privilegiar assim como as diversas maneiras de o abordar dependendo dos interesses que orientam o investigador em ciências sociais, de acordo com a sua específica abordagem ao nível da realidade social.

Quando pretendermos estudar um determinado fenómeno social, devemos considera-lo na sua multiplicidade de aspectos e procurar várias perspectivas de análise que possam contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno, através de um intercâmbio entre as várias disciplinas que mantêm entre si múltiplas relações de interdependência. O conhecimento dos fenómenos sociais só se constrói mediante a

---

<sup>148</sup> Comunicação no I Congresso de Serviço Social, promovido pelo ISSS-Universidade Lusíada, em Novembro de 2008

complementaridade de perspectivas, pois só deste modo o objecto de estudo em questão poderá ser compreendido e explicado na sua globalidade e complexidade intrínsecas.

O conceito de género começou a surgir em textos e artigos científicos de várias ciências sociais enquanto um conceito inovador com um cariz fortemente cultural, que se diferenciava da categoria analítica de sexo, puramente biológica. De facto, definiu-se género enquanto significações e expectativas social e culturalmente associadas a comportamentos de cada sexo num determinado espaço e tempo. O género e a identidade de género do indivíduo constroem-se e reconstroem-se ao longo da sua biografia, na e com a interacção com os outros, em que o(s) masculino(s) e o(s) feminino(s) não têm o mesmo peso, valor e significado. (Maciel, 2010:15).

Com base na interdisciplinaridade das ciências sociais e reconhecendo a importância do conceito de género e a sua tendência teórica e epistemológica, procura-se inventariar os contributos de algumas áreas do saber na compreensão conceptual de género. Assim, as ciências humanas, sobretudo a sociologia, a psicologia e a antropologia, têm demonstrado como a diferenciação sexual é um elemento constitutivo fundamental da identidade de cada pessoa e das relações sociais.

A partir destes pressupostos, apresentam-se, em seguida, algumas abordagens disciplinares sobre género, designadamente, nas áreas da sociologia, antropologia, psicologia, e do Serviço Social.

A investigação sociológica no domínio das relações sociais de género centra-se, essencialmente em dois pressupostos de análise: a posição ocupada na sociedade pelos homens e pelas mulheres não são apenas diferentes, mas também desiguais e a desigualdade social entre homens e mulheres resulta, principalmente, da organização da sociedade e não de diferenças biológicas ou psicológicas.

Os estudos das relações sociais de género foram bastante marcados pelo trabalho de investigação levado a cabo pela socióloga feminista norte-americana Jessie Bernard (1982)<sup>149</sup>, que, em meados dos anos 40 do século XX, iniciou a abordagem da importância do "género" na organização da vida em sociedade<sup>150</sup>.

---

<sup>149</sup> A obra mais conhecida desta autora, *The Future of Marriage* (1982), procura mostrar como é que o casamento constitui um contexto institucional de cristalização de normas, valores, papéis e padrões de interacção entre o homem e a mulher, *ideologicamente dominantes e que subjagam e oprimem* a mulher.

<sup>150</sup> Género (sociologia), *In* Infopédia. Porto; Porto Editora, 2003-2012.

De acordo com a mesma fonte, grande parte dos estudos no domínio das relações sociais de género supõe que a diferenciação de comportamentos e de traços de personalidade consoante o género resulta de expectativas socialmente incutidas nos indivíduos desde a infância, pelas quais as crianças são socializadas no sentido de desempenharem diferentes papéis, "masculinos" ou "femininos". Trata-se, pois, de investigar como é que, ao nível das interações entre os indivíduos, são construídas as dicotomias entre o homem e a mulher. Neste domínio, são de salientar os trabalhos da socióloga feminista britânica Dorothy Smith (1987)<sup>151</sup> e da teórica feminista francesa Luce Irigaray (1985)<sup>152</sup>, sobre o modo como as linguagens actuais se baseiam, muito em experiências e conceitos masculinos.

A sociologia de género engloba, assim outros conceitos e perspectivas com tradições epistemológicas diferenciadas, como é o caso do conceito de relações sociais de sexo, que visa compreender as desigualdades e assimetrias entre homens e mulheres. Esta corrente de pensamento, defendida em Portugal por Ferreira (1999), argumenta que as relações entre homens e mulheres atravessam os vários domínios, profundamente interligados, da realidade social, quer se trate da instituição familiar, quer da profissional, e consequentemente introduz-lhes condicionalismos objectivos.

No âmbito da sociologia de género, Torres (2010), sugere, como autores de referência, Connell (1987,2002) ou Kimmel (2000), que se debruçam sobre o cruzamento entre género e família e defendem que não existem apenas uma masculinidade e uma feminilidade, pois o género é bem mais plural.

As ideias fundamentais de Connell, a propósito de género e vida privada centram-se na crítica à teoria da aprendizagem ou socialização de papéis de género que considera terem contribuído para essencializar, naturalizando essas aprendizagens de género. Para Torres (2010), esta perspectiva revela-se aberta e não determinista quanto aos efeitos das socializações familiares na construção de género. Ao criticar a teoria dos papéis sexuais, que dão uma prevalência determinística e unívoca às socializações primárias, reduzindo o papel dos sujeitos a seres passivos e afastando a influência de outros elementos externos à família na construção

---

<sup>151</sup> Smith, Dorothy E (1987), *The Everday World as a Problematic A Feminist Sociology*, Boston, Northeastern University Press, in Género (sociologia), *In* Infopédia. Porto; Porto Editora, 2003-2012

<sup>152</sup> Irigaray, Luce (1985), *This Sex Wich Is Not Once*. Ithaca: Cornell Univerity Press, in Género (sociologia), *In* Infopédia. Porto; Porto Editora, 2003-2012

identitária, contribui assim, mais uma vez, para recusar uma visão essencialista do género, agora no plano da vida íntima e pessoal (Torres, 2010:125).

Kimmel (2000), ao abordar a família mostra como o género atravessa todas as dimensões da vida familiar: da escolha do cônjuge ao casamento, da parentalidade à educação dos filhos até às políticas relativas ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos. Para além das desigualdades já conhecidas de poder entre homens e mulheres na família, ele procura identificar, as desigualdades na repartição de tempo de trabalho (pago e não pago) entre homens e mulheres na família, ao mesmo tempo que denuncia a insuficiência de políticas relativamente ao apoio à família, sublinhando, as tensões a que as mulheres e mães trabalhadores estão submetidas (Kimmel, 2000:132). Para Torres (2010:126), a perspectiva sociológica de Kimmel, partindo de resultados de investigação efectuada nos EUA contribui para uma visão actualizada dos temas da família, para além do tema do género que trata de forma aprofundada (Torres, 2010:126).

Torres (2010:127), refere ainda três autoras: Pamela Abbott, Claire Wallace e Melissa Tyler<sup>153</sup>, que escreveram uma *introdução à Sociologia* numa perspectiva feminista por contribuir para a revisão dos temas clássicos da sociologia, tratando-se de um livro onde os vários domínios da vida social são apresentados na perspectiva das mulheres.

A sociologia de género em Portugal teve um início tardio, lento e irregular, dada a institucionalização também tardia da sociologia em Portugal, resultante do contexto histórico, político, social e cultural do país. Como tal, a sociologia de género necessitava de uma articulação entre a própria consolidação das ciências sociais portuguesas e o movimento feminista, este campo da sociologia manteve-se em estado de latência até aos anos 80 (Amâncio, 2003).

Foi nessa década que alguns artigos científicos no seio da sociologia da condição feminina foram publicados com o intuito de dar a conhecer a situação real das mulheres portuguesas. No entanto, nos anos 90, este campo científico deixou de estudar "a mulher" para analisar "as mulheres", e substituiu a noção de "condição" pela de "relação"(...) (Amâncio, 2003).

Vale a pena, de forma breve referenciar alguns contributos de autores que em Portugal se têm destacado relativamente ao conceito de género.

---

<sup>153</sup> Abbott, Pamela, Claire Wallace e Melissa Tyler (2005), *An Introduction to Sociology. Feminist Perspectives*, London, Routledge

Torres (2001), tal como Amâncio (1994) e Almeida (1995) apresentou o conceito de género, no livro *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*, como a construção social e cultural dos comportamentos, representações, papéis e expectativas dos indivíduos a partir do corpo biológico. Ou seja, tal como West e Zimmerman (1991) enunciaram, a biologia fornece a matéria-prima a partir da qual se começa a construir a identidade de género de cada indivíduo, mas a sociedade e a história fornecem o contexto. A interacção, socialização e integração na sociedade, a partir do corpo biológico, faz do indivíduo o que ele é. Deste modo, é ao longo de um processo permanente de construções e reconstruções, vulnerável a mudanças e contingências, que o indivíduo desenvolve a sua identidade de género. No entanto, Torres (2001) complementou a perspectiva destes sociólogos, ao alertar para o importante peso dos constrangimentos socioinstitucionais na construção do género. O local objectivo que o indivíduo ocupa no trabalho, na família e nos contextos em que ocorrem as interacções no quotidiano detém uma influência considerável que West e Zimmerman (1991) negligenciaram (Maciel, 2010:6).

Outros contributos portugueses destacados por Torres (2010), temos: Ligia Amâncio (1994); Helena Carreiras (1997); Miguel Vale de Almeida (1995); Lurdes Rodrigues (1989); Maria das Dores Guerreiro (1994) e Virgínia Ferreira (1999).

A psicologia apresenta aspectos interessantes para a compreensão do conceito de género, que como já foi referido reveste-se de grande importância no estudo em presença. Nesta perspectiva, a filósofa feminista Sandra Harding (1986) descreve três tipos de posturas no domínio do estudo do género na psicologia: a perspectiva empiricista, a de “standpoint” feminista e a pós moderna.

A perspectiva empiricista engloba dois tipos de abordagem: a abordagem essencialista e a abordagem de ênfase na socialização. A primeira, com grande influência no início do século XX, sugere a existência de diferenças inatas entre os sexos, sendo o género equivalente a sexo. A segunda, com grande influência na psicologia social nas décadas de 60 e 70 apresenta o género como o resultado de forças sociais e culturais, aprendido através dos processos de modelagem e imitação (Bandura, 1977). Assim, a masculinidade e a feminilidade passam a ser características socialmente aprendidas através do desenvolvimento cognitivo e emocional. A ênfase do género deixa de estar na biologia e passa para a socialização.

As abordagens da socialização face ao género, apesar de apresentarem inovações, continuam a enfatizar que o género é aprendido e não inato, mas continua a entender o género em termos de diferença dicotómica, sendo interno e imutável.

Uma abordagem que aparece como alternativa à abordagem empiricista é identificada como “feminist standpoint” (Harding, 1986). Esta posição enfatiza o aumento do conhecimento como uma actividade pessoal onde o pesquisador e sujeito estão em interacção contínua, sendo indissociáveis das suas próprias experiências. Centralizam os estudos nas próprias mulheres, produzindo conhecimento que consideram verdadeiramente feminino porque exclusivamente centrado nas experiências particulares das próprias mulheres (Nogueira, 2000: 174).

Uma terceira abordagem no estudo do género que Harding (1986) designa por pós-moderna e que na psicologia é protagonizada pelo construcionismo social<sup>154</sup>. Esta abordagem “recusa a possibilidade de discursos universalizantes e generalizáveis acerca da mulher ou de todas as mulheres. Discutindo-se a existência de identidades essencializadoras e focaliza-se a atenção na construção social das categorias que são usadas para analisar e compreender o mundo social, ou seja o conhecimento socialmente construído”(Nogueira, 2000:179).

Pode então, concluir-se, com base nas diferentes perspectivas teóricas, que o construcionismo social aponta para um tipo de abordagem baseado nos problemas das populações locais, contrariamente às pesquisas realizadas fora do contexto, de tipo universal<sup>155</sup>.

No âmbito da abordagem multidisciplinar de género, será pertinente para a sua compreensão, analisar alguns aspectos relacionados com o pensamento ético no feminino. Neste sentido, a literatura feminista sobre ética, designadamente autoras como Carol Gilligan (1982) e Nel Noddings (1984), entre outras, têm chamado a atenção para o facto

---

<sup>154</sup>Análise do discurso ou psicologia crítica em função de diferentes nuances dentro da mesma postura epistemológica.

<sup>155</sup> As correntes, como o funcionalismo, o estruturalismo, o subjectivismo, o construtivismo ou o interpretativismo têm uma forte influência no serviço social, mas não constituem, elas próprias teorias do serviço social. O objecto, fundamentos teóricos, axiológicos e metodológicos de acção dos assistentes sociais variam entre uma visão estática, conservadora, funcional e paternalista e uma visão dinâmica, progressista, estrutural e emancipadora das populações.

do “sujeito moral” não ser neutro, o que significa que há dois tipos de sujeito – o masculino e o feminino.

Com efeito, na construção da identidade feminina “há ritmos biológicos bem determinados, há fragilidades, há resistências, há possibilidades e impedimentos, há apetências e rejeições que se prendem com o corpo. Conceitos éticos fundamentais como os de pessoa, liberdade e consciência moral, enraízam-se num corpo sexuado. O modo diferente de habitar o corpo, ou de viver a gestação, ou de estabelecer relações com os filhos, tem implicações na teorização ética dos conceitos de personalidade moral, de dever, de valor.(...) uma sociedade melhor terá que ser eticamente plural e na construção da pluralidade, os valores femininos deverão ser relevados”(Ferreira, 2000: 104).

Carol Gilligan (1982), discípula e colaboradora de Kohlberg<sup>156</sup>, a partir dos resultados do mestre e recusando a hipótese de uma menoridade ética das mulheres, resolve retomar a questão analisando-a numa outra perspectiva. Desse estudo surge o livro *In a Different Voice*, que constituiu um marco nesta temática. A autora pretende alargar a compreensão do desenvolvimento humano, incluindo nele uma voz feminina, com insistência na responsabilidade, na relação e no cuidado/mulheres, que foi deixado de fora na construção das teorias.

Gilligan (1982), pondo em causa as conclusões de Kohlberg (1984), analisa a génese dos conceitos morais, utilizando situações em que as mulheres estavam directamente envolvidas. Tornou-se evidente a existência de uma moralidade tipicamente feminina, menos atenta ao direito e valorizando o cuidado, referenciando os seus critérios éticos em função da relação com os outros e da responsabilidade.

Refere a mesma autora que a construção das identidades, masculinas ou femininas assumem grande destaque. Interessa, pois, realçar as diferenças, de modo a que cada sexo,

---

<sup>156</sup> Lawrence Kohlberg foi professor na Universidade de Chicago, bem como na Universidade Harvard. Especializou-se na investigação sobre educação e argumentação moral, sendo mais conhecido pela sua teoria dos níveis de desenvolvimento moral, criando um novo campo na psicologia: "desenvolvimento moral". Uma das suas obras mais conhecidas: *Essays on moral development, Vol 2: The psychology of moral development: Moral stages, their nature and validation*, New York,: Harper and Row (1984),

alcance a sua realização ética, a partir das potencialidades próprias, não devendo continuar-se a apresentar um modelo ético único.

As teses de Carol Gilligan (1982) levantaram muita polémica e contestação, suscitando muitos debates e chamaram a atenção para dois modelos éticos igualmente válidos, a ética da justiça, mais frequente nos homens, baseia-se essencialmente nos direitos e a ética do cuidado, designada por ética feminina, que se baseia no amor, na atenção ao outro, na inter-relação e na responsabilidade.

Como podemos observar, pela narrativa de uma mulher do Casal da Mira, esta questão está muito presente, o que se verifica na maioria das trajectórias de vida destas mulheres. Algumas delas, depois de terem criado os filhos, sozinhas, sem ajuda de homem, ainda acabam por criar os netos, pois é bastante frequente jovens raparigas ficarem grávidas, os rapazes (pais), não assumirem a responsabilidade e elas por imaturidade e falta de condições, acabam por deixar as crianças ao cuidado das avós:

*“....Eu vim para Azinhaga, em 1980, tinha 21 anos para tomar conta da minha irmã Andresa, porque a minha mãe morreu, e o meu pai estava internado no hospital.... Também tomava conta dos meus irmãos que eram pequeninos .....depois os meus irmãos cresceram e fui, novamente, trabalhar em limpezas, até hoje.....Eu tinha um namorado, de quem tive uma menina. Depois o pai emigrou para França, nunca mais voltou. Fiquei sozinha com a bebé.....depois juntei-me com um rapaz de quem tive o segundo filho..... vivi com ele 3 anos e emigrou para França.....não voltou, então eu fui lá buscar ele. Ele entrava e saía, não dava ..... eu tive essa menina que está com 11 anos. Vai para 5 anos que ele foi para o Algarve e não veio mais, nem ajuda na despesa dos filhos.....O meu filho teve esse bebé com uma menina e ela abandonou o menino, então a minha filha foi buscar a criança e estamos a criá-lo”.*  
(Hirondina, 48 anos)

Nel Noddings<sup>157</sup>, reforçou a perspectiva de uma ética do cuidado. A partir da relação mãe/filhos e professora/alunos, Noddings identifica a ética do cuidado como uma orientação moral superior à das teorias da justiça baseadas em princípios e regras, pois considera que essa ética está suportada na “atitude que expressa as nossas memórias mais precoces por termos sido acarinhados e da nossa acumulação de memórias, que respeitam, simultaneamente, ao acto de termos sido cuidados pelos outros e vice-versa” (1984: 5).

Para Noddings (1984), o cuidado desenvolve-se em círculos de pessoas que estão ligadas entre si e que podem transformar-se em cadeias de afectos. Refere que “Sendo o

---

<sup>157</sup> Filósofa da educação e professora de ética feminista, em Stanford University e Columbia University (EUA), notabilizou-se com o seu livro “*Caring: a feminine approach to Ethics and moral Education*” (1984).

cuidado, um elemento estruturante de ética, opõe-se ao ponto de vista masculino, que se afirma imparcial. Esta “imparcialidade” é desadequada porque exige distância relativamente à totalidade das situações concretas, retirando-lhes os aspectos que se possam considerar moralmente relevantes e generalizáveis, o que desfragmenta e desqualifica todo o tipo de razões morais próprias que as mulheres habitualmente expressam e que advém de um conhecimento detalhado, mas global (holístico) que costumam ter da realidade”(1984: 46-50). Nesta perspectiva, a interdependência que se estabelece entre “quem cuida” e de “quem é cuidado” obriga a uma “imersão total”, a um “compromisso total” com as necessidades, interesses e preocupações da pessoa que precisa do cuidado”. A ilustrar esta questão apresenta-se a situação de uma mulher, viúva, residente no Casal da Mira:

*“..... Não tenho ninguém que me ajude a cuidar dos meus filhos.....Tenho o meu pai com 80 anos, que foi operado à anca, tenho o meu irmão, que é muito doente, tenho o meu filho invisual que também requer muita atenção ..... está tudo dependente de mim.”(Margarida, 38 anos)*

No que se refere aos contributos da antropologia, é de salientar que a antropologia social e cultural clássica, tal como o conhecimento científico em geral caracterizou-se pelo androcentrismo<sup>158</sup>, tendo sido o movimento feminista do pós-guerra que deu origem à antropologia de género, a qual veio dar visibilidade às mulheres e trouxe inovações teóricas e conceptuais à disciplina.

Stolke (1996) faz uma abordagem sobre o desenvolvimento da antropologia de género, em que refere, entre outras, duas antropólogas que foram determinantes na

---

<sup>158</sup> Termo atribuído ao sociólogo americano Lester F. Ward em 1903, está intimamente ligado à noção de patriarcado, porém não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também da forma como as experiências masculinas são consideradas como iguais as experiências de todos os humanos e tidas como uma norma universal tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina.

evolução do pensamento antropológico sobre esta questão e que foram Audrey Richards<sup>159</sup> e Phyllis M. Kaberry<sup>160</sup>.

Nas suas obras, as autoras têm o mérito de apresentarem e descreverem toda a riqueza da dimensão feminina dos processos socioculturais em geral. Foram pioneiras pelo enorme valor etnográfico das suas obras, que constituem documentos históricos sobre um mundo desaparecido devido às enormes transformações socioeconómicas que sofreram os povos por elas estudados.

Posteriormente, nos anos setenta, surgem alguns “estudos da mulher”, universalistas e categóricos, segundo os quais, a mulher é entendida como categoria sociocultural indiferenciada que esteve sempre oprimida, situação ligada à sua função materna. O conceito de género, foi introduzido no princípio dos anos oitenta pretendia superar o enunciado essencialista e universalista<sup>161</sup>. Transcende o reducionismo biológico ao centrar a análise das relações entre mulheres e homens entendidas como construções culturais. Nesta teoria entende-se que as identidades de género constituem-se reciprocamente, o que implica considerar que só se pode compreender a experiência das mulheres num determinado contexto e é necessário ter em conta os atributos do homem<sup>162</sup>. Ora, esta teoria de género ganhou terreno progressivamente, embora persista numa

---

<sup>159</sup> Audrey Isabel Richards (8 Julho 1899 - 29 Junho 1984), britânica, foi pioneira, na antropologia social de género, tendo desenvolvido trabalho em vários países, mas principalmente na África subsariana.

<sup>160</sup> Phyllis Mary Kaberry (17 Setembro 1910 – 31 Outubro 1977) foi uma antropóloga social que dedicou o seu trabalho aos estudos sobre as mulheres em várias sociedades, particularmente com o seu trabalho, tanto na Austrália como em África, ela traçou o caminho para uma aproximação feminista aos estudos antropológicos.

<sup>161</sup> De um ponto de vista filosófico, o essencialismo remete para a crença na existência das coisas em si mesmas, não exigindo qualquer atenção ao contexto em que existem, enquanto que uma posição dialéctica, privilegia a reflexão de uma coisa em relação com outras. O essencialismo pode ser um obstáculo à construção de uma verdadeira identidade da mulher quando esta for circunscrita socialmente por razões naturalísticas, considerando a mulher incapaz de certas funções por causa das suas características morfológicas. E quando estas crenças se generalizam, o universalismo torna-se também um caso de essencialismo: as mulheres desde sempre partilharam determinados atributos que as impedem de construir a sua própria identidade.

<sup>162</sup> Uma tomada de posição anti-essencialista só faz sentido se tiver em conta o elemento oposto desta oposição binária entre sexos.

confusão sobre o conceito de género, devido à dificuldade em superar o individualismo metodológico<sup>163</sup> e pensar em termos político-relacionais, que exige uma análise histórica das relações culturalmente diversas de poder e dominação constitutivas das identidades e sistemas de género (Stolcke, 1996: 340-341).

Os problemas teóricos complicaram-se ainda mais noutros aspectos, nomeadamente, a denúncia das mulheres negras sobre a falta de sensibilidade das feministas brancas perante a opressão específica de que as primeiras são vítimas, o que chama a atenção para as diferenças culturais e também para as diferenças assentes em factores sócio - económicos e ideológicos. As diferenças sexuais, fenotípicas<sup>164</sup> ou étnicas por si não são representativas, a não ser que as mesmas sejam dotadas de valor simbólico, através de processos socio-económicos e ideológicos.

Diz também a autora supracitada que o objectivo da antropologia feminista nunca se esgotou na documentação e teorização das formas de desigualdade de género em culturas diferentes, sem que se entenda a investigação como uma ferramenta essencial ao empowerment das mulheres. Coloca-se então a questão de, como atingir o reconhecimento deste novo conhecimento e a sua transmissão.

Para Stolcke (1996), os sistemas de género constituem um dos princípios de estruturação social fundamentais, sendo um imperativo quando se pretende compreender, de modo geral, o que a antropologia tem entendido como o seu problema característico, ou seja, a unidade humana, na sua diversidade cultural. No entanto, muitas vezes não tem sido reconhecido o papel da antropologia feminista que tem demonstrado a produção das

---

<sup>163</sup> Grande parte dos postulados do individualismo metodológico são resultado da interpretação de fenómenos aparentemente contraditórios, entre os quais o insucesso de campanhas de planeamento familiar, na Índia, e a relativa ineficácia de várias medidas de redução da desigualdade social. O individualismo metodológico, apesar de se ter imposto na análise sociológica e de ter tido bastante eco na teoria dos grupos e da acção colectiva, foi bastante criticado pelas perspectivas estruturalistas e culturalistas, que, além de outras críticas, o acusaram de reduzir a sociedade aos indivíduos. Além disso, outros autores acusam-no de conservadorismo e de tautologia no que respeita à interpretação dos fenómenos de mudança. (infopédia)

<sup>164</sup> Termo que descreve um sistema de classificação dos organismos baseado nas semelhanças ou diferenças que apresentam o maior número de características que podem ser observadas. São as características observáveis ou caracteres de um organismo como, por exemplo: morfologia, desenvolvimento, propriedades bioquímicas ou fisiológicas e comportamento. O fenótipo resulta da expressão dos genes do organismo, da influência de fatores ambientais e da possível interação entre os dois.

diferenças. Apesar disso, registam-se avanços desde a época de Richards e Kaberry, na medida em que o problema das mulheres está colocado e em debate (Stolke,1996: 342-343).

No que se refere ao Serviço Social, as grandes mudanças operadas na sociedade e o desenvolvimento e afirmação dos movimentos e lutas de mulheres têm contribuído para o desenvolvimento de uma reflexão sobre as questões de género e o serviço social. Os debates actuais têm vindo a colocar duas perspectivas de abordagem da intervenção com mulheres: uma orientada para a consciencialização, o aumento da autonomia das mulheres e a redução dos desequilíbrios de poder entre mulheres e homens, fundamentando-se no direito à auto-determinação e auto-confiança, designada por Serviço Social Emancipatório; outra designada por Serviço Social e Género Específico está relacionada com o apoio e o desenvolvimento da feminilidade. Esta distinção resulta da diferença entre a perspectiva feminista e a radical.

A este respeito, é de salientar a importância dos assistentes sociais incluírem no seu trabalho o conceito de género, que não tem sido uma questão muito trabalhada do ponto de vista dos valores e nas metodologias do Serviço Social, tornando-se ainda mais pertinente, quando associado a outras categorias, como o envelhecimento, multiculturalismo, racismo e famílias monoparentais.

Esta questão será desenvolvida no capítulo cinco, nos pontos sobre a teoria anti-discriminatória e anti-opressiva e teorias feministas do Serviço Social.

### **3 – Papéis e transformações recentes das famílias**

Na actualidade, as transformações da família constituem um tema de grande interesse social e político. A família surge, geralmente, conotada com uma variedade de imagens e estruturas que torna a definição do conceito imprecisa no tempo e no espaço. Quer o contexto histórico quer o contexto sociocultural fazem da família um conceito com alguma variabilidade, que está em mudança, aumentando o número de divorciados e separados, assistindo-se ao envelhecimento da população.

Têm sido realizados estudos demográficos que apresentam o conhecimento sobre as transformações da família, salientando-se o facto de haver uma passagem dum modelo conjugal hegemónico, baseado no matrimónio e na união indissolúvel, para novas formas de relação e convivência muito diversificadas.

Roigé (1996) refere que uma análise das transformações demográficas deve ter em conta o carácter conjuntural das práticas familiares. Assim, a forte redução da natalidade na Europa pode ser explicada por causa exógenas, como a difusão da contraceção, a integração da mulher no mercado de trabalho, as dificuldades económicas e a falta de equipamentos para as crianças, financiados pelo Estado.

Outra questão importante é o facto de se generalizar a ideia de que se está a desenvolver uma uniformização ocidental da família e que as diferenças relativas à nupcialidade, fecundidade e divórcio seriam consequência de ritmos distintos que se iriam harmonizando à medida que avançasse o processo de modernização económica e social. No entanto, um conhecimento mais profundo das culturas do parentesco e das estratégias familiares conduz a outras conclusões, pois existem factores que interferem na estrutura da família e no papel da instituição familiar na sociedade, que se prendem com a história e a cultura dos diferentes países.

Observa-se assim, a existência de diferentes tipos de famílias, variando muito segundo a zona geográfica. Assim, numa parte da Europa, a família está a reduzir drasticamente a fecundidade, enquanto, que noutras zonas, o acento baseado na relação entre mãe e filho e no relevo doutras instituições torna-se favorável à manutenção da fecundidade e a uma recuperação do indicador conjuntural.

A “família nuclear”, que consiste num grupo familiar constituído pela mulher e o marido (ou um dos dois) e os filhos dependentes. Embora nas sociedades modernas ocidentais ainda seja frequente encontrar “famílias extensas”<sup>165</sup>, a “família nuclear” é actualmente a estrutura familiar dominante (Giddens, 1997: 879, 880)<sup>166</sup>.

No entanto a família encontra-se num processo de grandes transformações, tanto do ponto de vista interno como externo, pois a família passa por diferentes estádios segundo as fases do ciclo de vida familiar, desde a sua criação e formalização, adquirindo a importância a presença de outros modelos familiares que contribuem para o pluralismo

---

<sup>165</sup> grupo familiar que consiste em duas ou mais gerações de parentes que vivem num mesmo espaço residencial (Giddens, 1997: 879, 880).

<sup>166</sup> É, também, de referir que no ocidente, as “famílias monoparentais” têm vindo a tornar-se cada vez mais comuns, essencialmente devido ao fenómeno do aumento do número de divórcios/separações, sendo que são, maioritariamente, constituídas por mulheres com filhos. Também as “famílias unipessoais” têm relevância na nossa sociedade, derivando, basicamente, da viuvez, divórcios/separações, ou opção de viver sozinho.

familiar, próprio das sociedades livres, democráticas. É o caso das famílias monoparentais, “caracterizadas pela convivência de pelo menos um menor viver com um só progenitor, o pai ou a mãe (Gomez, 2008). Salientam-se, também as famílias reconstituídas, que consistem na formação de um núcleo familiar procedente de uma ruptura da relação anterior, podendo dar origem a novas uniões entre divorciados, viúvos, assim como pessoas solteiras.

É também de salientar, relativamente ao estudo sobre as famílias, o enfoque dado pela antropologia às relações de parentesco, apontando para novos modelos familiares, enquanto a sociologia dá maior relevo à ruptura das solidariedades familiares e a redução da família (Roigé, 1996).

Outro aspecto a salientar, é o aumento do número de divórcios verificado a partir da década de 70, coincidindo com e as alterações legislativas e transformações na concepção do casamento. Esta situação dá lugar ao que Roigé (1996) denomina por famílias recompostas resultantes de novas relações e que assumem diferentes formas.

Não obstante estas alterações, as relações familiares não cumprem apenas funções afectivas e rituais (casamento, celebrações, festas, bodas, funerais), constituem também uma rede de recursos fundamentais para os indivíduos, estabelecendo uma mediação das relações sociais e pessoais, onde se estabelecem intercâmbios económicos, sociais, afectivos e simbólicos. Estabelecem formas de suporte e ajuda, assegurando a transferência de bens e serviços entre gerações, sobretudo em momentos críticos da vida individual, quando se verificam mudanças económicas ou sociais que afectam a economia e organização familiar, quando os indivíduos têm mais necessidade de assistência.

Como assinala Segalen (1999), os três domínios mais importantes do exercício do parentesco são a sociabilidade, o sustento e a transferência de património.

Para esta autora, a família assegura normalmente o suporte e assistência familiar, como conjunto de actividades dirigidas a proporcionar bem-estar físico, psíquico e emocional das pessoas, daí que a compreensão do funcionamento contemporâneo da família seja objecto de muitos estudos.

A família é também considerada (Guibentif, 1997: 80), sobretudo nos países do Sul da Europa, como a principal instituição de inserção social. Ao mesmo tempo, as políticas sociais defrontam-se com alterações consideráveis nos papéis e nos valores ligados à família (unidade económica, lugar de educação e de formação dos valores, instituição de reprodução e da solidariedade entre gerações). A questão que se coloca é a dos efeitos

recíprocos entre a protecção social e a família. No entanto, a manutenção da noção de família num contexto profundamente modificado, pode tornar-se contraditório.

Outro aspecto a salientar refere-se às atitudes face à divisão familiar do trabalho nas sociedades europeias em que existe uma influência forte de uma perspectiva de género igualitária que difundiu um padrão de duplo emprego, incluindo o cuidar na família, ao longo das últimas décadas. Os homens e as mulheres, os grupos sócio -profissionais, os casais com ou sem filhos pequenos, as sociedades e os diferentes Estados-Providência atribuíram a este ideal dos anos 70 entendimentos diversos. Em confronto com outros constrangimentos contextuais - o emprego e o desemprego, a segregação de género no mercado de trabalho, as famílias, os compromissos políticos - e com antigas ideologias renovadas (o valor da figura materna nos primeiros anos de vida), recompuseram e reinterpretaram os ideais da igualdade no trabalho familiar pago e não pago (Karin Wall, 2007:251;252).

No que se refere à realidade estudada, um dos aspectos que se observa relativamente às famílias é a fraca responsabilidade, por parte dos homens, traduzindo-se na sobrecarga das mulheres, constatando-se um grande número de famílias monoparentais, de mães com filhos. Os homens, frequentemente, constroem outras famílias. Por outro lado, há, também situações, onde não se verificou a separação, mas mesmo aí, nalguns casos, são as mulheres que assumem a gestão e maiores responsabilidades. É, no entanto, de referir que nas famílias em que a figura masculina funciona bem regista-se maior estabilidade nos filhos, como é o caso da afirmação de uma das mulheres entrevistadas:

*“Eu acho que podemos ver, eu tenho educação e o meu marido também, e isso contribui para os nossos filhos. Posso garantir que a criação dos meus filhos vem do berço, já vem de família.”* (Ermelinda, 51 anos)

Efectivamente, os filhos deste casal de cabo-verdianos são bastante equilibrados, responsáveis e com sucesso nos estudos.

Neste âmbito, é de realçar, um conjunto de significados que contribuem para a construção social do género e a produção das identidades. É exemplo disso, o facto da maioria das actividades de assistência e suporte familiar recair sobre as mulheres, às quais não é atribuído um valor económico, considerando-se que estas se fazem por “amor” ou por “obrigação”. Esta papel é assumido, na maior parte dos casos pelas mulheres, sem renunciar à sua inserção laboral e social.

#### 4 - O multiculturalismo e as questões de género

A invisibilidade das mulheres e a falta de reconhecimento da necessidade de integrar uma perspectiva de género na análise do multiculturalismo reproduzem esquemas de subalternidade, falta de subjectividade feminina e visões culturais estereotipadas. Os autores Kinchelo Y Steimberg (1999) consideram que os estudos das mulheres são fundamentais para o enfoque multicultural, sendo necessária a sua inclusão sistemática nos estudos e sobretudo, nas políticas.

Num marco analítico centrado na diversidade, a diferença de género inscreve-se também nos discursos de alteridade<sup>167</sup>, de definição do outro, na formação de subjectividades individuais e colectivas ou na sua expressão como identidades (Nash e Marre, 2001: 24).

Na construção da modernidade, o desenvolvimento do discurso sobre a pertença étnico-cultural e género respondem a lógicas semelhantes, baseando-se na representação cultural da diferença e na cristalização do outro, a partir de uma diferença absoluta de suposta base biológica, acrescentando-se um carácter, como se fosse natural.

No contexto de globalização, o reconhecimento do multiculturalismo permite a definição do conceito de cultura em termos de diversidades e de identificação dessa diversidade, tanto a nível local como global.

A globalização do multiculturalismo levou autores, como Yunas Samad, 1997 a propor que a conexão global-local representa o contexto, no qual se produz uma redefinição de multiculturalismo em termos locais. Argumenta que não existe um paradigma único do multiculturalismo sem se reinterpretar à escala local para melhor percepção das suas características e variações. Neste contexto local, o desafio não se limita, apenas ao reconhecimento cultural, mas também a estabelecer os aspectos políticos que servem para facilitar ou reduzir o acesso, a nível das oportunidades de vida. Desta forma

---

<sup>167</sup> A palavra alteridade, que possui o prefixo alter do latim possui o significado de se colocar no lugar do outro na relação interpessoal, com consideração, valorização, identificação e dialogar com o outro. A prática da alteridade conecta-se com os relacionamentos tanto entre indivíduos como entre grupos culturais religiosos, científicos, étnicos, etc. Na relação alteritária, estão sempre presentes os fenómenos holísticos da complementaridade e da interdependência, no modo de pensar, de sentir e de agir, onde o nicho ecológico, as experiências particulares são preservadas e consideradas, sem que haja a preocupação com a sobreposição, assimilação ou destruição destas. “Ou aprendemos a viver como irmãos, ou vamos morrer juntos como idiotas”(Martin Luther King).

“o multiculturalismo expressa-se, também em termos sociais e de igualdade de oportunidades” (Nash e Marre, 2001: 34).

No que se refere ao contexto do estudo, as mulheres manifestam-se de forma diferente, de acordo com as suas vivências, embora a coexistência das várias culturas seja, em geral, pacífica, existindo maiores dificuldades relativamente a diferentes bairros de origem<sup>168</sup>.

*"A Pontinha acabou por dominar porque tem uma população muito maior. E tem uma população mais teimosa, a Damaia não é tão teimosa..... De positivo, acabou por se conhecer novas pessoas e fazer muitas amizades. De negativo foi que se acabou por fazer também grandes inimizades. "* (Eunice, 23 anos)

*"Não tive problemas, adaptei-me bem e entre vizinhas damo-nos todas bem umas com as outras..... uns são africanos e há lá dois que são brancos. Até, quando foi da reunião de prédio, toda a gente elogiou o meu Manuel e ficámos nós como representantes do prédio, a tratar dos assuntos, portanto não temos problemas. Tenho a mesma relação no meu prédio e na minha rua, que tinha na Azinhaga. Dou-me bem com toda a gente. Tenho várias amigas da Azinhaga que não as conhecia, vim conhecê-las aqui, mas a maior parte são da Damaia."* (Isabel, 57 anos)

Referindo-se à Loja Mira Jovem<sup>169</sup>, conhecida, no bairro por “Zala”, Mónica, dizia:

*"Eu acho muito bem a Zala, porque há aí muita malta em condições e prestam um bom serviço, mas é assim, vai para lá muito pouca gente branca, porque há certos pretos que vão para lá.... um exemplo: O meu filho gostava muito de ir para lá com a Fernanda (uma das animadoras da loja), depois de vir da escola, iam para lá fazer os trabalhos e gostavam muito de jogar no computador, mas não havia espaço, porque havia meninos muito malandros que eram eles e eles e mais ninguém."* (Mónica, 45 anos)

O multiculturalismo crítico implica também uma visão integradora que pretende entender os mecanismos de opressão e discriminação, ou de liberdade e reconhecimento,

---

<sup>168</sup> Esta questão é abordada no Capítulo 3, no ponto, onde se analisam as sociabilidades: “Mapear a estruturação das relações sociais, através do alojamento”.

<sup>169</sup> A Loja Mira Jovem constitui um projecto de resposta aos jovens residentes no bairro, no âmbito do Programa Escolhas. O projecto dispõe de um espaço – Loja, no bairro onde se desenvolvem actividades dirigidas a esta faixa etária. O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

em múltiplos aspectos e dimensões (Nash e Marre, 2001:37). Deve contemplar a equidade de género e a redistribuição justa e reconhecer a múltipla afiliação das mulheres e das suas identidades plurais, por forma, a que não só o género, mas também a cultura, etnia, nacionalidade, sexualidade e classe social sejam objectos da teoria feminista, abarcando, não só as diferenças culturais, mas também as sociais.

As autoras Nash e Marre defendem, ainda que, “do mesmo modo que o multiculturalismo implica um questionamento da homogeneidade cultural, também obriga a questionar a homogeneização de uma cultura masculina e portanto, a estabelecer formas de reconhecimento de autoridade e credibilidade das vozes plurais das mulheres” (2001: 44). Assim, o facto de não se verificar uma representação equitativa das mulheres na representação política e no poder é um factor explicativo da existência de um deficit democrático na nossa sociedade.

## **5 – A imigração feminina e a sua tradução no contexto do estudo**

Como se pode constatar pela caracterização do contexto do estudo, grande parte da população residente no Casal da Mira é oriunda dos PALOP(s), pelo que a imigração, associada às questões familiares é um tema a considerar.

No que se refere à mulher imigrante, tal como o homem, enfrenta os mesmos problemas, como imigrante. No entanto, relacionado com as questões de género experimentam outras dificuldades. As mulheres estão mais expostas a riscos na área da saúde, mas também riscos de exploração sexual e também de exploração no mundo do trabalho, tendo menos possibilidades de ascensão social.

Estas mulheres acumulam várias formas de discriminação, enquanto imigrantes e enquanto mulheres, pois para além de serem confrontadas com as desigualdades de género, deparam-se também com as barreiras étnicas e racistas da sociedade de acolhimento.

Morokvasic, autora de uma das primeiras obras que se debruçou sobre a imigração feminina, defende que “a posição das mulheres imigrantes e ou de minorias étnicas nas sociedades industriais desenvolvidas é determinada pela articulação de diferentes relações de poder, sendo as mais importantes as relações de género e de classe e a relação entre estas mulheres e o estado-nação, seja enquanto imigrantes, estrangeiras ou minorias étnicas”( Morokvasic, 1993:465).

As recentes abordagens feministas das migrações têm vindo a salientar que “a situação das mulheres passa por uma análise multidimensional que proceda à articulação

das questões de género, de classe e de pertença étnica e da análise do modo como cada uma destas variáveis influencia as outras e, em simultâneo, é por elas influenciada” (Albuquerque, 2005:39).

Interpretando esta questão relativamente ao Casal da Mira, observa-se que a conjugação de várias dimensões, como ser mulher com crianças a cargo, ter baixos rendimentos e ser imigrante, torna mais duras as condições em que vivem as mulheres e os seus percursos de vida são marcados por dificuldades acrescidas, como podemos observar pela narrativa de vida de Benvinda:

*“..... O meu filho, mais velho veio para Portugal com 7 anos, veio para viver com o pai. Eu vim visitar, o rapaz que vivia com o pai e a madrasta e não se dava bem com ela e eu quis vir para visitar e ver como era.....então decidi que não ia deixar o meu filho naquela vivência junto com o pai e a madrasta e pensei em levá-lo comigo para Cabo Verde, porque eu não tinha intenções de ficar cá. Na altura eu trabalhava na Embaixada de Portugal em Cabo Verde e já tinha 12 anos de serviço. O pai não deu a autorização para eu levar meu filho e então eu acabei por ficar para tomar conta e apoiar o meu filho....Vinha sozinha, não era casada, eu vivia há 11 anos em Cabo Verde, sem homem. Eu tenho 3 filhos .... e mandei buscar os outros 2 filhos que ficaram em Cabo Verde.....E pronto a minha vida começou do zero.*

*Tomei conta da barraca, estragada, que era do meu pai.....pedi ajuda de material para compor a barraca. Depois foi uma amiga que arranjou trabalho na casa de uma senhora. Fui ganhar 20 contos naquele tempo, era em 1987... Fui pagando o material, aos poucos .....Mais tarde, eu deitei aquela barraca abaixo, e comecei a fazer com tijolo. Fiz uma barraca um bocadinho melhor.*

*.....Mais tarde, conheci este rapaz que era viúvo, começamos a conviver, vivemos juntos durante um ano e depois casámos.....ele é muito meu amigo. A vida foi melhorando mas tendo tido muitos altos e baixos. A vida em Portugal nunca foi boa! A minha filha Fátima ficou grávida e o pai da criança não assumiu. A Nadine (neta) acabou por nascer na barraca.....Entretanto, o meu marido está há um mês e tal em casa com o braço partido. Por enquanto, ele está no seguro, a minha vida mudou por completo. Antes, a Fátima trabalhava, arranjava alguma coisa, agora não me ajuda nada, e eu com aquela menina (neta) para criar. Eu, cada vez estou com mais idade, tenho problemas de saúde e a Nadine está a chegar a altura de entrar em despesa. Ela tem que estudar!*

*A mudança para esta casa está a ser muito difícil para mim, porque a renda é muito alta (€309,70) Eu já pedi para baixar a renda, porque eu quero continuar a pagar, mas assim não sei. Isto assim não pode ser! .” (Benvinda, 58 anos)*

Para além de outras razões que estão associadas à imigração, no caso de Cabo Verde, a família tem tido um papel fundamental, na medida em que estimula os seus membros a deslocarem-se, para dentro ou fora do país, de forma temporária ou permanente para assegurarem a sua sobrevivência ou melhorarem o seu estatuto. Numa perspectiva sócio-económica “a migração é encarada como fazendo parte de uma estratégia familiar, a

qual maximiza mais o bem-estar da família do que do indivíduo” (Saint-Maurice, 1997: 85).

Quando a decisão de emigrar tem uma razão económica, tem sido mais comum o homem sair primeiro em lugar sendo, nesse caso, a reunificação familiar um objectivo a alcançar, a curto ou médio prazo, após serem criadas algumas condições.

Dentro deste enquadramento, apresenta-se a situação de Antónia, que está em Portugal há seis anos. O marido já vivia em Portugal desde 1971. Mais tarde foi a Cabo Verde, casou com ela e trouxe-a para Portugal. Passado algum tempo, o marido foi vítima de um acidente de viação e em resultado deste ficou impossibilitado de trabalhar. Só recentemente foi reformado por invalidez. Têm um filho de 2 anos, sendo o pai quem toma conta da criança. Antónia tem muitas dificuldades na língua portuguesa, trabalha em duas firmas de limpezas.

*“meu marido veio primeiro e depois foi-me buscar..... trabalho sozinha, em limpezas.....o meu marido não consegue trabalhar, tem problema nas pernas..... e com este bebé, eu sozinha a trabalhar ... O dinheiro não chega... o bebé gasta muito medicamento, fralda,.....é difícil!”* (Antónia, 47 anos)

O papel da família não se esgota, porém, nestas dimensões já que ele é também determinante na escolha do local de destino: os familiares constituem, também uma fonte de informação sobre o destino, sendo a estrutura informal de acolhimento que assegura a sobrevivência e a inserção do imigrante na primeira fase da sua estadia. Este papel torna-se extraordinariamente expressivo na imigração cabo-verdiana no concelho da Amadora. Este aspecto está bem patente no testemunho de uma mulher entrevistada, no âmbito da pesquisa:

*“....Os meus pais foram os primeiros a ir para aquela rua, em 1970. E o meu pai quando chegou fez aquilo que é típico de Cabo Verde, fez umas hortas..... e depois era o meu tio que estava em Cabo Verde mas aquilo lá estava mal, precisava de sair de Cabo Verde, não tinha emprego, queria construir a família dele, então o meu pai pagou as passagens dele e o meu tio veio, quando o meu tio veio o meu pai disse: - Olha está aí um pedaço de chão faz a tua casa aí. Quando o primo do meu pai veio a mesma coisa, está aí um pedaço de chão faz a tua casa aí e nesta coisa do faz ali, faz ali, faz ali nós ficamos no meio e os primos e tios todos à volta, depois a pessoas foram fazendo aqueles becos, mas inicialmente aquilo era um círculo”* (Eunice, 23 anos)

De acordo com um estudo sobre “Habitat e Minorias” realizado em 2001<sup>170</sup>, a existência de família a residir no bairro é a principal razão apontada para a fixação da maior parte dos entrevistados num dado local.

Ravenstein<sup>171</sup> foi o pioneiro na elaboração de um modelo explicativo das migrações, desenvolvendo um conjunto de leis que sustentavam a explicação das migrações como uma combinação de factores de atracção e de repulsão. De entre o conjunto de leis por ele elaboradas, uma delas refere-se directamente à migração feminina e postula que as migrações de curta distância são maioritariamente constituídas por mulheres.

Apesar desta primeira análise das migrações até meados dos anos de 1970, a literatura científica analisava a imigração feminina no âmbito das migrações familiares e não enquanto migração autónoma, baseado no facto da imigração masculina ser dominante até esta data.

Tal como Kofman (1999) salienta, as perspectivas teóricas e metodológicas e as prioridades de escolha da investigação contribuíram bastante para a invisibilidade das mulheres. O desenvolvimento das perspectivas feministas nas ciências sociais, nas décadas de 1970/1980, veio introduzir nos estudos das migrações a análise da posição das mulheres na estrutura social e das relações de género.

Sertório e Pereira (2004) referem que Portugal tem também conhecido o progressivo crescimento da feminização da imigração e da participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho. Na base dos projectos migratórios das mulheres encontram-se razões diversas, não sendo apenas o resultado da imigração do marido ou

---

<sup>170</sup> Estudo efectuado em colaboração entre uma equipa do CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social e do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, intitulado “*Habitat e Minorias - Limites e Potencialidade da Promoção Pública de Habitação em Processo de Integração Sócio-Urbanística*”, coordenado pelo sociólogo Álvaro Pereira.

<sup>171</sup> Num documento entregue ao Jornal da Sociedade de Estatística, em Inglaterra, em 1885, Ernest G. Ravenstein, Fellow da Royal Geographic Society, descreveu uma série de “leis das migração”, que tentou explicar e prever padrões de migração dentro e entre as nações. As leis básicas de Ravenstein continuaram a servir como ponto de partida para a análise de padrões de migração. Rocha Trindade, 1995:73 faz referência ao autor das “leis das migrações”.

companheiro, a imagem da mulher que emigra já não apresenta, hoje uma carga negativa (Sertório e Pereira, 2004:28,29).

Relativamente ao Casal da Mira, são bastantes os casos da migração autónoma das mulheres. A título de exemplo refere-se uma dessas situações:

*“ Vim de Cabo Verde, trabalhar para Portugal, tinha 28 anos. Trabalhei interna, como empregada doméstica. Depois, não me dei bem com a patroa, ela não me pagava bem e no último mês de gravidez do meu filho, fui ficar com o pai, no bairro da Azinhaga dos Besouros, onde vivi 4 anos até que consegui a casa, através da Câmara, aqui no bairro. Entretanto, ele foi trabalhar para fora e abandonou-nos, a mim e ao meu filho. Como as coisas estavam difíceis, em 2006, eu fui para França e graças a Deus não me correu mal. Fui por necessidade e também por causa do que ele me fazia quando vinha cá! (Joaquina, 36 anos)*

No que se refere à inserção social da população imigrante, embora não haja dados específicos recentes para o Município da Amadora vale a pena fazer referência a algumas questões que se traduzem em obstáculos reais a essa mesma inserção<sup>172</sup>.

Sobretudo para quem imigra por razões económicas, encontrar um trabalho é talvez a preocupação máxima, já que será através dele que, à partida, se poderão cumprir as expectativas iniciais de uma vida melhor.

As razões económicas que ditam as migrações devem ser entendidas numa dupla perspectiva: na do indivíduo que sai do seu país à procura de trabalho; na do mercado de acolhimento que tem necessidades concretas de mão-de-obra. Num estudo de Machado (1997) aponta-se, exactamente, no sentido de haver necessidades de mão-de-obra do mercado de trabalho português que só poderão ser colmatadas através da imigração, como é o caso da construção civil e das obras públicas.

As comunidades imigrantes apresentam, em geral, elevadas taxas de actividade, no entanto, a sua inserção faz-se, sobretudo, através de um mercado de trabalho secundário caracterizado por baixos salários, inexistência de regulação contratual, ausência de protecção social na doença e no desemprego<sup>173</sup>.

---

<sup>172</sup> Diagnóstico Social do Município da Amadora, elaborado no âmbito da Rede Social, em 2004.

<sup>173</sup> No estudo “Habitat e Minorias” (2001), atrás referido, cerca de 45% dos africanos que se encontravam a trabalhar eram trabalhadores por conta de outrem com vínculo precário; mais de 30% não efectuava descontos para a Segurança Social.

O prosseguimento dos estudos bem como motivos de saúde são também razões evocadas por alguns africanos para explicar a sua imigração.

Nas entrevistas às mulheres no bairro, nenhuma delas invocou razões de saúde para virem para Portugal, no entanto no contacto profissional, através do Gabinete constata-se casos de pessoas que vieram para tratamento hospitalar em Portugal e depois acabaram por ficar e arranjar trabalho, com o apoio de familiares. Já no que se refere aos filhos, há mulheres, que apresentam essa razão, como é o caso de Sabá.

“.....voltei com os miúdos, para lhes proporcionar um ensino melhor” (Sabá, 45 anos)

A inserção de crianças, filhos de imigrantes, nas escolas portuguesas não tem sido fácil, sendo esta população particularmente afectada pelos fenómenos do insucesso e do abandono escolar<sup>174</sup>, quando a escola assume um papel determinante nos processos de inserção social pelas competências que confere e porque é um factor que influenciará a inserção profissional e a capacidade económica dos indivíduos.

## **6 - O género na definição das políticas sociais**

A eliminação das desigualdades sociais persistentes nas sociedades actuais passa pela definição e implementação de políticas específicas, dirigidas para grupos específicos, o que pressupõe novas políticas. Como afirma Fiona Williams (1989), dentro de uma tradição crítica, constata-se que a política social se construiu na marginalização do género e da origem étnico-cultural, argumentando que não integrou o conhecimento das experiências e lutas das mulheres e população negra na provisão dos Estados de Bem Estar. Nesta perspectiva a Política social não se dá conta do racismo e sexismo presente no tipo de provisões sociais do Estado. Neste contexto, defende que é necessário trabalhar uma estratégia que integre os interesses de classe, origem étnico-cultural e género.

As políticas sociais e o Estado de Bem Estar, reproduzem assim, as condições de subordinação e discriminação das mulheres e, por conseguinte, nas instituições que implementam as medidas de política social.

Em Portugal, desde Abril de 1974, assistiu-se a uma evolução legislativa no sentido da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens, no entanto, a esta igualdade consagrada na lei não tem correspondido uma igualdade na prática, vivemos,

---

<sup>174</sup> Diagnóstico Social do Município da Amadora, elaborado no âmbito da Rede Social, em 2004

num mundo e numa sociedade em que persistem as desigualdades a diversos níveis, continuando a verificar-se a subalternização das mulheres em muitas esferas da sociedade.

É neste contexto que a mulher é a primeira a sofrer as consequências dos períodos de recessão económica do sistema capitalista, são as primeiras a serem despedidas e as últimas a conseguir um emprego bem remunerado ou socialmente prestigiante. Ao entrar no mercado de trabalho reproduz muitas das actividades domésticas, que antes efectuava na esfera privada. É o sector terciário que oferece mais possibilidades de trabalho às mulheres, concentrando-se sobretudo nos serviços onde a relação interpessoal é mais forte. É também de realçar que estes serviços são geralmente os mais mal remunerados.

A par desta situação, verifica-se uma baixa representação feminina na tomada de decisão, bem como a intensificação de maus-tratos contra as mulheres e sua maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, a sua precariedade laboral e uma afectação não equitativa das responsabilidades familiares e domésticas.

São fundamentais as políticas, que integrem e incorporarem, a perspectiva de género, pois “a integração da perspectiva de género é, internacional e nacionalmente reconhecida enquanto estratégia de promoção da igualdade de género. O objectivo desta estratégia é “incorporar uma perspectiva de género em toda a legislação, políticas, programas e projectos”<sup>175</sup>.

Na sequência do II Plano Nacional para a Igualdade (2003-2006)<sup>176</sup>, por incumbência da então Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Perista e Silva participaram na elaboração de linhas de orientação para a construção de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos resultados das políticas para a igualdade, nomeadamente, instrumentos para avaliação preliminar e avaliação posterior do impacto diferenciado segundo o género, de todas as políticas (2005: 8).

---

<sup>175</sup> Plataforma de Acção de Pequim 1995 & Iniciativas e Acções Futuras – Igualdade de género, desenvolvimento e Paz para o século XXI.(2001) Agenda Global nº 5, Lisboa:CIDM, Presidência do Conselho de Ministros.pp.248

<sup>176</sup> O II Plano Nacional para a Igualdade (2003-2006), implementado pela, então, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, explicitava a “necessidade de integrar a perspectiva de género de um modo sistemático na agenda política e assegurar que todos os actores envolvidos na sua implementação reconheçam esta dimensão das medidas a adoptar ou em execução. As políticas têm implicações diferentes na vida dos homens e das mulheres por isso é fundamental que a sua definição seja precedida por uma avaliação do respectivo impacto na vida de uns e de outras”.

O documento elaborado foi colocado à disposição dos agentes da administração pública incumbidos da aplicação do *mainstreaming* de género, podendo também ser útil a outras organizações.

Nos últimos anos, a política nacional, neste âmbito, prende-se com compromissos políticos internacionais, que convém fazer referência. Nesta perspectiva, Perista e Silva (2005) destacam:

- A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da Organização das Nações Unidas, ratificada por Portugal em 1980. Esta Convenção implica a adopção de princípios e de políticas e define áreas de intervenção como: educação, emprego, saúde, a vida económica, a nacionalidade e cidadania, a participação na vida pública e política, o casamento e a família, a cultura, a eliminação de estereótipos e práticas tradicionais, de carácter negativo, a supressão do tráfico e supressão da prostituição. Esta Convenção afirma que “a discriminação contra as mulheres viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito pela dignidade humana, que dificulta a participação das mulheres nas mesmas condições que os homens, na vida política social e económica e cultural do seu país, que cria obstáculos ao crescimento do bem-estar da sociedade e da família e que impede as mulheres de servirem o seu país e a humanidade em toda a medida das suas possibilidades”<sup>177</sup>;

- A IV Conferência Mundial sobre Mulheres da Organização das Nações Unidas, realizada em 1995<sup>178</sup>, em Pequim, em que os países aí reunidos reconhecem que “o estatuto das mulheres avançou sobre determinados aspectos, mas não de forma uniforme, continuando a persistir obstáculos e desigualdades entre mulheres e homens e nesse pressuposto decidem adoptar a Plataforma de Acção de Pequim, assegurando que a perspectiva de género esteja reflectida em todas as políticas e programas”<sup>179</sup>. Esta

---

<sup>177</sup> Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e Protocolo Opcional. (2000) Agenda global nº 4 Lisboa: CIDM, Presidência do Conselho de Ministros. pp 8

<sup>178</sup> A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, foi organizada pela Organização das Nações Unidas, entre 4 e 15 de Setembro de 1995. Participaram 189 governos e mais de 5000 representantes de 2100 ONGS. No ponto nove do presente capítulo sobre o género na definição das políticas, esta Conferência será novamente referenciada devido à sua importância.

<sup>179</sup> Plataforma de Acção de Pequim 1995 & Iniciativas e Acções Futuras – Igualdade de género, desenvolvimento e Paz para o século XXI. (2001) Agenda Global nº 5, Lisboa:CIDM, Presidência do Conselho de Ministros, pg. 15

plataforma visa o *empowerment* das mulheres e destina-se a eliminar os obstáculos à participação activa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, para que intervenham de pleno direito nas tomadas de decisão em questões económicas, sociais, culturais e políticas, o que sugere a partilha do poder e da responsabilidade entre mulheres e homens. A PAP identifica áreas críticas, como: a pobreza, as desigualdades, a inadequação e disparidade de acesso aos cuidados de saúde; a violência contra as mulheres; os efeitos dos conflitos armados; a desigualdade nas estruturas e políticas económicas; em todas as formas de actividades produtivas e acesso aos recursos; a desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e na tomada de decisão a nível geral; a insuficiência de mecanismos de promoção e progresso das mulheres; as desigualdades de género na gestão dos recursos naturais e na defesa do ambiente. A PAP estabelece, igualmente, objectivos estratégicos e medidas de acção específicas. Um desses objectivos é o da integração da perspectiva de género na legislação, nas políticas, programas e projectos oficiais, sendo que uma das medidas a adoptar pelos governos consiste em “assegurar que antes de serem tomadas decisões, se faça uma análise do seu impacto nas mulheres e nos homens” É, assim adoptada a estratégia de *mainstreaming de género*<sup>180</sup> Perista e Silva (2005: 16);

- Em 1998, o Comité de Ministros do Conselho da Europa adopta uma Recomendação sobre *mainstreaming* de género, dirigida aos seus Estados membros, Rec. Nº (98) 14;

- Em 2000, A ONU, na sequência da avaliação do primeiro quinquénio de vigência da PAP, procedeu à actualização do seu programa de acção para o futuro, reafirmando o apoio a “programas para a igualdade entre mulheres e homens (...) que contribuam para o *empowerment* das mulheres” e ao desenvolvimento de instrumentos e mecanismos necessários para o seu acompanhamento e avaliação”;

- A Comissão Europeia, reconhece formalmente o *mainstreaming* de género, no seu Programa de Acção Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades (1991-1995), sendo

---

<sup>180</sup> *Mainstreaming de género* consiste na (re)organização, na melhoria do desenvolvimento e na avaliação dos processos de implementação das políticas, por forma a que a perspectiva da igualdade de género seja incorporada em todas as políticas, a todos os níveis e em todas as fases, pelos actores geralmente implicados na decisão política” Perista e Silva (2005: 18).

reforçada esta medida no IV Programa de Acção Comunitário sobre Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens (1996-2000). O Tratado de Amesterdão incorpora o compromisso com o o *mainstreaming* de género, tornando-se um requisito dos fundos Estruturais e da Estratégia Europeia para o Emprego. Em 1998, foi, também lançado um Guia de Avaliação do Impacto em Função do Género.

- Actualmente, em Portugal, está em vigor o III PNI - Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género<sup>181</sup>, que se enquadra nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, entre os quais se destacam a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção para a eliminação de todas as discriminações contra as mulheres e o seu protocolo Opcional (ONU, 1999); a Carta Social Europeia, a Plataforma de Acção de Pequim.

Integra-se, também, num conjunto de orientações estratégicas e instrumentos, nomeadamente: no âmbito da União europeia, a Estratégia de Lisboa (2000), o Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006.2010), bem como o Pacto Europeu para a Igualdade de Género (2006), tendo como referência as Recomendações e Resoluções adoptadas pelos órgãos de diferentes organizações internacionais, nas quais Portugal se encontra representado.

O III PNI inscreve-se, também nos compromissos assumidos, a nível nacional, em matéria de igualdade de género, nomeadamente, no Programa XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano (2005 – 2009) e está estruturado por áreas estratégicas de intervenção, destacando-se:

Área I – Perspectiva de género em todos os domínios de política;

Área II - Perspectiva de género em domínios prioritários de política;

Área III - Cidadania e Género, que tem como principal objectivo promover uma participação activa, responsável e paritária, alicerçada numa cultura de responsabilidade que valorize a acção colectiva, como factor de crescimento pessoal e como mecanismo de inversão de trajectórias de exclusão social;

---

<sup>181</sup> III PNI - Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010). A igualdade de oportunidades é um princípio da Constituição Portuguesa e uma das tarefas fundamentais do Estado Português, da responsabilidade de todos os poderes públicos, em particular da Administração Central e Local

Área IV - Violência de género, que enuncia as políticas e respectivos objectivos desenvolvidos no III Plano Nacional Contra a Violência doméstica<sup>182</sup>. Um dos objectivos centrais desta área é adoptar políticas e medidas que respondam às necessidades de protecção e de assistência das vítimas de violência de género e promover uma cultura de cidadania;

Área V – é direccionada para a integração da “Perspectiva de Género no Plano Internacional e na Cooperação para o Desenvolvimento e a área VI contempla o “Acompanhamento e Avaliação”.

No que se refere à Área IV sobre o Plano de “Violência de Género” valerá a pena tecer algumas considerações, pois a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, tem assumido nas últimas décadas uma visibilidade crescente, tanto ao nível nacional como ao nível internacional.

Sobre esta questão, o bairro Casal da Mira não é excepção, sendo esta situação evidenciada pelos testemunhos de algumas mulheres entrevistadas, no âmbito do presente estudo. Das 23 mulheres entrevistadas, 7 verbalizaram episódios de violência, por parte dos companheiros ou ex-companheiros, dos quais se apresenta um exemplo<sup>183</sup>:

*“Depois, eu fui para França....Fui por necessidade e também por causa do que ele me fazia quando vinha...humilhava-me.....eu sentia muito revolta, sentia muito desgosto, não conseguia viver aqui.....a única certeza que eu tenho é que não vou ficar nessa casa, porque eu não quero pôr a minha vida em risco”.* (Joaquina, 36 anos)

Segundo a Plataforma da Acção de Pequim - PAP, a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objectivos da igualdade, do desenvolvimento e da paz, viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Embora a violência doméstica atinja as crianças, os idosos, pessoas com deficiência, a realidade comprova que as mulheres continuam a ser o grupo onde se verifica a maior parte das situações.

---

<sup>182</sup> III Plano Nacional Contra a Violência doméstica, tem como objecto primordial de intervenção o combate à violência exercida directamente sobre as mulheres, no contexto das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas. Compete à CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género a dinamização, o acompanhamento e a monitorização das medidas constantes do Plano.

<sup>183</sup> Esta questão é abordada, no capítulo 1, no ponto cinco sobre a caracterização da amostra, em que se apresentam as trajectórias das mulheres entrevistadas.

A violência de género, enquanto atentado aos direitos humanos “constitui um dos expoentes máximos da desigualdade histórica entre homens e mulheres, tratando-se de um fenómeno global, estrutural, integrando-se nos modelos de relações familiares e sociais, públicas e privadas”<sup>184</sup>. A melhor definição encontrada para o conceito considera “*La violencia de género es, pues, la manifestación extrema de la desigualdad, la evidencia de un déficit democrático y uno de los síntomas de la incompleta ciudadanía de las mujeres. U es además en el ámbito de las relaciones de pareja donde esta ciudadanía incompleta tiene su máxima plasmación. En este espacio, la magnitud del fenómeno violento cuestiona día a día los derechos fundamentales de ciudadanía de muchas mujeres – derecho a la vida, a su integridad física y psíquica, a su salud, a su dignidad y libertad-, que constituyen los valores inviolables de la persona sobre los que se fundamenta nuestro orden democrático*”<sup>185</sup>.

De salientar que têm sido realizados estudos, quer ao nível dos governos dos países e ao nível de diversas instâncias internacionais, mas também ao nível da sociedade civil, implicando-se nesta problemática, organizações não governamentais, comunicação social, toda a comunidade escolar e personalidades. Surgiram recomendações e resoluções europeias que apontam para um combate estruturado contra a violência sobre as mulheres, com particular destaque para a violência doméstica como um fenómeno social e de saúde pública, como refere o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002).

Em Dezembro de 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que afirma: «A violência contra as mulheres é uma manifestação da desigualdade histórica das relações de poder entre sexos, que conduziram à dominação sobre as mulheres e à discriminação contra as mulheres por parte dos homens, e à obstaculização do seu pleno progresso...»

Relativamente às políticas e medidas referenciadas é, no entanto de referir que, apesar da evolução legislativa relativamente às questões da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, esta continua a ser a ser um objectivo a alcançar e não uma realidade, pois as mulheres, neste caso as mulheres residentes no Casal da Mira,

---

<sup>184</sup> III PNI - Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), pg. 36

<sup>185</sup> In Plan Nacional de Sensibilización y Prevención de la violencia de género (Espanha), pag. 3. De salientar que o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (português) apenas define o conceito de violência doméstica, não se referindo ao conceito de violência de género, que é mais ampla.

em especial as imigrantes continuam a sofrer desigualdades em todas as áreas da vida, profissional, familiar e social.

Como conclusões do presente capítulo, salienta-se que o conceito de género se refere aos atributos sociais, papéis, actividades, responsabilidades, poderes e necessidades relacionadas com o facto de se ser homem (masculino) ou mulher (feminino) numa dada sociedade e num dado tempo.

Dada interdisciplinaridade das questões de género, as ciências sociais, como a sociologia, a psicologia e a antropologia, têm demonstrado como a diferenciação sexual é um elemento constitutivo fundamental da identidade de cada pessoa e das relações sociais.

Das interacções que se estabelecem nas relações sociais, constata-se desigualdades, que se podem traduzir em relações de opressão de género, em que os homens são privilegiados. No entanto, como sugere Dominelli (2006), a participação e organização das mulheres na sociedade, podem transformar as suas posições para reforçar o seu poder, na promoção da mudança, de acordo com suas aspirações e necessidades.

Salienta-se, também a necessidade de integrar a perspectiva de género na análise do multiculturalismo, que caracteriza a população em estudo, evitando que se reproduzam esquemas de subalternidade e visões culturais redutoras.

Uma questão a sublinhar é o papel da família na sociedade, pois, apesar das alterações que se verificam no seu seio, continua a desempenhar um papel de grande importância, pois, para além de cumprir funções afectivas e rituais, constitui, também uma rede de recursos fundamentais para os indivíduos.

Quanto à importância da inclusão de género nas políticas, é de referir que, o ponto seis, específico desta questão, reflecte essa preocupação ao nível legislativo, no entanto apesar da evolução legislativa, a igualdade de direitos está longe de ser efectivada em muitos contextos, designadamente o contexto do estudo.

Com base nestes pressupostos é possível desenvolver um modelo de intervenção que respeite os direitos humanos, ou seja, uma intervenção social para a cidadania, cuja perspectiva será abordada no capítulo sobre o Serviço Social. Neste sentido, a participação como exercício de cidadania implica a existência de processos de mudança quer ao nível individual, quer ao nível das instituições e das comunidades, fomentando a criação de espaços de participação, que ganham vida através da aproximação de actores públicos e privados, tornando-se instrumentos de cidadania.

## **Capítulo 5 - DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS DE HABITAÇÃO SOCIAL – TEORIAS, MODELOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**

Com este capítulo pretende-se compreender e sistematizar a informação sobre algumas teorias e modelos de intervenção do Serviço Social, que de algum modo se prendem com o objecto de estudo da presente investigação.

Partiu-se do quotidiano das mulheres residentes no bairro Casal da Mira, para perceber as dinâmicas locais e os impactos da mudança resultante do realojamento. Para além das entrevistas às mulheres, procedeu-se, também à auscultação de assistentes sociais cuja intervenção se prende directa ou indirectamente com a realidade dos bairros de realojamento social, partindo da sua experiência e na forma como se desenvolve a intervenção do Serviço Social no contexto do estudo, bem como as perspectivas das assistentes sociais relativamente a essa intervenção.

Antes de elencar alguns modelos e teorias, convém tecer algumas considerações prévias relativamente aos valores, deontologia e prática do Serviço Social.

Payne (2002) defende que os valores do Serviço Social são essencialmente humanistas<sup>186</sup>. Efectivamente, os Direitos Humanos são inseparáveis da teoria, valores, deontologia e prática do Serviço Social. Os direitos correspondentes às necessidades humanas têm de ser garantidos e promovidos e traduzem a motivação da acção do Serviço Social, pelo que a sua defesa deverá fazer parte integrante do próprio Serviço Social (Organização das Nações Unidas, 1999).

Ao Serviço Social está subjacente, um conjunto articulado de valores, de teorias e de práticas. É neste pressuposto que se enquadra a definição de serviço social “o exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade de empenhamento das pessoas na melhoria do bem-estar. Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o Serviço Social focaliza a sua intervenção

---

<sup>186</sup> O humanismo considera que os seres humanos são parte integrante da natureza. Como seres sociais encontram o seu significado nos relacionamentos, no respeito, compreensão e a interpretação das suas experiências. As pessoas são o objectivo fulcral do serviço social e os valores éticos derivam dos interesses e necessidades humanas.

no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o Serviço Social”<sup>187</sup>.

O Serviço Social, tal como já foi referido, desenvolve-se a partir dos ideais de humanismo e democracia e os seus valores radicam no respeito pela igualdade, valor e dignidade de todos. Desde início, o Serviço Social centrou a sua acção na resposta às necessidades das pessoas, bem como o desenvolvimento das capacidades do ser humano.

Solidariamente com os mais desfavorecidos, visa combater a pobreza e exclusão social e ajudar pessoas vulneráveis e oprimidas a autonomizar-se, promovendo a sua inclusão social. Os valores subjacentes ao Serviço Social constam de códigos de ética da profissão a nível nacional e internacional.

A metodologia do Serviço Social apoia-se num conjunto de conhecimentos empíricos, resultantes de investigação e de avaliação de experiências práticas, incluindo conhecimentos específicos, inerentes a determinados contextos locais. O Serviço Social tem em conta a complexidade da interacção entre os seres humanos e o meio que os rodeia e a capacidade destes para o modificarem, incluindo os factores de âmbito bio-psicossocial. O exercício da profissão apoia-se em teorias de desenvolvimento de comportamento humano e ainda de sistemas sociais para analisar situações complexas e proporcionar transformações a nível individual, organizacional, social e cultural.

## **1 – Teorias e Modelos de Intervenção do Serviço Social e a sua relação com o Contexto do Estudo**

A teoria pode ser vista como uma estrutura lata capaz de organizar e ordenar a pesquisa, ou como um conjunto de conceitos gerais que são úteis na orientação da investigação ou, ainda, como uma orientação específica capaz de dirigir o investigador para problemas e questões bem conhecidas. O campo da teoria caracteriza-se por algumas dicotomias clássicas que carecem de resolução, em particular as tensões e contradições entre acção e praxis, acção social e estrutura, abordagem micro e macro, para além da dicotomia básica entre indivíduo e sociedade (Turner, 2002).

---

<sup>187</sup> Definição adoptada na Conferência organizada pela FIAS – Federação Internacional de Assistentes Sociais e a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social realizada entre 29 de Julho e 2 de Agosto de 2000, no Canadá.

A epistemologia do Serviço Social está na relação teoria e prática. Howe (1999), considera que a teoria é o que permite definir as formas de ver o mundo e explicar o comportamento das pessoas, dos objectos e as situações. A este respeito, Ferreira (2011) aponta para a necessidade de se aprofundar o debate sobre a epistemologia do Serviço Social, designadamente sobre os valores na construção do objecto do conhecimento do Serviço Social e o papel da experiência na construção do conhecimento em Serviço Social, utilizando instrumentos com origem no Serviço Social ou recorrendo a outras ciências.

O papel das teorias no Serviço Social é o de orientar e construir conhecimentos crítica e reflexivamente, embora não se esgote neste domínio. Constitui-se como fundamento da construção da identidade profissional, entendida como uma racionalidade crítica e reflexiva que permita a construção epistemológica do que lhe é próprio e específico. A produção de conhecimento, associada à investigação é, igualmente, fundamental para dotar de pertinência e legitimidade o Serviço Social contemporâneo (Restrepo, 2003: 21, 45, 134).

Nesta perspectiva, coloca-se então uma questão que tem a ver com a própria “estrutura sincrética do Serviço Social” (Netto, 2001), que resulta do duplo estatuto do Serviço Social, enquanto campo teórico e prático-profissional. Constitui, pois, uma disciplina cruzada de diferentes problemáticas, diferentes abordagens teóricas e simultaneamente combina conhecimentos teóricos e técnicos e posiciona-se politicamente frente à chamada “questão social”.

Por outro lado, o Serviço Social incorpora no seu corpo de conhecimentos, contributos que vêm de outras áreas de produção científica, o que não invalida que se constitua como uma área específica do saber, traduzidas nas “teorias do Serviço Social”.

O Serviço Social pode ser considerado como “uma disciplina científica autónoma na medida em que se dedica ao estudo especializado de uma parte da natureza social do ser humano ou de outras actividades, consideradas no domínio das ciências sociais” (Ferreira, 2011: 10,11). Nesta perspectiva, afirma o autor, o Serviço Social tem de desenvolver e aprofundar o debate aprofundado e sustentado no campo da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade na construção de domínios específicos da sua acção enquanto área científica das ciências sociais.

Para Payne (2002), a teoria do Serviço Social é construída socialmente, através de interacções com os utentes, pelas mesmas forças que constroem a actividade. Esta deve ser vista como uma representação de compreensões mais ou menos acordadas no âmbito de

agrupamentos sociais, reflectindo também os antecedentes históricos do contexto teórico, ocupacional e assistencial (Payne, 2002: 45, 46).

Payne (2002), defende que o Serviço Social faz parte de uma rede de ocupações que trabalham num território ou espaço social relacionado com a acção interpessoal ou social e propõe uma análise do Serviço Social como um discurso entre três visões, que se apresentam ligadas entre si: reflexiva-terapêutica- reflexão que o profissional faz antes de intervir e que deve servir de experiência acumulada para outras experiências; socialista – colectivista que aponta para as questões estruturais e a individualista – reformista, que se pode identificar com a intervenção casuística, ligada à manutenção da ordem. Para o autor, o Serviço Social é um discurso entre ideias em interacção, que não são estanques, por isso nenhuma das três visões do Serviço Social é capaz de fornecer uma perspectiva completa sobre o Serviço Social e, por isso, os assistentes sociais, frequentemente, operam no âmbito de uma ou outra visão do Serviço Social, o que acaba por ter implicações para a visão que têm do seu papel dentro do Serviço Social. Payne defende, ainda que “na sua prática, os trabalhadores sociais implementam diferentes visões do papel social da sua profissão, introduzindo análises heterogéneas do seu mundo social “(Payne, 2002:405). Daí decorre o recurso a diversos modelos teóricos para a construção de um modelo de intervenção de Serviço Social que responda à realidade que integra o contexto do estudo, reconhecendo as características da população e dos problemas que se colocam que correspondem a uma realidade multidimensional e multifacetada.

Uma discussão teórica que se coloca na abordagem dos modelos de intervenção<sup>188</sup> do Serviço Social tem a ver com estrutura e acção e consiste em analisar até que ponto os indivíduos são determinados pela estrutura e pelo ambiente que os rodeia, ou se o indivíduo tem capacidade de auto-determinação e, ele próprio altera as estruturas em que está inserido.

Outra questão, não menos importante prende-se com conflito/versus ordem. Os que se colocam na perspectiva do conflito consideram que a sociedade, têm em si contradições geradoras de conflito. Na perspectiva da ordem e da coesão, a sociedade é vista como uma

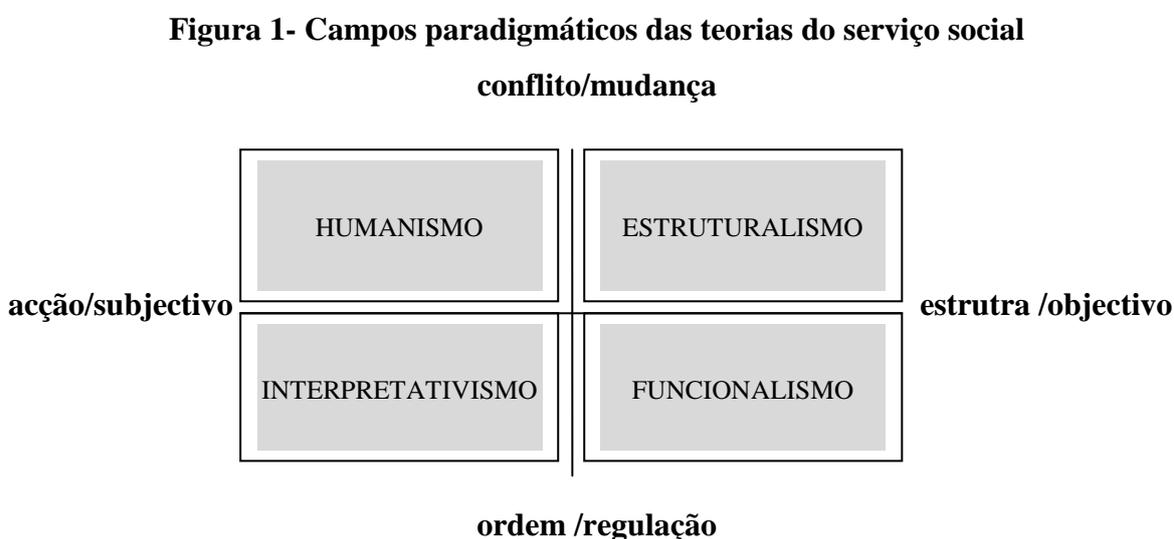
---

<sup>188</sup> A intervenção profissional do serviço social foi desenvolvendo e aplicando um conjunto de modelos para enfrentar os problemas sociais na sua dimensão individual-familiar, na sua dimensão de grupo e colectiva, modelos desenvolvidos a partir das diferentes teorias apresentadas pelas ciências humanas e sociais (Duranquet, 1996:4)

estrutura/sistema com um equilíbrio tendente para a estabilidade, enquanto, que na perspectiva da desordem/conflito, a mudança acontece, através do conflito entre classes que se opõem, reflectindo as desigualdades estruturais.

A partir de David Howe (1987)<sup>189</sup>, apresenta-se uma interpretação sobre os diferentes posicionamentos e a que tipos de abordagens metodológicas conduzem na prática profissional (Figura 1).

A partir dos dois eixos fracturantes herdados da teoria social, é possível definir quatro pólos cruzados: O que vai da acção à estrutura e o que vai do conflito à ordem. Este cruzamento faz emergir quatro campos teóricos paradigmáticos, onde se podem inscrever as diferentes teorias do serviço social:



Fonte: David Howe, 1987:46

Cada um dos campos identificados propõe formas distintas de análise e compreensão dos fenómenos sociais, bem como formas diferentes de pensar o Serviço Social. O humanismo aponta para a consciencialização, o estruturalismo para a revolução,

---

<sup>189</sup> David Howe (1987) refere que a teoria do serviço social é atravessada por dois eixos analíticos fundamentais: sujeito/objecto e conflito/ordem. O autor, numa obra sobre a introdução à teoria do serviço social defende que a teoria do serviço social deriva tanto da sociologia como da psicologia, não referenciando a filosofia, a economia, ou a antropologia. Refere, também o autor que não é possível estabelecer a unificação das teorias nesta área.

o interpretativismo para a procura dos sentidos, e o funcionalismo aponta para uma prática dirigida para a estabilidade<sup>190</sup>.

O humanismo reporta-se ao Serviço Social Crítico e baseia-se na perspectiva humanista que têm como horizonte a *conscientização* sobre a opressão, assim como o desenvolvimento de competências das pessoas para se oporem à opressão no contexto envolvente. Trata-se de uma visão em que o indivíduo se encontra num contexto de mudança social. Podem enquadrar-se aqui as teorias anti-opressivas.

A segunda corrente teórica identifica-se com a perspectiva estruturalista, em que os problemas sociais surgem da estrutura e do sistema e não das falhas dos indivíduos. As desigualdades são expressas através de uma ordem social. Nesta perspectiva pressupõe-se que para se promover a mudança será necessário entrar em ruptura com as estruturas sociais. Esta tendência reporta-se ao Serviço Social Radical.

O terceiro tipo de abordagens centra-se na pessoa e reporta-se ao Serviço Social Interaccionista. Procura-se o sentido das acções individuais e encontrar formas de promover a inserção social, designadamente através do contrato entre o utente e o assistente social, na perspectiva da manutenção da ordem dominante.

As perspectivas teóricas ligadas ao funcionalismo passam pela tradição psicanalista e reportam às teorias comportamentais em que os indivíduos são receptores de estímulos e produzem respostas. Estas teorias visam o desenvolvimento de um sistema em equilíbrio e

---

<sup>190</sup> Funcionalismo é uma corrente que se identifica com a formulação de postulados de unidade funcional e universalistas. Assenta na noção de equilíbrio social que se atinge quando o sistema permanece estável, organizado e em ordem, identificando-se com os princípios de adaptação, integração, prosseguindo objectivos com vista à manutenção de sistema.

Interpretativismo é uma corrente que veio introduzir um novo nível de análise focada na interpretação dos símbolos e do significado. A Escola interpretativista adopta como objecto de estudo o modo como as pessoas entendem e interpretam o que as rodeia, assim como as suas acções e discursos.

Humanismo acredita na capacidade dos seres humanos para fazerem as suas escolhas e agirem livremente.

Estruturalismo é a teoria que se preocupa com o todo e com o relacionamento das partes na constituição do todo. A totalidade, a interdependência das partes e o facto de que o todo é maior do que a simples soma das partes são as suas características básicas.

todas as ameaças a este equilíbrio constituem uma patologia. Estas teorias podem identificar-se como sistémicas.

Em seguida apresentam-se algumas teorias de Serviço Social que, de algum modo, se relacionam com a realidade estudada e fazem parte do referencial teórico-prático das assistentes sociais entrevistadas. As entrevistas revelam algumas preocupações e posicionamentos, que se podem identificar com essas teorias, embora, nem sempre de forma explícita.

## **2 - Teoria Geral de Sistemas e Teoria Ecológica**

A teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy (1971) é uma teoria biológica, que considera que todos os organismos são sistemas. Esta teoria defende que as pessoas dependem de sistemas no seu ambiente social imediato para conseguirem uma vida satisfatória. Estes sistemas podem ser informais, formais e societários. O modelo consiste na análise das interrelações recíprocas e complexas que se estabelecem entre esses sistemas.

Na sua aplicação, a teoria geral dos sistemas pode ser considerada como uma ciência holística, pois influenciou as ciências naturais, as ciências humanas, as ciências políticas e sociais, assim como a informática, a inteligência e a ecologia.

Viscarret (2009:264, 265) identifica três conceitos básicos da teoria geral dos sistemas, que constituem três paradigmas. Em primeiro lugar, a totalidade, pois “o todo é mais do que a soma das partes”. Todo o sistema tem um ou mais objectivos e inclui componentes que interactuam e interagem, de forma a atingir uma meta, um estado final ou um estado de equilíbrio. O segundo paradigma importante da teoria sistémica traduz-se na relação entre o todo e o ambiente social. O sistema prossegue um objectivo, pelo que os seus componentes ou partes integrantes são interdependentes, estabelecendo-se um fluxo de entradas e saídas, nas quais se baseia a sua relação com o ambiente social. Este segundo paradigma explica a existência de uma grande variedade de sistemas e de tipologias para os classificar. O terceiro paradigma sistémico centra-se na autorreferência dos sistemas, que tem a ver com a complexidade pelo elevado número e tipo de interacções, de conexões possíveis, que tornam difícil estabelecer relações lineares. Esta complexidade deriva, em grande parte do aumento de processos de diferenciação que se verificam nas sociedades modernas.

Tal como afirma Malcolm Payne (1994), esta teoria tanto pode ser aplicada aos sistemas biológicos como aos sistemas sociais (grupos, famílias e sociedades), na medida em que, um ser humano é parte de uma sociedade e argumenta que o valor da teoria dos sistemas está no facto de lidar com “totalidades”, em vez de tratar partes do comportamento humano ou social, como fazem outras teorias.

Os modelos sistémicos de intervenção do serviço social mais relevantes são o modelo de intervenção social sistémico, apresentado por Pincus y Minaham (1973) e o modelo sistémico ecológico desenvolvido por Germain e Gitterman (1980).

Pincus y Minaham (1973) desenvolveram o modelo de intervenção social sistémico, que pretendia constituir um modelo de referência, de actuação para todo o tipo de prática profissional de serviço social. Nesse sentido, o modelo baseado na teoria geral dos sistemas, partia do princípio de que as pessoas para realizarem os seus planos e para a superação das dificuldades dependem do apoio dos sistemas sociais existentes, devendo o Serviço Social centrar a sua atenção e actuação nos ditos sistemas sociais. Segundo os autores, existem três sistemas básicos: os sistemas de recursos, informais ou naturais, como a família, os amigos, os vizinhos, os companheiros de trabalho; os sistemas formais, como as organizações de que o indivíduo faz parte ou grupos comunitários, sindicatos, partidos políticos, associações de moradores, etc. e os sistemas sociais, como as escola, a saúde, etc (Viscarret (2009:273, 274).

O Serviço Social assim entendido, baseia-se nas interacções entre as pessoas e sistemas num determinado contexto. A definição dos autores do modelo acentua esta conexão entre as pessoas e sistemas de recursos e sobre os problemas que enfrentam, tanto as pessoas individuais, como os sistemas, na medida em que o serviço social apoia as pessoas que se encontram em situações difíceis, promovendo o acesso a recursos e serviços que lhes permitam superar as dificuldades com que se deparam, apoiando-as, na realização das suas expectativas e ideais e com vista ao seu bem-estar. O Serviço Social ocupa-se, igualmente da interacção das pessoas com as suas redes e sistemas de recursos (Viscarret, 2009: 275).

A teoria ecológica dos sistemas pode ser aplicada no desenvolvimento social e articula-se bem com a estrutura institucional e com as teorias psicológicas, mas integra-se num enquadramento mais amplo.

Na prática do Serviço Social, a teoria dos sistemas ecológicos<sup>191</sup>, também chamada de “modelo da vida” desenvolvido por Germain e Gitterman (1980) “vê as pessoas como uma constante adaptação num intercâmbio com muitos aspectos diferentes do seu ambiente. Ambos mudam e são mudados pelo ambiente, onde nos podemos desenvolver através de mudanças que são apoiadas pelo ambiente, podendo assim dizer-se que existe uma adaptação recíproca. Os problemas sociais (tais como a pobreza, a discriminação ou a estigmatização) poluem o ambiente social, reduzindo a possibilidade de uma adaptação recíproca (.....). Os sistemas da vida (individualizados e em grupo) devem manter um ajustamento com o seu ambiente. Todos precisamos de inputs apropriados (como informação, comida e recursos) para nos mantermos e desenvolvermos” (Payne, 2002: 205).

Quando as transacções perturbam o equilíbrio adaptativo resulta o stress, e daí surgem problemas no entrosamento entre as nossas necessidades e capacidades e o ambiente. O stress resulta de transições de vida, pressões ambientais e processos interpessoais. Este modelo considera que os problemas surgem da dificuldade de adaptação das pessoas às alterações nas suas vidas e valoriza a cognição e a capacidade de controlar o mundo exterior.

Ao relacionarmos esta teoria com o contexto do estudo, podem observar-se estas situações, nomeadamente na adaptação da população ao novo espaço – Casal da Mira, em consequência do realojamento, tal como foi referido no primeiro capítulo.

---

<sup>191</sup> Níveis ou sistemas ecológicos (Bronfenbrenner, 1996):

Micro-sistema: São os cenários imediatos nos quais ocorre o desenvolvimento do indivíduo. Estando mais próximo do indivíduo é aquele em que este pode intervir mais directamente, e que, por seu turno, mais directamente intervém no seu processo de desenvolvimento.

Meso-sistema: São relações entre os micro-sistemas, nos quais o indivíduo experiencia a realidade. Mede-se a riqueza de um meso-sistema pelo número e pela diversidade e qualidade das suas conexões.

Exo-sistema: São contextos que não implicam a participação activa do indivíduo, mas onde ocorrem situações que afectam ou são afectadas pelo que acontece no contexto imediato em que o indivíduo se movimenta.

Macro-sistema: Refere-se à organização geral do mundo, de um determinado país, tempo histórico, etc. Todos os sistemas anteriores são influenciados pelo macro-sistema Contexto cultural, societal e ecológico.

*“A primeira sensação que tive foi horrível.....nós não queríamos sair de lá porque tínhamos as nossas casas, tínhamos as nossas raízes, fizemos lá uma família e queríamos viver lá.....a Damaia é um bom sítio para morar.”* (Margarida, 38 anos)

A prática do modelo de intervenção apresentado tem como objectivo principal, desenvolver as capacidades adaptativas das pessoas e influenciar os seus ambientes para facilitar o processo de adaptação.

Reflectindo sobre a aplicabilidade das teorias apresentadas ao contexto do estudo, o modelo ecológico apresenta algumas vantagens (Trevithick, 2005), que podem aplicar-se à população residente no bairro Casal da Mira:

- Permite lidar com a complexidade de factores que se desenvolvem no indivíduo, evitando assim, avaliações e intervenções simplistas;
- Proporciona um quadro teórico que permite articular as variáveis que se entrecruzam no desenvolvimento pessoal e no contexto;
- Permite analisar o impacto das políticas governamentais no dia, a dia dos indivíduos – um aspecto muito importante nas questões da exclusão social e pobreza.
- Não individualiza os problemas e as soluções;
- Promove o desenvolvimento de uma relação mais igualitária e não autoritária entre os profissionais e o cidadão - utente com vista ao desenvolvimento de uma relação positiva e significativa entre eles.

Face a uma situação - problema, os profissionais deverão analisar os factores de risco e os factores de protecção presentes nos diferentes sistemas, de modo a eliminar ou atenuar os primeiros e a potenciar os segundos.

Indo ao encontro deste modelo de intervenção do Serviço Social, uma assistente social, afirmava:

*“Os técnicos de serviço social intervêm com as pessoas, para trabalhar as competências, para melhorar a sua integração social e para que estas tenham uma melhor qualidade de vida.”* (AS 7)

Apesar das vantagens do modelo, também existem constrangimentos, na sua aplicação. Para além da necessidade de formação dos profissionais, é necessário existirem os recursos para que a intervenção seja bem sucedida.

### **3 – Modelo Humanista e Existencial**

O modelo humanista-existencial tal como o próprio nome indica baseia-se nos conceitos teóricos do humanismo e do existencialismo. O humanismo acredita na

capacidade dos seres humanos para fazerem as suas escolhas e agirem livremente. A filosofia existencial está relacionada com o significado da existência para os seres humanos. Parte da ideia de que adquirem poder pessoal para controlarem as suas vidas e mudarem as ideias governando a forma como vivem. “As pessoas agem no ambiente e são influenciadas pelo ambiente” Payne (2002: 243).

Esta perspectiva, defendida por Payne (2008)<sup>192</sup> encara o Serviço Social como um encontro entre seres humanos, que envolve todas as pessoas, numa determinada *performance*, representando o mundo real nesse encontro. Assim para entender o que é o serviço social temos que compreender todos esses elementos, principalmente, o significado de ser humano, o que envolve tanto o psicológico, como o social, físico e ambiental. Por outro lado, para intervir na interacção das pessoas com o ambiente que as rodeia implica uma visão do todo.

Como fontes de conhecimento do humano no Serviço Social, temos: a psicologia humanista; o humanismo e os direitos humanos, cujos focos são: o holismo; a integração com o ambiente; a consciencialização, capacidade de escolha e responsabilidade; a intencionalidade e sentido e a igualdade e liberdade.

O humanismo é um elemento fundamental no Serviço Social, de tal forma que, muitas vezes não é visto como uma perspectiva, mas como uma posição filosófica que informa a prática.

Franklin e Laird (1995) argumentam que as visões de construção social e construtivistas podem constituir uma importante mudança na forma como as teorias do Serviço Social são consideradas. Estes autores defendem que devem ser desenvolvidas as questões retiradas da prática. Também a terapia familiar tem sido relevante, adoptando aspectos da construção social e do construtivismo, trabalhando a auto-estima das pessoas e a auto-compreensão no sentido da capacitação.<sup>193</sup>

Tal como afirma Payne (2002), Carl Rogers é o escritor humanista mais importante na terapia e que mais influenciou o Serviço Social, sobretudo, no aconselhamento. Segundo o autor, a postura do assistente social não deve ser crítica e deve envolver a “escuta activa”, a “empatia” e a “amizade autêntica”. Defende, também o autor que

---

<sup>192</sup> Intervenção de Malcolm Payne no Congresso do Serviço social, no ISSS-Universidade Lusíada de Lisboa, em 6, 7 e 8 de Novembro de 2008

<sup>193</sup> Conceito desenvolvido no último ponto do presente capítulo.

deveríamos capacitar as pessoas a assumirem a “seu poder pessoal” que todos nós possuímos para atingir os seus objectivos (Rogers, 1977). De referir, que estas ideias humanistas estenderam-se, também no trabalho comunitário.

O existencialismo refere-se à forma como fazemos frente ao facto de que a existência nos leva a querer viver uma vida que em si mesma tem muitos aspectos insatisfatórios. Para mudar, as pessoas precisam de alargar o alcance dos seus interesses, mas concentrar-se nos seus interesses particulares.

A aplicação do modelo humanista-existencial ao Serviço Social apresenta três enfoques: O modelo centrado no utente; a terapia Gestalt; o trabalho social existencial e a análise transaccional (Viscarret, 2009). No entanto, não se pretende aqui desenvolver cada um dos enfoques. A apresentação deste modelo prende-se com o facto de alguns aspectos da teoria aparecerem espelhados nalgumas afirmações das assistentes sociais entrevistadas, no âmbito do presente estudo, embora não identifiquem o modelo:

*“ ... a profissão existe, porque existem pessoas que precisam dos técnicos, eu acho que nos devemos focalizar sempre nas pessoas que precisam de nós.....se não houvessem pessoas que precisassem de nós a nossa profissão não tinha razão de ser, por isso o enfoque do técnico de serviço social deve ser nas pessoas com quem trabalha, nos públicos alvo da sua intervenção e aí é defender até à última...AS 7.*

#### **4 - Modelo Crítico/Radical**

O Serviço Social Crítico desenvolve-se nos finais dos anos sessenta, princípio dos anos setenta, no Reino Unido, Canadá, Austrália e Estados Unidos. Os seus antecedentes intelectuais são muito diversos e recorrem a várias teorias sociais, como, as teorias feministas, o marxismo, o desenvolvimento comunitário, a teoria radical da educação (Freire) e a perspectiva antipsicologista.

Segundo Hearly (2001), todas as teorias socialistas críticas fundamentam-se num ideal de uma sociedade baseada na igualdade e liberdade dos seres humanos. De acordo com o autor, os fundamentos básicos mais relevantes da prática do serviço social, podem resumir-se da seguinte forma:

- As teorias sociais críticas procuram explicar a ordem social, pois visam a compreensão da sociedade, como um todo, considerando que a estrutura social global ordena e dá sentido às relações sociais, aos níveis institucionais e pessoais;

- A perspectiva do conflito é fundamental para compreender as relações de poder. A mudança só acontece, através do conflito entre classes que se opõem, por terem interesses antagónicos, reflectindo as desigualdades estruturais;

- A ênfase na autoconsciência racional como precursora da mudança, entendida como um processo de libertação pessoal e social. Salienta-se a importância da luta pela transformação social, através do processo de libertação e emancipação do ser humano, que se encontra subjugado pelas “ideologias dominantes”<sup>194</sup>.

O Serviço Social crítico caracteriza-se pela sua oposição ao carácter individualista das teorias clássicas do Serviço Social, em especial as psicanalíticas, que caracterizaram o Serviço Social nos anos 70. Defende que os indivíduos não são, nem parcial nem totalmente, culpados das circunstâncias pessoais e sociais que enfrentam, apontando como causas para essa situação opressiva, de origens sociais e as estruturas sociais.

Nesta corrente do Serviço Social crítico radical “assumem grande importância para a intervenção, os valores da equidade e justiça, o respeito pelo utente, o apoio para a solução dos seus problemas dentro dos grupos sociais e processos políticos em que se este encontra” (Viscarret, 2009: 210).

Este modelo de intervenção do Serviço Social considera que a função principal do assistente social é a conscientização<sup>195</sup> e esteve na base do movimento da reconceptualização, na América Latina<sup>196</sup>.

Como variantes principais do modelo de Serviço Social crítico radical, temos, o Serviço Social marxista, o serviço social feminista, o enfoque problematizador de Paulo Freire.

## **5 – Intervenção Comunitária e Desenvolvimento**

Ao abordar-se o termo desenvolvimento, surgem diversas noções que lhe estão associadas, assumindo diversas designações, como, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento social local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento social territorial, desenvolvimento solidário, desenvolvimento humano.

---

<sup>194</sup> Wearing, 1986, citado por Hearly, 2001 define a ideologia como “um conjunto de ideias e crenças ou visões do mundo que servem os interesses dos grupos poderosos da sociedade e perpetua de formas diferentes a subordinação dos indefesos”.

<sup>195</sup> Termo apresentado por Paulo Freire, que significa “fazer tomar consciência de”.

<sup>196</sup> Movimento baseado principalmente em diferentes filósofos marxistas, como fundamentação da teoria da praxis social, que passa a ser o eixo principal no novo serviço social.

Tal como refere Mondolfo (2005), inicialmente, o termo era concebido num sentido restrito, essencialmente económico, evoluindo para uma concepção multidimensional, valorizando os recursos internas e externos a fim de responder às necessidades humanas essenciais nos domínios da saúde, da educação, dos direitos políticos, da segurança, etc. A definição integrou, também as questões ecológicas, no respeito pelo ambiente e numa perspectiva sustentada. Progressivamente enriquecida, a noção não põe somente a tónica na dimensão económica mas incorpora a legitimidade e o poder de que as pessoas são capazes para tomar decisões que dizem respeito à sua vida, pressupondo a participação. Inclui, também os princípios de solidariedade, designadamente entre gerações, de responsabilidade face a face com a sociedade no seu conjunto, permitindo, perante uma incerteza, tornar as escolhas reversíveis e finalmente a subsidiariedade que faz com que os problemas sejam tratados mais perto dos níveis em que se colocam.

No sentido de clarificar algumas das designações ligadas ao desenvolvimento, apresentam-se os contributos de vários autores. Assim, no que se refere ao desenvolvimento comunitário<sup>197</sup>, trata-se de um conceito que tem sido utilizado com diversos sentidos, criando-se uma ambiguidade em torno da sua definição, por ser utilizado tanto como um objectivo quer como processo e também, de acordo com o contexto histórico e social.

Carmo (1999:78) distingue quatro dimensões do conceito: uma dimensão doutrinária pela implícita filosofia personalista que defende; uma dimensão teórica pelos pré requisitos de análise sociológica e económica a que se obriga; uma dimensão metodológica pelos propósitos de mudança planeada que defende e uma dimensão prática pelas consequências que a sua aplicação tem no terreno. O autor aponta como princípios que configuram as estratégias de desenvolvimento comunitário as necessidades sentidas pela população, o princípio da participação, com o envolvimento da população, o princípio da cooperação, ao envolver o sector público e privado nos projectos de desenvolvimento comunitário, a auto-sustentação dos projectos, que devem ser susceptíveis de manutenção pela população -alvo e o princípio da universalidade, abrangendo a população no seu todo.

---

<sup>197</sup> Ezequiel Ander-Egg (1980: 69) define desenvolvimento comunitário, como “ uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinadas a melhorar o seu nível de vida”.

Carmo (1999), refere, entre os modelos de práticas de intervenção comunitária, o modelo de desenvolvimento local, relativamente ao qual se apresentam algumas considerações, pelo seu interesse relativamente à intervenção a desenvolver no contexto do estudo.

Amaro (1997), entende o desenvolvimento local, como um processo de transformação e de mudança, centrado numa comunidade local. Esta surge em resultado duma construção de identidades e interesses comuns assumidos por um grupo, num determinado local. Partindo da existência de necessidades locais não satisfeitas a que se procura responder, o desenvolvimento local, baseia-se nas capacidades locais com as quais se deve aprender, assumindo uma lógica integrada.

O local é por natureza integrado, porque tudo está ligado a tudo, o que implica necessariamente um trabalho de parceria, de cooperação e definição de acções conjuntas nas quais são negociados os conflitos e construídas as solidariedades locais – o desenvolvimento local tem, portanto, uma grande diversidade de caminhos, de protagonismos e de respostas. (Amaro, 1997: 168, 169)

A luta contra a exclusão implica que o desenvolvimento local deixe de ser entendido e praticado numa lógica de crescimento económico de unidades territoriais de menor dimensão e passe a assumir-se de forma planeada, integrando mecanismos de respostas às necessidades locais que podem passar pela organização colectiva de pequena escala, verificando qual a capacidade e sustentabilidade que as associações, as instituições, os serviços e as empresas podem construir juntos. (Estivill, Jordi: 2003, 120).

O conceito de desenvolvimento local reporta-se, assim, à resolução de problemas sociais, através da participação alargada dos cidadãos e na mobilização dos recursos, capacidades, competências e competitividades locais, num trabalho em parceria. É, nesta perspectiva “ um processo de satisfação de necessidades e de melhoria de condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela, o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003:18).

O desenvolvimento local pressupõe o reforço do poder de decisão para o nível local com programas, iniciativas e projectos locais ascendentes e multi-sectoriais que apelam a um maior envolvimento da participação dos cidadãos nos seus territórios, que exigem uma maior responsabilidade individual e colectiva, possibilitando também a participação de outros actores locais.

Para Mondolfo (2005), a reflexão em torno da noção de desenvolvimento social estabelece um quadro de análise e de intervenção onde a economia é vista nas suas diferentes formas que são ao mesmo tempo articuladas entre si e profundamente enraizadas na vida social. Esta perspectiva globalizante, dinâmica, complexa e sistémica constitui um referencial para os interventores sociais.

Um projecto de desenvolvimento social, na óptica de Mondolfo (2005) inclui cinco universos sociais: a população, o organismo empregador ou a instituição, o serviço, o meio e a comunidade onde se irá desenvolver o projecto. O objectivo do actor de desenvolvimento é tornar estes cinco universos num sistema em que sejam interdependentes e complementares, mantendo relações de qualidade entre todos e motivados, num processo sistémico.

O mesmo autor considera, também que os projectos de desenvolvimento social não se podem afastar da realidade e das necessidades quotidianas, para mobilizar a população com vista à resolução dos seus próprios problemas, pressupondo uma metodologia em que seja reconhecido a cada um afirmar a sua própria identidade e de participar nas decisões, escolhas, bem como na definição, realização e benefícios com vista ao desenvolvimento das autonomias individuais e colectivas.

A partir dos conceitos apresentados, coloca-se a pertinência do Serviço Social comunitário. Weil & Gamble (2005) referem-se à intervenção comunitária como um método primordial na história do Serviço Social, ao englobar a tradição do *empowerment* da profissão e os valores da justiça social. Por outro lado, a complexidade que caracteriza as sociedades actuais, a rápida transformação económica, social e tecnológica e a globalização do comércio e da comunicação, a intervenção social na comunidade, quer a nível local, regional, nacional ou internacional torna-se um elemento ainda mais essencial para a reforçar os valores democráticos. Com todas estas mudanças globais, a protecção dos direitos humanos, particularmente os direitos das mulheres, torna-se, também essencial à construção e manutenção de comunidades socialmente mais justas.

McDonough (2001) argumenta, também, “...pela prioridade do Serviço Social comunitário para a missão profissional na sociedade contemporânea.” e baseia a sua proposta em três vertentes interligadas: valores que guiam a profissão (...), características da sociedade contemporânea e consequências (...) e a estrutura e método de intervenção comunitária. A autora considera que o trabalho comunitário oferece uma oportunidade para

os assistentes sociais contribuírem para uma sociedade mais justa e apresenta um conjunto de razões, que se seguem para justificar o argumento (McDonough, 2001:354).

Os pobres, sobretudo nas áreas urbanas, concentram-se em áreas delimitadas devido às suas circunstâncias económicas, a escolha dessas áreas de residência está condicionada pelo valor das rendas. Como resultado, há comunidades territoriais de pobres, não por escolha, mas por falta de oportunidade de escolha. Muitos dos problemas com que a população se confronta são semelhantes e, por outro lado, pertencer a estas comunidades acarreta uma imagem desvalorizada. Poderemos considerar o bairro Casal da Mira, como um desses territórios.

Estas comunidades pobres variam numa série de características. Algumas apresentam um elevado grau de interacção e reciprocidade que permite aumentar os recursos para resolver os problemas. Outras criam símbolos positivos e um sentido de pertença. Outras desenvolveram pontes com o exterior que servem para angariar recursos. Algumas têm mais do que uma dessas características, ou nenhuma.

Uma intervenção na comunidade, na perspectiva do *empowerment* requer um conhecimento profundo dessa comunidade bem como ganhar a confiança dos residentes mais respeitados, sendo mais fácil organizar grupos se a comunidade tem um grande nível de interacção, facilitando a comunicação. Por outro lado, se a identificação com a comunidade é forte, os problemas comunitários são mais fáceis de identificar, sobretudo se existirem pontes com o exterior, a negociação de novos recursos pode assentar em contactos existentes. Como qualquer outra intervenção em Serviço Social, o conhecimento de pontos fortes e fracos é essencial para o processo de intervenção.

Na intervenção na comunidade, “o utente é a comunidade e, portanto, o diagnóstico da comunidade é central para o trabalho comunitário” (Donough, 2001:356). A autora refere, também que em comunidades marginalizadas, o desenvolvimento de capital social<sup>198</sup> como base para *empowerment* na sociedade civil é essencial e entende que o capital social se desenvolve através de acção articulada de grupos. Esta acção articulada é uma faceta de aquisição de poder em sociedades democráticas (Donough, 2001:356).

---

<sup>198</sup> McDonough (2001), refere-se a autoridades, neste contexto, como pessoas com poder de decisão, legitimadas dentro do sistema governamental vigente, pois, no planeamento estratégico do uso de capital social, é necessário o conhecimento das autoridades com o poder de decisão sobre os recursos que a comunidade requer.

Neste processo, o envolvimento da população na definição dos problemas a atacar é muito importante para a recuperação de *empowerment* em grupos com longa experiência de falta de poder. O assistente social constitui um recurso para a comunidade e não deve impor a sua visão acerca das necessidades da comunidade. O seu conhecimento estratégico é útil para a intervenção comunitária, mas a acção e a decisão pertencem à comunidade.

Como refere McDonough (2001), numa sociedade democrática mas desigual, o único recurso dos pobres é actuar em grupos organizados. A comunidade territorial oferece a melhor oportunidade de uso deste recurso para o *empowerment* da população excluída (McDonough, 2001:356).

Weil & Gamble (2005:883) apresentam oito modelos de intervenção na comunidade para o século XXI, focando-se essa intervenção nos objectivos gerais, que se seguem:

. *Melhorar a qualidade de vida.* Refere-se ao trabalho que procura responder às necessidades humanas essenciais, tais como alimentação, casa, segurança, oportunidades básicas de educação e saúde, liberdade de acção, oportunidades de organização em espaços livres, de participação nas decisões que a si próprio dizem respeito, bem como à vida dos familiares e aos membros da comunidade.

. *Advocacia/Defesa.* Envolve a pesquisa para determinar quais as estruturas e comportamentos que limitam as pessoas e as suas comunidades, impedindo-as de atingir todo o seu potencial, encetando um trabalho com as pessoas que desejam ultrapassar barreiras ou desenvolver oportunidades para um desenvolvimento saudável.

. *Desenvolvimento humano económico e social.* Envolve qualquer progresso na comunidade que possa aumentar e melhorar os meios de subsistência das pessoas, designadamente, formas de organização para reforçar o apoio às famílias e às comunidades.

. *Planeamento de Serviços e Programas.* Envolve a identificação das necessidades de toda a comunidade ou das populações específicas e o desenvolvimento de planos, recursos e estruturas, para satisfação dessas mesmas necessidades.

. *Integração de Serviços.* Implica o estabelecimento de uma cadeia de serviços inter-ligados para que se estabeleça uma sequência de cuidados, para benefício dos membros da comunidade, que incluem a implementação de um apoio contínuo à família, serviços para o bem-estar das crianças e para a população sénior mais fragilizada.

. *Acção política e social*. Implica o envolvimento da população no processo político no intuito de mudar as políticas existentes, estabelecer uma legislação progressista ou mudar/transformar os agentes políticos. Requer a existência de espaços abertos onde as pessoas possam reunir, discutir e organizar-se. Procura fomentar a mudança institucional pela inclusão e igualdade, aumentar a democracia participativa e a igualdade de oportunidades nas instituições locais, regionais e internacionais.

. *Justiça Social*. Implica a construção da igualdade de oportunidades independentemente da raça, etnia, género ou nacionalidade e vai no sentido de assegurar a educação básica a todos, designadamente, a participação plena das mulheres na vida política e, também a construção de um embrião da legislação sobre direitos humanos e direitos civis quer a nível nacional quer global.

Para Weil & Gamble (2005), o valor essencial da intervenção comunitária respeita não só a dignidade do indivíduo mas também se foca na interdependência das famílias e comunidades e no desenvolvimento político, legislativo e distributivo da justiça. Os mesmos autores apresentam oito modelos de intervenção comunitária: Os Bairros e a Organização Comunitária; Organização de Comunidades Funcionais; Desenvolvimento Económico e Social Sustentável; Programa de Desenvolvimento e Ligação à Comunidade; Planeamento Social; Coligações; Acção Política e Social e Movimentos para a Mudança Progressiva. Estes modelos têm vindo a ser implementados em várias zonas do globo e vão da organização e desenvolvimento da população aos serviços humanos de planeamento e coordenação.

Dos modelos apresentados, no caso do presente estudo centramo-nos no modelo intitulado “Os Bairros e a Organização Comunitária”. Assim, seguindo o pensamento de Weil & Gamble (2005:884), segundo este modelo, muita da organização da comunidade ainda depende das oportunidades disponíveis para as pessoas que vivem geograficamente próximas, como os bairros, a comunidade rural, a paróquia ou o município. Este modelo de intervenção comunitária incide nas actividades que vão aumentar a capacidade de liderança, planeamento e capacidade de organização das pessoas comuns, no sentido de ajudá-las a desenvolver poder no bairro ou aldeia, aumentando o bem-estar da comunidade e tornando as instituições mais democráticas. Quando as pessoas conseguem aprender a organizar os seus esforços, fazer parte das suas organizações, estar empenhados nas decisões democráticas, estabelecer prioridades, ter acesso aos recursos e atingir objectivos, aprenderam lições de democracia. Aumentando a capacidade de trabalho nos problemas da

comunidade, torna possível aos cidadãos alterar as suas condições no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos os residentes.

A organização dos bairros e da comunidade incide ao mesmo tempo na construção de capacidade individual para dirigir, organizar e acompanhar a tarefa que melhorará a qualidade de vida naquela área geográfica.

Pode, também, incluir-se neste modelo a intervenção comunitária feminista<sup>199</sup>, que visa melhorar o bem-estar das mulheres, desafiar e mudar as desigualdades sexuais e possibilitar a participação das mulheres na resolução de questões de ordem política e social que as afectam (Payne, 2002: 102).

As mulheres têm uma experiência muito pessoal de opressão e são importantes participantes na acção da comunidade, pois defendem valores humanitários, cuidam da comunidade e mantêm os padrões de vida da classe trabalhadora e de outros grupos marginalizados, mas as suas contribuições são sempre subestimadas. Só ocasionalmente na literatura sobre trabalho comunitário se reconhece esta realidade e enfatiza a participação das mulheres nas questões gerais da comunidade. É quase como se as mulheres fossem invisíveis e operassem apenas em papéis de bastidores, quando, historicamente, a acção comunitária das mulheres tem sido fundamental sobre questões comunitárias (Dominelli, 2006).

## **6 - Teoria Anti-Discriminatória e Anti-Opressiva**

Nos anos 90, surgiu um tipo de abordagem que inclui todas as formas de opressão numa genérica abordagem anti-discriminatória (Tompson, 1993) ou anti-opressiva (Darlrymple e Burke, 1995).

A teoria anti-discriminatória liga os níveis, pessoal, cultural e estrutural da análise das questões sociais. Estes níveis estão, por sua vez, integrados num nível estrutural, que corresponde a uma ordem social estabelecida e um conjunto de divisões sociais aceites. Os assistentes sociais têm uma grande influência sobre o nível pessoal, mas uma decrescente influência relativamente a assuntos de nível cultural, e portanto de nível estrutural.

---

<sup>199</sup> A acção comunitária feminista desenvolve processos que promovem a igualdade entre os participantes e a tomada de decisões democráticas entre as pessoas e entidades envolvidas no desenvolvimento comunitário (Dominelli, 2006).

A análise de Thompson (1993) relativamente à prática anti-discriminatória assenta numa base racional que inclui o género, etnicidade, envelhecimento, incapacidade e, em menor grau a orientação sexual, religião, língua, nação, região, doença e a diminuição mental. Todas as formas de discriminação são vistas como importantes, tendo um efeito potenciador umas sobre as outras. Assim, ser mulher, idosa e de uma minoria étnica, apresenta maior risco. Por outro lado, grupos poderosos mantêm a discriminação como uma forma de preservar o seu poder (Payne, 2002:336/7).

As abordagens anti-discriminatórias e anti-opressivas adoptam uma variedade de perspectivas e modelos de Serviço Social que se desenvolveram nos finais dos anos 80 e anos 90, na sequência de motins existentes em cidades interiores do Reino Unido (anos 80), que foram atribuídos à alienação de jovens negros e a um alto nível de criminalidade existente entre jovens nos Estados Unidos e conflitos na Alemanha relacionados com refugiados de Leste. As respostas oficiais a estes problemas foram de teor liberal, valorizando a redução das desigualdades e da marginalização. A prática anti-discriminatória também nasce de preocupações geradas no âmbito do pensamento radical por grupos de pessoas que dentro das sociedades sofrem de desigualdade e de injustiça (Payne, 2002:339).

Dentro do Serviço Social, as abordagens anti-racismo e anti-discriminatória ergueram-se, também, fruto das necessidades das instituições e dos assistentes sociais em enfrentarem novas questões.

As teorias anti-discriminatórias e anti-opressivas tiveram uma influência significativa no Serviço Social, por razões de ordem prática e teórica. Estas perspectivas ajudaram a analisar e responder a novas questões sociais. As perspectivas relacionadas com grupos oprimidos e as abordagens multi-culturais que se desenvolveram ajudaram os assistentes sociais a accionar novos conhecimentos sobre as necessidades nas relações sociais das mulheres, dos vários grupos étnico-culturais, pessoas idosas e incapacitadas. O trabalho feminista e não sexista, para além da sua importância para as mulheres, ajuda os homens a entenderem as mulheres, o que se reflecte no processo de relação do profissional com as mulheres.

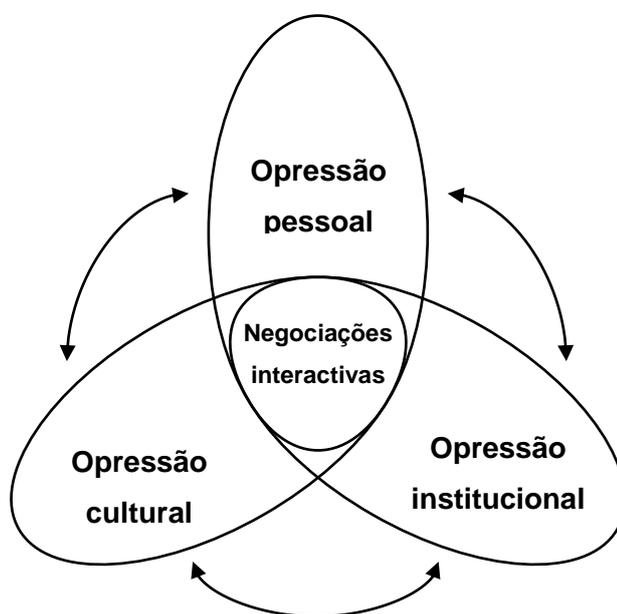
Payne defende que “as teorias anti-discriminatórias e anti-opressivas oferecem ainda vantagens teóricas sobre outras abordagens ao Serviço Social. Elas desenvolvem quer o enfoque radical, quer o marxista, que levam em linha de conta o leque de diferentes bases para analisar a opressão de grupos, das desigualdades sociais e das divisões na

sociedade, fornecendo conseqüentemente uma explicação mais eficaz sobre as questões que o Serviço Social tem de enfrentar. Isto reforçou as abordagens radicais e fortaleceu a sua base sociológica” (Payne, 2002:358).

Para Dominelli (2008), a opressão é uma relação socialmente construída baseada na exclusão de algumas pessoas dos recursos sociais, do poder e das estruturas de tomada de decisão, privilegiando outras que são definidas como o seu oposto.

O conceito de opressão encerra uma visão do mundo baseada numa díade binária de superioridade e inferioridade que desvaloriza alguns atributos e valoriza outros, sendo que aqueles considerados inferiores são excluídos e aqueles considerados superiores detêm um estatuto privilegiado que lhes dá acesso a recursos sociais e ao poder de decisão, numa assunção inquestionável sobre o lugar de cada pessoa (grupo) na estrutura social, no sentido de normalizar a posição dos que são considerados superiores, e no exercício do poder através de processos de exclusão em relação aos que são considerados inferiores.

**Figura 2 - Dimensões interactivas da opressão**



Fonte: Lena Dominelli - Intervenção no I Congresso de Serviço social/ISSS-Universidade Lusíada, em 6, 7 e 8 de Novembro de 2008

Nesta perspectiva, a autora considera que os assistentes sociais devem compreender a dinâmica da opressão (figura 2), como é produzida e reproduzida nos processos de pensamento e comportamento individuais e através das práticas institucionais e culturais

incorporadas no Serviço Social profissional. Devem aceitar que as pessoas são seres completos que vivem em contextos históricos e socio-políticos específicos que requerem intervenções holísticas. É importante, igualmente, compreender as ligações entre crenças pessoais, políticas institucionais e práticas culturais. Os esforços dos profissionais para eliminar a opressão em todos os aspectos da vida – pessoal e estrutural podem implicar a necessidade de desenvolverem alianças que incluam elementos exteriores à profissão. A sua intervenção passa também por apoiar reivindicações pelos direitos humanos e justiça social.

Como orientações da PAO<sup>200</sup>, a autora aponta, a necessidade de reconhecer que os assistentes sociais e os utentes são agentes que *juntos* constroem relações de ajuda; respeitar o conhecimento/formas de fazer dos outros e *empoderá-los*; desenvolver relações de intervenção *mutuamente interdependentes*; ajudar os utentes a reivindicar os seus direitos como cidadãos que controlam o seu próprio destino e não como vítimas das maquinações de outros; tornar imputáveis os responsáveis pela criação dos ambientes de desigualdade em que as pessoas vivem e trabalham; realizar pesquisa e esforços de construção de conhecimento que ajudem os utentes a assumir o controlo das suas situações e construir pontes entre aqueles que detêm o poder e os excluídos através do entendimento das *causas dos desequilíbrios* de poder e de recursos entre eles, trabalhando para os nivelar.

Lena Dominelli (2008) refere, também, que os assistentes sociais têm que escolher entre uma prática opressiva ou uma prática anti-opressiva. Se optarem pela prática anti-opressiva, colocam-se algumas condições para a sua implementação, como seja reflectir sobre as desigualdades sociais e tomar medidas para a sua erradicação; estar preparados para controvérsias que possam colocar em questão as suas vivências; ser proactivos no combate às desigualdades; desenvolver pesquisa que exponha a desigualdade como algo socialmente construído; mobilizar as comunidades para questionarem a crença de que a opressão é uma parte inevitável da vida; trabalhar com vista à articulação de alternativas que estão baseadas em relações sociais igualitárias e formar alianças com outros para eliminar desigualdades sistémicas que atravessam a sociedade.

---

<sup>200</sup> PAO – Prática Anti-Opressiva. Orientações apresentadas por Lena Dominelli, "Prática Anti- Opressiva num Mundo Globalizado" – Actas do Ciclo de Conferências Mestrado Serviço Social, 2008/09: 28 – 42, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

O Serviço Social, sempre valorizou a tradição humanista que pretende a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar do ser humano. Assim, Dominelli (1998) refere que a prática anti-opressiva se enquadra na expressão *velho-novo paradigma*, na medida em que os profissionais permanentemente aspiraram fazer face às injustiças sociais, tentando produzir uma mudança efectiva nas vidas dos utentes.

É de evidenciar que a prática anti-opressiva tem sido alvo de várias discussões no seio do Serviço Social, nomeadamente no que diz respeito à sua definição e influência nas intervenções dos profissionais. De qualquer modo, os defensores desta prática argumentam que o seu papel principal é o da mudança social, sendo fundamental para isso encontrar respostas para combater a injustiça social pelo menos na forma como ela é reproduzida dentro do serviço social (através dos serviços que estão disponíveis aos utentes). Sem identificar, como prática anti-opressiva, algumas assistentes sociais entrevistadas defendem pontos de vista que dela se aproximam. A título de exemplo:

*“.....A população que vive nestes bairros, já por si é desfavorecida, uma vez que, antes vivia sem condições de habitabilidade....Não foi assegurada a manutenção das redes de solidariedade que existiam antes, nem foram criados os equipamentos necessários no novo contexto.....É necessário desenvolver intervenções sustentadas, com a participação das pessoas, particularmente das mulheres, pois a participação é uma condição para poder existir mudança” AS 4*

A prática anti-opressiva procura não controlar as pessoas com quem trabalha e não efectuar uma prática de manutenção da ordem social, mas sim mudar as realidades desfavoráveis aos destinatários da intervenção, trabalhando não só para eles, mas principalmente com eles. Assim, a base sobre a qual a prática anti-opressiva trabalha é intervenção centrada nos problemas dos utentes.

Dominelli (1998) alerta-nos para a importância dos profissionais valorizarem a diferença dos estilos de vida (cultura, hábitos, etc.) e das identidades dos utentes. Apesar de poder ser uma dimensão complexa desafiar as desigualdades e os desajustamentos sociais, bem como construir e transformar as relações sociais, estes aspectos constituem parte integrante da prática anti-opressiva. No entanto, para tal é fulcral que o profissional consiga colocar-se no lugar do outro, pois só assim poderá adquirir um conhecimento mais aprofundado do utente.

É no contexto das relações sociais e da valorização da diferença que Dominelli (1998) nos fala das questões das relações de poder, salientando que a prática anti-opressiva tem por objectivo a redução das desigualdades, através de serviços sociais mais

personalizados. Sobre esta questão, relacionando com o contexto do estudo, sublinhou uma assistente social:

*“...Se conseguirmos aumentar a auto-estima das pessoas e ajudarmos a procurarem a sua própria alternativa, ou seja, dando-lhes condições, a nível de educação, instrução escolar e depois qualificação profissional, se calhar as pessoas vão conseguir encontrar outro tipo de empregos e até de vida.” (AS 11)*

A pobreza constitui, também, uma forma de opressão económica ou classismo, no entanto, a classe é o novo tabu de que raramente se fala, a pobreza é o conceito-chave e o mundo está a tornar-se crescentemente desigual (Kroll e Fass, 2007).<sup>201</sup>

De acordo com Dominelli (1998), os que resistem à prática anti-opressiva sabem que os seus privilégios advêm de indivíduos que foram excluídos do seu direito a bens materiais e formas colectivas de poder, por isso as forças que procuram abalar essa prática são ideologicamente muito poderosas.

A polémica em torno desta prática tem tido grande expressão, no entanto a prática anti-opressiva só pode alcançar realmente maior progresso, se tiver suporte político por parte dos que controlam os recursos económicos e políticos da sociedade (apesar de se verificar grandes dificuldades neste âmbito). Apesar disso, a teoria e a prática da prática anti-opressiva também têm tido apoio no meio académico que vê o valor de confrontar a desigualdade estrutural através do Serviço Social.

Dominelli (1998) dá conta do modo como historicamente foram sendo produzidos os principais mecanismos sociais de enquadramento e dominação sobre o operariado, e evidencia os contornos dos actuais desafios, que continuam a revelar o carácter dialéctico da conjugação entre as novas tendências de globalização hegemónica e as novas redes de solidariedade emancipatória para desafiar os serviços inadequados impostos sob o sistema prevalecente.

Concluindo, a reflexão e a mudança social são pilares sobre os quais os defensores da prática anti-opressiva devem construir a sua intervenção. O compromisso com a justiça social e a capacidade de desafiar os desajustamentos sociais existentes ao nível das

---

<sup>201</sup>Em 2007, 946 indivíduos possuíam entre eles 3.5 triliões de dólares, a maioria eram homens, 40% eram americanos. Os três mais ricos detinham entre si maior riqueza que os 48 países mais pobres, in Kroll e Fass, A (2007), *The World's Billionaires*, *Forbes magazine*, Special Report, 8 March.

relações sociais e de poder são aspectos chave desta prática. Relacionando com o contexto do estudo, uma assistente social afirmava:

*“...Nós temos que trabalhar no sentido da mudança, abrindo horizontes à população que vive em territórios, marcados pela exclusão. É importante desenvolver acções fora do bairro, em locais com dignidade, sobretudo com os mais jovens..... para os tirar de lá de dentro para que eles percebam que há outro mundo cá fora.”(AS 9)*

Para Dominelli (1988), a emancipação é uma noção repetidamente invocada, mas de contornos mal definidos. A emancipação numa perspectiva multidimensional contém, entre outras, as seguintes dimensões: *dicotómica*, porque se afirma em oposição à ordem social; *holística*, porque visa encontrar alternativas em todos os domínios da vida social; *transcendente*, porque é dirigida à eliminação do poder; *anti-opressiva*, porque quer eliminar os mecanismos opressivos que impedem o livre desenvolvimento de algo; *libertadora*, porque rompe com os mecanismos de dominação e opressão; *racional*, porque obedece ao princípio de uma racionalidade absoluta capaz de ver o real para além da positividade opaca de que se reveste. Além deste conjunto de dimensões, a emancipação encerra lógicas contraditórias e paradoxais, onde a objectividade do social se justapõe à sua impossibilidade, e onde as exclusões radicais exigem integrações radicais.

A emancipação, enquanto promessa ou discurso libertador, tem perpassado o pensamento humano ao longo dos séculos, e modelou um leque vastíssimo de práticas, movimentos e rupturas que abalaram a vida dos povos.

## **7 – Teorias Feministas do Serviço Social**

A intervenção feminista do Serviço Social visa “modificar as atitudes e os comportamentos, segundo um sistema de valores.

Enquanto sujeito de intervenção do Serviço Social, as mulheres não são hoje tomadas, apenas como mediadoras de uma realidade mais vasta constituída por famílias, mas antes como grupo social autónomo precarizado do ponto de vista económico, profissional, sócio-cultural e político.

Tal como afirma Josefina McDonough “se as políticas económicas não são neutras em termos de valores nem deterministas mas sim interdependentes com as políticas sociais, o papel dos assistentes sociais na intervenção política não tem ambiguidades. O seu compromisso é o de agirem como advogados dos interesses dos carenciados. A sua preocupação é apoiarem políticas que promovam os direitos sociais de pessoas pobres e oporem-se a políticas que diminuam mais esses direitos ” (McDonough 1999: 104). Assim,

os assistentes sociais têm um papel determinante em ajudar grupos desfavorecidos, no qual se incluem as mulheres, a fazerem parte da agenda de política social.

No que respeita à formação dos assistentes sociais, Josefina-McDonough (1999), chama a atenção para o facto da visão feminista estar ainda pouco presente na formação, havendo necessidade de alterar esta situação, pois o conhecimento tem que reflectir a diversidade das perspectivas e experiências humanas.

A procura de um novo paradigma na construção do conhecimento traz consigo a exigência de transmitir este novo conhecimento de uma forma consistente, o que não deixa de ser complexo: por um lado, requer uma capacidade de transmitir o mundo complexo que o feminismo preconiza, evitando as dicotomias falsas, mantendo o enfoque no contexto, na estrutura e na história. Por outro lado, tem que romper com os canones tradicionais da racionalidade para que os novos problemas possam ser nas circunstâncias em que surgem, em permanente mudança. A teoria feminista valida a diferença, desafia os apelos universais à verdade e procura a transformação social num mundo de objectivos em mudança (McDonough, 1999).

Dinah Ferreira (1997) reflectindo sobre a intervenção do Serviço Social relativamente à discriminação das mulheres, recorre à tese de Jurgen Habermas<sup>202</sup>, referindo a emergência de um novo paradigma, não apenas sociológico, mas também filosófico, para a compreensão da sociedade contemporânea e que nos pode orientar para a operacionalização das intervenções sociais junto de, e com, mulheres que vivem em situação de precariedade social, através da acção comunicativa como matriz teórica operacional no trabalho social com mulheres.

A modernidade tardia referenciada por Giddens (1994), caracterizada pelo aprofundamento da reflexividade na actuação dos agentes humanos, articula com a teoria de Habermas da acção comunicativa na medida em que é na explicação do processo de interacção indivíduo/sociedade que Habermas encontra os fundamentos da identidade individual. O autor define identidade como a estrutura simbólica que permite a um sistema da personalidade assegurar a continuidade e consistência na mudança das suas circunstâncias biográficas e através das suas diversas posições no espaço social. Habermas considera a identidade como o objectivo último da socialização, uma “identidade do EU adulto capaz de comunicar-se” (Goffman, 1988: 116). A proposta habermasiana da acção

---

<sup>202</sup> A teoria de Habermas foi desenvolvida no capítulo 4, no ponto sobre género e cidadania.

comunicativa, tal como foi analisado no capítulo quatro, aponta para uma racionalidade que tem muito a ver com a “cultura feminina” e com a maneira própria da inter-relação das mulheres com o mundo e a vida.

Estas abordagens permitem constatar que os fundamentos do saber, da compreensão das pessoas e da interpretação do mundo estão a mudar, colocando novas questões.

O Serviço Social feminista é um dos enfoques mais significativos do modelo crítico-radical do Serviço Social. Tal como refere Viscarret (2009), as abordagens feministas cresceram muito, sobretudo a partir de um compromisso ideológico de algumas assistentes sociais, mulheres, assim como da influência dos movimentos sociais a favor do feminismo. O Serviço Social feminista tem as suas raízes no movimento da mulher, nos anos sessenta e setenta. Este movimento implica a luta das mulheres pela sua libertação relativamente às estruturas sociais, políticas e simbólicas do patriarcado, questionando as instituições e tradições de suporte ao patriarcado, através de um processo histórico de consciencialização feminina e luta política. Este movimento iniciou-se no Reino Unido, tendo-se estendido, posteriormente, no serviço social dos outros países ocidentais.

Tal como foi referido no capítulo quatro, o trabalho de Gilligan (1982) tem sido bastante influente por defender que as mulheres e os homens têm raciocínios diferentes sobre as questões morais. Defende que as “vozes” feministas foram suprimidas a favor de uma perspectiva masculina. Para a autora, esta realidade significa que os homens e as mulheres têm diferentes formas de entendimento e valorização do Eu, bem como sobre o que é a moral. Para além disso considera necessária a existência de formas alternativas de definir o Serviço Social e, particularmente, de assegurar que as instituições não sejam geridas de maneira que exclua a participação das mulheres e as suas perspectivas.

As mulheres são frequentemente definidas pelo género, como mães, esposas, enquanto, que os homens são definidos pelo seu estatuto (títulos profissionais...). A perspectiva pública presume que os apoios informais serão os principais elementos de ajuda a pessoas em dificuldades, daí a circunstância dos apoios informais serem quase sempre realizados por mulheres.

O género é, assim, um elemento importante na condição das mulheres, na medida em que se espera das mulheres que sejam cuidadoras, que sejam submissas aos homens e que, para realizarem um trabalho, possuam uma identidade pessoal para ultrapassarem muitos problemas que enfrentam. Para se fazer um diagnóstico sobre o que é aceitável nas

mulheres, devem ser tidos em conta indicadores, como: padrões de vida relevantes, factores demográficos, número crescente de famílias monoparentais, redução do número de nascimentos, aumento do número divórcios e do segundo casamento e o aumento significativo de mães trabalhadoras. Tal como foi referido no terceiro capítulo, no ponto sobre a pobreza, as mulheres são, em geral mais pobres que os homens, e experimentam com maior violência os efeitos de um reduzido rendimento familiar, de uma má habitação e das dificuldades de mobilidade geográfica, designadamente de transporte.

Relativamente ao seu papel enquanto prestadoras de cuidados, é de assinalar que a maioria das mulheres cuida das crianças e, muitas vezes, de outros dependentes. A avaliação da sua capacidade para o fazer depende de pressupostos culturais, que podem ser questionados. A sociedade espera que as mulheres sejam capazes de prestar cuidados e que estejam dispostas a concretizá-los, tomando essa contribuição como garantida. A este respeito, referia uma assistente social:

*“Elas levantam-se de madrugada e vão para o trabalho, portanto casa - trabalho - trabalho – casa, levam os filhos à escola e depois a lida da casa....” AS11.*

O papel assistencial das mulheres requer aptidão e empenho e não é valorizado. Os profissionais de Serviço Social, na sua maioria mulheres, ao reconhecer e comparar com a sua situação enquanto profissionais em instituições dominadas pelos homens e por atitudes masculinas, mais facilmente tomam consciência da situação de opressão das mulheres, o que contribui para a influência da perspectiva feminista na intervenção do Serviço Social.

O movimento feminista e o Serviço Social feminista, tal como outros movimentos sociais desenvolveram-se em diferentes perspectivas que procuram explicar as desigualdades entre homens e mulheres, entre as quais se destacam: o feminismo liberal, centrado nas barreiras legais que limitam a igualdade de oportunidades, não questiona as estruturas económicas, políticas e sociais, identificando a sua natureza patriarcal como a causa do problema; o feminismo radical, que focaliza a sua preocupação no patriarcado, ou seja, num sistema social caracterizado pelo poder e privilégios dos homens, considera o cuidado com as crianças, por parte das mulheres, uma forma utilizada pelos sistemas patriarcais para afastar as mulheres da esfera política e pública, ou seja, das estruturas do poder. Esta perspectiva valoriza as diferenças entre homens e mulheres e procura promover estruturas femininas separadas dentro das organizações existentes e estruturas sociais próprias das mulheres; o feminismo socialista enfatiza a opressão da mulher como fazendo parte e estruturada dentro de um sistema social baseado em classes, vêem assim o sistema

capitalista como causa do problema ao basear-se no poder patriarcal dos homens sobre as mulheres. A opressão das mulheres interage com outras formas de opressão.

A intervenção feminista apresenta um ponto comum, que consiste na eliminação da opressão social e visa contribuir para aumentar o potencial das mulheres, através do acesso a oportunidades. No entanto, as intervenções podem diferir, de acordo com o marco de referência das assistentes sociais (Viscarret, 2007). Apesar disso, Dominelli (1999) considera que as diferentes intervenções partilham características comuns, em torno das quais se centra a intervenção e ajuda profissional: defendem o direito das mulheres se libertarem da opressão; pretendem dar voz às mulheres, ou seja, serem elas próprias a falar; ouvir o que as mulheres têm para dizer; promover estilos de vida alternativos; integrar a teoria com a prática; procurar soluções alternativas que respeitem a individualidade e a especificidade de cada mulher e valorizar as contribuições das mulheres e utilizar as experiências individuais para dar sentido à sua realidade social.

As assistentes sociais entrevistadas no âmbito da pesquisa constataam formas de opressão das mulheres e apontam algumas pistas para a intervenção do Serviço Social. A título de exemplo apresenta-se o comentário de uma assistente social:

*“.... era importante fazê-las deitar para fora aquilo que sentem e aproveitar a potencialidade delas e fazê-las descobrirem-se a si próprias e descobrirem que são pessoas, porque eu encontrei aí mulheres tão sofridas, .... têm experiências de vidas tão duras. Algumas delas têm tantos problemas em cima, que não se descobrem enquanto pessoas.” AS 11*

Dominelli (1999) define o Serviço Social feminista como uma forma de prática de Serviço Social que tem a desigualdade de género e a eliminação da mesma como ponto de partida para trabalhar com as mulheres, tal como com os grupos e organizações, procurando promover o seu bem-estar, tal como elas o definem.

A prática feminista, ao incidir sobre a formação de relacionamentos irá trazer o melhor das pessoas, através de formas de colaboração igualitária e iniciar a mudança social que elimina as desigualdades, especialmente no seu impacto nas mulheres. Neste sentido, Dominelli (2006) aponta como linhas orientadoras da prática da teoria feminista o desenvolvimento de um completo potencial individual; eliminar a opressão de género; transformar as relações sociais em relações igualitárias; promover o bem-estar das mulheres na sociedade, independentemente do *status social*, incluindo a classe, cultura, orientação sexual, idade, capacidade física ou mental; reconhecer a natureza política das relações sociais; reconhecer o carácter político do conhecimento; promover relações

igualitárias entre homens e mulheres, adultos e crianças; aumentar o controle das mulheres sobre as suas vidas; ter direito ao bem-estar; acarinhar uma responsabilidade colectiva realizada por homens e mulheres; reconhecer a interconexão entre as esferas pública e privada; garantir que o trabalho, seja em casa ou no local de trabalho, dê às mulheres escolhas sobre o que estão a fazer, como estão a fazer e por que o fazem; democratizar a decisão dos processos institucionais; mudar as prioridades e recursos públicos em favor da satisfação das necessidades humanas; destacar as ligações entre a política social e política económica, e garantir que a política social não esteja subordinada às exigências económicas; a promoção igualitária das relações sociais e dos direitos humanos entre as pessoas, sejam eles homens, mulheres ou crianças.

O feminismo teve um efeito profundo na prática do Serviço Social, fazendo emergir as questões de género, como tema, e demonstrou como a opressão das mulheres está estruturada e incrustada no próprio desempenho profissional. Dominelli (2006) salienta, também, que as iniciativas feministas influenciaram o Serviço Social, quer ao nível da teorização, quer no modo como é ensinado e praticado.

Como denominador comum quer se trabalhe com indivíduos, famílias, grupos, organizações quer com comunidades, a intervenção feminista coloca sempre um olhar positivo em relação às mulheres, recusando os estereótipos negativos, localizando o problema e a sua origem num contexto sociopolítico, vendo a necessidade de mudar tanto a nível individual como a nível colectivo, estabelecendo uma relação de igualdade com a pessoa, favorecendo o seu desenvolvimento, fazendo a escuta activa, dando-lhe voz, e reforçando o seu eu (Viscarret, 2007).

O Serviço Social feminista fundamenta-se nas experiências da realidade das mulheres e na investigação, que acentuam a existência de uma discriminação sistemática contra as mulheres. O objectivo é utilizar as relações de ajuda baseadas em valores igualitários para permitir às mulheres desenvolver os recursos, habilidades e a confiança necessária para tomar o controle das suas próprias vidas, ajudando-as a tomar as suas próprias decisões, tendo um papel activo na sua situação, explorando alternativas, elaborando planos de acção e implementando-os.

A teoria do Serviço Social, numa perspectiva feminista, como salienta Viscarret (2007), pode implementar-se dentro dum modelo prático, que inclui cinco fases diferenciadas: primeiro, definir o problema; segundo, identificar a causa do problema;

terceiro identificar o objectivo a conseguir; quarto, levar a cabo a intervenção e quinto, realizar a avaliação.

A partir do processo de avaliação, o problema é alvo de redefinição, deixando de ser da esfera privada, em que a mulher é a única responsável, passando para a esfera pública, tomando o carácter de problema social. A mulher apercebe-se que a sua situação não é única e que é comum a outras mulheres. O assistente social feminista coloca à disposição da mulher as suas capacidades, conhecimentos e recursos, partilhando o seu desempenho com ela, estabelecendo objectivos conjuntamente, numa relação igualitária com a mulher e ajuda-a revelar a sua capacidade real para a tomada de decisões e crescimento pessoal.

Um dos objectivos do Serviço Social feminista consiste também na transformação das relações sociais numa perspectiva mais igualitária, estabelecendo com as mulheres uma relação profissional menos opressiva.

Os assistentes sociais feministas, preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, e dispostos a intervir para aumentar o bem-estar dos mais desfavorecidos, adoptam uma posição moral que se opõe à injustiça e à opressão, onde se incluem as mulheres (Dominelli e McCleod, 1999).

Apontando nesta perspectiva, segue-se um relato de uma assistente social:

*“... Se nós quisermos mudar alguma coisa, valia a pena trabalharmos as mulheres porque aquelas mulheres não podem quebrar, quer dizer, quando tudo desabar à sua volta, elas têm que estar de pé, senão então é o fim” AS 11.*

Concluindo, o Serviço Social feminista liga o pessoal e o social, centrando-se na pessoa, analisando as interconexões entre as pessoas e as estruturas em que vivem e estão ligadas, tendo sempre em conta a necessidade de erradicar todas as formas de opressão e de discriminação das mulheres. Trata-se de um modelo de intervenção com um enfoque teórico voltado para a prática.

## **8 - Trabalho em Rede e Sistemas de Apoio Social**

O conceito de rede, para além de ser omnipresente em muitos campos, referindo-se a qualquer actividade ou agrupamento que envolve uma interacção de pessoas ou grupos, reveste-se de grande importância para a intervenção social.

O'Neill (2006) define rede social como um sistema de relações sociais, através do qual os indivíduos e/ou entidades interagem num sentido activo, tendo um peso acrescido

nas acções individuais a sua localização dentro da mesma. Trata-se de um conceito eminentemente relacional, com ênfase nas formas de relacionamento estabelecidas entre as partes constitutivas, e as repercussões das acções dessas partes na estrutura mais alargada da rede total.

As redes sociais podem assumir diferentes formas consoante o tipo de laços e o tipo de actores sociais implicados, existindo uma aproximação do conceito de rede ao conceito de sistema. (Guadalupe, 2009:50).

A rede social pessoal é constituída por todos os actores sociais com quem o indivíduo estabelece uma relação inter-actuante dentro do seu “universo relacional” (Sluzki, 1996:42). O autor distingue entre “micro-rede social pessoal (...) e a rede macro que inclui a comunidade de que fazemos parte, a nossa sociedade, a nossa espécie, a nossa ecologia” (Sluzki, 1996:38).

A divisão da rede social em redes primárias e secundárias vai de encontro às distinções de níveis na rede, fundamentadas no tipo de relação e nível de estruturação da rede. As redes primárias fazem referência a “um conjunto natural de indivíduos em interacção uns com os outros (...) formam a trama de base da sociedade e o meio de inserção do indivíduo” (Guédon, 1984: 20-21).

Os vínculos numa rede primária são essencialmente de natureza afectiva, não havendo qualquer sentido de obrigação ou formalidade na relação. É a este tipo de redes que se atribui a maioria das funções de suporte social e onde identificamos fontes de nutrição emocional e o maior nível de conflitualidade (Guadalupe, 2009:54).

A família constitui um núcleo essencial da rede primária, pois é uma referência da nossa rede social, na medida em que os laços familiares têm a característica da estabilidade temporal e o carácter de permanência. As redes primárias podem distinguir-se pelo laço mantido com o indivíduo central redes de parentesco, de vizinhança, de amizade, de companheirismo, sendo a maioria de composição mista. As redes primárias podem ainda classificar-se quanto às particularidades sociológicas dos seus membros, designadamente em função da idade, sexo, raça ou nível sócio-económico. Este tipo de classificação permite a distinção discriminatória das redes, identificando-se redes compostas por pessoas desfavorecidas socioeconomicamente, de determinada etnia, redes de adolescentes, idosos ou e (i)migrantes, etc (Guadalupe, 2009:55).

As redes secundárias correspondem ao “conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado” (Lacroix, 1990:79) e às organizações e

instituições, aos membros da nossa rede, com os quais estabelecemos relações num contexto formal e com objectivos funcionais. As instituições sociais podem ser entendidas como redes secundárias.

As redes secundárias formais referem-se a laços institucionais, num âmbito estruturado e de existência oficial, que se destinam ao cumprimento de funções ou fornecimento de serviços.

Nowak (2001) apresenta uma tipologia em que operacionaliza o tipo de relações e de objectivos assumidos e distingue entre redes sociais secundárias ou macro-sociais e redes sociais terciárias ou intermédias.” (Nowak, 2001:164). As primeiras configuram os contactos de uma pessoa dentro e com as instituições, por exemplo, redes de apoio à infância, de educação, de saúde, serviços, etc. No que se refere às terciárias, podem integrar-se os grupos de auto-ajuda, as associações profissionais e organizações não governamentais.

Para além do conceito de rede social, o conceito de intervenção em rede tem vindo a merecer grande atenção no plano da intervenção do serviço social.

Assim, a intervenção em rede, de acordo com a definição no Dictionnaire Critique de L’action Sociale “é uma forma de pensar e de fazer que consiste em observar os problemas da sociedade como problemas gerados pelas relações sociais e aspira a resolvê-los não sobre os factores puramente individuais ou pelo contrário puramente colectivos ou estruturais, mas através de novas relações sociais e de novas organizações destas relações” (Barreyre, 1995).

Guadalupe (2009:109), ao abordar o conceito de rede social no Serviço Social, identifica cinco níveis de utilização do conceito: associado à mediação; o conceito que encontramos na metodologia de intervenção em rede; o conceito inerente aos grupos de ajuda mútua ou entreajuda; o conceito que encontramos nos novos modos de organização do trabalho e das novas formas assumidas para a implementação de serviços que se baseiam na complementaridade de competências e o conceito de rede de profissionais ou instituições, alinhado com as concepções de rede secundária.

A autora distingue, também, três grandes dimensões do conceito de rede social, no âmbito do Serviço Social: as redes sociais, que assumem diferentes tipologias e que necessitam de especificação dessa mesma tipologia no sentido de clarificar o discurso; as intervenções em rede, que assumem uma metodologia de intervenção social que surge em

distintos modelos e modalidades; o trabalho em rede, que se refere às diferentes formas de organização do trabalho intra e inter-institucional levado a cabo entre profissionais no sentido de ampliar as potencialidades do seu próprio trabalho, colocando no centro o utente, a família, o colectivo ou a comunidade, em suma o sistema no qual e para o qual trabalham (Guadalupe, 2009: 116).

Nesta perspectiva, verifica-se que um conjunto alargado de organizações sociais, como sejam Autarquias, Unidades de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações não Governamentais (ONG), escolas, associações, etc., manifesta um interesse para desenvolver trabalho em parceria, valorizando as vantagens da respectiva organização funcionar numa rede social.

Como afirma Guadalupe (2009) “A territorialidade que caracteriza estas instituições aponta para uma intervenção de âmbito local, organizando-se entre si apenas pontualmente, através de uma articulação interinstitucional, a partir de situações concretas que assim o obrigam ou ainda, através do estabelecimento de parcerias que persigam um fim comum”(Guadalupe, 2009: 111).

Como exemplo intervenção em rede, apresenta-se o Projecto “ Públicos Diferentes, Iguais Oportunidades” que se desenvolveu no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL<sup>203</sup>, na prioridade designada “Percurso Integrado de Orientação-Formação-Inserção”, fundamentada pela necessidade da existência de intervenções integradas, que mobilizem diversos organismos e que possibilitem uma maior eficácia ao nível da inserção social e profissional dos públicos mais vulneráveis aos processos de exclusão. É neste âmbito que se insere o projecto SAAI<sup>204</sup>, a decorrer em três freguesias do município da Amadora, onde se inclui o bairro Casal da Mira.

---

<sup>203</sup> A Iniciativa Comunitária EQUAL destina-se a eliminar os factores que estão na origem das desigualdades e discriminações no acesso ao mercado de trabalho. Assente no trabalho em rede e na cooperação nacional e transnacional, esta Iniciativa, financiada pelo Fundo Social Europeu, é uma das componentes da estratégia europeia de emprego, e procurará beneficiar prioritariamente, as pessoas que são vítimas das principais formas de discriminação. Em Portugal a entidade responsável, é o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

<sup>204</sup> Sistema de Atendimento e Acolhimento Integrado de Acção Social, insere-se na Medida Rede Social, cujo suporte jurídico é a Resolução do Conselho de Ministros 197/97 de 18/11, Despacho Normativo nº8/2002 de 12/02, Decreto-Lei nº115/2006 de 14/06). A explicitação do projecto SAAI consta do Capítulo 5, no ponto 5.4.2 sobre a intervenção social desenvolvida no bairro Casal da Mira.

Este projecto constitui um exemplo prático de uma metodologia e prática de Serviço Social, que se enquadra no trabalho em rede, tendo como princípios orientadores a abordagem multidimensional; o trabalho em parceria; a abordagem territorializada; a colocação das pessoas no centro da actuação dos serviços e a existência da figura de “gestor/a de caso”<sup>205</sup>. O projecto assenta na construção de um diagnóstico individual, como forma de se saber o que se pretende fazer e de mobilizar os recursos existentes. Prevê três etapas para a construção de um percurso integrado, que são o acolhimento, a orientação/negociação e o acompanhamento. Prevêem-se, como resultados desta abordagem integrada, a racionalização dos recursos da parceria, a alocação dos recursos existentes para a resolução dos problemas das pessoas, a participação do beneficiário/a em todo o processo, a orientação e acompanhamento das situações em lugar de encaminhamento, a intervenção nas várias dimensões dos problemas e maior satisfação das pessoas.

Outra situação relacionada com o trabalho em rede foi a experiência desenvolvida no bairro Casal da Mira, em 2007, a partir do Gabinete da Câmara, no bairro, em que as associações e grupos presentes no bairro: Associação Raízes (programa Escolhas), Associação Unidos de Cabo Verde, Associação João de Deus, Grupo de Jovens “Malta Jovem”, envolvendo a Escola do Ensino Básico e mais tarde, a Associação de Moradores decidiram trabalhar em conjunto, funcionando numa rede social. Foram desenvolvidas várias iniciativas com a participação activa da população, numa dinâmica intergeracional, envolvendo crianças, Jovens, adultos e idosos, salientando-se a ligação estabelecida entre a escola e o bairro, envolvendo as famílias, o que contribuiu para esbater a rejeição manifestada pela população residente na área envolvente, quando da instalação do bairro naquela zona. Destacou-se o papel das mulheres a nível da participação nas iniciativas desenvolvidas, nomeadamente nas festas com a confecção de comida e no cuidado com as crianças. Esta dinâmica perdeu-se devido ao descontentamento, sobretudo do grupo de

---

<sup>205</sup> A figura de “Gestor/a de caso” é essencial para assegurar um percurso integrado de inserção. É alguém que faz a gestão dos recursos com vista à inserção e assegura integralmente o acompanhamento do percurso, incluindo as relações com outros serviços; promove uma articulação estreita com as outras entidades e recursos que é necessário activar. Orientar e acompanhar as situações devem ser as premissas básicas do/a Gestor/a de caso, como forma de avaliação de resultados.

jovens e da Associação de Moradores, que viram goradas as suas expectativas de lhes ser cedido pela Autarquia<sup>206</sup> um espaço próprio para as suas actividades (uma loja).

Referindo-se a este trabalho, segue-se o comentário de uma mulher:

*“.... o que eu gostei mais foi de trabalharmos todos para o mesmo....e os meninos gostaram muito.”* (Domingas, 47 anos)

## **9 – A Prática Profissional com Famílias**

A prática profissional da intervenção com famílias é uma questão central a abordar, por se relacionar com o objecto de estudo, sendo referenciada com frequência, a sua importância, nas entrevistas efectuadas às assistentes sociais, como se pode constatar:

*“A intervenção do Serviço Social deve passar pelo acompanhamento regular das famílias para o estabelecimento de relações e dinâmicas positivas.....potenciar os recursos da comunidade em benefício das famílias” AS 8*

A prática profissional da intervenção com famílias pode basear-se em vários modelos teóricos que já foram referenciados no ponto anterior sobre as Teorias em Serviço Social. Gómez (2008) destaca, entre os mais importantes, o modelo fenomenológico, o modelo sistémico, o modelo das redes sociais e o modelo das constelações familiares.

O modelo fenomenológico é defendido como uma prática de intervenção social com as famílias, que utiliza como principal técnica a escuta activa, produzindo uma empatia entre o profissional e a pessoa atendida. Neste modelo, os axiomas da comunicação humana são pertinentes porque criam relações de ajuda que favorecem as ligações entre os membros da família que solicitam ajuda.

O modelo sistémico aplicado à prática profissional da intervenção com famílias baseia-se nalguns conceitos, que são fundamentais na abordagem: a circularidade, a neutralidade, as hipóteses previstas, a estrutura familiar, e a hierarquia familiar, os genogramas familiares e as diferenças entre si mesmo são importantes para o profissional no momento de intervir nas crises, tanto a nível dos indivíduos, como nas famílias, assim como com as organizações e as comunidades (Gómez, 2008:120).

O modelo das redes sociais facilita novas formas de entender a sociedade e modifica a postura do profissional, descentralizando o seu papel. Este passa a ser coordenador e potenciador dos recursos sociais existentes, tornando, assim, os indivíduos e

---

<sup>206</sup> A Autarquia considerava que, quer a Associação de Moradores, quer o Grupo de Jovens não reuniam as condições necessárias para assumirem a gestão de um espaço.

famílias mais responsáveis pela resolução dos seus problemas, porque o problema é de todos e todos estão implicados na resolução dos mesmos. O poder é repartido. Com o modelo das redes sociais pode estabelecer-se uma ponte entre os níveis macro e micro da intervenção social com famílias.

O modelo das constelações familiares consiste basicamente em entender os fenómenos na perspectiva de que, para além de serem importantes na vida do indivíduo, indicam-lhes o caminho a seguir. Partindo do modelo fenomenológico tenta compreender as implicações sistémicas que o indivíduo comporta. A prática profissional desenvolvida, no âmbito do modelo das constelações familiares, é uma oportunidade de identificarmos, de forma consciente o que está acontecendo com o sistema familiar, podendo assim resolver os conflitos a partir da escolha interna de cada indivíduo. Trata-se de um modelo fenomenológico, sistémico, muito relacionado com as redes sociais (Gómez, 2008).

A intervenção do Serviço Social no Casal da Mira é, em grande parte, intervenção com famílias, quer pelo modelo de gestão do parque habitacional municipal, quer pelo projecto SAAI<sup>207</sup>, que também preconiza o acompanhamento de cada indivíduo, na perspectiva da sua inserção social.

No projecto SAAI, é dada muita importância à elaboração de um diagnóstico sistémico, interpretativo, prospectivo, pertinente, que constitua um instrumento de mudança. A análise do problema apresentado exige a identificação das causas e dos efeitos do problema, bem como dos recursos existentes na família. Só depois se define o programa de inserção para o indivíduo, integrado numa família. O programa de inserção a delinear passa pela negociação com os diferentes elementos da família, através de uma comunicação positiva, articulando os problemas com os objectivos e as acções<sup>208</sup>. É de

---

<sup>207</sup> Modelos apresentados no capítulo 1, no ponto 6 sobre a intervenção do Serviço Social no bairro Casal da Mira.

<sup>208</sup> A título de exemplo pode referir-se a situação de um indivíduo isolado, residente no bairro que apresentava graves problemas de alcoolismo, encontrando-se num estado de grande degradação pessoal e incapaz de assumir a responsabilidade de conservação da habitação, onde residia, estando na iminência de perder a casa. Desenvolveram-se algumas acções falhadas, com vista à sua recuperação, que passavam essencialmente por ele. Através de uma irmã com quem ele tinha uma relação conflituosa, também residente no bairro, percebemos que, em Cabo Verde, este homem tinha uma filha e a sua ex-companheira. Conseguiu-se o contacto com esta última, que decidiu vir para Portugal para o apoiar.

assinalar que sendo este o modelo de intervenção nem sempre é possível trabalhar desta forma, como podemos observar no capítulo seis, na análise das entrevistas às assistentes sociais.

## 10 – A Mediação no Serviço Social

A noção de mediação em Serviço Social, introduzida por Vicente Paula Faleiros (1993), apresenta o assistente social como um elemento que possui poderes e saberes profissionais que lhe permitem mediar o constante conflito entre o indivíduo oprimido na relação com as redes. Ao mesmo tempo que gere/medeia os conflitos, capacita o indivíduo para que este fortaleça os seus capitais com vista ao exercício da cidadania plena e, simultaneamente, tem a limitação da norma institucional.

No que se refere às estratégias nas mediações de relações complexas em redes, Faleiros (2005: 54) identifica várias dimensões, que se apresentam, nomeadamente, a compreensão das mediações, que estão implicadas nas questões que se traduzem nos problemas individuais ou colectivos implica perceber as questões em jogo, na perspectiva dos sujeitos envolvidos, como a sua explicação pelo contexto geral em que se inscrevem. As mediações das relações de trabalho, da família, da cultura, do género, de etnia vão-se revelando nas suas dimensões teóricas e estratégicas. Para a sua compreensão é necessário considerar todas as expressões das pressões (forças) que os sujeitos sofrem no quotidiano para sobreviver como pessoa, destacando-se os diferentes patrimónios que foram ganhos ou perdidos em momentos de ruptura, de continuidade e de reorganização das relações, num processo constante de “arranjo” dos conflitos e consensos, na descoberta de oposições e alianças nessas relações.

O processo de envolvimento dos actores ou sujeitos na acção e configuração do confronto das forças em presença prende-se com a articulação dos actores implicados numa determinada questão e vai depender das mediações em jogo e da profundidade e amplitude necessárias para o aprofundamento da situação em jogo, em que se estabelecem mediações complexas e onde se vão implicando as redes primárias e secundárias, os

---

A presença e acção desta mulher foi um incentivo para o indivíduo se recuperar do alcoolismo, após a passagem por uma instituição, onde permaneceu alguns meses para fazer a cura da dependência. O indivíduo voltou a trabalhar e voltou a viver com a mulher de quem tinha estado separado vários anos.

patrimónios, os conhecimentos, os recursos institucionais num processo de ganhos e perdas, oportunidades e desafios.

A propósito da mediação, refere uma assistente social:

*“Acho que os assistentes sociais têm a capacidade de fazer essa ponte.....serem capazes de levar a quem decide os interesses da população e às vezes, até a alterarem decisões em função dos interesses reais da população.... terem a capacidade para fazer essa mediação, para chegar às pessoas e para chegar aos decisores.” AS 11*

A intervenção profissional tem os seus limites pessoais e decorrentes da própria estrutura institucional em que se articulam as estratégias de intervenção. As questões que se colocam implicam as relações dos sujeitos com determinações de vária ordem: culturais, económicas familiares, organizacionais, políticas, num processo complexo que condiciona, simultaneamente, o nível da intervenção e a articulação das mediações particulares, possíveis de transformar a relação de forças em presença (Faleiros, 2005: 57).

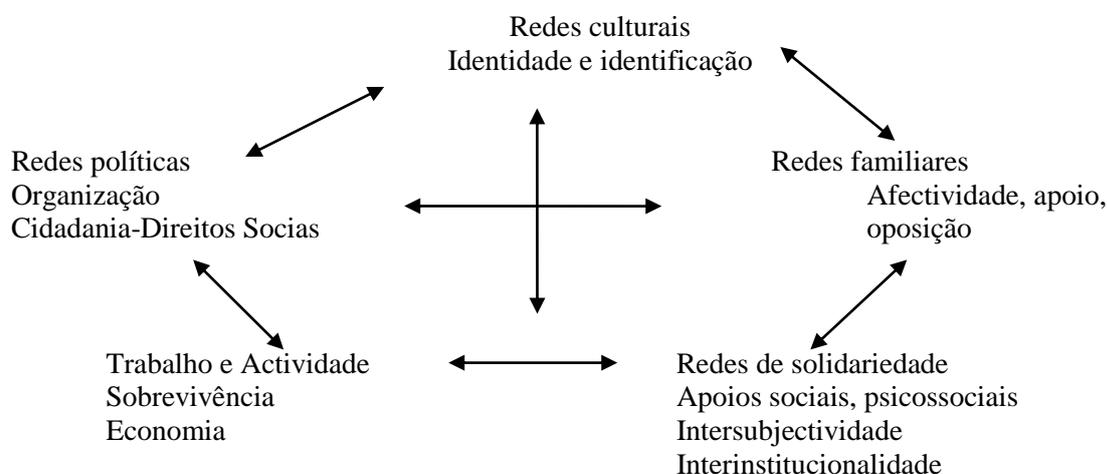
Uma das assistentes sociais entrevistadas, referindo-se ao contexto do estudo, afirmava que a intervenção do Serviço Social deve:

*“.....Facilitar o estabelecimento de relações positivas e adequadas, quer ao nível micro (familiar, vizinhança, comunidade local), quer ao nível da comunidade mais alargada, através de um trabalho de proximidade, potenciando pontes para um maior desenvolvimento das capacidades pessoais, nomeadamente, formação e emprego; o serviço social deve assumir um papel de relevo, como fomentador de dinâmicas positivas e de articulação interinstitucional, potenciando os recursos da comunidade em benefício das famílias; o serviço social deve ter um papel de charneira e de mediação entre, a população, os serviços e instâncias do poder horizontal e vertical”. AS 8*

Como refere Faleiros (2005:57) as estratégias de fortalecimento do sujeito, no Serviço Social, necessitam de articular as mediações presentes nas redes abertas, fundadas no relacionamento intersubjectivo, com as existentes nas redes mais ou menos fechadas, pelos contornos biológicos, ecológicos, religiosos ou outros, que se aproximam do que se chama de redes primárias. As estratégias de intervenção devem combinar as mediações da rede de relação primária com as da rede secundária.

Nesta perspectiva (figura 3), as mediações da construção da cidadania (relações sujeito/Estado) do imaginário (relações simbólicas -identidade) e autonomia (relações de solidariedade, trabalho, família) estão articuladas e revestem-se todas de grande importância.

**Figura 3: Articulações das mediações em jogo nas intervenções sociais**



Fonte: (Faleiros, 2005: 57).

Se tentarmos adaptar o esquema apresentado à realidade estudada, podemos observar algumas das mediações presentes na intervenção do Serviço Social no bairro Casal da Mira. Assim, a nível das redes culturais, temos mulheres de diferentes culturas e com percursos de vida diversificados, cujas redes familiares e de solidariedade foram afectadas e alteradas com a mudança resultante do realojamento. No que respeita ao trabalho e actividades ligadas à sobrevivência, traduz-se numa economia de subsistência, caracterizada por trabalhos precários com salários baixos e actividades informais como sejam a venda de produtos.

No que se refere às redes políticas e organizacionais, que estão relacionadas com a cidadania e os direitos sociais, poderemos destacar duas entidades, que são a Câmara Municipal e a Segurança Social. No caso da Câmara Municipal, temos as questões relacionadas com a habitação, nomeadamente a conservação do prédio, onde residem. No âmbito da gestão financeira da Câmara Municipal inclui-se a cobrança das rendas, sendo uma prioridade da Autarquia, a diminuição da dívida de rendas. Relativamente à Segurança Social, destacam-se o Rendimento Social de Inserção e o Projecto SAAI.

É, neste cenário que o Serviço Social intervém com um papel de mediador destas dimensões.

## **11 – Participação e Empowerment na Construção de uma Cidadania Activa**

Participação é um termo muito utilizado em Serviço Social, existindo muitas concepções sobre o seu entendimento, nem sempre coincidentes. A participação pode ser entendida como “processo pelo qual cada indivíduo toma parte nas decisões de uma instituição, se envolve nela e realiza programas para a resolução de problemas comunitários. Cada indivíduo para além da comunidade, participa no processo de desenvolvimento, identifica as problemáticas da comunidade, sendo estes que decidem como resolvê-los, permitindo a satisfação do grupo” (Heller, 1984:302).

Para Ander-Egg (1995), participar é “fazer parte de”, é um acto exercido por um sujeito ou agente envolvido num contexto que lhe permite tomar decisões. Existem diferentes graus de participação das pessoas conforme o grau de controlo e a incidência que têm sobre as decisões. Desta forma, participação “é dar poder às pessoas para que elas se envolvam efectivamente na criação de estruturas e concepção de políticas e programas que sirvam os interesses de todos, bem como contribuam efectivamente para o desenvolvimento do processo e partilhem equitativamente dos seus benefícios”. In Carta Africana, Participação e desenvolvimento (1990)<sup>209</sup>.

Para Domineli (2006), a participação é o acto de envolver as pessoas na tomada de decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito ou que permitam às pessoas assumir o controlo das suas situações, podendo assumir várias formas. Na participação de género, as mulheres têm mais probabilidade de se envolverem na tomada de decisão informal do que os processos formais, pois enfrentam obstáculos à participação formal, por exemplo, limitações financeiras, responsabilidades familiares ou a falta de tempo.

Muito ligado ao conceito de participação, apresenta-se o de *empowerment*, relativamente ao qual se podem distinguir os níveis, individual, organizacional e comunitário.

---

<sup>209</sup> A Carta Africana para a Participação Popular no Desenvolvimento e Transformação foi adoptada em Fevereiro de 1990, na "Conferência Internacional sobre a Participação Popular no Processo de Recuperação e Desenvolvimento em África", realizada em Arusha /Tanzânia. A conferência foi organizada pela Comissão Económica para África, num esforço de colaboração entre organizações africanas, governos africanos e agências das Nações Unidas, na perspectiva da participação popular, como condição para o desenvolvimento e transformação da região.

Para Guerra (2000), o *empowerment* é um processo que se estrutura a partir da cooperação com os outros e é construído a partir das relações entre as pessoas e da sua participação nos grupos e nas organizações. Implica o envolvimento da população na tomada de decisões, ligada às acções e ao processo de avaliação continuado de determinado projecto. Significa, também a partilha do poder pelos vários grupos sociais. (Guerra, 2000:101).

Ornelas (2002:20) define *empowerment comunitário* como o processo que aumenta a influência sobre condições que preocupam as populações que partilham num mesmo bairro, local de trabalho, experiências ou interesses. Este modelo pode ajudar a aperfeiçoar as parcerias comunitárias e sugere quatro estratégias que facilitam o processo de *empowerment* e as respectivas consequências: melhorar a experiência e competência; melhorar a estrutura e capacidade do grupo; eliminar as barreiras sociais e contextuais; melhorar o suporte no contexto e os recursos. O modelo de *empowerment comunitário* apresenta três dimensões: factores individuais (aspectos únicos a cada indivíduo, como a prática, conhecimento, experiência e história dos indivíduos) ou grupais, factores contextuais (as condições em que cada indivíduo vive - a família, o bairro/cidade e a comunidade) e capacidade e consequência do *empowerment*. A capacidade de produzir mudança, e respectivas consequências, das parcerias comunitárias resulta de uma influência recíproca entre os factores associados com os pessoais/grupais e o contexto. Neste processo interactivo, o funcionamento das parcerias comunitárias pode ser afectado por factores individuais/grupais, como a competência de liderança, e o contexto social e físico no qual realiza a sua tarefa (Ornelas, 2002:20).

Para Domineli (2006), *empowerment* é um processo de experiência subjectiva de desenvolvimento das capacidades das pessoas para controlar as suas vidas. A autora defende, também, a perspectiva de Bernstein e Wallerstein (1994:198), que definem *empowerment* como “um processo de acção social que promove a participação das pessoas, organizações e comunidades para a meta de controlo individual e comunitário, a eficácia política, melhoria da qualidade de vida da comunidade e justiça social”. Neste sentido, é necessário capacitar profissionais para tratar os utentes com respeito e dignidade, fomentar a auto-confiança, permitir-lhes exercer o poder sobre seus próprios assuntos e compreender as realidades sociais complexas.

A capacitação e advocacia podem ser considerados conceitos-chave do *empowerment*, que estão presentes no Serviço Social. De referir que, embora as estratégias de advocacia e de capacitação tenham objectivos diferentes, pressupõem, ambas, a possibilidade de mudar o ambiente a favor dos sujeitos da intervenção.

Tal como afirma Payne (2002), a capacitação procura ajudar as pessoas a conquistarem poder de decisão e de acção sobre as suas próprias vidas, através da redução do efeito de bloqueios sociais ou pessoais ao exercício do poder existente, aumentando assim a capacidade e a auto-confiança para utilizar o poder.

Domineli (2006), encara a capacitação como um processo de interacção e reforço das competências e capacidades das pessoas para melhorarem a qualidade de vida e agirem como sujeitos, com o controle das suas vidas, através das relações com os outros. A capacitação das pessoas é essencial para os processos de mobilização nas comunidades e contribui para reduzir as desigualdades estruturais, implicando mudanças reais nas relações de poder. Envolve a partilha do poder e o estabelecimento de relações igualitárias

Uma abordagem participativa é valiosa porque as pessoas querem e têm direito a estar envolvidas em decisões e acções tomadas relativamente a elas. O seu envolvimento reflecte a base dos valores democráticos do Serviço Social.

Na perspectiva dos autores citados, a capacitação envolve desafiar a opressão e fazer com que seja possível as pessoas gerirem os assuntos que as afectam, sendo elas, próprias a definirem as suas necessidades. Pressupõe a participação nas tomadas de decisão e planeamento, dotando as pessoas com recursos e promovendo o desenvolvimento da auto-confiança, auto-estima, segurança, expectativas, conhecimento e aptidões para assumir o poder.

No entanto, é necessária atenção para o facto de a ideologia da capacitação política procurar responsabilizar os indivíduos, de forma a estes providenciarem a satisfação das suas próprias necessidades, com o objectivo encoberto de limitar os serviços do Estado.

A advocacia procura representar os interesses dos utentes impotentes junto dos indivíduos e estruturas sociais poderosas e está muito ligada ao campo legal, sendo utilizada noutras profissões, para além do Serviço Social, como uma aptidão e objectivo de valor.

Payne defende que o sentido da advocacia é de interpretar ou demonstrar o valor dos utentes para grupos poderosos na sociedade, podendo traduzir-se num serviço que defende as visões e as necessidades das pessoas, através de um conjunto de aptidões ou

técnicas para fazer a sua defesa e a interpretação dos seus interesses, junto de grupos poderosos (Payne, 2002: 369).

A sua prática prende-se com direitos sociais, que estão relacionados com o facto de assegurar que os beneficiários de certos serviços de assistência tenham o direito de recorrer a outros serviços de assistência. A advocacia está assim ligada a direitos. Deve ser utilizada a favor das pessoas, de várias formas na intervenção do Serviço Social, nomeadamente em assegurar os seus direitos e outros serviços, sendo a pobreza e o bem-estar económicos aspectos importantes a trabalhar.

Bateman, (1995), desenvolve o conceito de advocacia, baseada em princípios, no sentido político de conseguir para os utentes os máximos recursos disponibilizados, sem ceder nos seus aspectos opressivos, ou seja a advocacia social pressupõe que o assistente social desempenhe um papel de protecção e representação do utente, junto das instâncias do poder, no sentido da efectivação dos direitos, o que exige um enquadramento normativo dos direitos humanos e o treino de competências específicas, como a negociação, litígio e arbitragem.

Josefina McDonough (1999), defende que o objectivo da advocacia é o de promover e influenciar a legislação de modo a beneficiar as populações carenciadas representadas pelo Serviço Social, pelo que a legislação teria de aumentar ou facilitar o acesso destes grupos a bens sociais básicos. A autora apresenta o caso dos Estados Unidos, em que o Serviço Social de advocacia legislativa exerce a sua influência na legislação de protecção social, através da acção das associações de Serviço Social aí radicadas. Esta perspectiva aponta para o desenvolvimento de estratégias, no sentido da especialização de assistentes sociais interessados em advocacia legislativa com vista à sua intervenção no processo legislativo e na preparação do conteúdo de documentos legislativos.

Podemos, assim concluir que a participação e *empowerment*, associados aos conceitos de capacitação e advocacia contribuem para que a população tome consciência do meio social em que está inserida, dos seus próprios problemas e da capacidade que pode ter na solução dos mesmos. A participação democrática é um ingrediente chave em processos que visam informar as pessoas das suas opções e ajudá-las a assumir a responsabilidade pelo seu comportamento, o que é essencial para uma cidadania activa. Só através de esforços conjuntos é possível definir objectivos e planear estratégias de acção que conduza a oportunidades de mudança e desenvolvimento.

A participação e *empowerment* contribuem, desta forma para fortalecer as pessoas, grupos ou populações desfavorecidas, na concretização dos seus direitos, favorecendo a efectiva participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural e uma distribuição mais equitativa dos recursos.

A prática das assistentes sociais entrevistadas manifesta a perspectiva aqui desenvolvida, uma delas afirmava:

*“As reuniões de moradores são uma das metodologias utilizadas pela equipa técnica para promover práticas de participação da população na medida em que o grande objectivo é que através do envolvimento efectivo da população e da eleição dos representantes dos vários prédios se possa vir a formar uma associação, numa dinâmica mais coesa e forte de capacitação individual, de grupo e de comunidade.”*  
AS 2

Ao colocar-se como questão de fundo do presente trabalho: “Que modelos e estratégias para o Serviço Social em contexto de bairro de habitação social”, partindo das dinâmicas do bairro, através do quotidiano das mulheres e da prática profissional dos assistentes sociais que desenvolvem a sua intervenção em bairros de habitação social, tornava-se necessário informar e dar suporte teórico a essas práticas.

Identificaram-se e apresentaram-se algumas teorias, modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social por parecerem ir ao encontro da realidade em estudo e, tal como foi referido no início do capítulo, a intervenção do Serviço Social a desenvolver não tem que obrigatoriamente cingir-se a um modelo único, até porque, nalguns casos há elementos que se interligam entre si, complementando-se.

Conclui-se da necessidade de uma reflexão no sentido de “transcender crítica e reflexivamente o vínculo que a profissão estabeleceu com a acção” (Restrepo, 2003: 138), como forma de suplantar um certo empirismo que tem caracterizado a intervenção de muitos assistentes sociais, não desvalorizando a ideia de que a prática profissional constitui fonte de conhecimentos privilegiada.

As teorias e modelos apresentados irão dar suporte teórico às propostas de intervenção a desenvolver em contexto de bairro de habitação social, que constituem as conclusões do presente trabalho.

## **Capítulo 6 – A PRÁTICA DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CONTEXTO DE BAIRRO DE HABITAÇÃO SOCIAL**

O exercício profissional do assistente social deve assentar numa base comum, tendo como elementos essenciais: um corpo de valores (atitudes); um corpo de conhecimentos (investigação e produção de conhecimento) e um conjunto de técnicas que dão origem a um reportório interventivo (Bartlett, 1993), que permita o diagnóstico, a avaliação e o planeamento das situações problema.

Para Yamamoto (2000), os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, centrando-se no atendimento das desigualdades que a população sofre nas mais diversas áreas, pois, “Todo o trabalho implica um saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condições de induzir o sujeito a efectuar os propósitos desejados. O ser que trabalha constrói para si, através de sua actividade, modos de agir e pensar, ou seja, uma maneira especificamente humana de se relacionar com as circunstâncias objectivamente existentes, delas se apropriando tendo em vista a consecução de fins propostos pelo sujeito na criação de objectos capazes de desempenhar funções sociais, fazendo nascer valores de uso” (Yamamoto, 2000:42).

Por vezes, o assistente social devido a constrangimentos de várias ordens, não consegue estabelecer a ponte entre teoria e análise da realidade e então vai actuar de forma rotineira, numa perspectiva funcionalista que defende a adaptação do indivíduo ao meio no qual está inserido, conforme se constata pelas afirmações de algumas assistentes sociais entrevistadas. Efectivamente, os assistentes sociais actuam em contextos institucionais e, não sendo, apenas meros agentes de execução das políticas sociais, a sua prática tanto pode ser funcional aos sistemas como pode, dentro das estruturas funcionais, promover estratégias emancipatórias<sup>210</sup>.

Tal como foi referido na introdução, no sentido de identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de bairro de habitação social, partiu-se do papel que as mulheres desempenham na vida das famílias e da comunidade e das perspectivas das assistentes sociais ligadas às equipas de terreno, através das entrevistas efectuadas. O conteúdo das entrevistas das assistentes sociais inclui para além de outras

---

<sup>210</sup> Com esta prática, pretende-se a autonomia e poder dos grupos subalternizados. Partindo do princípio que a prática do serviço social é organicamente de regulação, vai orientar-se para a construção de estratégias de desocultação dos mecanismos de dominação e de legitimação das políticas sociais assistenciais.

questões, já integradas ao longo dos capítulos anteriores, o modo como se desenvolve a intervenção do Serviço Social nos bairros de habitação social do município e as perspectivas das assistentes sociais, o que constitui o presente capítulo.

## **1 – Princípios orientadores da intervenção do Serviço Social**

Das entrevistas às assistentes sociais ressaltam alguns aspectos que constituem o âmago da intervenção do Serviço Social, embora nem sempre corresponda à prática desenvolvida devido a limitações e constrangimentos de diversa ordem, a nível organizacional e político e que serão analisados. De seguida, apresentam-se as questões, que, do ponto de vista das assistentes sociais entrevistadas, devem caracterizar a intervenção do Serviço Social nos bairros de realojamento.

Da análise dos testemunhos, conclui-se que o enfoque do assistente social deve ser nas pessoas com quem se trabalha e o seu papel deve ser de facilitador de dinâmicas positivas e potenciador dos recursos da comunidade, em benefício das famílias, o que vai ao encontro do ponto de vista defendido por Malcolm Payne (2002), ao afirmar que os valores do Serviço Social são essencialmente humanistas e os utentes constituem o seu objectivo fulcral.

Algumas das assistentes sociais entrevistadas chamam a atenção para a necessidade de elaboração de um bom diagnóstico, como condição para definir os contornos da intervenção a desenvolver:

*“- Para intervirmos, precisamos de conhecer, ter um diagnóstico realista da população é fundamental. Não se pode intervir, fazer uma intervenção numa determinada comunidade só ao nível da percepção, em que nós sabemos que há problemas de alcoolismo, de pobreza e de trabalho, mas, o que representa? ...senão, são medidas avulso que não são enquadradas e que podem ter aqui ou ali um pequeno resultado, mas que não são consistentes.” AS 4*

*“- O realojamento tem que ser precedido de um bom diagnóstico da população para se saber quem são as pessoas, o que fazem, relativamente ao emprego se trabalham próximo, se trabalham longe para se começar a desenhar uma intervenção que esteja atenta aquilo que são efectivamente os problemas e as necessidades das próprias pessoas. AS 6*

Efectivamente, um bom diagnóstico constitui um instrumento indispensável para um planeamento consequente, realçando as vulnerabilidades e potencialidades de desenvolvimento de uma dada comunidade, interpretando as dinâmicas sociais do meio, detectando as causalidades dos problemas e identificando os recursos necessários para

ultrapassar as debilidades. Deve traduzir um conhecimento alargado do meio social para possibilitar a definição de prioridades e estratégias.

A participação da população aparece como uma condição, no sentido de se promover a mudança, e o *empowerment*.

*“ A intervenção comunitária deve ser uma intervenção sustentada, sendo a participação da população uma condição, no sentido de se promover a mudança, e o tal empowerment.” AS 4*

A autonomia e a responsabilização da população devem ser questões prioritárias a serem trabalhadas com as famílias alvo da intervenção do Serviço Social, como forma de promover a cidadania nas pessoas, em especial nas mulheres, pois, muitas vezes, desconhecem os seus direitos, não os exercendo.

*“ De uma maneira geral, o parâmetro de expectativas das mulheres é muito baixo e não acreditam nas suas potencialidades e algumas delas desconhecem os seus direitos.” AS 7*

*“ Compete-nos trabalhar com as famílias, os comportamentos e atitudes e promover responsabilidades, autonomias, as pessoas tem direitos, tem deveres e nós estamos cá para ajudar e dar às pessoas as ferramentas para elas tentarem resolver os seus próprios problemas.” AS 3*

Das questões assinaladas pelas assistentes sociais, salienta-se a necessidade do acompanhamento regular das famílias, sobretudo aquelas de maior complexidade, que apresentam maior número de problemas, incentivando as pessoas a aumentarem as suas competências, bem como o estabelecimento de relações positivas e adequadas com o desenvolvimento de redes de solidariedade, quer ao nível micro (familiar, vizinhança, comunidade local), quer ao nível macro, ou seja da comunidade mais alargada, através de um trabalho de proximidade, potenciando o desenvolvimento das capacidades pessoais.

*“ Considero necessário, por parte do Serviço Social, o acompanhamento regular das famílias, dado existir um elevado número de famílias com desorganização e desestruturação familiar, através de um trabalho de proximidade, potenciando pontes para um maior desenvolvimento das capacidades pessoais a nível de formação, emprego e acesso a habitação privada.” AS 8*

É também referido pelas assistentes sociais que este trabalho poderá elevar as expectativas, que em geral são baixas, abrindo horizontes, o que por certo vai contribuir para melhorar a qualidade de vida e integração social da população.

*- É necessário trabalhar no sentido da autonomização das pessoas, em especial dos mais jovens, criar redes de solidariedade com os mais idosos que foram quebradas, redes familiares, criar nas pessoas outras expectativas, abrir horizontes. AS 1*

Outro aspecto realçado é a necessidade de constituição de equipas multidisciplinares a trabalhar nos bairros.

*“Na minha opinião o Serviço Social não deveria trabalhar isoladamente, mas em equipas multidisciplinares e em parceria.” AS 2*

Efectivamente, o trabalho em parceria e uma abordagem integrada contribui para a racionalização e rentabilização dos recursos existentes no sentido da resolução dos problemas da população.

Relativamente à intervenção social e comunitária, várias assistentes sociais consideram a necessidade de constituir grupos, com base nas problemáticas identificadas e nos interesses das pessoas.

*“ A intervenção social e comunitária, o próprio trabalho com as pessoas não deve ser individualmente, mas em grupos de pessoas que tem as mesmas problemáticas, nomeadamente a intervenção com as mulheres”. AS 2*

As questões levantadas pelas assistentes sociais identificam-se com a definição de Serviço Social adoptada pela FIAS<sup>211</sup> e a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social em 2000 “(...) Aplicando teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social”<sup>212</sup>.

Com efeito, os Direitos Humanos são inseparáveis da teoria, valores, deontologia e prática do Serviço Social, na medida em que “(...) traduzem a motivação da acção do Serviço Social, pelo que a sua defesa deverá fazer parte integrante do próprio Serviço Social” (Organização das Nações Unidas, 1999).

---

<sup>211</sup> Federação Internacional de Assistentes Sociais - IFSW

<sup>212</sup> A definição completa foi apresentada na pág. 183/184

## 2 – Confronto de interesses e dilemas no exercício da profissão

Sendo esta profissão uma actividade de mediação interpessoal profissional, tanto pode reforçar os direitos dos utentes, como pode pôr em risco esses mesmos direitos, pelo que uma visão do trabalho, numa perspectiva global dos Direitos Humanos, é determinante (Organização das Nações Unidas, 1999: 25-26).

Enquanto técnico, o assistente social utiliza como mediação, não só a política social e a política organizacional, mas também o seu referencial teórico-metodológico, cultural, político e ético.

Esta questão pode enquadrar-se na noção de mediação, introduzida por Faleiros (2005), na medida em que as instituições condensam determinadas relações sociais de poder e de exploração num processo contraditório de correlação de forças que constitui o espaço de saber e poder profissional. As mediações das relações institucionais, por sua vez, precisam ser contextualizadas e particularizadas. Como afirma o autor, o facto de estas relações serem contraditórias abre um campo de possibilidades de intervenção para o Serviço Social como intermediação estratégica de acção (Faleiros, 2005: 49/50).

O conceito de mediação está bem patente nas entrevistas às assistentes sociais, focando diversos níveis em que ela se opera, nomeadamente, entre a população com quem trabalham, os serviços que integram e os decisores, neste caso, o executivo camarário, que tem o poder de decisão:

*“ O nosso papel (assistentes sociais) e a nossa função tem muito a ver com a mediação entre as políticas e os interesses e os recursos da instituição e as necessidades e os interesses da população e é necessário um certo esforço por parte do técnico para conseguir equilibrar estas duas vertentes e muitas vezes não é fácil porque os recursos e as directrizes a nível institucional vão num determinado sentido e sabemos que as necessidades e os interesses da população são outros e isto não é nada fácil”. AS 3*

O Serviço Social tem, assim, um duplo carácter de autonomia e subordinação. É nesta contradição, entendida ao nível político e técnico, que reside a capacidade potencial de formulação de estratégias de defesa e alargamento dos direitos sociais, apoiados em princípios democráticos, o que implica a identificação de forças favoráveis e a constituição de solidariedades organizadas e comprometidas com a população excluída (Nunes, 1996:119).

A intervenção do assistente social, no domínio da habitação pode enquadrar-se nesta perspectiva, na medida em que se orienta na lógica e normas institucionais que acaba por articular com situações concretas da vida dos munícipes que recorrem aos serviços.

Através de relacionamentos, o profissional gere problemas e carências, conjugando os recursos das autarquias com os interesses dos municípios.

Por vezes, o assistente social é colocado perante um dilema, pois torna-se complicado gerir entre aquilo que a família deseja e aquilo que a autarquia pode ou decide oferecer, portanto, este papel de mediação muitas vezes tem que ser balanceado pelos assistentes sociais.

A ilustrar este aspecto, uma das entrevistadas afirma:

*“ Relativamente ao nosso papel de mediação, nós técnicos estamos, às vezes num dilema, porque não sabemos se por um lado podemos abrir alguma excepção para satisfazer aquela expectativa dos moradores ou se por outro temos que dar primazia aquilo que o executivo político, neste caso a autarquia pretende fazer. Isto às vezes gera uns dilemas internos, mas nós enquanto técnicos temos que nos saber também afastar deste, ou seja, não nos podemos deixar entrosar por estes problemas dos moradores e, às vezes consegue-se satisfazer as necessidades da população outras vezes não e portanto temos que estar sempre aqui numa balança e tentar gerir o melhor possível.” AS 5*

Esta afirmação prende-se com questões éticas, sendo, talvez, pertinente referenciar alguns valores da profissão. Nesta perspectiva, é de salientar que “os assistentes sociais orientam a sua intervenção para a satisfação das necessidades humanas específicas e para a garantia dos direitos humanos e a efectivação da protecção social, trabalhando para o bem estar e realização pessoal dos seres humanos, o que exige uma consciência ética vinculada a um corpo de valores comuns à profissão, enquanto conjunto de atitudes a ter em conta na relação com os cidadãos utentes, como sejam, o respeito pela vida, a dignidade do ser humano, a auto-determinação/autonomia do sujeito, a participação activa e democrática na vida social, a não discriminação, a justiça e a responsabilidade social, em conformidade com um sistema político e social justo e equitativo” (Serafim, 2004:28). Como referem algumas assistentes sociais entrevistadas, é difícil conciliar aquilo que é o papel do Serviço Social e os valores que lhe estão associados com as políticas definidas por quem decide, que às vezes podem nem ser as mais ajustadas e mais adequadas. Por outro lado, os decisores têm, muitas vezes um entendimento diferente do que é o Serviço Social, a sua função e missão.

### **3 - Constrangimentos na prática profissional**

As assistentes sociais, que integram a equipa técnica da DGPH- Divisão de Gestão do Parque Habitacional e exercem a sua actividade nos três gabinetes dos bairros de

realojamento PER do município da Amadora: Casal da Mira, Casal da Boba e Casal do Silva têm como objectivo principal o acompanhamento das famílias após o realojamento e o desenvolvimento social das mesmas com vista à sua autonomização e integração social. A sua actividade é constituída por três vertentes: gestão social, gestão patrimonial e gestão financeira.

A intervenção situa-se a um nível micro, relacionado com o contexto familiar e um nível macro, que tem a ver com sistemas envolventes, nomeadamente, o bairro, a freguesia e o concelho, traduzindo-se num modelo de Intervenção, constituído por três grandes projectos de gestão integrada: Habitat Urbano; Mais Perto para Chegar mais Longe e Teia social<sup>213</sup>.

De salientar que este modelo foi construído pela Equipa Técnica da DGPH e embora não tenha chegado a ser assumido claramente, a nível da Vereação da Câmara, o que constituiu uma fragilidade, as equipas técnicas dos bairros pautavam a sua intervenção por este modelo, que orientou a intervenção do Serviço Social nos três bairros.

Com a implementação do SAAI (Sistema de Atendimento e Acolhimento Integrado de Acção Social) e a definição dos objectivos no âmbito do SIADAP- Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública, este modelo foi bastante afectado. Segue-se o comentário de uma assistente social sobre o modelo de intervenção:

*“O modelo de intervenção construído pelas técnicas, em 2004, era um modelo inclusivo que tinha a estrutura individual, a estrutura comunitária, tinha aquilo que era muito importante, que é a gestão do parque habitacional, tinha presente a questão do indivíduo na comunidade. Porque o modelo em si próprio era um modelo aberto e que permitia um conjunto de metodologias que estão adequadíssimas ainda, uma abordagem muito centrada na pessoa, no grupo e na comunidade” AS 1*

O facto deste modelo de intervenção do Serviço Social nos três bairros, não ter sido, claramente assumido politicamente revela problemas na comunicação organizacional

---

<sup>213</sup>Estes projectos foram apresentados no capítulo 5, no ponto sobre a intervenção social desenvolvida no bairro Casal da Mira. As equipas técnicas dos bairros fazem uma avaliação bastante positiva do desenvolvimento dos referidos projectos, que se traduziu na relação de proximidade estabelecida pelas equipas do bairro com a população residente. Actualmente, estes projectos deixaram de ter expressão devido ao estabelecimento dos objectivos do SIADAP, que não se coadunam com a intervenção que se desenvolvia e também por imperativos relacionados com orientações vindas das instâncias superiores, tendo este tipo de intervenção passado a ser liderado pela Divisão de Intervenção Social do Departamento de Educação e cultura.

(entre técnicos, chefias e a vereação) e da falta de espaço e influência dos assistentes sociais, junto do poder.

Esta questão prende-se também com alguns constrangimentos presentes na intervenção, que se caracteriza por um conjunto de questões, como:

As equipas dos gabinetes são constituídas apenas por assistentes sociais e por um técnico administrativo, quando, na óptica das assistentes sociais, deveriam ser multidisciplinares. Por outro lado, na ausência do técnico administrativo, são as assistentes sociais que desempenham as suas funções. Também ao nível das questões do edificado, os técnicos especializados nesta área não estão nos gabinetes, integrando a equipa com as assistentes sociais e não existe abertura nesse sentido. As equipas, actualmente, também não integram técnicos de animação sócio-cultural, cuja intervenção é bastante necessária.

*“Em primeiro lugar, falta uma equipa multidisciplinar.....Se não há nenhuma estratégia de intervenção definida superiormente, tanto faz estarem aqui assistentes sociais como outros profissionais quaisquer..... Portanto há aqui um desfasamento entre o custo do serviço relativamente ao investimento dos profissionais em relação ao resultado” AS 4.*

*“Também ao nível do edificado, estes gabinetes tinham que ser dotados de técnicos específicos dessa área e não existe abertura ou resposta a esse nível. Cabe-nos a nós também que trabalhamos no terrenos tentar junto do poder de decisão para que estas questões sejam tidas em conta e que se possa imprimir algumas alterações a este nível.” AS 3.*

Estes constrangimentos impedem as assistentes sociais de desenvolver com a população o tipo de trabalho que consideram importante. Esta situação poderia ser colmatada nos gabinetes locais, se fossem constituídas, desde o início, as equipas multidisciplinares em que técnicos das diferentes áreas do saber trabalhassem em conjunto para se atingirem determinados objectivos.

Também, a sobrecarga de trabalho das assistentes sociais contribui para um trabalho imediatista, ou seja, dando resposta aos pedidos dos munícipes e aos objectivos que foram definidos no âmbito do SIADAP, em detrimento do trabalho directo com a população, a nível da intervenção comunitária, quando este trabalho tem uma importância preponderante na intervenção dos assistentes sociais.

*“...o que o técnico sente é que não lhe estão a dar espaço, em termos de trabalho.” AS 1*

*“ Um constrangimento no nosso trabalho tem a ver com o tempo que demoramos a instruir uma resposta a um pedido escrito de um morador e que dá entrada no gabinete e faz parte do nosso papel e da nossa função. O tempo que investimos e dado que os pedidos são muitos, há um grande atraso na resposta. Então, por um*

*lado estamos muito absorvidos para dar resposta a esses pedidos e por outro ficamos sem conseguir desenvolver a outra vertente- o trabalho directo com a população. AS 3*

As assistentes sociais também levantam questões, que se prendem com a vertente da gestão financeira e que, por vezes, colidem com os valores e a ética profissional.

*“ Sobre o nosso trabalho, relacionado com a vertente financeira, no que se refere ao controle do pagamento das rendas, superiormente pretendem que o técnico de Serviço Social desencadeie e acompanhe, acções de despejo, portanto logo aí há algum choque que prejudica muito esta relação de confiança e de empatia que nós temos que estabelecer com as pessoas.” AS 3*

A falta de equipamentos de resposta às necessidades da população residente nos bairros, também é um elemento bloqueador do desenvolvimento da actividade dos assistentes sociais, a trabalhar nos bairros<sup>214</sup>.

*“Eu acho que a intervenção do Serviço Social sem equipamentos sociais é impossível e nesse sentido o Casal da Mira é o que está em pior situação”.* AS 4

As afirmações das assistentes sociais traduzem, por um lado, alguma frustração pelo tipo de trabalho, que caracteriza a área da habitação, imposta pelos decisores, que se caracteriza por muitos procedimentos de carácter administrativo e jurídico, assumindo um carácter de controlo sobre a população residente com elaboração de informações, actualizações dos agregados, pedidos de redução de renda, acompanhamento e controlo da dívida de rendas, pressão junto dos moradores para a limpeza e desocupação dos espaços comuns dos prédios, são alguns exemplos referenciados. Por outro lado, sentem a necessidade de desenvolvimento de um trabalho de proximidade e acompanhamento das famílias no sentido do seu envolvimento, participação e autonomia, que vá ao encontro das necessidades da população, pelo que a identificação dos constrangimentos inerentes à prática profissional reveste-se de grande importância para se poderem apontar modelos e estratégias para o Serviço Social.

Referindo-se a esta questão, Mondolfo (2005) refere que “os profissionais são “atulhados” de legislação, novos procedimentos, actualizações permanentes e consecutivas, prazos (...) a tónica posta sobre as tarefas administrativas, jurídicas, financeiras mudou a actividade social para uma prática baseada na recolha de informação

---

<sup>214</sup> O bairro Casal da Mira, até final de 2008, caracterizava-se pela falta de equipamentos e pelo isolamento socio-espacial.

(...), desvalorizando a individualidade de cada caso e o “saber ouvir”, prática que se torna secundária, facultativa e mesmo inoperante dada a escassez das respostas e que afasta os profissionais dos utentes, colocando-os numa lógica de ajuda pontual” (Mondolfo, 2005: 254, 255). O autor afirma que a questão está na passagem de uma acção social reparadora orientada para a oferta institucional para um modelo mais criativo, aberto à procura, ao desenvolvimento de competências e capacidade da população em pôr em prática as suas próprias ideias, apoiadas pelo profissionalismo dos técnicos, com o apoio das instituições. Esta perspectiva, segundo o autor vai levar à redefinição do referencial de competências, posicionando o Serviço Social num registo triplo de assistência, acompanhamento social e desenvolvimento pessoal e social, posto em prática por métodos de intervenção individual e colectiva. No entanto, para que esta mudança se imponha terá de encontrar condições políticas, organizacionais, materiais, éticas e culturais favoráveis, o que exige um sério acompanhamento, bem como um compromisso verdadeiro por parte dos responsáveis políticos e dos investigadores, pedagogos e cientistas sociais.

#### **4 – As questões de género, uma prioridade na intervenção do Serviço Social**

O processo de mudança, resultante do realojamento, sob alguns aspectos, reflectiu-se nas mulheres residentes no Casal da Mira, como factor de fragilização nas suas trajectórias de vida, traduzindo-se em processos de desestruturação e estruturação de identidades, ao provocar alterações relacionadas com o espaço, a gestão e organização familiar e a nível das redes de sociabilidade. A ilustrar esta situação apresenta-se o comentário da entrevista de uma assistente social sobre esta questão:

*“- À partida um processo de realojamento devia ser uma situação positiva na vida das pessoas, mas efectivamente há muitas perdas, ao nível da socialização, das relações de vizinhança, da dinâmica que existia, antes, que é impossível transportá-la para casas em altura (prédios). Portanto o realojamento resolve um problema habitacional, mas não resolve nenhum dos outros problemas que as pessoas já tinham, antes e até piora. Viver uma habitação social implica alguns compromissos e alguns deveres que as pessoas não estavam habituadas, nomeadamente o pagamento da renda, água, electricidade, telefone.....Depois, nos bairros de realojamento juntam pessoas de vários sítios, gerando aqui outra dificuldade. No bairro, onde moravam, estavam mais protegidas umas pelas outras e tinham relações de proximidade, consolidadas porque moravam ali há muitos anos.....Eu acho que é sempre uma situação violenta,*

*A questão das acessibilidades é outra questão importante, as pessoas moravam, junto às estradas, a centros que facilmente chegavam a todos os lados, aos empregos.....depois, aqui o bairro social não está dentro da malha urbana da cidade.....No que se refere aos bens de primeira necessidade ,nos bairros onde*

*residiam, existia a mercearia de alguém, que até fiava, tinham tudo ali ao pé e agora aqui não têm nada, não existe comércio de proximidade e a falta de equipamentos sociais constituem, também um problema, dificultando a inserção das pessoas no novo contexto..... as mulheres são quem mais sofre com estas questões, pelo papel que desempenham na organização familiar”AS 7.*

Como já foi referido, o novo contexto, ou seja o bairro, exige uma nova organização social, o que impõe às mulheres o desenvolvimento de estratégias adaptativas nas suas trajectórias pessoais e sociais<sup>215</sup> de mudança. Neste sentido, assume grande importância, o desenvolvimento, por parte do Serviço Social de uma estratégia de fortalecimento das mulheres, como sujeitos, apontando Faleiros (2005) como direcções a priorizar: construção da cidadania e a institucionalização dos direitos sociais; o desenvolvimento da autonomia do sujeito<sup>216</sup>, como processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção das decisões sobre o seu próprio destino; o fortalecimento da identidade, cuja produção depende de aspectos sociais, como as referências culturais, os seus percursos ao longo da vida e os objectivos ou estratégias sociais que vão desenvolvendo.

As assistentes sociais entrevistadas foram unânimes em reconhecer que as mulheres, nestes contextos - bairros de realojamento -têm um papel primordial na família, em especial na educação dos filhos pois são elas que tratam da casa, tratam dos filhos e saem, de manhã cedo, para irem trabalhar e assegurarem o sustento da família.

*“Eu acho que no realojamento quem mais sofre são as mulheres, normalmente são as maiores “vítimas” porque os aspectos cruciais da vida quotidiana e toda a*

---

<sup>215</sup> Faleiros refere-se ao conceito de trajectórias sociais, como “processos de desestruturação como de estruturação de referências e patrimónios, pela articulação ou desarticulação de relações sociais num tempo e num espaço determinados onde se produzem mudanças nas formas de reprodução como de identificação social. Esta perda ou aquisição de patrimónios estão vinculados tanto a processos contextuais como às biovias<sup>215</sup> da família, de redes de pertença, de vizinhança.” (Faleiros, 2005: 75).

<sup>216</sup> Para Bourdieu, 1992, o desenvolvimento da autonomia do sujeito implica a apropriação, pela consciência, da necessidade que está inscrita na história e pelo descobrimento e uso da própria força no contexto em que as necessidades e as possibilidades se inscrevem. No campo da solidariedade, as possibilidades de afecto e apoio; no campo da cultura, as possibilidades de auto-estima e expressão colectiva; no campo das instituições, as possibilidades de garantia de direitos; no campo da economia, as possibilidades de capacitação, emprego e/ou auto-gestão; no campo da organização, as possibilidades de auto-regulação e resistência ao controle, à opressão, à discriminação e à vitimização.

*responsabilidade recaem mais sobre elas. No entanto, facilmente dão a volta às coisas porque se adaptam melhor”.* AS 9

Existem muitas situações em que são elas que auferem o único rendimento na família. Têm que assegurar toda a economia familiar, e para isso trabalham em vários locais, com salários extremamente baixos. Saem de casa muito cedo e regressam muito tarde.

*“Há aqui mulheres que tem dois e três trabalhos, a ganhar miseravelmente, para poderem apoiar as famílias”* AS 1.

*“Têm que assegurar toda a economia familiar, e para isso têm que trabalhar em vários sítios, são obrigadas a sair de casa muito cedo e regressar muito tarde. Tudo isto, associado é muito complicado.”* AS 3

Esta situação pode ser transversal às diferentes culturas, embora no caso das mulheres cabo-verdianas, tradicionalmente, a gestão seja das mulheres. O homem tem que trabalhar, quando trabalha, porque muitas vezes nem sequer trabalha. Muitos homens apenas conseguem emprego temporário, trabalham por biscates na área da construção civil. Na situação de desemprego é frequente os homens juntarem-se em pequenos grupos nos cafés, refugiando-se no álcool.

*“A figura masculina nos nossos bairros, quando está presente, gosta de mostrar que está, “se for preciso” dando umas tarefas, mas a mulher está sempre lá, portanto é assim, a referência daqueles miúdos, daqueles filhos todos, é a figura materna e às vezes a figura da avó ou da tia, mas eu acho que é sempre uma figura feminina, porque os homens ou se refugiam no álcool ou vão embora para outro lado qualquer, ou vão para o Algarve ou vão para a terra ou vão para a França ou para a Holanda.....”* AS 11

*-“ Eu acho que neste bairro a mulher assume um papel primordial na família, porque essencialmente é a mulher quem trabalha, os homens tem emprego temporário, a maior parte deles não têm empregos fixos, trabalham por biscates na área da construção civil e as mulheres, em muitos casos são de facto quem consegue sustentar os filhos e suportar as despesas da casa”* AS 5.

Embora apenas duas das assistentes sociais refiram a problemática da violência doméstica, ela está muito presente nos bairros, tendo sido referenciadas algumas situações nas entrevistas às mulheres. O número de situações referenciadas nos gabinetes de bairro é preocupante.

A precariedade, as más condições de trabalho e a falta de escrúpulos de alguns patrões são também uma realidade para muitas pessoas residentes nos bairros, sendo

frequente o contacto com estas situações e, nestes casos, pode acontecer, quer sejam homens ou mulheres, trabalharem algum tempo e o patrão não lhes pagar.

*“Ela esteve a trabalhar numa empresa que não assinou contrato, disseram-lhe que estava à experiência e ao fim dos três meses mandaram-na embora e não lhe pagaram. Aquela mulher esteve a trabalhar três meses, todas as horas que lhe pediram e não recebeu nada e eu penso que isto acontece sistematicamente, os períodos de experiência cada vez são maiores, e elas vão pensando que assim podem conseguir... e as entidade empregadoras não tem escrúpulos nenhuns” AS 7*

Algumas assistentes sociais, através das suas afirmações, manifestam ter a percepção de que as mulheres residentes nos bairros têm baixas expectativas em relação a si próprias e à sociedade, apresentando um deficit ao nível dos direitos e de cidadania.

*“Para além de terem baixas expectativas em relação a si e à sociedade, acho que exercem muito pouco os seus direitos de cidadania, as pessoas não lutam pelas coisas, as pessoas ficam à espera que as coisas aconteçam, que alguém resolva por elas, ...” AS 11*

No entanto, as mulheres demonstram capacidades e potencialidade para mudar. Por outro lado, as mulheres contactam com famílias e espaços que as expõem em contacto com a cultura dominante e que ao mesmo tempo abrem novos horizontes. Como dizia uma assistente social:

*“A maior parte dessas mulheres, nós sabemos que trabalham em restaurantes, ou como empregadas domésticas e por isso vão contactando com outros modelos e formas de vida... AS 9*

São também as responsáveis pela educação das crianças, o que se traduz na “matrifocalidade”, a liderança das mulheres no grupo doméstico. Para além disso, as mulheres têm também uma importância relevante no funcionamento das redes primárias do bairro porque são elas que tecem e fazem a manutenção das unidades sociais primárias, ou seja das redes de parentesco e das redes sociais, as quais têm grande impacto nas normas e comportamentos sociais das populações locais (Eames e Goode, 1996).

Foi referido por algumas assistentes sociais que as mulheres se destacam no bairro, traduzindo-se na sua liderança nas reuniões de moradores, por prédio, efectuadas pelos técnicos dos gabinetes. As mulheres implicam-se mais na responsabilização relativamente à conservação e manutenção dos espaços comuns dos prédios, o que explica a afirmação de uma das assistentes sociais, que defende que para o realojamento resultar positivamente, deveria trabalhar-se a mudança, previamente, com as mulheres.

*“ Nas reuniões de prédio e do trabalho que desenvolvemos com as famílias elas conseguem destacar-se de alguma forma. Por exemplo, respondendo mais às questões, enquanto o homem fica mais na retaguarda, não querendo assumir tanto a gestão e a liderança” AS 3.*

Referem também, as assistentes sociais, que é mais fácil mobilizar as mulheres do que os homens.

*“...não há dúvida nenhuma que é muito mais fácil mobilizar o elemento do sexo feminino do que o elemento do sexo masculino”. AS 6*

Apesar de considerarem importante um trabalho com as mulheres, cinco assistentes sociais chamam a atenção para o facto de esta intervenção poder, em certos casos, ter efeitos negativos, na medida em que algumas das acções desenvolvidas com as mulheres inserem-se numa linha tradicional relativamente aos papéis do homem e da mulher, como é o caso de algumas formações, o que embora possa aumentar competências, pode contribuir para perpetuar a situação de desigualdade e sobrecarga da mulher.

*“As mulheres são absolutamente e de todo, um grupo a trabalhar.” AS 11*

Por outro lado, devido ao papel que a mulher desempenha na educação dos filhos é também responsável pela reprodução dos modelos culturais.

*“Apesar de as mulheres serem agentes de mudança, são também elas que mais contribuem para que se reproduzam os modelos culturais, na medida em que são a peça chave na educação dos miúdos.....Nas comunidades imigrantes, nos bairros, a cultura está muito arreigada onde por exemplo: a mulher não é tão incentivada a estudar, onde as tarefas domésticas vão para as filhas e não para os filhos em que se tenta controlar se a menina chega a casa às 6 ou às 10 e com os rapazes não se faz isso, o rapaz pode ficar na rua, não precisa fazer nada em casa porque a própria família funciona assim, o casal também funciona assim”. AS 9*

Nesta perspectiva dever-se-á envolver os homens, no sentido de os responsabilizar mais relativamente à gestão e organização familiar e na abordagem de algumas problemáticas como o alcoolismo e a violência doméstica.

*“...No nosso trabalho com as famílias, temos privilegiado o trabalho com as mulheres, mas, enquanto nós não investirmos também nos homens, na mudança da mentalidade dos homens, nós continuamos a contribuir para essa sobrecarga das mulheres.....” AS 9*

Relativamente a esta questão, Ana Cardoso<sup>217</sup> chama a atenção, referindo:

---

<sup>217</sup> Entrevista concedida no âmbito da pesquisa.

*“No campo profissional assistimos também que as equipas de intervenção social, são compostas quase só por mulheres. Esta realidade também tem que ser alterada e haver homens na carreira, provavelmente é mais fácil para um homem, enquanto profissional delinear uma estratégia de mobilização da população masculina”*

Efectivamente, a profissão de assistente social é historicamente uma profissão maioritariamente feminina, só aberta aos homens, a partir dos anos 60, constituindo uma forte via das escolhas profissionais das mulheres. A presença crescente de homens na profissão, ultrapassando preconceitos, poderá contribuir para o desenvolvimento de estratégias de envolvimento e participação dos homens na vida familiar e comunitária. De salientar, que relativamente à participação comunitária, os homens surgem a liderar as organizações locais, como é o caso da associação de moradores do bairro, o que por certo está relacionado com a invisibilidade do trabalho das mulheres, que ocupam mais a esfera privada e menos a esfera pública, embora desenvolvam trabalho, dificilmente acedem a cargos de poder.

É unânime a opinião das assistentes sociais que, nos bairros de habitação social, a intervenção do Serviço Social deve abranger projectos e acções com enfoque nas mulheres, que promovam a motivação e valorização ao nível das suas potencialidades, por forma, a elevar a sua auto-estima e competências, que poderão constituir recursos para melhorar a sua qualidade de vida e das famílias.

*“Eu acho até que como pessoas era importante fazê-las deitar para fora aquilo que sentem e aproveitar a potencialidade delas e fazê-las descobrirem-se a si próprias e descobrirem que são pessoas, porque eu encontrei aí mulheres tão sofridas, ..... têm experiências de vidas tão duras. Algumas delas têm tantos problemas em cima, que não se descobrem enquanto pessoas.” AS 11*

O investimento nas mulheres assume grande importância, considerando o seu reflexo na família, devido à sua envolvimento na esfera familiar e comunitária, demonstrando uma capacidade de produzir um efeito multiplicador dos apoios, muito maior do que o homem.

Apesar das capacidades que demonstram, constata-se um défice das mulheres, ao nível dos direitos e da cidadania, o que implica, como refere Faleiros (2005), uma intervenção, por parte do Serviço Social de desenvolvimento de estratégias de fortalecimento das trajectórias de vida das mulheres, como sujeitos, envolvendo as redes de relações, num processo de articulação de recursos,

É importante dar visibilidade e relevância às experiências, percursos e subjectividades das vidas femininas. Esta questão prende-se também com o conceito de

cidadania plena, que passa por dar voz e poder às mulheres, tal como refere Mc Donough (1998)

Tendo presente as orientações da PAO, apontadas por Lena Dominelli (2008), em que os assistentes sociais e os utentes são agentes que juntos constroem relações de ajuda, sendo necessário empoderar os sujeitos, neste caso as mulheres, ajudando-as a reivindicar os seus direitos como cidadãs e assim contribuir para eliminar desigualdades e desequilíbrios de poder e de recursos, trabalhando para diminuir o fosso entre os seus detentores e os excluídos.

A intervenção feminista do Serviço Social também se justifica no contexto do estudo, pois, consiste, essencialmente na eliminação da opressão social e visa contribuir para aumentar o potencial das mulheres, através do acesso a oportunidades (Viscarret, 2007).

A capacitação e o *empowerment* são conceitos presentes nos testemunhos das assistentes sociais relativamente à população residente nos bairros e às mulheres em particular e que devem integrar a intervenção do Serviço Social, sendo essencial a participação das mulheres nas dinâmicas comunitárias essencial para tomarem consciência do meio social em que estão inseridas, dos seus próprios problemas e da capacidade que podem ter na solução dos mesmos.

Como nota conclusiva do capítulo poder-se-á afirmar que a prática profissional de Serviço Social constitui um processo socialmente determinado, como profissão para cumprir a mediação às funções do Estado moderno: acumulação de capital, legitimação dessa acumulação e legitimação do próprio Estado (Nunes (1996). Assim, na prática profissional em relação e decorrente das políticas sociais, especialmente na sua execução, os assistentes sociais desenvolvem as suas actividades fundamentalmente no âmbito da implementação de programas com um carácter compensatório das desigualdades sociais.

O Serviço Social pela especificidade do público com quem trabalha e pela sua inserção no âmbito das políticas, constitui-se estruturalmente como uma prática de

regulação<sup>218</sup>, podendo, orientar-se por estratégias que têm em vista a normalização e adaptação da população com quem trabalha e/ou a sua emancipação e autonomia.

Com base na prática das assistentes sociais e da percepção que têm sobre a intervenção do Serviço Social e a importância do papel das mulheres no contexto do estudo, bem como na análise e tratamento dos dados recolhidos nas entrevistas às mulheres, complementados com a informação recolhida no terreno e através do Gabinete Técnico Local estão reunidos os elementos que permitem passar à identificação dos modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de habitação social. A par deste conhecimento empírico, no capítulo cinco foram apresentadas algumas teorias e modelos de intervenção do Serviço Social, que constituirão a fundamentação das propostas a apresentar, sendo de destacar as teorias anti-discriminatórias, anti-opressivas e feministas do Serviço Social, defendidas Lena Dominelli, recorrendo, também a outras teorias e modelos de intervenção do Serviço Social que se adequam ao contexto. O *empowerment* das mulheres apresenta-se, também como um aspecto fundamental da intervenção do Serviço Social, ao promover a sua dignidade, autonomia e participação na sociedade, como cidadãs de pleno direito.

Assim, a partir da análise e reflexão sobre a realidade estudada e recorrendo às teorias e modelos descritos, apresentam-se os tópicos para um modelo de intervenção do Serviço Social em contexto de bairro de habitação social, constituindo as conclusões do processo de investigação.

---

<sup>218</sup> Através deste tipo de prática procura-se a resolução de problemas que evitem a manifestação pública do descontentamento popular e o despertar da consciência da privação de cidadania, ou seja, do reconhecimento dos direitos sociais, incluindo os direitos de expressão, participação e organização.

## CONCLUSÕES

### **Modelos e Estratégias de Intervenção para o Serviço Social em Contexto de Habitação Social**

A questão de partida da presente pesquisa consistia em conhecer os impactos da mudança resultante do realojamento da população no bairro Casal da Mira e se essa mudança constituiu um factor de inclusão e mobilidade social ou de segregação e exclusão, tendo como referência a experiência de vida das mulheres e, neste contexto, que intervenção para o Serviço Social.

O objecto de estudo centrado nas dinâmicas locais do bairro de habitação social Casal da Mira, através das vivências do quotidiano das mulheres, tendo como referência os seus percursos e modos de vida, focalizou-se, em primeira instância, nas implicações da mudança resultante do processo de realojamento da população realojada no bairro Casal da Mira, através da forma como foi vivido pelas mulheres e a conseqüente apropriação e adaptação ao novo contexto (bairro), traduzida nas vivências, relações sociais e estratégias por elas desenvolvidas, como um processo social de criação de um quadro de interacção local.

O primeiro objectivo da presente investigação consistia em identificar e analisar os factores que contribuem para construção social do novo bairro, a partir do papel da mulher na família, na vida do bairro e as formas de apropriação do novo espaço território e social com a reconfiguração das redes sociais e identidades locais ligadas ao processo de mudança habitacional resultante do realojamento.

O segundo objectivo pretendia identificar modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social em contexto de bairro de habitação social, a partir da perspectiva e prática das assistentes sociais, cuja actividade profissional está ligada aos bairros de habitação social.

As conclusões que se apresentam pretendem, para além de apontar caminhos e pistas para a intervenção do Serviço Social em contexto de habitação social, responder até que ponto os resultados da pesquisa respondem, quer à questão de partida quer aos objectivos da pesquisa, através duma análise reflexiva do processo de investigação, que se desenvolveu ao longo de vários anos.

Partindo da janela de observação do estudo, que são as mulheres residentes no bairro Casal da Mira, através das suas vivências, pelas relações que estabelecem, as

estratégias de sobrevivência que desenvolvem e também pelo papel que desempenham a nível da família e da própria comunidade em que estão inseridas, evidencia-se a ideia de que as mulheres constituem um potencial nas dinâmicas locais. A sua presença é dominante porque determina os percursos sociais das famílias e também do bairro.

A mudança resultante do realojamento provocou impactos significativos na vida das famílias, a vários níveis, assumindo a mulher grandes responsabilidades em todo o processo. Verificou-se, também, que esta mudança de habitação, por si só, não assegura a promoção e mobilidade social da população envolvida e que a intervenção do Serviço Social no pós-realojamento pode ter um papel importante.

Para analisar a forma como se desenvolveu a apropriação do novo espaço território e social com a reconfiguração das redes sociais e identidades locais, interessa reflectir sobre o modo como as mulheres vêem e sentem o bairro, com base nas entrevistas, em que ressalta o seu protagonismo na vida familiar, na vivência e organização do prédio onde residem e no próprio bairro. Recorrendo à análise SWOT<sup>219</sup>, apresenta-se o quadro seguinte:

**Quadro 8 - O bairro visto pelas mulheres (análise SWOT)**

<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior privacidade</li> <li>- Melhores condições habitacionais</li> <li>-“O bairro é bonito”</li> <li>-Criatividade e dinamismo de alguns moradores, sobretudo mulheres e jovens (organização de festas/grupos de dança)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento das despesas ligadas à nova habitação (elect., água, etc )</li> <li>- Perda de referências</li> <li>- Alteração das redes de amizade e de vizinhança</li> <li>- Maior tempo de deslocação para a escola ou para o emprego</li> <li>- Deficiente rede de transportes</li> <li>- Falta de espaços de convívio e lazer</li> <li>- Ausência de comércio de proximidade</li> <li>- Dificuldades de adaptação à vivência em prédios (conflitos de vizinhança)</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gosto pela casa</li> <li>- A mudança, como estímulo de promoção social</li> <li>- A partilha dos espaços comuns dos prédios implica maior responsabilização individual e colectiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insegurança</li> <li>- Isolamento</li> <li>- Comportamentos juvenis perturbadores</li> <li>- Falta de equipamentos (Creche, Centro de Dia, esquadra da PSP)</li> <li>- Lojas fechadas (concursos p/ venda, mas não se registaram candidaturas)</li> </ul>

<sup>219</sup> Strengh – Weakness – Oportunities – Threats

- A instalação na zona do Centro Comercial Dolce Vita	<i>" ...está tudo vandalizado, as lojas estão todas partidas. Acho que isso é uma má imagem para o nosso bairro. "</i> (Genoveva, 24 anos)
---	--

Fonte: Moisés, 2012

A visão que as mulheres entrevistadas têm do bairro é partilhada, em grande parte, pelas técnicas do Gabinete Técnico Local da C.M.A., como se observa através de vários documentos<sup>220</sup> elaborados pela equipa do Gabinete<sup>221</sup>, em que se salienta a questão da dimensão e localização do bairro Casal da Mira associada à deficiente rede de transportes dando lugar a uma situação de isolamento do bairro, relativamente ao centro da freguesia e do município. É, também, salientado o facto de a configuração do bairro não facilitar o convívio entre as pessoas, o que, aliado à falta de espaços de convívio e lazer, bem como à ausência de comércio local de proximidade, constitui constrangimentos ao desenvolvimento de redes de convívio e sociabilidades locais.

O isolamento que caracterizou os primeiros anos de permanência das pessoas no bairro, aliado a outros factores como as dificuldades económicas agravadas pelo aumento das despesas contribuíram para a insatisfação da população realojada, expressa nos testemunhos das mulheres. No entanto, no que se refere à casa<sup>222</sup>, com algumas excepções, a mudança constituiu um factor de valorização pessoal e aumento da auto-estima, observando-se o investimento das pessoas no equipamento e decoração das habitações.

O bairro Casal da Mira constituiu um exemplo paradigmático dos realojamentos massificados, com localização periférica, urbanisticamente desintegrado da malha urbana, sem equipamentos sociais, verificando-se também uma grande concentração de uma população bastante heterogénea e famílias com hábitos e necessidades que não se coadunam com o anonimato dos andares, aliado a problemas sociais e carências económicas. Esta situação desencadeia problemas que se podem traduzir no desenvolvimento de certo tipo de sociabilidades relacionadas com dificuldades de

---

<sup>220</sup> Aproximação ao diagnóstico da população residente na Urbanização do Casal da Mira, elaborado, em Maio de 2006; Relatórios de Actividades de 2006/7 e o Planos de Acção para o Casal da Mira – 2007/8.

<sup>221</sup> A equipa do GTL do Casal da Mira era constituída por duas assistentes sociais, uma socióloga, uma animadora sociocultural e uma funcionária administrativa. De referir que a socióloga não desempenha funções como tal, executando o mesmo trabalho que as assistentes sociais e que a animadora sociocultural deixou de trabalhar no Gabinete desde 2008.

<sup>222</sup> Ver capítulo 3, no ponto 2

adaptação, expressos em conflitos de vizinhança, comportamentos desviantes na camada mais jovem, pois, tal como afirma Pais (1996) nos bairros de habitação social, concentrados em determinadas áreas geográficas com características construtivas mais ou menos semelhantes, os seus residentes, designadamente os jovens, desenvolvem determinado tipo de sociabilidades e delinquência de exclusão, o que gera sentimentos de insegurança.

Relativamente às necessidades sentidas no bairro, as mulheres entrevistadas apontam como mais necessário, em primeiro lugar, uma esquadra de polícia, o que, por certo, se relaciona com o sentimento de insegurança que se vive no bairro, manifestado nos seus testemunhos. O comércio dentro do bairro aparece como uma grande necessidade, sendo um das grandes críticas da população à política autárquica, o facto de a Câmara Municipal não ceder as lojas aos moradores interessados, a preços acessíveis. No que se refere ao desejo de instalação de um Centro de Convívio para Idosos<sup>223</sup> era visível a situação de isolamento e falta de apoio em que se encontravam os idosos residentes no bairro.

Sobre estas questões relativas ao bairro, que tem um enquadramento na cidade, é de sublinhar que há dispositivos internos a estes contextos que explicam muitos dos conflitos e problemas sociais, mas as questões que estão na origem dos problemas são mais vastas, prendem-se com a estrutura social e com mecanismos de segregação socio-espacial destas populações (i) migrantes, com culturas étnicas diversificadas. Estas questões prendem-se com o fenómeno urbano, o urbanismo e os processos de urbanização cuja opacidade dificulta a compreensão dos conflitos.

Com base na pesquisa, através das entrevistas, do trabalho no GTL e da observação<sup>224</sup>, salientam-se alguns aspectos que traduzem a realidade das mulheres no bairro. As mulheres desempenham um papel primordial na família, assegurando toda a economia familiar em especial na educação dos filhos e na gestão doméstica, o que se traduz na sua liderança no grupo doméstico. Saem de casa, de manhã cedo, para irem trabalhar e assegurar o sustento da família, trabalhando em vários locais, em situação de

---

<sup>223</sup> Este equipamento só entrou em funcionamento no início de 2009.

<sup>224</sup> No anexo 18, apresenta-se de forma mais detalhada dados que caracterizam a situação das mulheres no bairro Casal da Mira, que constituem resultados da pesquisa.

precariedade e com salários muito baixos. Muitos homens apresentam um grau de responsabilidade familiar bastante baixo<sup>225</sup>. A violência doméstica está muito presente no bairro, sendo significativo e preocupante o número de situações referenciadas no GTL. A maioria das mulheres apresenta baixas habilitações escolares e profissionais, observando-se que algumas manifestam baixas expectativas em relação a si próprias e à sociedade, apresentando um deficit ao nível dos direitos e de cidadania. No entanto, as mulheres demonstram grandes capacidades e potencialidades para fazer face às dificuldades e adversidades com que se confrontam e para a mudança.

As mulheres apresentam, também, importância relevante no funcionamento das redes primárias do bairro porque são elas que tecem e fazem a manutenção das redes de parentesco e de vizinhança, com impacto nos comportamentos sociais da população do bairro. Também no que se refere à participação nas reuniões de moradores, por prédio, convocadas pelo GTL, as mulheres participam e implicam-se mais na responsabilização relativamente à conservação e manutenção dos espaços comuns dos prédios.

De salientar que as mulheres imigrantes, para além dos obstáculos comuns às outras mulheres, deparam-se também com outras questões ligadas a essa condição, como a documentação de legalização no país, que as impede de conseguir trabalho e de aceder a alguns apoios, como é o caso do RSI.

O cenário descrito reflecte a necessidade de políticas integradas e multidimensionais, abrangendo sectores como a educação, a formação, o emprego, a saúde e a acção social, pois o realojamento, como medida de política de habitação, por si só, não basta para romper com as esferas da exclusão. É, pois, necessário o desenvolvimento de uma intervenção integrada dos diferentes serviços e instituições, que promova a integração social destas populações.

Coloca-se, também a pertinência, para o Serviço Social, de um investimento nas mulheres, que poderá ter um efeito multiplicador, sobretudo para as gerações vindouras. Por isso, as mulheres devem estar no centro da acção local e comunitária.

Neste sentido, afirmava uma assistente social:

*“As mulheres com quem trabalhamos têm um papel fundamental na família porque é sobre elas que recai um peso tremendo e uma grande responsabilização, porque, muitas vezes são o elemento mais activo no agregado familiar, temos muitas famílias*

---

<sup>225</sup> No que respeita aos casos de mães sós, com filhos, verifica-se uma resposta inadequada da justiça relativamente ao pagamento das pensões de alimentos, por parte dos pais separados.

*monoparentais em que são as mulheres que estão com os filhos e muitas delas nem sequer sabem onde estão os companheiros.*

*A mulher está muito condicionada em termos de trabalho, pois há aqui mulheres que tem 2 e 3 trabalhos para poderem apoiar as famílias. ....o sonho delas vai morrendo, todo o projecto de vida das mulheres acaba por morrer porque de facto deixam de viver para elas e passam a uma sobrevivência contínua delas e dos filhos.*

*Acho que é importantíssimo haver projectos dirigidos às mulheres, pois elas são as reprodutoras em termos de educação, de novos valores e os projectos devem incidir nessa questão, desenvolvendo também competências. Tem que se pensar em projectos que valorizem as mulheres, que valorizem o grupo e que valorizem a comunidade e também desenvolver estruturas realmente adequadas, porque é muito complicado encontrar sítio para deixar os filhos “ AS 1*

No que respeita à intervenção do Serviço Social é de referir que as assistentes sociais, que integram a equipa técnica da DGPH- Divisão de Gestão do Parque Habitacional e exercem a sua actividade nos três gabinetes locais dos bairros de realojamento PER do Município da Amadora: Casal da Mira, Casal da Boba e Casal do Silva, têm como objectivo principal o acompanhamento das famílias após o realojamento e o desenvolvimento social das mesmas com vista à sua autonomia e integração social.

A intervenção social que se desenvolve no bairro Casal da Mira, apresentada e analisada, no primeiro e sexto capítulos, tem, à partida, algumas virtualidades. No entanto, o modelo subjacente a essa actividade tem vindo a ser desvirtuado, devido a alguns constrangimentos que condicionam a intervenção do Serviço Social, caracterizando-se por um conjunto de questões, que se apresentam.

As equipas dos gabinetes locais são constituídas apenas por assistentes sociais e por um técnico administrativo, quando, na óptica das assistentes sociais deveriam ser multidisciplinares, com a presença de técnicos de diferentes áreas do saber, sobretudo sociólogos, antropólogos, engenheiros, técnicos de construção civil e animadores socioculturais.

*“As equipas dos gabinetes de bairro deveriam ser multidisciplinares, constituídas por técnicos das diferentes áreas de saber para desenvolverem um trabalho mais completo e abrangente tendo em vista determinados objectivos “AS 3*

Por outro lado, as assistentes sociais, por vezes desempenham funções que ultrapassam o âmbito do Serviço Social, nomeadamente tarefas administrativas, bem como outras ligadas à conservação e manutenção e fiscalização dos espaços comuns dos prédios.

Também ao nível das questões do edificado, os técnicos especializados nesta área não estão nos gabinetes dos bairros, integrando a equipa com as assistentes sociais. As

equipas, actualmente também não integram técnicos de animação sócio cultural, cuja intervenção poderia complementar a acção do assistente social.

Outro aspecto a salientar é o facto de muitas das propostas apresentadas pelas assistentes sociais não são consideradas por quem decide. A ilustrar esta questão, apresenta-se a afirmação de uma assistente social, referindo-se às limitações dos técnicos, em relação à sua influência junto às instâncias decisoras.

*“ Os técnicos têm que fazer aquilo que vem de cima. Portanto, de cima vêm que este ano tem que se fazer isto, e não há como dar a volta. Os objectivos desses técnicos têm a ver com os objectivos da missão, ninguém pergunta: vocês que trabalham no terreno, o que é que é importante, o que consideram prioritário trabalhar este ano? são as crianças? são os idosos? são os jovens? são as famílias em si? ....Lá em cima há um iluminado ou uma dúzia de iluminados e dizem: - este ano, vamos trabalhar esta problemática e pronto! O objectivo da missão é aquela, os objectivos dos técnicos têm que ser aqueles. Portanto, nós não temos grande influência nem capacidade para alterar o que quer que seja.....” E10*

A sobrecarga de trabalho dos técnicos constitui outro factor que os leva por vezes a trabalharem com base numa visão imediatista, ou seja, dando resposta aos pedidos dos municípios e aos objectivos que foram definidos no âmbito do SIADAP, em detrimento do trabalho de proximidade com a população, a nível da intervenção comunitária, quando este trabalho deveria ser preponderante na intervenção dos assistentes sociais.

Outro aspecto a referir como constrangimento é o facto de não haver supervisão, sendo uma necessidade que as assistentes sociais sentem no seu desempenho profissional.

Estes constrangimentos impedem as assistentes sociais de desenvolverem o tipo de trabalho que consideram importante desenvolver com a população, a nível de intervenção comunitária e do desenvolvimento de um trabalho de proximidade e de acompanhamento no sentido de sensibilizar, responsabilizar e trabalhar directamente as famílias com vista ao seu envolvimento, participação e autonomia<sup>226</sup>.

---

<sup>226</sup> Os constrangimentos referenciados reflectem também a expectativa dos serviços em relação aos assistentes sociais que trabalham no sector da habitação, muito prestativa e ligada à execução das políticas e ao controle social dos moradores, designadamente, como gestor da dívida de rendas, actualização de agregados e conservação do espaço edificado. O espaço de manobra dos assistentes sociais da habitação tem vindo a diminuir, pelo que é necessário criar espaços de debate sobre estas questões e como as ultrapassar para não se perder de vista uma perspectiva interventiva do Serviço Social para uma cidadania activa.

A identificação dos constrangimentos inerentes à prática profissional reveste-se de grande importância para se poderem apontar modelos e estratégias para o Serviço Social, pelo que se apresentam alguns comentários das assistentes sociais neste sentido:

*“.....do meu ponto de vista, há aqui muitas confusões sobre as funções das pessoas, falta no fundo uma estratégia de intervenção definida superiormente, pois atender a população que vem pedir diminuição de renda, dizer que a composição do agregado se alterou, ou que a campainha da porta ficou avariada, qualquer bom administrativo toma nota dessas ocorrências, pede a documentação e comprovativos necessários.” AS 4.*

*“Embora o papel do assistente social nos bairros de realojamento seja ajudar as famílias, no entanto o que acontece é que havendo 300 famílias e 2 assistentes sociais não dão conta do trabalho, acabam por não conhecer nada nem ninguém e, depois, no seu dia, a dia, o técnico de serviço social que está nos bairros não está a fazer trabalho de acompanhamento á família, está a fazer trabalho de aconselhamento a nível da habitação, porque se a habitação tem problemas, vai o técnico, a habitação tem uma porta estragada vai o técnico, isso não tem nada a ver com o acompanhar a família...O que as assistentes sociais estão a fazer nos bairros é trabalhar nas questões específicas da habitação com “o põe ou com o tira”, ou com a renda mais cara, ou com a renda mais barata, ou se houve alterações nos agregados ou não houve e depois fazer relatórios e mais relatórios e este faltou e o outro não faltou, e o acompanhamento à família...esse fica para trás.” AS 10<sup>227</sup>*

A localização do bairro e a falta de equipamentos<sup>228</sup> de resposta às necessidades da população residente nos bairros, dos quais o Casal da Mira é um exemplo, foi, também, um elemento bloqueador do desenvolvimento da actividade dos assistentes sociais. Como refere uma assistente social:

*“O bairro em si não tem nada a oferecer, só tem a habitação que é fria, um bocado impessoal, não foram criadas condições necessárias....o facto do bairro estar um bocado afastado do interior da Brandoa onde existe mais comércio e tudo mais e no bairro não existirem mercearias, cafés, não há nada, no seu dia, a dia as pessoas que vivem no bairro tem algumas dificuldades, sempre que querem um litro de leite têm que se deslocar para fora do bairro.*

*- Normalmente nestes bairros criam-se logo as lojas que é possível alugar ou arrendar e normalmente a custos mais baixos, criam uma mercearia de bairro porque isso dá muito jeito, e ali nada disso foi criado e as pessoas vêem-se um bocado isoladas..... agora já tem um autocarro com mais frequência, porque no início estava um bocado complicado.” E10*

---

<sup>227</sup> Esta assistente social trabalha com a população do bairro, ligada à Segurança Social, não integra a equipe da Habitação da CMA

<sup>228</sup> Como já foi referido foram instalados alguns equipamentos, no bairro, no ano de 2009 e a pesquisa situa-se num período anterior, 2007 e 2008.

O facto de as lojas continuarem fechadas e existirem moradores, nomeadamente mulheres que gostariam de aí instalar os seus negócios<sup>229</sup> é um factor de descontentamento da população. Os poderes públicos invocam ser prejudicial para o interesse público vender ou alugar as lojas aos moradores abaixo do valor do custo dos imóveis, optando por não baixar os preços das lojas. Em resultado desta política, assistiu-se à vandalização das lojas, tendo como consequência os gastos na sua reabilitação e emparedamento, aguardando-se o lançamento de novo concurso<sup>230</sup> para venda das lojas. Não seria mais vantajoso, do ponto de vista social, ceder estes espaços aos moradores interessados, a preços mais reduzidos, dinamizando o comércio de proximidade e prevenindo o cenário de destruição e os custos da reabilitação?

Em 2005/06 foi implementada, pela equipa do GTL da CMA, uma rede de parceiros locais, que incluía as instituições e serviços instalados no bairro<sup>231</sup>, que em conjunto desenvolvia, um projecto de inclusão sócio-urbanística, que embora se dirigisse a toda a população, incidia especialmente sobre as crianças e jovens, até porque os equipamentos envolvidos trabalhavam essencialmente com estas faixas etárias.

No final de 2007, os parceiros tomaram a posição de deixar de participar na rede de parceiros por não quererem colaborar com a Autarquia até que fossem resolvidos alguns problemas e necessidades sentidas pela população do bairro e pelas associações que aí operavam. Esta situação, aliada à sobrecarga de trabalho da equipa do GTL, com a implementação do SAAI e do SIADAP, em 2008, levou a que este trabalho em parceria

---

<sup>229</sup> A cedência de lojas para instalação de negócios, no âmbito do programa “Amadora empreende”, traduziu-se apenas na entrega de uma loja, cuja actividade se prevê iniciar, em meados de 2011 pois das três candidaturas aprovadas, apenas sobreviveu um projecto.

As exigências deste projecto não correspondiam às características da população do bairro que pretende instalar os seus negócios no bairro.

<sup>230</sup> Será o terceiro concurso a ser lançado. Nos dois concursos anteriores não foi vendida nenhuma loja.

<sup>231</sup> Estavam envolvidos: GTL e Serviço de Desporto da CMA; Escola do Ensino Básico EB1 Casal da Mira; “Loja Mira Jovem” do programa Escolhas; Jardim de Infância “Unidos de Cabo Verde”; ATL do CEBESA-Actividade de Tempos Livres do Centro de Bem Estar Social da Amadora e Ludoteca”João de Deus” e mais tarde, a Associação de Moradores.

perdesse expressão, funcionando, apenas pontualmente e constituiu, também um constrangimento na intervenção do Serviço Social no bairro<sup>232</sup>.

Outro aspecto a salientar como um constrangimento é o facto de os projectos de intervenção comunitária a desenvolver nos bairros de realojamento terem passado a ser elaborados por outros serviços da Câmara Municipal – Divisão de Intervenção Social, cabendo aos técnicos da habitação que trabalham nos Gabinetes de bairro, junto das populações, colaborar nestes projectos, numa segunda linha e raramente são chamados para a concepção dos mesmos, desvalorizando-se, assim, a relação de proximidade com a população, dos técnicos da área da habitação. Por outro lado, estes projectos partem das preocupações da Autarquia com a coesão social, mas a população não tem sido envolvida na sua concepção e desenvolvimento, constituindo processos pouco participados.

Seria também importante apoiar os grupos que surgem da população como é o caso de um grupo de jovens<sup>233</sup> que desenvolveu algumas actividades no bairro e que acabou por se dissolver. Também a Associação de Moradores há muito reivindica uma sede à Câmara Municipal, o que continua por concretizar. Outro exemplo, foi um grupo de formandas dum curso de formação de amas criou a expectativa de se organizarem para a implementação de uma creche<sup>234</sup> no bairro, tendo solicitado à Câmara Municipal a cedência de uma das lojas para esse fim. Essa pretensão foi gorada, pois não teve apoio da Autarquia Local. Esta política não favorece o envolvimento e participação da população, que é um garante dos resultados da intervenção, ao nível da autonomia e *empowerment* das populações.

Também as perspectivas dos profissionais sobre o que deve ser a intervenção do Serviço Social em contexto de bairro de realojamento são importantes para a identificação de modelos e estratégias de intervenção do Serviço Social, salientam-se alguns dos aspectos focados pelas assistentes sociais:

*“ O enfoque do técnico de Serviço Social deve ser nas pessoas com quem trabalha, nos públicos alvo da sua intervenção .....Compete-nos trabalhar com as famílias, os comportamentos e atitudes e promover responsabilidades, autonomias, as*

---

<sup>232</sup> Este trabalho não foi, claramente assumido, a nível superior, contrariamente ao que se passa, actualmente, pois em 2011 iniciou-se a implementação de uma CLDS - Comissão Local de Desenvolvimento Social, cuja iniciativa partiu de cima (Vereação) e tenta envolver estruturas locais e representantes da população.

<sup>233</sup> O grupo de jovens surgiu do projecto “Loja Mira Jovem “ do programa “Escolhas”.

<sup>234</sup> Em 2009 a Santa Casa da Misericórdia instalou uma creche, como equipamento muito necessário no bairro, mas não envolveu o grupo de mulheres referenciado.

*“pessoas tem direitos, tem deveres e nós estamos cá para os ajudar, mas ajudar não é fazer por eles. Se as pessoas têm um problema, nós temos que perceber qual é o problema, qual é a conjuntura e depois dar às pessoas as ferramentas para elas procurarem e para tentarem resolver os seus próprios problemas, embora com uma ajuda sempre muito perto e nisto eu acho que fazem sentido equipas multidisciplinares, porque nós sabemos que há muita disfuncionalidade nestas famílias, as pessoas vivem em situações complicadíssimas.”E7*

*“O papel do assistente social nos bairros de realojamento é ajudar as famílias, enquadrar, ou seja o acompanhamento à família, saber se a criança nasceu bem, se está bem, se a mãe tem leite, se precisa de alguma coisa, se precisa de algum acompanhamento, se os outros meninos mais pequenos têm alguém que os leve à escola etc., isso é que é acompanhamento à família. Ajudar a família a desenvolver-se mesmo na sua habitação ou no seu espaço envolvente.” E10.*

Os assistentes sociais frequentemente operam no âmbito de uma ou outra visão do Serviço Social, pois nenhuma é capaz de fornecer uma perspectiva completa sobre o Serviço Social. Daí que na sua prática, “os trabalhadores sociais implementam diferentes visões do papel social da sua profissão, introduzindo análises heterogéneas do seu mundo social” (Payne, 2002: 405). É essa a perspectiva aqui apresentada.

Na intervenção do Serviço Social é fundamental o envolvimento das estruturas locais, incluindo o Gabinete Técnico Local, pelo conhecimento de proximidade com a população. Como refere uma das assistentes sociais:

*“- É necessário um trabalho de proximidade e de acompanhamento no sentido de sensibilizar, responsabilizar e trabalhar directamente com estas famílias. Este trabalho consiste no acompanhamento das famílias, nas reuniões de moradores, na eleição de representantes de prédio para depois serem eles a fazerem este trabalho de responsabilização e dinamização dos outros moradores do prédio” AS 3*

São também necessárias políticas que promovam a integração, interacção e proximidade entre grupos desfavorecidos e a sociedade em geral de modo a promover maior igualização de direitos e oportunidades, maior autonomia individual, familiar e grupal, combatendo a dependência dos grupos em relação às instituições, com o respeito pelas especificidades culturais dos grupos com vista à integração social destas populações.

Qualquer modelo de intervenção do Serviço Social deve promover os Direitos Humanos e a cidadania, na medida em que são inseparáveis da teoria, valores, deontologia e prática do Serviço Social. Nesta perspectiva, o Serviço Social promove a dignidade, a autonomia, e a participação das pessoas, devendo as estratégias de capacitação e advocacia estar presentes na intervenção do Serviço Social no sentido de ajudar as pessoas a

conquistar poder de decisão e de acção sobre as suas próprias vidas, aumentando a capacidade e a auto-confiança e também para aceder aos recursos.

Deste modo, é com projectos participados, fundamentados em diagnósticos, recursos, objectivos, procedimentos, protocolos de intervenção, indicadores de avaliação, mecanismos de coordenação, sendo muito importante a sua negociação com os actores sociais.

Há, assim, que valorizar a metodologia de projecto e o trabalho em parceria. Estas parcerias devem abranger os serviços e instituições locais e supra-locais, cuja intervenção se prende com a população residente no bairro, abrangendo obrigatoriamente as estruturas locais, nomeadamente o GTL. Tal como afirma Guadalupe (2009), a territorialidade que caracteriza estas organizações e o reconhecimento das vantagens em funcionarem numa rede social, através de uma articulação interinstitucional e o estabelecimento de parcerias apontam para uma metodologia e prática de Serviço Social, que se enquadra no trabalho em rede. Este modelo é potenciador dos recursos sociais existentes, tornando os indivíduos e famílias mais responsáveis pela resolução dos seus problemas, que são de todos e todos estão implicados na sua resolução.

Para Gómez (2008), o modelo sistémico aplicado à prática profissional da intervenção com famílias também pode ajudar a intervir nas crises, tanto a nível dos indivíduos, como nas famílias, assim como com as organizações e as comunidades, considerando aqui, como crise, a mudança resultante do realojamento.

A intervenção deve ser territorializada, baseada no desenvolvimento de projectos de desenvolvimento social local com vista à resolução dos problemas e necessidades da população, pressupondo uma metodologia de participação dos sujeitos da intervenção nas decisões, escolhas, bem como na definição, realização e benefícios com vista ao desenvolvimento das autonomias individuais e colectivas (Mondolfo, 2005). Nesta perspectiva, a intervenção comunitária assume grande importância, ao estar relacionada com a participação da população, num melhor planeamento e gestão dos serviços, na análise dos problemas sociais e implementação das políticas.

Tal como é apresentado no capítulo cinco, no ponto cinco, são muitas as razões que justificam a intervenção comunitária, como uma prioridade para o Serviço Social. Assim, McDonough (2001) defende o Serviço Social comunitário, como prioridade profissional, baseando-se, essencialmente, nos valores da profissão, características da sociedade contemporânea e pela estrutura e método de intervenção comunitária. Para Weil & Gamble

(2005), o valor essencial da intervenção comunitária respeita não só a dignidade do indivíduo mas também se foca na interdependência das famílias e comunidades e no desenvolvimento político, legislativo e distributivo da justiça.

Seguindo o pensamento de Weil & Gamble (2005), o modelo apresentado “Os Bairros e a Organização Comunitária”, a organização da comunidade depende das oportunidades disponíveis para as pessoas que vivem geograficamente próximas, como os bairros ou o município. Este modelo de intervenção comunitária incide nas actividades que vão aumentar a capacidade de liderança, planeamento e capacidade de organização das pessoas comuns, no sentido de ajudá-las a desenvolver poder no bairro, aumentando o bem-estar da comunidade e tornando as instituições mais democráticas. Valorizando a intervenção comunitária, refere uma assistente social:

*“... Esforçamo-nos por fazer alguma intervenção comunitária....devemos constituir grupos com base nas problemáticas que identificamos e nos interesses das pessoas..... é, também importante identificar líderes de comunidade “AS 2*

A participação da população nos projectos é fundamental porque envolve o contributo activo da população nas decisões importantes, nos processos de mudança e através dela a tomada de consciência do meio social em que está inserida, dos seus próprios problemas e da capacidade que pode ter na solução dos mesmos. Essa tomada de consciência é essencial para se falar em desenvolvimento local. Nesta perspectiva refere uma assistente social:

*“....O envolvimento, a participação e a autonomia da população é fundamental, é quase que a nossa principal missão.....os técnicos deveriam estar muito mais disponíveis para o trabalho directo com a população, que promova estas questões”.AS 3*

Muito ligado ao conceito de participação, apresenta-se o de *empowerment*. No que se refere ao *empowerment* comunitário, Ornelas (2002:20)<sup>235</sup> considera que este aumenta a influência sobre as condições que preocupam as populações residentes num determinado local e ajuda a aperfeiçoar as parcerias comunitárias e a sua capacidade de produzir mudança.

*“É em função dos problemas que nós deveríamos definir a intervenção, que deve ser integrada, a muitos níveis, intervenções, essas sustentadas, mas com a participação da população para se promover a mudança, e o tal empowerment. ”. AS 4*

---

<sup>235</sup> Ver capítulo cinco, no ponto 11, em que se apresentam os conceitos de participação e *empowerment*

A prática profissional do Serviço Social também está muito ligada à mediação decorrente da aplicação das políticas sociais. Para Faleiros (2005), o assistente social possui poderes e saberes profissionais que lhe permitem mediar o conflito do indivíduo oprimido na sua relação com as instituições, capacitando-o para que este fortaleça os seus capitais com vista ao exercício da cidadania plena.

*“A profissão de assistente social existe, porque existem pessoas que precisam dos técnicos, por isso, o enfoque do serviço social deve ser nas pessoas com quem trabalha, nos públicos alvo da sua intervenção e aí é defender até à última.....depois é conciliar aquilo que é o papel do serviço social com quem decide as políticas sociais que, às vezes não são as mais ajustadas e as mais adequadas à situação e também com as organizações onde o técnico trabalha, porque as organizações podem ter um entendimento diferente do que é o serviço social e para que serve.” AS 7*

Indo ao encontro dos modelos e estratégias apresentados, e tendo em conta as características do bairro Casal da Mira, a intervenção do Serviço Social deve passar por uma abordagem holística, integrada, multidimensional e territorializada, a partir das estruturas locais, incluindo o Gabinete Técnico Local, pelo conhecimento de proximidade com a população, indo ao encontro dos seus problemas, interesses e aspirações, abrangendo diferentes áreas, nomeadamente habitação, saúde, educação, formação profissional e emprego. Só com políticas integradas, através de parcerias, que envolvam os diferentes serviços e associações locais e supra locais é possível promover o desenvolvimento social local. A participação da população e das suas estruturas representativas no processo é outro aspecto essencial.

No âmbito da intervenção comunitária a desenvolver, um trabalho pedagógico e estruturador com as famílias constitui um aspecto importante com vista à integração social da população residente, através do incremento da sua auto-estima e valorização das suas capacidades e potencialidades, numa perspectiva participada e emancipatória.

Tal como defende Andrade (1992), só com trabalho de campo lento e continuado, junto de organizações e populações, se alteram as representações, se fomenta a participação organizada e solidária dos moradores dos bairros na tomada de decisões e se eleva a capacidade crítica nos modos de pensar e de agir. É um trabalho de informação e de desenvolvimento de capacidades nos domínios cognitivo, organizativo e relacional que permite às populações o exercício do direito de opção, decisão e participação em domínios da política de habitação que lhes dizem respeito.

Na base dos pressupostos anteriores, incluem-se algumas das acções a desenvolver no bairro Casal da Mira<sup>236</sup> (anexo18) baseadas nas necessidades da população, identificadas anteriormente, e que devem passar pela dinamização de uma estrutura local para o Desenvolvimento Social, incluindo todos os parceiros locais com vista a um trabalho integrado, rentabilizando os recursos existentes, envolvendo a população em todo o processo, através de projectos que respondam aos problemas da população, salientando-se, como prioridades de intervenção: a formação escolar e profissional; problemáticas da violência doméstica, alcoolismo e toxicodependência; alargar o trabalho e respostas aos jovens; dotar o bairro de equipamentos necessários, designadamente de convívio e lazer; dinamização do comércio de proximidade (abertura das lojas) e o apoio e incentivo à organização dos moradores, quer através da Associação, quer dos representantes de prédio.

Com base nos problemas identificados relativamente às mulheres<sup>237</sup>, a intervenção do Serviço Social deverá contribuir: para melhorar o nível de instrução das mulheres; aumentar a sua auto-estima; aumentar competências pessoais, parentais, profissionais<sup>238</sup> e sociais, agilizar processos relativamente à prestação de alimentos dos pais para os filhos, nos casos das mães sós, para além doutros apoios de que possam beneficiar, criar condições para o estabelecimento do pequeno comércio no bairro, com a utilização das lojas, preferencialmente atribuídas a pessoas residentes no bairro e ainda um trabalho com vista à erradicação da violência doméstica. Neste sentido, há que desenvolver projectos com enfoque nas mulheres com vista à cidadania<sup>239</sup>.

---

<sup>236</sup> As acções a desenvolver baseiam-se nas propostas da equipa técnica, apresentadas no Plano de Actividades para o Casal da Mira/2007 e, na entrevista com o Dr. Álvaro Pereira e decorre também da pesquisa efectuada, fundamentando-se nos autores de Serviço Social consultados.

<sup>237</sup> Ver Pag. 250/251

<sup>238</sup> Os cursos de formação profissional devem corresponder a uma necessidade do mercado de trabalho, para evitar as situações em que se criam expectativas e depois não têm uma tradução na prática, sendo factor de desilusão.

<sup>239</sup> Para o desenvolvimento de acções dirigidas às mulheres é importante assegurar locais e apoio às crianças para possibilitar a sua participação. De referenciar, uma experiência desenvolvida em Inglaterra pela Changes (<http://www.changesuk.net/resources>), uma organização independente de consultadoria, que desenvolve um trabalho, junto das mulheres com vista à cidadania activa. Um dos seus projectos “Women & Leadership” organiza cursos dirigidos a mulheres, baseados num modelo de mudança para a cidadania, através da participação e empowerment das mulheres, cujos conteúdos incluem: conhecerem-se a si próprias através e

No que se refere aos equipamentos de resposta a necessidades específicas da população, a situação actual é bastante diferente em relação ao ano em que decorreu a maior parte das entrevistas às mulheres (2007), pois, no final de 2008 e em 2009 foram implementados alguns equipamentos, que nas entrevistas às mulheres eram apresentados como uma necessidade premente. É o caso do equipamento de resposta às crianças dos 0 aos 3 anos, em que se registou a abertura de um pólo escolar, junto ao bairro, que inclui a valência de creche. O equipamento de resposta à população idosa ou dependente abriu em Janeiro de 2009 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia. Também não existia resposta, a nível de banco alimentar para as famílias em situação de grande carência, situação essa que foi minorada, com o apoio do Centro Paroquial de Casal de Cambra.

Embora algumas lacunas a nível de equipamentos tenham sido colmatadas, posteriormente, o facto de a população ter permanecido no bairro durante vários anos<sup>240</sup> sem cobertura em questões básicas, condicionou e influenciou o processo de adaptação e apropriação do novo espaço – o bairro Casal da Mira, influenciando as dinâmicas do bairro.

Por outro lado, a intervenção do Serviço Social é muito condicionada pela falta de equipamentos sociais de resposta aos problemas da população porque o que acontece, muitas vezes, é que se realojam as pessoas sem serem criadas as condições mínimas no novo espaço onde as mesmas vão habitar - o bairro Casal da Mira é um desses exemplos. Esta questão prende-se com as políticas, tal como refere uma assistente social:

*“Conheço realojamentos em vários concelhos e com outras Câmaras e o realojamento é igual, cometem-se os mesmos erros. Nunca são criadas, ao mesmo tempo condições de resposta às necessidades que não sejam habitacionais, ou seja os equipamentos para os meninos, as tais mercearias ou cafés de apoio a um bairro, o sistema de autocarros, um espaço de lazer, um pavilhão onde os miúdos possam estar, porque eles precisam de gastar aquelas energias todas que têm. Um pavilhão multiusos num bairro é uma coisa fundamental.....e, como andam lá pelo bairro de qualquer maneira, criam muita perturbação.” AS 10*

Esta situação, bem como a dimensão, localização e configuração do bairro, alerta para o facto de o urbanismo e as políticas urbanas, aliados a processos não participados

---

com os outros; conhecer como o mundo exterior opera para fazerem as suas escolhas e saber escolher caminhos para conseguir o que se pretende.

<sup>240</sup> Início do realojamento ocorreu no final de 2003 e a implementação de equipamentos iniciou-se em finais de 2008

podem dar lugar a uma segregação socio-espacial e a contextos de desigualdade, pelo que se alerta para a necessidade de alteração das políticas autárquicas nesta matéria, de forma a facilitar e garantir a integração social das populações realojadas, através de um planeamento e de políticas integradas multidimensionais e intersectoriais.

Apesar das limitações e constrangimentos, o Serviço Social tem que intervir nos processos que envolvem a adaptação da população, como é a situação de um realojamento. Neste sentido poderemos recorrer ao modelo de intervenção ecológico, cuja prática, segundo Germain e Gitterman (1980), tem como objectivo principal desenvolver as capacidades adaptativas das pessoas e influenciar o ambiente para facilitar o processo de adaptação<sup>241</sup>.

De acordo com os resultados do estudo, baseado nos testemunhos das mulheres e das assistentes sociais, é importante que o Serviço Social valorize o potencial das mulheres, promovendo o aumento das suas capacidades e competências e apostar na sua capacitação e *empowerment*<sup>242</sup>, tendo como referência as teorias anti-opressivas e anti-discriminatórias, muito trabalhadas pela autora Lena Dominelli (2006). O *empowerment* das mulheres poderá ter um impacto positivo na vida das famílias e nas dinâmicas comunitárias, contribuindo para a autonomia e integração social das populações locais.

A opressão de género está patente no quotidiano das mulheres, como se pode observar pelas narrativas, seguindo-se os testemunhos de mulheres e de uma assistente social, que reflectem situações de opressão:

*“... O negócio está mau, eu não tenho licença, ando a vender, a fugir à polícia, ainda no Sábado, apanhei uma multa de 241,00 €..... Ter uma loja aqui no bairro ajudava..... eu gostava de ter uma peixaria”.*(Palmira, 37 anos)

*“.....existem problemas de casal..... por vezes ele é violento, quer verbalmente, quer fisicamente, sobretudo, quando bebe.”*(Adelina, 34 anos)

*“.....ela esteve a trabalhar numa empresa que não assinou contrato, disseram-lhe que estava à experiência e ao fim dos 3 meses mandaram-na embora e não lhe pagaram.....”*AS 7

---

<sup>241</sup> Este tipo de intervenção adequa-se, sobretudo no pós-realojamento. Não será o caso do bairro Casal da Mira, cujo realojamento ocorreu, em grande escala em 2004/5. Esta referência poderá aplicar-se em recente ou futuros realojamentos.

<sup>242</sup> Referido na abordagem às questões de género, no capítulo 4

Dominelli (2002) defende, também, o trabalho comunitário feminista, na medida em que este “visa transformar as relações sociais em direcções mais igualitárias e alterar os comportamentos das mulheres e dos homens a par de mudanças políticas institucionais e das normas sociais” (Dominelli, 2002:5). Segue-se a afirmação de uma assistente social sobre as relações e papéis, ligados ao género, no contexto do estudo:

*“.....a referência daqueles miúdos, daqueles filhos todos, é a figura materna e às vezes a figura da avó ou da tia, mas eu acho que é sempre uma figura feminina, porque os homens quando a situação se complica ou se refugiam no álcool ou vão embora para outro lado qualquer.....” AS 11*

Ao responder às necessidades das mulheres, o trabalho comunitário feminista reforça a posição das mulheres na sociedade, melhorando os serviços direccionadas para as mulheres e crianças, nomeadamente o apoio a vítimas de violência doméstica.

Segundo Dominelli (2006), o Serviço Social feminista tem contribuído para o entendimento das mulheres como sujeitos e a validação e valorização dos seus conhecimentos, desenvolvendo novas formas de conhecimento, criando oportunidades e demonstrando as capacidades das mulheres como seres activos, tanto no pensar como no fazer, embora, por vezes, os resultados não sejam os esperados, como é o caso de uma mulher entrevistada, que após ter feito um curso de formação profissional em que colocou muitas expectativas, não conseguiu trabalho de acordo com a formação adquirida:

*“....Gostei do curso de auxiliar administrativa, fiquei muito satisfeita .....terminei o estágio. Procurei muito, nem se fosse recepcionista..... inscrevi-me em muitos sítios, eu andei, andei à procura, durante três meses, nunca aparece nada..... voltei às limpezas outra vez.....Trabalho muito.....Estou muito cansada, em 18 anos nunca tomei férias..” (Sabá, 45 anos)*

O Serviço Social feminista, ao mobilizar as mulheres, também criou novas áreas de reivindicação e tem realçado a importância do trabalho desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica e a sua participação na vida pública, incluindo a comunidade, centrando-se sobre o impacto das relações de género nos interstícios da vida quotidiana (Grenier e Wright, 2001).

De acordo com o exposto, poder-se-á responder à questão de partida<sup>243</sup>, afirmando-se que a mudança resultante do realojamento das pessoas no bairro Casal da Mira não parece ter constituído um factor de inclusão e mobilidade social, embora no que respeita à casa, a mudança constituiu um factor de valorização pessoal.

---

<sup>243</sup> Página 7

Procurando analisar até que ponto os objectivos do estudo foram atingidos, apresentaram-se resumidamente as ideias-força relativamente aos resultados do estudo, salientando-se os impactos do realojamento da população no Casal da Mira e a forma como se processou a adaptação e apropriação do novo espaço e as dinâmicas que se desenvolveram no bairro, através do quotidiano das mulheres, traduzindo-se nas suas narrativas em contexto local, podendo-se considerar uma boa opção por se ter confirmado o protagonismo das mulheres no processo de mudança. Em termos metodológicos, a opção foi correcta, pois procurou-se perceber a realidade, através dos próprios moradores, neste caso as mulheres, que falaram das suas experiências de vida, do que pensam sobre a sua condição, evitando intermediários, permitindo, assim, um conhecimento de dentro e na primeira pessoa.

Com base na caracterização do bairro Casal da Mira assente nos testemunhos das mulheres, na observação participante e na análise documental, apresentaram-se propostas sobre modelos e estratégias a implementar no Casal da Mira. Embora cada bairro de habitação social tenha a sua especificidade, os modelos e estratégias propostos poderão ser implementados em contextos com características similares.

Foram aqui referenciados vários modelos teóricos de Serviço Social para dar suporte teórico à intervenção a desenvolver nestes contextos. A moldura teórica utilizada para ler esta realidade liga-se com os modelos integrados de Serviço Social que podem actuar de forma complementar, pois nenhum dá respostas cabais aos problemas que se colocam. Procurou-se integrar várias concepções, como forma de dar resposta à complexidade e multidimensionalidade da realidade em estudo e dos fenómenos em presença.

Os testemunhos das assistentes sociais ligadas ao terreno tiveram também um papel fundamental para a análise do contexto do estudo, das políticas e da forma como é exercido o Serviço Social, designadamente os constrangimentos dessa prática e perspectivas que ajudaram na identificação de modelos e estratégias de intervenção para o Serviço social que aqui se apresentam.

Relativamente às políticas públicas, é de salientar a necessidade de uma alteração das mesmas, no sentido de se evitarem os erros desta experiência de realojamento e de se promover a integração social das populações.

A presente pesquisa não poderia abranger toda a dimensão da realidade em estudo, pelo que se termina o processo de investigação com a consciência da necessidade de se

aprofundarem outras dimensões da realidade. Assim, sugerem-se como temas de pesquisa a desenvolver: os processos identitários<sup>244</sup> e a interação entre culturas, visto tratar-se de um contexto multicultural; comportamentos juvenis em contexto de bairro de habitação social e a violência de género.

---

<sup>244</sup> O conceito de identidade foi afluado no trabalho, no ponto cinco do capítulo três, no entanto não chegou a ser operacionalizado.

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV, (2005). *Mulheres Migrantes Duas faces de uma realidade*. Actas do Seminário Porto. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ACIDI, I.P. Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (2007). *Plano para a Integração dos Imigrantes*. Lisboa.
- Acioly-Régner, Nadja et al., (2000). “*Genre et Competences Professionnelles*”, in Coeducação: *Do princípio ao Desenvolvimento de uma prática*. Actas do Seminário Internacional. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa, pp.209-235
- Adler, K.S. (1996). *Always leading our men in service and sacrifice: Amy Jacques Garvey, feminist black nationalist*, in E. Gan, L. Chow, D. Wilkinsons e M. BacaZium (eds.), *Race, Class & Gender: Common Bons, Different Voices*. Sage Publications.
- Albarello, Luc et. al., (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.
- Albuquerque, Rosana et al., (2000). *O Fenómeno Associativo: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em contexto migratório*. Oeiras. Celta Editora.
- Albuquerque, Rosana et al., (2000). *O Fenómeno Associativo: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em contexto migratório*. Oeiras. Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha et al., (1994). *Exclusão Social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras. Celta Editora 2ª edição.
- Almeida, Miguel Vale de, (1995). *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa. Fim de Século Edições.
- Altman, I e Gauvin, M (1981). *A cross-cultural and dialectic analyses of homes in L.S.* Liben, A.H. Patterson e N. Newcombs (Edits) *Spatial Representations and behavior across the life span*. Academic Press. London. 1981.
- Amâncio, Lígia, (1994). *Masculino e Feminino, A construção Social da Diferença*. Porto. Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lígia, (2003). *O género no discurso das ciências sociais*. *Análise Social*. vol. XXXVIII. nº 168. pp. 687-714.
- Amaro, Maria Inês Martinho Antunes, (2009). *Urgências e Emergências do Serviço social Contemporâneo: Contributos para a Discussão dos Fundamentos da Profissão*. Tese de Doutoramento em Serviço Social. Universidade Católica Portuguesa.
- Amaro, Rogério Roque, (1997). *O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento*. In *Desenvolver (Des)envolvendo, Reflexões*

- e Pistas para o Desenvolvimento Local. Edição ESDIME. Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudeste. Messejana.
- Amaro, Rogério Roque, (2003). *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Cadernos de Estudos Africanos. Nº 4, 35 – 70.
- Ander-Egg, Ezequiel, (1980). *Metodologia y practica del Dessarrollo de la Comunidad*. Tarragona. UNIEUROPE. 10<sup>a</sup> ed.
- Ander-Egg, Ezequiel, (1995). *Dessarrollo de la Comunidad*. Argentina. 7<sup>a</sup> Edição. Buenos Aires. Editorial Humanites.
- Ander-Egg, Ezequiel, (1997). *Metodologias de Acción Social*. 1<sup>a</sup> Edição. San Isidro-Argentina. ICESA – Instituto de Ciencias Sociales Aplicadas.
- Andrade, Marília, (1992). *Serviço Social, Habitação e Autarquias, movimento e liames da prática e da teoria*. Intervenção social nº 7. Lisboa. ISSS.
- Antunes, Marina Manuela, (2001). *Bairros e Contextos Locais - Estrela de África, um bairro de fronteiras?*. in *Cidade e Metrópole - Centralidades e Marginalidades*. Oeiras. Celta Editora.
- Antunes, Marina Manuela, (2002). *Estrela de África, um Bairro Sensível – Um Estudo Antropológico sobre Jovens na cidade da Amadora*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social. ISCTE.
- Antunes, Marina Manuela, (2011). *A cidade informal e a reconversão de territórios de génese ilegal – Exemplo de práticas urbanas significativas: o caso PROQUAL Brandoa, Amadora*. in *Sebentas de Arquitectura nº 6*. Lisboa. Universidade Lusíada Editora, pp 93-104.
- Apel, Karl-Otto, (1994). *Estudos de Moral Moderna Moderna*. Tradução Benno Dischinger/-Petrópolis. RJ: Vozes.
- Araújo, Helena Costa e Magalhães, Maria José, (2000). “*Desfiar as Vidas, Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania*”. in *Coeducação: Do princípio ao Desenvolvimento de uma prática*. Actas do Seminário Internacional. Lisboa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa. pp.133-139.
- Bandura, Albert, (1977). *Social Learning Theory*. Englewood Cliffs. New York. Prentice Hall.
- Baptista, Myrian Veras, (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa. São Paulo. CPIHTS. Veras.
- Bardin, Laurence, (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70. Lda.

- Barnett, B., (1996). *Invisible southern black women leaders in the civil rights movement: the triple constraint of gender, race and class*. in Race, Class & Gender. Londres. Sage. pp. 265-287.
- Barreyre, J.Y., (1995). *Dictionnaire Critique de L'action Sociale*. Paris. Bayard.
- Bartlett, Harriet, (1993). *A Base do Serviço Social*. Pioneira Editora. S. Paulo.
- Bateman, Neil, (1995). *Advocacy Skills: a Handbook for Human Service Professionals* (Aldershot, Hants, Gower).
- Bernstein, E. Wallerstein, N et al., (1994). *Empowerment Forum: A Dialogue Between Guest Editorial Board Members*. Healths Education Quarterly. 21, pp 194-281.
- Blaikie, Norman, (2000). *Designing Social Reaserch*. Cambridge. Polity Press.
- Bohan, Janis, (1997). *Regarding gender. Essencialism, constructionism and feminist psychology*. In Mary Gergen & Sara Davis (edits). *Toward a new psychology of gender*. New York. Routledge.
- Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loic J. D., (1992). *Réponses, Pour une Anthropologie Réflexive*. Seuil. Politique Éds.
- Bourdieu, (1992). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre, (Coord.) (1993). *A Miséria do Mundo. Petropólis*. Editora Vozes.
- Bourdieu, Pierre, (1994). *Raisons pratiques. Sur la theorie de l'action*. Paris. Seuil.
- Bronfennbrenner. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Bureau Internacional do Trabalho, (2003). *A Luta contra a Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza*. Genebra: BIT/STEP.
- Burguess, Robert, (2001). *A Pesquisa de Terreno: uma introdução*. Oeiras. Celta.
- Burr, Vivien, (1998). *Gender and social psychology*. London. Routledge.
- Canôas, Cilene Swain, (1997). *“O olhar feminino sobre 2010”*. São Paulo. SESC.
- Caria, Telmo H., (2003). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto. Edições Afrontamento.
- Capucha, Luís Manuel. (Coord.) et al., (1998). *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*. Lisboa. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Ministério de Trabalho e da Solidariedade/Comissão Nacional do Rendimento Mínimo.

- Capucha, Luis, (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras. Celta.
- Cardoso, Ana, (1993). *A Outra Face da Cidade – Pobreza em Bairros Degradados de Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.
- Cardoso, Ana e Perista, Heloísa, (1994). *A cidade esquecida: pobreza em bairros degradados*, Sociologia – Problemas e práticas. nº 15
- Carmo, Hermano, (1999). *Desenvolvimento Comunitário*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Carreiras, Helena, (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa. Edições Cosmos.
- Casal, Adolfo Yánez, (1996). *Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica*. Lisboa Cosmos.
- Castells, Manuel, (2003). *O Poder da Identidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Clanet, Claude, (1993). *L'Interculture: Introduction aux Approches Interculturelles en Education et en Sciences Humaines*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.
- Coelho, António Baptista, (1998). *Apropriação e satisfação residência.*, Sociedade e Território nº 25/26. Porto. Edições Afrontamento.
- Conan, Michel, (1981). *Presentation in Le système de l'habiter*. Paris. Doc, CSTB.
- Connell, R.W., (1987). *Gender & Power*. Cambridge. Polity Press.
- Connell, R.W., (2002). *Gender*. Cambridge. Polity Press.
- Corbeil, C. e tal., (1983). *L'intervention féministe*. St. Montréal.
- Costa, A. Bruto e Pimenta, M., (1991). *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa – Resumo dos principais resultados da pesquisa*. Lisboa. DPS/CRC.
- Costa, Alfredo Bruto, (1998). *Exclusões Sociais*. Cadernos Democráticos nº 2. Lisboa. Fundação Mário Soares. Gradiva Publicações Lda.
- Costa, Alfredo Bruto (Coord.) e al., (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza-Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa. Gradiva Publicações S.A.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta
- Costa, António Firmino, (2003). *o que é Sociologia*. Coimbra. Quimera Editores. Lda. (1ª edição: 1992).
- Costa, Firmino e Índias, Graça Cordeiro, (2001). “Lugares Fractuais” no tecido social metropolitano. in *Cidade e Metrópole – Centralidades e Marginalidades*. Oeiras. Celta.

- Cunha, Manuela Ivone, (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Lisboa. Fim de Século. Editora.
- Darlrymple, Jane e Beverley Burke, (1995). *Anti-Opressive Practice: Social Care and the Low*. Buckingham. Open University Press.
- Davis, Sara & Gergen, Mary, (1997). *Toard a new psychology of gender. Opning conversations*. In Mary Gergen & Sara Davis (edits).
- Demazière, Didier & Dubar, Claude, (1997). *Analyser les entretiens biographiques*. Paris. Éditions NATHAN.
- Dominelli, Lena, (1990). *Women and Comunnity Action*, Birmingham, Venture Press, 1<sup>st</sup> edition
- Dominelli e McCleod, (1999). *Trabajo Social Feminista*. Madrid. Cátedra.
- Dominelli, Lena, (1998). *Anti-Opressive Practice in Context*. in Social Work: Themes. Issus and Critical Debates.
- Dominelli, Lena, (2008). *Anti-Racist Social Work*. Palgrave. 3<sup>rd</sup> edition.
- Dominelli, Lena, (2002). *Anti-Opressive Social Work Theory and Practice*. Palgrave.
- Dominelli, Lena, (2002). *Feminist Social Work Theory and Practice*. Palgrave.
- Dominelli, Lena, (2006). *Women and Comunnity Action*. Bristol. The policy Press. university of Bristol. second edition.
- Dugger, K., (1996). *Social location and gender role attitudes: a comparison of black and white women*. in Race. Class and Gender. Londres. Sage. pp. 32-51.
- Eames, Edwin e Judith Goode, (1996). *Coping with poverty. A cross cultural view of the behaviour of the poor*. in Gmelch. George e Walter P. Zenner (ed) *Readings in Urban Anthropology*. Prospect Heights. Illinois: Waveland (278-392).
- Equipa do SOS Racismo, (2005). *Imigração e Enicidade. Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portuga*. Lisboa. SOS Racismo.
- Estivill, Jordi, (2003). *Panorama da luta contra a exclusão social – conceitos e estratégias Genebra*, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza/Portugal.
- Farina, Mónica, (2001). *A matriz H do Bairro da Flamengo em Chelas*. Lisboa. *O encontro da cultura dos projectistas e da cultura dos utilizadores*. in Cidade e Metrópole-Centralidades e Marginalidades. Oeiras. Celta Editora.

- Faleiros, Vicente de Paula, (1996). “*O Paradigma da Correlação de Forças e Estratégias de Acção em Serviço Social*” in Metodologias e Técnicas do Serviço Social, Caderno Técnico nº 23. Brasília. SESI.
- Faleiros, Vicente de Paula, (1999). “Prefácio”, *Serviço Social, Profissão & Identidade, que Trajectória?*. São Paulo. Cadernos do Futuro. Veras Editora.
- Faleiros, Vicente de Paula, (2005). *Estratégias em Serviço sócia.*, 5ª ed, São Paulo Cortez Editora.
- Ferreira, António Fonseca, (1987). *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto. Edições Afrontamento.
- Ferreira, António Fonseca, (1994). *Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER*. Sociedade e Território nº 20. Porto. Edições Afrontamento.
- Ferreira, Dinah, (1997). *Recuperar o saber, conquistar o Agir*. in Serviço Social no Feminino. Martins, Alcina de Castro e Henríquez, Alfredo, (org). Lisboa. CPIHTS. pp.103 – 108.
- Ferreira, Jorge, (2011). *Contributos para o debate da Epistemologia do Serviço Social*. in Trabajo Social Global-Revista de investigaciones en intervención social. Vol. 2, nº 1, Junio 2011, 67-78. Hipatia. Publicaciones científicas.
- Ferreira, Jorge M.L., (2011). *Serviço Social e Modelos de Bem-estar para a Infância*. Lisboa. QUID JURIS, Sociedade Editora.
- Ferreira, Maria Luísa Ribeiro, (2000). “*Ética e Coeducação*”. in Coeducação: *Do princípio ao Desenvolvimento de uma prática*. Actas do Seminário Internacional. Lisboa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, pp.89-104.
- Ferreira, Virgínia, (1999). *Segregação sexual do mercado de trabalho – perspectivas teóricas e políticas*. in Sociedade e Trabalho nº 6, 39 – 45.
- Flick, Uwe, (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa. Monitor-Projectos e Edições Lda.
- Fortin, Marie Fabienne, (1999). *O processo de Investigação: da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Foucault, Michel, (1990). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal. (1ª edição em 1979).
- Franklin, Cynthia, (1995). “*Expanding the vision of the social constructionist debates: creating relevance for practitioners*”. Families in Society 76 (7) .
- Frazer, Nancy, (1994). *The case of Habermas and Gender*. in the Polity Reader in the Social Theory. Polity Press.

- Freire, Paulo, (1992). *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Freitas, Maria João, (1993). *Acções de realojamento e reestruturação dos modos de vida: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana. Lisboa. ISCTE (não publicado).
- Freitas, Maria João, (1994). *Os Paradoxos do Realojamento*. Sociedade e Território nº 20. Porto. Edições Afrontamento.
- Freitas, Maria João, (1998). *Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento*. Sociedade e Território nº 25 /26. Porto. Edições Afrontamento.
- Freitas, Mª João, (2001). *Habitação e Cidadania-No trilho da complexidade dos processos relacionais generativos*. Tese de Doutoramento em Sociologia. ISCTE.
- Frúgoli, Heitor, (2007). *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar.
- Galvin, Isabel Y Franco, Pepa, (1996). *Propuesta metodológica para el Trabajo Social com inmigrantes*. Madrid. Equipo Claves (coord). siglo veintiuno editores.
- Garbarino, James, (1983). *Social Support Networks: Rx for the helping professions*. in James K. Whittaker e James Garbarino(eds), *Social Support Networks: Informal Helping in the Humans Services*. New York. Aldine.
- Gautier, Benoît, (ed) (2003). *Investigação Social – da problemática à colheita de dados*. Loures. Lusodidáctica.
- Gauvin, M, Altman, I e Fahim, H., (1984). *Homes and social change: a case study of the impact of resettlement*. in K. J Gergen e M.M. Gergen. (Edits Historical Social Psychology, Lawrence Erlbaum Associates Inc.) New Jersey.
- Germain, Carel B e Alex Gitterman, (1980). *The life model of Social Work Practice*. New York. Columbia University Press.
- Giddens, Anthony, (1992). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras. Celta Editora.
- Giddens, Anthony, (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras. Celta Editora.
- Giddens, A., (1997). *Sociologia*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilligan, Carol, (1982). *In a Different Voice*. Cambridge, Massachutts, Havard University Press, 1997 (tradução portuguesa de Natércia Rocha). “*Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher*”. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gobierno de España (2006). *Plano Nacional de Sensibilizacion y Prevención de la Violência de Género*. Madrid.
- Gofman, Erving, (1985). *A Representação do EU, na Vida Cotidiana*. Petropolis. Vozes.

- Gofman, Erving, (1988). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara. S. A. 4ª edição.
- Gómez, Francisco e al., (2008). *Intervención social com famílias*. Madrid, Mc Graw Hill.
- Gonçalves, Alda e Pinto, Teresa Costa, (2001). *Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos – Actores, Imagens públicas e Identidades*, in Comunidades e Territórios nº3, Dezembro, Lisboa. Centro de Estudos Territoriais.
- Gonçalves, Helena Seita, (1994). *Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social*. Sociologi - Problemas e Práticas nº 16, pp 135-149, Oeiras. Celta Editora.
- Grassi, Marzia, (2003). *Rabidantes. Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.
- Greening, T., (2006). *Five Basic Postulates of Humanistic Psychology*. J Humanistic Psychol. 46:381,
- Grenier, P. e Wright, K., (2001). *Social Capital in Britain: A Critique of Hall's Analysis*. Paper at JHU Conference. December.
- Gros, M.C., (1994). *Pequena História do Alojamento Social em Portugal*. Sociedade e Território nº 20, Porto. Edições Afrontamento.
- Groulx, Lionel, (1997). *“Histoire de Service Social au Quebeque: De la vocation feminine à l'approche féministe – le service social au Québec”*. in Serviço Social no Feminino Martins, Alcina de Castro e Henríquez, Alfredo (org), Lisboa. CPIHTS, pp.79 – 101.
- Guadalupe, Sónia, (2009). *Intervenção em rede – Serviço Social, Sistémica e Redes de Suporte Social*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guédon, M. C., (1984). *Les Réseaux sociaux*. In C. Brodeur & R. Rousseau (dir.) *L'intervention de reseaux – une pratique nouvelle* (pp 15-33). Montréal: Éditions France –Amérique.
- Guerra, Isabel, (1994). *As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*. Sociedade e Território nº 20, Porto. Edições Afrontamento.
- Guerra, Isabel, (1997). *Um olhar sociológico sobre o realojamento*. Sociologia, Problemas e Práticas nº 24, Oeiras. Celta Editora.
- Guerra, Isabel, (1998). *Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vid.*, Sociedade e Território nº 25 /26, Porto. Edições Afrontamento.
- Guerra, Isabel, (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*. Lisboa. Principia.

- Guerra, Isabel e al., (2004). *Construção de identidades, imagens e expectativas dos jovens em contextos de realojamentos*. in Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, Atelier: Cidades, Campos e Territórios. Braga. Campus Gualtar.
- Guerra, Isabel, (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Lisboa. Principia.
- Guerreiro, Maria das Dores, (1994). *Famílias na Actividade Empresarial. Empresas Familiares em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em sociologia. ISCTE.
- Guibentif, Pierre, et Bouget, Denis, (1997). *As políticas do Rendimento Mínimo na União Europeia*. Lisboa. União das Mutualidades Portuguesas.
- Habermas, Jurgen, (1981/87). *Théorie de l'agir communicationnel, I:Rationalité de l'agiret rationalisation de la société*. Paris. Ed. Fayard, Col. L' Espace du politique.
- Habermas, Jurgen, (1985/1990). *O Discurso filosófico da modernidade*. Publicações D. Quixote. Col. Nova Enciclopédia I.
- Harding, Sandra, (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hearly, Karen, (2001). *Trabajo Social: Perspectivas Contemporâneas*. Ediciones Morata e Fundación Paideia, Madrid e Corunha.
- Heller, K.,(1984). *Alternative settings and social change: perspectives on social and community change*. in Heller, K et al. *Psychologie and Community Change: challenges of the future*. Pacific Grove, CA: Books Cole Publishing Company. pp. 286-336.
- Henriquez, Alfredo, (Org.) et al., (2001). *Serviço Social - Ética, Deontologia e Projectos Profissionais*. Lisboa.
- Iamamoto, Marilda, (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3ª ed. S. Paulo. Cortez
- Instituto superior de Serviço Social, (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social, Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social*. Lisboa. Departamento Editorial do ISSS.
- Howe, David, (1987). *An Introduction to Social WorkTheory*. Wildhood House. England.
- Howe, David, (1999). *Dando sentido a la práctica. Uma introdução a la teoria del Trabajo Social*. Granada. Edí. Maristán.
- Jack, Gordon, (2001). "Ecological perspectives in assessing children and families" in J. Horwath (Coord.). *The Child's World: Assessing Children in Need*. London: Jessica Kingsley Publishers. pp. 53-69.

- Karsch, Úrsula, (1988). *A Produção Académica do Assistente Social: Alguns pontos de vista sobre a pesquisa*. Serviço social e Sociedade. 28 Ano IX, 121-126.
- Kimmel, Michael, (2000). *The Gendered Society*. Oxford. Oxford University Press.
- Kinchelo, J.L. y R.S.Steimberg, (1999). *Repensar el multiculturalismo*. Octaedro. Barcelona.
- Kofman, Eleonore, (1999). *Female, birds of passage, a decade later gender and immigration in the European Union*". International Migration Review, vol 33, nº 2, pp. 269-299.
- Koga, Dirce, (2003). *Medidas de cidades entre Territórios de Vida*". Tese de doutoramento em Serviço social. São Paulo. Cortez Editora.
- Kohlberg, Lawrence, (1984). *Essays on moral development, Vol 2: The psychology of moral development: Moral stages, their nature and validation*. New York,: Harper and Row.
- Kroll e Fass, A., (2007). *The World's Billionaires, Forbes magazine*. Special Report. 8 March.
- Lacroix, J.L., (1990). *L'individu, sa famille e son réseaux: les thérapies familiales systémiques*. Paris. ESF.
- Laird, Joan, (1995). *"Family - centered practice in the post-modern era"*. Families in society 76 (3), 150-62.
- Lauwe, P.H. Chombart, (1979). *Aproximation de l'Espace et Changement Social*. Ed. Cahiers Internationaux de Sociologie, LXXVI.
- Leeds, Anthony § Leeds, Elizabeth, (1978). *A sociedade do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- Lewis, Oscar, (1985). La família Gomez in *Antropologia da de la Pobreza, cinco famílias*. México. Fondo de Cultura Económica.
- Lessard-Herbert, e al., (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa. Instituto Piaget.
- Lourenço, Carlos e Esteves, Manuela, (1999). *Contextualização do PER na Área Metropolitana de Lisboa*. Câmara Municipal da Amadora/ Divisão de Habitação e Realojamento.
- Machado, F.L., (1997). *Contornos e especificidades da Imigração em Portugal*. Sociologia – Problemas e Práticas. nº 24.
- Maciel, Diana, (2010). *O Genero na Sociologia Portuguesa*. Working Paper nº 92/2010, CIES-Centro de investigação e Estudos de Sociologia.

- Mackinnon, Catharine, (1989). *Toward a Feminist Theory of the State*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Madariaga, Inés Sánchez de, (2004). *Urbanismo con perspectiva de género*. Sevilha. Instituto de la Mujer.
- Malheiros, J.M., (1996). *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*. Edições Colibri. Lisboa.
- Marinho, Manuela, (2004). “*Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings*”. in Revista Intervenção Social nº 29. 1º semestre de 2004. Lisboa. Ed CESDET, pp 71-82.
- Marques, Maria Margarida et al., (2001). *Realojamentos no concelho de Oeiras – Um estudo sociológico*. Cadernos Técnicos de Habitação. Câmara Municipal de Oeiras. SociNova.
- Martinelli, Maria Lucia, (1999). *Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio*. São Paulo. Editora Veras.
- Martins, Alcina de Castro e Alfredo Henríquez, (org.) (1997). *Serviço social no Feminino*. Lisboa. CPIHTS.
- Martins, Alcina (1999), “*Serviço social e Investigação*”. *Serviço social, Profissão & Identidade, que trajetória*. Lisboa/S. Paulo. Veras.
- Martins, Alcina, (2003). “*Investigação em Serviço Social : Perspectivas actuais*”, *Serviço social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional – I Congresso Nacional de Serviço Social*. Lisboa. APSS, Pag. 50 a 61.
- Mary, N. L., (2008). *Social Work in a Sustainable World*. Lyceum.
- Mayer, Robert e al., (2000). *Méthodes de recherche in intervention social*, Montreal. Gaetan Morin Editeur.
- McDonough, Josefina Figueira e al., (1998). *The role of Gender in Practice Knowledge: Claiming Half the Human Experience*. New York e and London. Garland Publishing, Inc.
- McDonough, Josefina Figueira, (1999). *Prática Política: a Face Negligenciada da Intervenção em Serviço Social*, in *Serviço Social – Profissão & Identidade, que Trajetória*. São Paulo. Veras.
- McDonough, Josefina Figueira, (2001). *Comunidade e Potencialidade de Intervenção*, in *Intervenção Social nº 23/24*. Actas do Seminário Serviço Social – A Acção e Saberes. Lisboa. ISSS coop.
- Mondolfo, Philip, (2005). *Conduire le développement social*. 2ª edition. Paris. Dunod.

- Monreal, Pilar, (1996). *Antropologia Y pobreza Urbana*. Madrid. Los Livros da Catarata.
- Morais, Paula e Pinho, Teresa, (2007). Fomentar a cidadania e a acessibilidade in *Cidade Solidária*. Santa Casa da Misericórdia. Lisboa.
- Moreau, Maurice, (1993. et al, *Empowerment II – Snapshots of the structural approach in Action*. Ottawa, School of Social Work. Carleton University.
- Morokvasic, Mirjana, (1993). “In and Out” of the labour market immigrant and minority Women in Europe”. *New Community*. vol. 19, nº 3, pp. 459-483.
- Mouro, H & D. Simões, (2001). D, *100 anos de serviço social* (pp.149-184). Coimbra. Quarteto.
- Mozzicafreddo, Juan, (1993). Cidadania e *Estado-Providência*, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Actas do II Congresso Português de Sociologia. 671-677, Lisboa. Editorial Fragmentos.
- Mozzicafreddo, Juan, (2000). *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras. Celta Editora. (1ª edição de 1997).
- Mullings, Leith, (1997). *Nour Own Therms- Race, class, and gender in the lives of African American Women*. New York. Routledge.
- Nash, Mary y Diana Marre, (eds.) (2001). *Multiculturalismos y género, um estudo interdisciplinar*. Barcelona. Editions Bellaterra. S.L.
- Netto, José Paulo, (2001|1992|). *Capitalismo Monopolista de Estado e Serviço Social*. Cortez Editora. São Paulo.
- Noddings, Nel, (1984). *Caring: a feminine approach to Ethics and moral Education*. Berkley: University of Califórnia Press.
- Nogueira, Mª Conceição, (1996). *Um Olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*. Dissertação de doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia.
- Nogueira, Conceição, (2000). “*Psicologia e Construção do Género*”, in *Coeducação: Do princípio ao Desenvolvimento de uma prática*. Actas do Seminário Internacional. Lisboa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Lisboa. pp.169-188.
- Nowak, J., (2001). *O trabalho social de rede – a aplicação das redes sociais no trabalho Social*. in H. Mouro & D. Simões, *100 anos de serviço social* (pp.149-184). Coimbra. Quarteto.
- Nunes, Maria Helena, (1996). *A prática de Assistentes Sociais: Uma Conversa Heurística, in Intervenção Social: Serviço Social e sociedade nº 11/ 12. – Investigar o Agir*. ISSSL. Viseu. Tipografia Guerra.

- Nunes, Helena, (1997). *As mulheres como “alvo” da Intervenção social: efeitos da globalização*. in Serviço Social no Feminino Martins, Alcina de Castro e Henríquez, Alfredo (org). Lisboa. CPIHTS, pp.37 – 42.
- Olabuenaga, José Ignacio Ruiz, (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Bilbao. Universidade de Deusto.
- O’Neill, Brian Juan, (2006). *Antopologia, Sociedades Complexas*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Organização das Nações Unidas, (1999). *Direitos Humanos e Serviço Social – Manual para as Escolas e Profissionais de Serviço Social*. Lisboa. ISSScoop.
- Ornelas, José, (2002). *Participação, Empowerment e Liderança Comunitária*. in Actas da III conferência de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, Participação, Empowerment e Liderança Comunitária. Lisboa. ISPA Edições.
- Pais, José Machado, (2001). *Ganchos Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto. Âmbar.
- Pais, José Machado, (1996). *Culturas Juvenis*, Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado, (2007). *Sociologia da Vida Quotidiana*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais. (1ª edição de 2002).
- Paugam, Serge, (1991). *La desqualification sociale – essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris. PUF.
- Paugam, Serge, (2003). *A desqualificação social – Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto. Porto Editora.
- Payne, Malcolm, (2002). *Teoria do Trabalho social Moderno*. Coimbra. Quarteto editora
- Payne, M., (2007). *Performing as a ‘wise person’*. in social work practice: 85-96.
- Payne, M., (2009). *Social Care Practice in Context*. Palgrave Macmillan.
- Payne, M., (2009). Practice theory: ideas embodied in a wise person’s professional process in Borden, B. (ed) *The Place and Play of Social Work Theory*. Columbia University Press.
- Perdigão, Antónia Cristina, (2003). “A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos”. in Revista Análise Psicológica. 4 (XXI), pp.485-497.
- Pereira, Álvaro Pires et al., (1999). *Habitat e Minorias: O lugar da habitação num quadro de interacção entre grupos étnicos minoritários e a sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário*. Relatório Provisório de Estudo para o Instituto Nacional de Habitação. Lisboa. (Não publicado).

- Pereira, Álvaro Pires et al., (2001). *Habitat e Minorias – Processos de (Des) integração de Grupos Étnicos em Lisboa e no Porto*. In Comunidades e Territórios nº 3, Dezembro. Lisboa. Centro de Estudos Territoriais.
- Pereira, Ana Paula, (2002). "Análise das condições de risco numa perspectiva ecológica". in Inclusão. Número 2, pp.75-90.
- Pereirinha, José A., (1995). *Pobreza e Exclusão Social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida*. Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão /universidade Técnica de Lisboa.
- Pereirinha, José A. et al., (2007). *Género e Pobreza: Impacto e Determinantes da Pobreza no Feminino*. Relatório Final.
- Perista, Heloisa e Silva, Alexandra, (2005). *Impacto em Função do Género - Avaliação de medidas de política*. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Porto. Impresse Gráfica.
- Pierce, Diana, (1978). *The fiminization of poverty, women, work and well fare*. Urban and Social Change Review, pg. 28-36.
- Pincus, Allen y Anne Minaham, (1973). *Social Work Practice: Model and Method Itasca*. IL, Peacock.
- Pinto, José Madureira e Silva, A. Santos, (Org.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto. Edições Afrontamento.
- Pinto, José Madureira, (1991). *Considerações sobre a Produção Social de Identidade*". Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 32, pp. 217-230.
- Pinto, Teresa Costa, (1994). *Apropriação dos espaços em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro*. Sociedade e Território, nº 20. Porto. Edições Afrontamento.
- Poirier, Jean, (1995). *Histórias de Vida, Teoria e Prática*. Lisboa. Celta.
- Prat, Joan Y Martínez, Angel, (1996). *Ensayos de antropologia cultural, Homenage a Claudio Esteve – Fabregat*. Barcelona. Editorial Ariel. S.A.
- Quintino, Maria Celeste, (2001). *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses, Guineenses: Estratégias de invenção de uma comunidade*. ISCSP. Lisboa. Clio Artes Gráficas Lda.
- Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van, (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª edição. 1998. Lisboa. Gradiva - Publicações Lda
- REAPN, (2002). *A União Europeia a Caminho de um Espaço Sem Fronteiras*. in nº27, Abril, Maio e Junho, Rede Europeia Anti-Pobreza. Porto.

- Restrepo, Olga, (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social – perspectivas y tendencias contemporâneas*. Espacio Editorial. Buenos Aires.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz e al., (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, (1989). *Mulheres empresárias: resultados de uma investigação empírica sobre as mulheres empresárias em Portugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Trabalho de Síntese. Lisboa. ISCTE.
- Rogers, Carl, (1977). *Carl Rogers on Personal Power*. London. Constable.
- Roigé, Xavier, (1996). *Antropologia e Transformações da Família* - in Prat, Joan Y Martínez, Angel, *Ensayos de antropologia cultural, Homenage a Claudio Esteve – Fabregat*. Barcelona. Editorial Ariel. S.A. pp. 344-356.
- Roset, Christine Labonté, (1997). “*Perspectives Féministes dans le Travail Social – Revendications e Réalités Exposées Á L/Exemple du Travail Social dès Immigrantes à Berlin*” in *Serviço Social no Feminino* Martins, Alcina de Castro e Henriques, Alfredo (org). Lisboa. CPIHTS, pp.63 – 69.
- Saint-Maurice, Ana, (1997). *Identidades Reconstruídas: Caboverdianos em Portugal*. Oeiras. Celta Editora.
- Samad, Yunas, (1997). The plural Guises of Multiculturalism: Conceptualising a Fragmented Paradigm, en Phina Werbner Tariq Moddod, eds, *The Politics of Multiculturalism in the New Europ*, Zed Books. Londres.
- Santos, Boaventura Sousa, (1993). *O Estado, as relações salariais e o bem estar social na semiperiferia: o caso português*, in B.S. Santos(org.) *Portugal: Um Retrato Singular* Porto. Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa, (1994). *Pela Mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto. Edições Afrontamento.
- Segalen, Martine, (1999). *Sociologia da Família*. Lisboa. Terramar.
- Serafim, Maria do Rosário, (2004). *O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo para o serviço social*, in *Intervenção Social nº 29: Ética na Contemporaneidade*. Lisboa. ISSSL e ISSSB.
- Sertório, Elsa e Pereira, Filipa Sousa, (2004). *Mulheres Imigrantes*. Lisboa. Ela por Ela.
- Silva, Augusto S. e Pinto, José M., (Org.) (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto. Edições Afrontamento.
- Silva, A. e Pinto, J. (2001). *Uma visão global sobre as ciências sociais*. In Silva, A. e Pinto, J. (Orgs). *Metodologia das ciências sociais*, 11.<sup>a</sup> ed. Porto, Edições Afrontamento.

- Silva, Flora, (2005). Comunicação in *Mulheres Migrantes - Duas Faces de Uma Realidade*. Actas do Seminário. Lisboa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. pp. 63-67.
- Silva, Manuela e Costa, Alfredo Bruto e outros, (1989). *Pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa. Centro de Reflexão Cristã e Departamento de Pesquisa Social. Cáritas portuguesa.
- Silva, Manuela, (2000). *Comunicação no Colóquio Internacional – Portugal na Transição do Milénio*. Lisboa. organizado pelo Pavilhão de Portugal, EXPO/98/Instituto de História Contemporânea.
- Simionatto, Ivete, (1995). *Gramsci, na sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo. Cortez.
- Sluzki, C. E., (1996). *La red social: frontera de la practica sistémica*. Barcelona. Gedisa Editorial.
- Somerville, P., (1999). *Community Development: A Rational choice Approach*. Presented at ENHR conference in Lisbon. Portugal.
- Stolcke, Verena, (1996). *Antropologia Del Género – El como y el porqué de las mujeres*, in Prat, Joan Y Martínez, Angel, *Ensayos de antropologia cultural, Homenage a Claudio Esteve – Fabregat*. Barcelona. Editorial Ariel. S.A. pp. 335-343.
- Taylor, Patricia e Catherine Daly, (eds) (1995). *Genders Dilemmas in Social Work: Issus Affecting Women in the profession*. Toronto. Canadian Scholars ´ Press.
- Thompson, Neil, (1993). *Anti-Discriminatory Practice*. London. Macmillan.
- Tolentino, Alcestina, (2005). Testemunho in *Mulheres Migrantes - Duas Faces de Uma Realidade*. Actas do Seminário. Lisboa. Comissão para a Igualdade e para os Direitos.
- Torres, Anália Cardoso, (2010). *Sociologia do Casamento, A Família e a Questão Feminina*. Oeiras. Celta Editora.
- Torres, Anália Cardoso, (2010). *Sociologia da Família, Teorias e Debates*”. in Relatório da Unidade Curricular ISCTE-IUL.
- Trevithick, Pamela, (2005). “*Ecological perspectives in social work*”. In Trevithick P. *Social Work Skills: A Practice Handbook*. Berkshire: Open University Press. pp. 278-280.
- Turner, Bryan S., (2002). *Teoria social*. Viséu. DIFEL.
- Velho, Gilberto, (1999). *Antropologia Urbana, Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Velho, Gilberto e Kuschhnir, Karina, (2003). *Pesquisas Urbanas*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

Viscarret, Juan Jesús, (2009). *Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social*. Madrid. Alianza Editorial.

Von Bertalanffy, Ludwig, (1971). *General System Theory: Foundations, Development, Application*. London. Allen Lane.

Wall, Karin e Lobo, Cristina, (1999). *Famílias monoparentais em Portugal*. in *Análise Social*. Vol. XXXIV (150), p.p.123-145.

Wall, Karin, (2003). *Familia no Censo 2001: estruturas domésticas em Portugal*. Sociologia – Problemas e Práticas. nº 43, Set., p.p. 9-11.

Wall, Karin e Amâncio, Lúcia, (Org.) (2007). *Família e Género em Portugal e na Europa*. Lisboa. ICS.

Weil, Marie Overby & Gamble, Dorothy N, (2005). *Community Practice Model for the Twenty-First Century*. In end book, pp. 882-892.

West, Candance, D.H. Zimmerman, (1991). *Doing Gender*, in J. Lorber and S. Farrel, (eds.), *The Social Construction of Gender*. California. Sage Publications.

Williams, Fiona, (1989). *Social Policy, a critical introduction*. Oxford. Polity Press.

<http://www.ine.pt>

INE (2004). *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto 1991 – 2001*

<http://www.ine.pt>

INE (2002). *As cidades em números – Informação Estatística 2000-2002 (CD ROM)*

<http://www.cm-amadora.pt>

<http://www.pnud.com>

<http://www.infopédia.pt/genero>

<http://www.esas.pt/dfa/sociologia/interdisciplinaridade.htm>

<http://www.changesuk.net/resources>

<http://www.cies.iscte.pt> destaques/documents/CIES- W P 92.